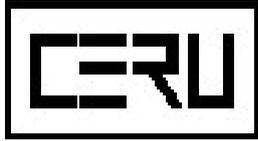


**ANAIS DO 46° ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

**ANAIS DO 46° ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

Programação completa, 2
Resumos, 9
Artigos, 90



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Programação
Completa



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

05/05

Sessões de Comunicação

Religião (05/05 – 9h)

Religião e saúde: temas da cultura popular no Brasil – séculos XIX e XX
Lauana Ananias Flor - Universidade Metodista de São Paulo

Com os cacarecos na cabeça: uma análise sociológica das duas destruições de Canudos – BA (1897/1969)
Lucia Lodo – UEL

Classe média instruída e abastada do Rio de Janeiro nos anos 1920
Margarida Maria Moura – USP

Fixidez da imagem e a potência do negativo da vida modelar: sacralização do corpo degenerado no Oeste paulista brasileiro
Mariana Ferreira Vieira – USP

Padres católicos e circuitos neo-isotérico
Renan Baptistin Dantas – Unicamp

Tolerância e intolerância religiosa: como ela é percebida nos centros espíritas kardecista
Sebastião Antunes Ribeiro Filho - USP

O patrimônio cultural de Santo Antonio de Lisboa, Florianópolis, Santa Catarina
Arlete Assumpção Monteiro – PUC e Ceru/USP

Questões sociais e trabalho (05/05 – 9h)

Espaço, corpo e idade: uma leitura a partir da Geografia do Envelhecimento
Fernando Henrique Ferreira de Oliveira – Unesp

Habitus familiar e governamentalidade: reflexões acerca da matricidade sociofamiliar
Vitor Matheus Oliveira de Menezes - USP

Habitação, autogestão e o direito à cidade
Guilherme da Costa Meyer - USP

Os diagnósticos e as prescrições dos relatórios do desenvolvimento humano (PNUD/ONU) e suas similitudes com a plataforma política adotada por Antony Giddens
Maria José de Rezende - UEL



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Organização no local de trabalho no ABC Paulista: Estudo de caso na Ford Taboão
Filipe Augusto Fretas Melo - USP

Vínculos de trabalho na área de TI: transformações e consequências da flexibilização dos vínculos de trabalho
Allan Herison Ferreira – USP

A política neoliberal na cidade: notas sobre as cidades médias do estado de São Paulo
Marcus Vinicius de Souza Perez de Carvalho – Unesp

Tink Tanks Brasileiros - Organizações de Fronteira no século XXI
Camila Almeida Vaz Antunes - USP

O setor suroenergético paraense: implantação, crescimento e estagnação: 1940-2019
Mateus de Almeida Prado Sampaio – Unesp

Teorias e conceitos (05/05 – 9h)

Maria Isaura Pereira de Queiroz: anotações sobre a política
Alice Beatriz da Silva Gordo Lang – Ceru/USP

História regional da baixada santista: dos primeiros habitantes à chegada dos europeus
Rafael da Silva e Silva – Centro de Memória da Educação de Praia Grande
Monica Solange Rodrigues e Silva – Centro de Memória da Educação de Praia Grande

Florestan Fernandes e o folclore: um estudo sobre as suas primeiras elaborações (1941-1962)
Rebeca Carolina da Silva Bandeira – Unicamp

Vamos a volver! Revisão da trajetória política de Cristina Fernández de Kirchner
Jéssica Mayara de Melo Carvalho - USP

O singular e o universal na teoria social: apontamentos metodológicos para se pensar a particularidade brasileira
Alessandro Rodrigues Chaves – Unesp

O Cordel na literatura, na academia e no patrimônio
Yvone Dias Avelino – PUC

Diálogos na história intelectual: correspondências entre Pierre Bourdieu e Raymond Williams.
José Ricardo Beltramini de Melo – Unicamp

Os diálogos trucandos de Platão e a oralidade
Ettore Quaranta



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Mesa Redonda

14h – Abertura

Sessão solene em homenagem à professora emérita Maria Isaura Pereira de Queiroz

Prof. Dr. José de Souza Martins - USP

Reflexão sobre a pesquisa interdisciplinar sobre Santa Brígida coordenada por Maria Isaura Pereira de Queiroz

Exibição do documentário “O Povo do Velho Pedro”, com a participação do cineasta Sérgio Muniz (diretor) e outros integrantes da pesquisa

Coordenação: Profa. Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini

Prof. Dr. José Francisco Quirino dos Santos

Prof. Dr. José Pereira de Queiroz Neto

Profa. Dra. Lia de Freitas Garcia Fukui

06/06

Sessões de Comunicação

Migrações I (06/06 – 9h)

Migrar para ser mãe: imigração angolana no Brasil contemporâneo

Aline Lima Santos – USP

Dirce Trevisi Prado Novaes – PUC

Maria de Fátima Guedes Chaves – Observatório das Migrações em São Paulo e Cátedra

Sérgio Vieira de Melo

Educação multicultural e os recentes fluxos migratórios no Brasil

Marinaldo de Almeida Cunha – PUC

O fluxo migratório chinês no distrito da Liberdade sob o contexto da hospitalidade

Cesar Kizaka Umekita – Universidade Anhembi Morumbi

As *fake news* e o fluxo de refugiados venezuelanos no Brasil

Edna Fátima Pereira da Silva – Universidade Metodista de São Paulo

O imigrante árabe e sua cozinha como instrumento de afirmação e identidade na atualidade

Alfredo Ricardo Abdalla – PUC

O Bolo de Arroz: quitute de múltiplas pertencas e representações

Maria Inês Rauter Mancuso – UFSCar

Regiane Caldeira da Silva – UNEMAT



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Educação (06/06 – 9h)

O Enade e as práticas da gestão pedagógica de cursos superiores
Arnaldo Vhiera – Umesp

A metamotivação como estratégia no processo de aprendizagem
Oscar Tadeu Assunção – Faculdade Bertogã

Surdocegos e os desafios nos processos socioeducativos: os mediadores e a tecnologia assistiva
Elaine Gomes Vilela – Universidade Metodista de São Paulo

Trabalho docente e relações de gênero: repercussão sobre a formação de professores na Rede Municipal de Ensino de São Paulo
Mariana Fonte Boa Deodato – Unifesp

Quinta agroecológica e processos de aprendizagem escolar
Mariana Leis Balsalobre – UFMA

Lei Berenice Piana no contexto da educação inclusiva
Aluana Xavier de Lima – Universidade de Santo Amaro

O conceito de socialização em dissertações e teses: um estudo sobre o campo da educação musical
Adriana Bozzetto - USP

Mesa Redonda

14h - A situação da educação no Brasil atual

Coordenação: Profa. Dra. Ana Paula Hey – USP

Profa. Dra. Sylvia Gemignani Garcia - USP

Prof. Dr. Murillo Marchner Alves de Brito - USP

Prof. Dr. Maurício Ernica (Faculdade de Educação - UNICAMP)

07/06

Sessões de Comunicação

Questões Rurais (07/06 – 9h)

O extremo sul do município de São Paulo como área rural e periurbana e os desafios para seu estudo e compreensão
Angélica Nakamura - USP



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Ocupação em terras agrícolas do semiárido nordestino e suas implicações no manejo dos recursos naturais

Iaponira Sales de Oliveira – UFPR

A ocupação das terras de córrego das pedras no sudoeste mato-grossense

José Pereira Filho – UFSCAR

Homens e mulheres eliminados como força de trabalho pela modernidade técnico-científica na agricultura canavieira paulista, macro-área de Ribeirão Preto – SP

Rosa Ester Rossini – USP

As políticas públicas no interior da crise da reprodução ampliada: crédito, endividamento e o crítico trabalho de mulheres e crianças na colheita da castanha de Caju no Ceará – Brasil

Ana Cristina Mota Silva - USP

De repente, eu sozinha: reflexões sobre as relações de gênero e familiares do cortadores de cana adoecidos

Tainá Reis – UFSCAR

O abacate no Estado de São Paulo: 2009 a 2018

Celma da Silva Lago Baptistella – Instituto de Economia Agrícola / SP

Estudo de conceitos e de termos da área Educação do Campo: uma análise de formas e de significados

Fernanda Mello Demai – Centro Paula Souza

Questões culturais (07/06 – 9h)

Cantando a comida do Mato Grosso...

Regiane Caldeira da Silva – UNEMAT

Maria Inês Rauter Mancuso - UFSCAR

A projeção da cidade de Aparecida na Era Vargas e os impactos na construção da memória coletiva e identidade nacional

Ana Maria da Cunha Rosado - Univap

Construção identitária: eu... Wapixana?

Marilda Vinhote Bentes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

As moquecas brasileiras e os currys indianos: uma análise de origem

Maria Luiza Bullentini Facury – Faculdade de São Paulo e Hotec

Alfredo Ricardo Abdalla – Hotec

A importância dos eventos públicos para a construção da marca São Paulo

William Ladeira de Carvalho – FMU e Hotec



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A Carne, romance “proibido” de Júlio Ribeiro
Jaqueline Martinho dos Santos – USP

A circulação de “O campo e a cidade” no Brasil (1989-2019) e o fenômeno de natureza em Raymond Williams/
Hiago Vaccaro Malandrin – Unicamp

A imigração de uma família Italiana vinda da região de Treviso”
Maria Aparecida Angelico Cabral – Ceru/USP

Imigração açoriana: estudo de famílias provenientes da Ilha de São Miguel para o interior do Estado de São Paulo no final do século XIX
Alfredo Soares Cabral Junior – Ceru/USP

Migrações II (07/06 – 9h)

Identidades diante do quadro das migrações internacionais: algumas reflexões
Célia Toledo Lucena – Ceru

Imigração, assimilação e xenofobia
Lineu Norio Kohatsu – USP

Imigração e Trabalho: uma reflexão com base na lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017
Geraldo Ribeiro de Sá – Universidade Federal de Juiz de Fora

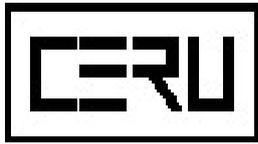
Migrações do Nordeste para o Sudeste: análise dos uso das entrevistas nas pesquisas brasileiras
Valéria Barbosa de Magalhães – USP

Abordagem Biográfica nas Ciências Sociais: Contribuições de Giralda Seyferth e Maria Isaura Pereira de Queiroz
Zeila de Brito Fabri Demartini – Ceru

O caminhar Guarani Mbya: mobilidade e imigração
Marília Gomes Ghizzi Godoy – PUC
Raimunda Maria Rodrigues Santos – Unisinos

Mesa redonda

17h30 – Assembleia anual dos membros do CERU

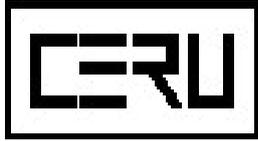


ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Resumos

	Religião, 10
Questões Sociais e de Trabalho, 20	
	Teorias e Conceitos, 32
	Migrações I, 42
	Educação, 51
	Questões Rurais, 59
Questões Culturais, 71	
	Migrações II, 84



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

RELIGIÃO



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

RELIGIÃO E SAÚDE: TEMAS DA CULTURA POPULAR NO BRASIL SÉC. XIX E XX

Lauana Ananias Flor*

O objetivo geral deste artigo é colaborar com a atual e pertinente discussão da relação entre religião e saúde como temática da cultura popular, dando ênfase à dimensão religiosa das práticas médicas populares. Essa percepção é aqui evidenciada, como exemplo, a partir de um breve relato histórico-antropológico dos principais monges e suas atuações terapêuticas em meio a cultura sertaneja no contexto da Guerra do Contestado.

A descrição das práticas de fé e cura dos monges do Contestado é fator ainda pouco problematizado ou quando se mostra, tal discussão perpassa outros objetos de pesquisa, sendo relacionada num contexto maior, sem grande distinção e exploração. Diante desta problemática e através de alguns indícios, os valores e as crenças relacionados ao ativismo terapêutico dos monges do Contestado serão elucidados para demonstrar a resistência e a permanência das práticas médicas tradicionais e/ou populares em dias atuais. Nota-se que na discussão entre saúde e religião é possível indicar que o conflito social do Contestado perpassa uma dinâmica maior e complexa, que em consonância com importantes mudanças estruturais em nossa sociedade, como a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889), inclui aquelas que orientaram progressivos movimentos da medicina brasileira, antes campanhista e tema da vigilância policial no Brasil.

Dentre várias lideranças do movimento são três os principais monges do Contestado reconhecidos pela historiografia: João Maria D'Agostini, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho (GALLO, 2008, p.121s). Este último fora responsabilizado pela eclosão da Guerra, entre os anos de 1912 e 1916, e seu demasiado caráter milenarista messiânico, conforme Telmo Marcon (2008, p. 140). O critério de escolha destes personagens se baseia no fato de que, apesar de terem, supõe-se, atuações distintas e entrelaçadas, os monges exprimiam os anseios religiosos e de cuidados com o corpo/saúde dos grupos sociais envolvidos, evidenciados através de constantes diálogos e práticas; cuidados estes que ainda hoje permanecem ativados no imaginário religioso local, conforme alguns vislumbres apontados por Ivone Cecília D'Ávila Gallo (1999; 2008), Telmo Marcon (2008) e Gilberto Tonazi (2005). Não sem razão, sendo um tema presente e de grande aceitação nas classes populares, a relação entre saúde e religião se coloca como uma discussão efervescente englobando distintas áreas do saber social e técnico-científico.

* Doutoranda da Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: lauana_correa@yahoo.com.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

COM OS CACARECOS NA CABEÇA”: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS DUAS DESTRUIÇÕES DE CANUDOS – BA (1897/1969).

Lucia Lodo*

O município de Canudos, localizado nos sertões baianos, é marcado por duas “destruições” . Canudos foi fundado, em 1893, pelo beato Antônio Conselheiro e palco de um dos maiores massacres realizados pelo Estado brasileiro, nos últimos séculos. Motivados por uma profunda religiosidade e liderados por Antônio Conselheiro, os sertanejos organizaram uma comunidade com princípios religiosos e por vezes igualitários, em uma fazenda que denominaram Belo Monte.

A primeira destruição de Canudos foi no “dia 5 [outubro de 1897], ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores”, como exposto nas últimas frases de Os Sertões (1902) de Euclides da Cunha: a primeira Canudos foi massacrada “em nome” do fim da barbárie, portanto, em nome de um suposto progresso. O Brasil, recém republicano, precisava avançar no processo civilizatório e implementou, legitimado pela elite intelectual da época, um projeto civilizacional que não levava em consideração as especificidades de um tipo de brasileiro que sempre esteve negligenciado.

Anos depois do massacre, no reduto conselheirista, alguns remanescentes da guerra, bem como outras pessoas de regiões vizinhas, retornaram e reconstruíram o povoado, a segunda Canudos, que na visão de Silva (1996), se transformou no símbolo de uma minoria, os “vencidos”. Contudo, a segunda Canudos foi apagada com a construção da barragem do açude Cocorobó, em 1969, em meio à ditadura militar, em busca da “providência tão necessária” (GALVÃO, 2009).

Setenta e dois anos após a Guerra, Canudos sofreu sua segunda “destruição”, não mais pelas bombas lançadas pelo exército e, sim, pelas águas do rio Vaza Barris, represadas em um açude projetado pelo governo. Muitos canudenses saíram de suas casas “com os cacarecos nas cabeças” para a construção de uma obra que, para muitos, veio para acabar com a memória de Canudos.

Assim, configuram-se, como objeto deste estudo, as justificativas “oficiais” para as ações empreendidas na primeira e segunda destruição de Canudos e as resistências dos sertanejos na perpetuação da memória.

* Discente na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: repfelafem@yahoo.com.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

CLASSE MÉDIA INSTRUÍDA E ABASTADA DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS 1920

Margarida Maria Moura*

Nosso propósito é descrever e analisar o modo de vida desta posição de classe oferecendo uma leitura das relações familiares e outros aspectos relevantes, tanto da descendência quanto da aliança. Apresentar também a forma cultural de religião, no caso o catolicismo e de sua relação com outras religiões que implica em processos de socialização como sacramentos, festas, regras morais, éticas, invocações, devoções, proteções e orações, tanto os mais adequados à vida cotidiana como as situações de crise. São questões de difícil demarcação já que habitualmente esta posição de classe não apresenta interesse para maior parcela da análise etnográfica no Brasil

* Docente na FFLCH - Universidade de São Paulo. E-mail: mmmoura@usp.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

FIXIDEZ DA IMAGEM E A POTÊNCIA DO NEGATIVO A VIDA MODELAR: SACRALIZAÇÃO DO CORPO DEGENERADO NO OESTE PAULISTA BRASILEIRO

Mariana Ferreira Vieira*

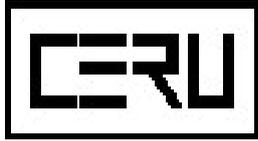
O “menino da tábua” (nascido em um bairro rural na região do oeste paulista em 1900, de família humilde, viveu e morreu em uma tábua em 1945, na área rural de Maracaí-SP). Trata-se de um fenômeno rural da sociedade brasileira, notoriamente constituída de forte traço religioso. Consideraremos sua implicância na sociedade rural através deste ícone. Nossa hipótese é de que a imagem, ou melhor, a estética do fenômeno menino da tábua, tomada pelo extraordinário, pela vida martirizada de sua pessoa, se ajustou bem e não sem razão à estrutura “árida” do cenário agrícola dessa sociedade do oeste paulista em transformação. Em seu corpo paralisado numa tábua, o “santo” se mostra em aspecto terrível. Ou seja, a essência religiosa deste fenômeno parece se constituir a partir de um corpo degenerado, que penetrou na vida do lavrador ou camponês de tal maneira que em nossa hipótese a sociedade em que vivia não pode ficar indiferente a ele, levando-se em conta a decadência de seu modo de vida naquele momento.

Em nossa compreensão algo deste elo místico permanece ainda nos dias atuais na fala dos devotos, em fragmentos de memórias de um tempo associativo que, costumam dizer, “não volta mais”.

A fé neste santo é, para o fiel, a garantia de um elo atemporal com a terra e, em última instância, sua razão de ser. É assim que o culto a este santo popular pode resgatar o sentido perdido da sociedade rural ou que está prestes a se perder; por meio do culto o fiel de hoje conserva um pouco de sua relação com a terra, preservando a memória do campo narrada por antepassados através de relatos, “causos” e fotografias. Aderindo a este fenômeno o fiel estabelece uma continuidade com a própria história de sua terra.

Em suma: importa pensar as relações entre religiosidade e modo de vida rural à luz do menino, que, de certo modo em nosso entendimento implica situações de vida deste meio ainda que permeadas pelo contemporâneo. O presente trabalho discutirá a posição destacada da religiosidade popular para o pensamento rural numa incursão nos trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura e Carlos Rodrigues Brandão. Espera-se dessa forma analisar o atravessamento do modo de vida pelo religioso como leitmotiv conceitual e a pertinência da religiosidade popular como eixo referencial nos estudos rurais. Nossa metodologia procura comparar os referenciais etnográficos e teóricos produzidos sobre a religiosidade popular com a pesquisa etnográfica realizada em 2012, 2017 e em 2018 no cemitério de Maracaí-SP. É lá que o corpo sacralizado do menino encontra-se enterrado e recebe, segundo registros oficiais, a visita de aproximadamente 40 mil devotos todo penúltimo final de semana do mês de agosto, ocasião da comemoração de seu aniversário. Esta comunicação deriva da pesquisa que vem sendo realizada desde 2018, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo intitulada: “Referencialidade epistemológica e atravessamentos temporais: ressonâncias da religiosidade popular na antropologia rural brasileira” sob orientação da Prof. Dra. Livre-docente Margarida Maria Moura.

* Aluna de mestrado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. E-mail: mf.vieira@usp.br.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

PADRES CATÓLICOS E CIRCUITO NEO-ESOTÉRICO

Renan Baptistin Dantas*

Esta comunicação é resultado de investigações materializadas na pesquisa de iniciação científica “Asanas para Santo Inácio: Padre Haroldo Rahm e a yoga cristã”, que por sua vez culminou na monografia “Catolicismo, jesuitismo e yoga cristã através da trajetória de padre Haroldo Rahm, SJ”. Pretende-se discutir e argumentar em torno de possíveis entradas do catolicismo, através de alguns de seus profissionais oficiais – em especial padres diocesanos e congregacionais – no que foi chamado de “circuito neo-esotérico” (MAGNANI, 1999) ou “circuito alternativo” (CAROZZI, 2000).

A partir da década de 1970, pesquisadores identificam o surgimento de uma rede de circulação religiosa/espiritual, costurando contextos urbanos e de classe média econômica, formada por uma variedade de crenças, práticas e vivências místicas, ou esotéricas. Um misto de auto-ajuda, filosofia oriental, ocultismo, práticas psicossomáticas, terapias alternativas, etc. Ações submergidas, segundo estes autores, da chamada Nova Era: movimento religioso/espiritual difuso, pautado na desterritorialização do sagrado (AMARAL, 2000) e no auto aperfeiçoamento enquanto projeto de salvação religiosa.

Devido a suas características intrínsecas, este movimento sofreu oposição direta de setores mais conservadores e tradicionalistas do cristianismo, em especial da Igreja Católica, que o via com desconfiança, geralmente classificando suas práticas e principais ideias como corruptivas, incompatíveis com o cristianismo e satânicas.

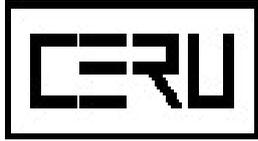
Marcelo Camurça (2014) discutiu as condições e os impasses de diálogo entre o cristianismo católico e a Nova Era. Segundo ele, do lado do catolicismo, o diálogo é dificultado devido ao critério católico de dialogar positivamente mais com religiões de identidade histórica – com fundador, doutrina e corpo sacerdotal definido – criticando a Nova Era como: “irreverência espiritual”, “mistura anárquica” – “apropriação indébita (descontextualizada) do cristianismo”

Este trabalho argumenta ser visível uma participação positiva de certas experiências católicas através da circulação de alguns padres que oferecem serviços e são reconhecidos por entre distintos lugares dentro destes circuitos (escolas filosóficas orientalistas, centros espíritas, centros de yoga, espaços holísticos terapêuticos, retiros espirituais, etc).

Citamos o caso de quatro deles que circulam pelo Brasil: o jesuíta Haroldo J. Rahm, criador de uma modalidade de “yoga cristã”, promovida a partir de retiros e cursos. O jesuíta indiano Joe Pereira, que viaja o mundo oferecendo workshops de Iyengar yoga, além de caracterizar Jesus como um “iogue”. O padre Patrick J. Leonard (padre Leonardo), autor do livro “Reiki para Cristãos” e de cursos com o mesmo nome. E por fim, o beneditino inglês Laurence Freeman, diretor da Comunidade para Meditação Cristã e que anualmente vem ao Brasil dar palestras e conduzir retiros espirituais – como por exemplo o realizado em abril de 2019 com o título “Descanso no Ser: meditação e estar em paz consigo”.

Bibliografia

* Discente na Unicamp. E-mail: renan_dantas28@hotmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

AMARAL, Leila. Carnaval da alma: comunidade, essência e sincretismo na nova era. Editora Vozes, 2000.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Espiritismo e Nova: Interpelações ao Cristianismo Histórico. Aparecida: Editora Santuário, 2014

CAROZZI, María Julia. Nueva era y terapias alternativas: construyendo significados en el discurso y la interacción. Ediciones de la Universidad Católica Argentina, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Mystica urbe. Studio Nobel, 1999.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

TOLERÂNCIA E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: COMO ELA É PERCEBIDA NOS CENTROS ESPÍRITAS KARDECISTA

Sebastião Antunes Ribeiro Filho*

Tolerâncias e intolerâncias acontecem em qualquer âmbito do convívio social, principalmente no religioso. Este trabalho, baseado na dissertação de mestrado do autor verificou a ocorrência de situações de intolerância e de tolerância religiosa nos ambientes de prática religiosa do espiritismo kardecista, os centros espíritas. Preliminarmente explicita o surgimento do espiritismo kardecista na França, no ano de 1857 e a sua chegada do Brasil, suas dificuldades para disseminação, primeiro como filosofia e depois como ciência, mas conseguindo firmar-se como religião, ainda que em um ambiente centenariamente católico, portanto inóspito a qualquer outra vertente religiosa. Buscou-se a noção do que seja tolerância ou intolerância em sentido lato, restringindo-se, entretanto, ao seu entendimento no âmbito das Ciências Sociais. Conceitos estabelecidos, é descrito etnologicamente o ambiente de prática, assim entendida a instituição espírita, sua filiação ao órgão representativo, suas orientações e recomendações. Conceituadas estas noções, foram realizadas pesquisas quantitativas em três centros espíritas da cidade de São Paulo-SP para a verificação da existência de intolerâncias e em seguida, a realização de entrevistas com colaboradores da prática espírita, também conhecidos por médiuns. Os centros espíritas são filiados à Aliança Espírita Evangélica, instituição orientadora e coordenadora do movimento espírita no Brasil e em outros países.

Foram entrevistadas 10 pessoas sendo cinco do sexo masculino e cinco do sexo feminino, todos com mais de cinco anos de prática nas atividades espíritas. As idades variaram entre 30 e 80 anos. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas, sendo selecionados trechos onde a intolerância ou a tolerância se fizeram notar. Em nenhum momento foi explicado ao entrevistado que a intolerância era o motivo da entrevista, mas que se tratava de saber sobre a sua experiência de vida religiosa.

A expectativa era encontrar intolerâncias para com outras religiões e seus fiéis. E elas surgiram durante as entrevistas, entremeadas por tolerâncias com outras religiões. Mas, a grande surpresa foi a constatação de intolerâncias entre os próprios colaboradores da doutrina espírita. Várias foram as motivações dessas intolerâncias indo desde a reprovação das indumentárias até a falta ou o desconhecimento das orientações doutrinárias básicas. Ficou evidenciado que em muitas situações, os colaboradores se suportam, colocando os objetivos da instituição acima de suas diferenças. Pode ser percebido que tolerâncias e intolerâncias são perspectivas que se complementam, não antagônicas e que, em certa medida, são situações comuns no cotidiano das pessoas, religiosas ou não. Verificou-se que todos possuem alguma coisa de uma ou de outra.

O método de trabalho foi a pesquisa nos clássicos da antropologia e da sociologia, a etnografia nos locais de prática, o questionário e a pesquisa, a aplicação das entrevistas e a análise das falas, de onde se pode chegar a importantes observações.

* Doutorando no DIVERSITAS - FFLCH – USP. E-mail: sean@usp.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

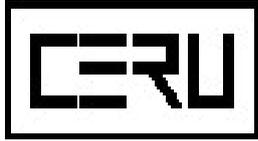
São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

SANTO ANTONIO DE LISBOA, FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA: UM ESTUDO DO PATRIMÔNIO SÓCIO-CULTURAL

Arlete Assumpção Monteiro*

Santo Antonio de Lisboa localiza-se na Ilha de Santa Catarina, tem sua história ligada ao abastecimento de água, farinha de mandioca, milho e outros produtos assim como dar apoio aos reparos nas embarcações que se dirigiam ao sul do continente americano. Um porto bem abrigado das intempéries climáticas que tornou-se conhecido como apoio no trajeto rumo ao sul pelo Oceano Atlântico. Era um escambo que não agradava as autoridades no decorrer do século XIX. Com o objetivo de garantir os territórios do sul do Brasil pela coroa portuguesa, entre 1747 e 1753, embarcaram cerca de 6 mil homens, mulheres e crianças no Porto de Angra, na Ilha Terceira, Arquipélago dos Açores com destino a Santa Catarina. Santo Antonio de Lisboa, por já existir uma povoação, recebeu grande número de famílias açorianas. A presente pesquisa tem focalizado a preservação das tradições existentes em Santo Antonio de Lisboa, um distrito de Florianópolis, formado pela sede do distrito (que tem o mesmo nome), pelas praias de Cacupé, Sambaqui e Barra do Sambaqui. A pesquisa foi desenvolvida nos últimos cinco anos, através de levantamento e estudo da bibliografia sobre a região, entrevistas com moradores pela metodologia da História Oral, observações e participação nas comemorações e festejos que ocorrem no distrito e arredores assim como participação em eventos como ocorreu em comemoração aos 270 anos da Imigração Açoriana para Santa Catarina, em 2018. O estudo focalizou a rendeiças de Sambaqui, a dança do Pau de Fitas, a tradição do Boi de Mamão e o estudo do Engenho dos Andradas, um patrimônio arquitetônico e cultural que precisa ser preservado através das políticas públicas.

* Docente na PUC-SP. E-mail: arlete.as@gmail.com



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Questões Sociais e de
Trabalho



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ESPAÇO, CORPO E IDADE: UMA LEITURA A PARTIR DA GEOGRAFIA DO ENVELHECIMENTO

Fernando Henrique Ferreira de Oliveira*

Esse ensaio teórico é um desdobramento da pesquisa de doutorado (em andamento) e foi construído com objetivo de debater algumas reflexões em relação ao tema da idade, do corpo e do envelhecimento numa perspectiva geográfica. Nele tratamos como o envelhecimento foi pensado na geografia e a sua relação com as dimensões do espaço e território. A partir do referencial teórico da Geografia do Envelhecimento nos propomos a compreender como os conceitos de espaço, território e corpo podem se operacionalizar nas análises sobre idade e geração, além de evidenciar uma geografia relacional, preocupada com os múltiplos sujeitos sociais, para além do mundo dos adultos. Assumimos no texto a relação entre espaço/território e envelhecimento, partindo da ideia de que o envelhecimento é uma experiência espacial heterogênea, que varia de acordo com as posições identitárias (espaço, gênero, sexualidade, raça). A partir dessa perspectiva entendemos o corpo como um componente importante para pensar as experiências espaciais e de envelhecimento. “Corpo como um lócus fundamental dos processos geográficos” (SILVA e ORNAT, 2016). Portanto, essa proposta de artigo tem por objetivo debater o tema do envelhecimento a partir de uma perspectiva geográfica, considerando a questão do espaço, do território e dos sujeitos, para entender os elementos inerentes ao fenômeno de ser “velho” e os seus impactos no sujeito e no espaço/território. Verificamos também que o envelhecimento não é um tema central no campo de estudos da Geografia, por isso, buscamos nesse texto, ampliar a discussão em torno desses conceitos para pensar a relação entre o sujeito com espaço/território e a velhice.

*

Estudante de pós-graduação (Doutorado em Geografia) na FCT/UNESP (Universidade Estadual Paulista). E-mail: fer_henrique15@hotmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

HABITUS FAMILIAR E GOVERNAMENTALIDADE: REFLEXÕES ACERCA DA MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR

Vitor Matheus Oliveira de Menezes*

A partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004 com base nas deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, o Estado brasileiro instituiu a matricialidade sociofamiliar como princípio norteador da proteção social. Por essa via, a família passa a ser entendida como o locus privilegiado da intervenção estatal, levando em conta a oferta de serviços e benefícios. As ações referenciadas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência da Assistência Social Especial (CREAS), tais como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), estabelecem a esfera familiar enquanto um agrupamento passível de monitoramento e auxílio contínuo.

Debruçado sobre esse contexto, o presente artigo almeja trazer contribuições, em um plano teórico mais geral, à compreensão da intersecção entre família e Estado na gestão da política de assistência social. Para isso, analiso as contribuições de Pierre Bourdieu e Michel Foucault para o estudo da esfera familiar, abordando como os autores, pelos conceitos de habitus e governamentalidade, fornecem aportes teóricos significativos para tal empreitada.

Notadamente, as contribuições dos autores fornecem subsídios por duas vias distintas. No caso de Bourdieu (2011, 2013), a família é tratada como uma esfera associada à posição de classe, da mesma forma que o Estado emerge como principal definidor da categoria “família”, em especial a partir da implementação de políticas públicas. Nesse âmbito, a matricialidade sociofamiliar, trazendo consigo um ideal de funcionamento da unidade doméstica, demarca a valoração do caráter protetivo da família, voltado para o amortecimento de processos de vulnerabilidade socioeconômica. Por seu turno, Foucault (1977, 1979, 2008) propicia uma problematização do caráter histórico da matricialidade sociofamiliar, seguindo o advento da família enquanto locus de intervenção estatal. A governamentalidade, que traz consigo a necessidade do saber técnico especializado, concebe a família como unidade básica que compõe a população, passível de intermédio e acompanhamento estatal.

É a partir desses dois percursos, pela problematização do caráter de classe que define a experiência familiar, bem como pela inflexão histórica da gestão da família pelo Estado, que a matricialidade sociofamiliar assume relevância na análise sociológica.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. O senso prático. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
_____. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
_____. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes.

* Estudante de Doutorado na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: vitormatheus_ba@hotmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

HABITAÇÃO, AUTOGESTÃO E O DIREITO À CIDADE

Guilherme da Costa Meyer*

O objeto desse artigo é a autogestão na habitação. Os objetivos desse trabalho são: 1) abordar as relações entre as transformações do capitalismo contemporâneo e a produção do espaço; 2) refletir sobre o papel do Estado na produção de habitação de interesse social na América Latina; 3) problematizar as experiências de alguns movimentos sociais latino-americanos que propõem a autogestão das moradias e, mais especificamente, a experiências uruguaia da FUCVAM (Federação Uruguaia de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua) e brasileira da União Nacional por Moradia Popular (UNMP). A investigação foi organizada em duas etapas: 1) revisão bibliográfica: urbanização e habitação; 2) pesquisa comparativa sobre movimentos sociais que defendem o direito à moradia e à cidade. As bases teóricas dessa reflexão serão o debate sobre a valorização do espaço (a partir da perspectiva da teoria marxista do valor), o conceito de direito à cidade do francês Henri Lefebvre e o conceito de necropolítica do camaronês Achille Mbembe. A valorização do espaço urbano vem ganhando novos conteúdos, devido às novas dinâmicas do setor imobiliário articuladas à financeirização mundial e às novas ações do Estado. As novas mediações financeiras e institucionais colocam a possibilidade de um mercado de garantias que têm na propriedade imobiliária (imóvel) um ativo flexibilizado e que impõem a realização da moradia como negócio. Dependendo dos processos sociais envolvidos, a habitação tem a capacidade ambígua de apaziguar ou amplificar as lutas sociais. As experiências dos movimentos sociais latino-americanos que propõem a autogestão das moradias exemplificam o potencial de amplificação das lutas sociais (quando a moradia é vista como meio), como o instituto da propriedade coletiva nas iniciativas da FUCVAM (que subvertem o significado mercadológico da habitação, fazendo com que o valor de uso se sobreponha ao valor de troca). Nesse sentido, os movimentos de moradia exercem um papel pedagógico para o conjunto da sociedade, pois evidenciam, dentre outras questões, a necessidade de experimentação prática de outra forma de reprodução da vida social. Contudo, apesar das demandas, do ponto de vista ideológico, serem potencialmente disruptivas observa-se que, na experiência brasileira, os programas de habitação autogestionários se tornaram uma política pública residual e de pouca visibilidade. Para que a luta pela justiça espacial (fundamental, mas não suficiente) possa tornar-se uma luta mais ampla sobre a elaboração de um projeto para a construção do “direito à cidade”, um dos fundamentos da desigualdade socioespacial, a mediação da propriedade privada do solo urbano, dever ser questionada.

* Aluno da Pós-Graduação (mestrado) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: guicmeyer@usp.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

OS DIAGNÓSTICOS E AS PRESCRIÇÕES DOS RELATÓRIOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (PNUD/ONU) E SUAS SIMILITUDES COM A PLATAFORMA POLÍTICA ADOTADA POR ANTONY GIDDENS

Maria José de Rezende*

Antony Giddens sobressaiu-se, na década de 1980, ao participar de diversos debates públicos sobre globalização, desigualdades, reflexividade, crise do Estado de bem estar e necessidade de expansão de soluções sociais assentadas em ações e procedimentos que deveriam ser renovados em razão dos novos contextos de interações advindos das mudanças vivenciadas na Europa após a década de 1970. Destacou-se também por construir um arcabouço teórico-metodológico que pode auxiliar na leitura e interpretação dos diagnósticos e prognósticos formulados pelos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) na última década do século XX e no limiar do século XXI, tais elementos justificam um estudo sobre a correlação existente entre as duas plataformas políticas aqui pesquisadas: a abraçada por Giddens e a encampada pelos produtores dos RDHs. Objetiva-se demonstrar que num exercício de hermenêutica de mão dupla, através de uma pesquisa documental, constata-se que os elaboradores dos respectivos relatórios recorrem a várias reflexões presentes no debate sociológico da segunda metade do século XX. Neste artigo, procura-se fazer dois movimentos simultâneos: um mais teórico que busca demonstrar que o conjunto de conhecimento mobilizado por Giddens, acerca do papel do ator (e de sua capacidade social, recursiva e reflexiva) e da agência humana na transmutação das regras, normas, instituições e organizações sociais, encontra-se, de algum modo, refletido nos RDHs; o outro mais analítico que procura demonstrar que as prescrições de ações para alcançar o desenvolvimento humano possuem algumas proximidades com a plataforma política, abraçada por Giddens, denominada Terceira Via. Constatou-se, e este é um dos resultados desta investigação, que ao lerem-se os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs), encomendados, encampados e divulgados, anualmente, desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), percebe-se que as equipes produtoras de tais documentos acessam um fundo social de conhecimento constituído, entre outros grupos e áreas do saber, pelos cientistas sociais. Isso pode ser verificado através das referências mencionadas no final de cada relatório. Ao longo do século XX, para não se voltar muito no tempo, foram efetuados muitas pesquisas e estudos, dentro de diversas propostas teórico-metodológicas, sobre ação social, prática social, ator, agente, monitoramento da ação, estrutura, desequilíbrio de poder, situação social, participação, capacidade recursiva, organizações da sociedade civil, reflexividade, entre outras noções, que se encontram refletidas, de uma forma muito específica, nos Relatórios do Desenvolvimento Humano encomendados, encampados e divulgados, anualmente, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

* Docente na UEL - Universidade Estadual de Londrina. E-mail: mjderezende@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO NO ABC PAULISTA: ESTUDO DE CASO NA FORD TABOÃO

Filipe Augusto Freitas Melo*

Esta comunicação oral trata a respeito da organização no local de trabalho, por meio de um estudo de caso da Comissão de Fábrica dos Trabalhadores na planta da Ford de São Bernardo do Campo. Em 1981, na Ford de São Bernardo do Campo, foi conquistada uma Comissão de Fábrica com a finalidade de representar o conjunto dos trabalhadores na planta perante a empresa. A partir de então, a experiência foi se difundindo para outras empresas do setor metalúrgico, não apenas no ABC, e para outras categorias representadas por sindicatos filiados ou não à Central Única dos Trabalhadores. A temática da Organização no Local de Trabalho (OLT) adquiriu ainda maior importância a partir de 2017, quando da sanção da Reforma Trabalhista, que regulamentou o Artigo 11 da Constituição Federal, que versava sobre a obrigatoriedade de que empresas com mais de 200 funcionários tivessem uma Comissão de Empresa. O interesse da pesquisa se justifica pela relevância sociológica de estudar um caso de Organização no Local de Trabalho que, na prática, estrutura a organização de um dos sindicatos mais relevantes do Brasil, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Esta comunicação oral tem por objetivo abordar as mudanças institucionais e estatutárias nas comissões de fábrica no ABC Paulista, a partir do caso da Ford, com vistas a compreender, ao longo do tempo, as mudanças na organização sindical dos metalúrgicos. O processo vem permeado por alterações de estratégia condicionadas pelas transformações no mundo do trabalho, estratégias das empresas etc.

Como marco teórico, utiliza-se a tipologia de comissões de fábrica de Rogers & Streeck (1995). De acordo com os autores, há três tipos ideais de comissões de fábrica: i) paternalistas, que são constituídos pelos patrões visando enfraquecer o sindicato; ii) consultivas, cuja finalidade é melhorar a comunicação entre a direção da empresa e os trabalhadores para garantir a cooperação; iii) representativas, que são estabelecidas, em geral, por acordo coletivo ou lei e garantem aos trabalhadores uma forma de voz institucionalizada em relação à direção, a fim de garantir direitos que os patrões não estariam dispostos a conceder.

A pesquisa foi feita com base em entrevistas em profundidade com dirigentes e ex-dirigentes da Comissão de Fábrica na Ford e em documentos produzidos pelo sindicato da categoria e pela própria representação no local de trabalho, como cartilhas para os trabalhadores e acordos coletivos.

Observa-se que, a despeito de ter sido fundada enquanto uma Comissão de Fábrica representativa, a forma de OLT estabelecida na Ford flerta, em determinados momentos, com os outros tipos ideais. Nota-se que a origem do capital da empresa transnacional é um fator importante para seu padrão de estratégia global, que influencia as relações laborais. Por fim, é notório que a criação dos Comitês Sindicais de Empresa (CSEs) altera a estrutura institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de maneira que a organização de base passa a ser constitutiva da estrutura de poder no âmbito sindical.

* Aluno Defendido USP. E-mail: filipe.melo@usp.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

VÍNCULOS DE TRABALHO NA ÁREA DE TI: TRANSFORMAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DA FLEXIBILIZAÇÃO DOS VÍNCULOS DE TRABALHO

Allan Herison Ferreira*

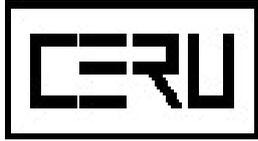
Os resultados a serem apresentados no 46º Encontro do CERU originam-se de um estudo mais amplo sobre as transformações nas relações de trabalho dos profissionais de TI na cidade de São Paulo a partir de uma combinação de análises de diferentes fontes. Dentre as fontes utilizadas destacamos os dados oficiais dos Censos de 1960 a 2010 e os 340 vínculos de trabalho aferidos por meio de entrevistas em profundidade com 40 profissionais (a maioria advinda dos quadros médios da área de TI, de diferentes gerações e com diferentes níveis de escolaridade) realizadas durante o ano de 2018.

O estudo inicial, que deu origem a este material, considerou adicionalmente documentos e pesquisas realizadas por historiadores, sociólogos e jornalistas interessados no modo como os profissionais da área da Computação ou da Tecnologia da Informação passaram a atuar na área sob diferentes tipos de vínculos de trabalho e ao longo de diferentes contextos políticos e sociais desde meados do século XX até a última década: os anos 2010.

Após apresentar de modo resumido um dos capítulos constituintes da pesquisa mais ampla que resultou na dissertação de mestrado "Entre o emprego e o empreendedorismo: aspectos geracionais dos vínculos de trabalho de profissionais de TI dos quadros médios da cidade de São Paulo" – deste mesmo autor, defendida em 2018 – é apresentado o desdobramento de uma análise introduzida no artigo "Transformações nas relações de trabalho entre os profissionais de TI no Brasil dos anos 1960 aos anos 2010 - flexibilização e precariedade?" publicado nos anais do VII Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade – SITRE em maio de 2018.

Neste texto, além da apresentação de um resumo do histórico do desenvolvimento dos vínculos de trabalho em TI nas últimas cinco décadas são também traçados, pela primeira vez, alguns dos cenários observados como tendências nos modelos de contratação e manutenção do trabalho e do emprego que os profissionais desta e de outras áreas similares enfrentarão no mercado de trabalho nas próximas décadas. É o caso do vínculo de trabalho por meio de um contrato com o trabalhador na condição de Pessoa Jurídica, o chamado "contrato PJ", que é recorrente nas empresas da área de Tecnologia da Informação, em que o trabalhador abre uma empresa, porém, não possui empregados: seu único tomador de serviços é a empresa em que presta serviço, porém, suas responsabilidades e obrigações são as mesmas de um trabalhador com registro em carteira. Desta realidade surge o questionamento sobre estarmos diante de um quadro de precarização do trabalho (uma vez que este prestador de serviço, na verdade atua como um empregado, porém, sem direito a benefícios ou garantias) ou diante de uma nova forma de flexibilização das leis trabalhistas (visto que recebem valores acima da média do trabalhador assalariado, o que lhes permite contratar um plano de previdência privada, fazer sua própria reserva financeira para o caso de uma descontinuidade contratual, administrar suas despesas e garantir seu futuro como profissional). As análises sobre esta e outras modalidades de vínculos trabalhistas, baseadas em levantamento histórico e em dados oficiais dos Censos, foram cruzadas com as entrevistas diretamente realizadas com os profissionais da área de TI da cidade

* Mestre pela USP. E-mail: allan.herison.ferreira@usp.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

de São Paulo e abordadas sob a perspectiva da crise das identidades profissionais, proposta por Claude Dubar.

Serão apresentados complementarmente os dados metodológicos utilizados ao longo da pesquisa e o material resultante que poderá servir de base para outros estudos e análises sobre trajetórias profissionais, vínculos de trabalho e características das diferentes gerações de profissionais entrevistados.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A POLÍTICA NEOLIBERAL NA CIDADE: NOTAS SOBRE AS CIDADES MÉDIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Marcus Vinicius de Souza Perez de Carvalho*

Para estudarmos a cidade contemporânea no Brasil e seus conflitos precisamos apreender as orientações políticas que regulam seu cotidiano e espaço. Contudo, a tarefa de se pensar a cidade no Brasil se mostra enquanto um trabalho denso e delicado, alguns motivos para essa complexidade são expressos pela ampla dimensão espacial do território nacional e, por consequência, pela diversidade cultural e social do país. Diante desse objeto de pesquisa, além das capitais dos estados brasileiros ressalta-se a importância das cidades médias, que são em muitos casos responsáveis pelo abastecimento dos grandes centros urbanos e que expressam uma relevante releitura ou adaptação de tendências e influências que se desenvolvem nas capitais. Com essa problemática, duas questões centrais foram formuladas, de que forma o neoliberalismo, enquanto proposta de interpretação e ação política e econômica, se desdobra no espaço urbano nacional? E, como essa dinâmica neoliberal do espaço intervém nas cidades médias? Para responder essas questões foi desenvolvido um estudo bibliográfico baseado nas orientações de Antônio Joaquim Severino, outro elemento do método dessa pesquisa foi a escolha do estado de São Paulo e sua capital como referência do desenvolvimento urbano nacional e seus conflitos. Desta forma, foram resgatados autores preocupados em entender a realidade urbana com suas tensões e contradições como, por exemplo, os trabalhos de David Harvey que contribuíram para a discussão sobre o neoliberalismo e as pesquisas de Raquel Rolnik e Teresa Caldeira que forneceram dados sobre como o mercado imobiliário se beneficiou do contexto político e econômico do início dos anos 90 ao passo que fomentou-se o desenvolvimento de novos espaços urbanos, os “enclaves fortificados”. Esses espaços destinados ao cotidiano da elite e posteriormente da classe média ao serem inseridos na dinâmica dos grandes centros urbanos se tornaram responsáveis pela atualização do padrão de segregação centro-periferia. Concomitante a essa mudança nas cidades iniciou-se o uso de novas ferramentas, materiais e simbólicas, de segregação urbana, muitas vezes representadas por câmeras de segurança e catracas por exemplo. Primeiramente desenvolvidos nos grandes centros urbanos, em especial na cidade de São Paulo, os “enclaves fortificados” se estenderam para as cidades médias do interior do estado, inserindo-se nelas como um novo elemento, que em diálogo com outros elementos urbanos atualizaram e promoveram a segregação. Os trabalhos de Maria Encarnação Sposito contribuíram para entender a chegada dos “enclaves” e de sua lógica nas cidades médias como, também, as diferenças entre as cidades médias e a capital à luz desse novo padrão de segregação. Portanto, esse trabalho intenta demonstrar as especificidades das cidades médias do estado de São Paulo à luz desse padrão de segregação atualizado a partir dos “enclaves fortificados”.

* Aluno de mestrado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília. E-mail: maarcus.carvalho@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Instituição:

THINK TANKS BRASILEIROS – ORGANIZAÇÕES DE FRONTEIRA NO SÉCULO XXI

Camila Almeida Vaz Antunes*

O presente estudo se dedica à investigação da dinâmica de atuação dos institutos conhecidos mundialmente como “think tanks” dentro do cenário contemporâneo brasileiro. De uma maneira ampla e preliminar, podemos compreender esses institutos como organizações da sociedade civil compostas por especialistas que se propõem a apresentar encaminhamentos para questões práticas da vida social, em particular aquelas relacionadas a políticas públicas. Se por um lado o trabalho desses especialistas consiste em um profundo esforço de investigação científica, por outro, a publicização dos resultados desses estudos se dá por meio de uma linguagem palatável à sociedade civil como um todo, e por canais que extrapolam largamente o universo de circulação de material exclusivamente acadêmico.

A abordagem metodológica privilegiada nessa pesquisa é a que compreende os think tanks como “organizações de fronteira”. Segundo Thomas Medvetz, um dos autores norteadores deste trabalho em termos metodológicos, o poder de uma organização de fronteira reside em na sua habilidade de determinar onde uma atividade “oficialmente” termina e outra começa – nesse caso, onde a produção política, mercadológica e midiática terminam e a produção de expertise começa. Um

outro ponto deve ser agregado a essa questão: partindo do conceito bourdieusiano de “capitais” para pensar em que condições uma forma de poder pode ser convertida em outra, Thomas Medvetz observa que, ao mobilizar o seu capital de uma maneira particular, um agente de expertise pode, de fato, converter uma forma na outra, e são esses índices de conversão que são explorados entre as tensões entre think tanks. Essas tensões não dizem respeito à veiculação de políticas específicas, mas a uma competição macro-estrutural entre os detentores de credibilidade acadêmica e os de credibilidade ideológica. É preciso, portanto, compreender de maneira mais detida como a questão da credibilidade dá centralidade ao papel dos experts quando tratamos das relações de poder no espaço ocupado pelos think tanks. Isso porque o poder precisa ser pensado em termos relacionais, já que são as relações sociais institucionalizadas que garantem a sua intercambialidade por bens e serviços.

A investigação do papel dos experts a que nos referimos não se limitará à compreensão da capacidade das organizações selecionadas em fomentar e direcionar a produção de políticas públicas. Buscamos, como objetivo central deste trabalho, mensurar a sua influência dos referidos think tanks no tocante ao “valor de troca” dos recursos que integram a dinâmica do jogo político, e assim compreender em que proporção a sua atuação configura um novo projeto de Estado que se apresenta em formação.

O processo de análise de resultados selecionado para esta pesquisa se dá por meio da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), de modo que dois níveis de estrutura social possam ser avaliados com base nos dados levantados ao longo do processo de investigação: o primeiro diz respeito às “representações mentais” dos atores pesquisados nos think tanks brasileiros, ou seja, suas categorias comuns de “percepção”, “apreciação” e “ação”. Trata-se de conhecer a maneira

* Doutoranda em Sociologia no PPGS – FFLCH / Universidade de São Paulo. E-mail: cantunes@usp.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

como os próprios experts percebem o seu papel, o seu trabalho e aqueles dos seus pares. O segundo trata dos padrões de semelhança e diferença, colaboração e competição, assim como dominação e subordinação inerentes aos princípios das organizações consideradas. Essa análise visará a abranger a divisão que separa esses níveis, investigando, dessa forma, seu condicionamento mútuo.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O SETOR SUROENERGÉTICO PARANAENSE: IMPLANTAÇÃO, CRESCIMENTO E ESTAGNAÇÃO: 1940-2019

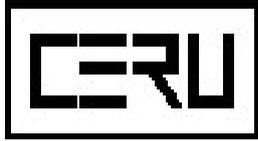
Mateus de Almeida Prado Sampaio*

O artigo analisa o processo de expansão da canavicultura no Paraná, região Sul do Brasil. É feito um resgate do histórico recente, de modo periodizado, indicando-se as principais fases da implantação em grande escala desta lavoura em solos paranaenses: 1940-1974; 1975-1990, 1991-2002 e 2003-2019. Na primeira etapa (1940-1974), envoltas no contexto da segunda Guerra Mundial e desabastecimento de açúcar e combustível na porção Sul do país, surgem as primeiras usinas açucareiras modernas do Paraná. Num segundo momento (1975-1990), a partir dos efeitos desencadeados pela crise internacional do petróleo, há a implantação de destilarias de álcool a partir da cana-de-açúcar no estado. Na terceira fase abordada (1991-2002) ocorre uma intensa reestruturação produtiva no setor, com a conversão de agroindústrias destiladoras de biocombustível em centrais açucareiras. Por fim, no período atual (2003-2019), o Paraná mantém-se como moderado produtor de açúcar, etanol e energia elétrica a partir da cana-de-açúcar, tendo para tanto passado por uma reconfiguração regional e empresarial. Ao longo do texto é apresentada uma proposta de regionalização para a atividade sucroenergética paranaense ao longo de seu histórico recente, até chegar à conformação espacial do período atual.

O embasamento teórico pauta-se nas premissas apresentadas por Santos (1978), Grataloup (2003), Correa (1997), Lencioni (1999) e Haesbaert (2010), de que regiões são essencialmente construções analíticas/intelectuais e que estão em constante processo de mudança e reconstrução parcial. Segundo Haesbaert (2010, p. 13), o entendimento de região enquanto “artefato” (algo que “encontra-se no cruzamento entre a concretude de um fato e a abstração de um artifício”) possibilita ao pesquisador elencar, de acordo com suas próprias hipóteses e levantamentos, aquelas áreas que compõem o conjunto espacial que lhe será relevante ao estudo proposto. “Em outros termos, as regiões não são auto-evidentes. Elas se definem a partir de uma construção mental do pesquisador. A região, portanto, não se constitui um objeto em si mesma, ela é uma construção intelectual” (LENCIONI, 1999, p. 127).

No plano metodológico, explorou-se a técnica do mapa a priori, que permite ao pesquisador atentar para fenômenos e dinâmicas espaciais que lhe poderiam passar despercebidos na análise. Como coloca Girardi (2014), o mapa possibilita uma potente exploração dos dados, voltada à descoberta de novas informações, padrões, rupturas, simetrias e dissimetrias espaciais. Nesse aspecto, é importante retomar o pressuposto de Archela e Théry (2008), segundo o qual os dados (ou variáveis) podem ser divididos e, conseqüentemente, gerar mapas diversos. A cartografia consiste-se, portanto, em interessante opção metodológica, tanto como elemento suscitador de novas questões, hipóteses e inquietações, como instrumento enriquecedor da análise, quanto como forma de comunicar resultados alcançados (ao se configurar como mensagem geográfica vinculada ao corpo do texto). Além da revisão bibliográfica teórica e específica, do levantamento e leitura crítica de leis, decretos e resoluções e da coleta e análise de dados, também foi realizada pesquisa de campo.

* Pós-Doutorando na FCT/UNESP - Presidente Prudente. E-mail: sampamateus@gmail.com.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Teorias e Conceitos



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ: ANOTAÇÕES SOBRE A POLÍTICA

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang*

Um tema sobre o qual Maria Isaura Pereira de Queiroz se debruçou, foi a política em uma visão sociológica. Trato de três conceitos apresentados em estudos sobre política na Colônia, no Império e na Primeira República: mandonismo, coronelismo e parentela.

Os conceitos são desenvolvidos a partir da análise de dados e situações, como era seu método: analisar, explicar e depois concluir. Para compreender o espírito da época, Maria Isaura recorreu a romancistas como Alencar, Macedo, Machado de Assis. A linguagem clara e correta de Maria Isaura, torna facilmente compreensíveis as ideias que transmite.

O mandonismo existiu desde o início da colonização quando, para povoar a vasta terra descoberta, Portugal recorreu a proprietários particulares que eram os únicos defensores dos povoados, a única autoridade. Foi o início do mandonismo que chega ao Império, nos engenhos no nordeste, nas fazendas no Vale do Paraíba.

Coronelismo: Na metade do século XIX, o café chega ao Oeste paulista e se expande na terra roxa. A linha férrea da Inglesa unia o porto de Santos a Jundiá e foi estendida pelos fazendeiros para escoar sua produção.

A política do Império de fazia através dos partidos Liberal e Conservador que se alternavam na chefia do Ministério, segundo decisão do Imperador.

Mostra Maria Isaura que o poder, efetivamente, estava na mão dos coronéis, os mandões locais que o imperador não ousava desafiar. Os coronéis faziam os deputados. Era entre os coronéis que se davam as verdadeiras lutas pelo poder. O poder do coronel era tanto maior, quanto mais votos detinha. O sitiante e outros tinham no coronel seu defensor, suporte para necessidades. A contrapartida, era o voto no candidato designado pelo coronel. Era o dom e contra-dom. Coronel era título da Guarda Nacional. O coronelismo marcava a estrutura social, alocando os indivíduos em relação ao coronel. O coronelismo chegou à República.

O Segundo Império assistiu à luta pela emancipação dos escravos. Cafeicultores do Oeste paulista, antevendo o fim da escravidão, incentivaram a imigração de colonos europeus. Quando foi assinada a Lei Áurea, a lavoura se desorganizou, mas não a paulista que contava com mão de obra livre.

O descontentamento com o poder imperial se acentuava no Oeste Paulista. Impostos cobrados iam para a capital e pouco revertiam para a Província. Brotou a ideia do federalismo, brotou a ideia do republicanismo.

No Rio, em 1870 foi lançado o Manifesto Republicano. Em São Paulo, na Convenção de Itu em 1873 foi organizado o Partido Republicano Paulista que iniciou a Propaganda Republicana.

Algumas Parentelas tiveram papel destacado na política republicana, como a chefiada por Prudente de Moraes, chefe incontestado, Presidente da Constituinte e primeiro Presidente civil da República.

Outras parentelas havia como a do Conselheiro do Império Rodrigues Alves que abraçou a República. Foi constituinte de 1891, Presidente da Província, Presidente da República.

* Doutora em Sociologia pela USP, Pesquisadora ligada ao CERU. E-mail: lang@uol.com.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Clientelismo e parentela foram os pilares do Império e da Primeira República

Questão que se coloca: o papel das parentelas e do clientelismo terminou da Primeira República, ou aparece ainda hoje repaginado como familismo e nepotismo?

Referências:

QUEIROZ, Maria Isaura P de. “O mandonismo local na vida política brasileira”. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1969 (14)

QUEIROZ, Maria Isaura P de. “O clientelismo numa interpretação sociológica”. In Fausto, Boris (org). III O Brasil Republicano I Estrutura de poder e economia (1889 1930). São Paulo, Difel/Difusão Editorial S.A., 1982 (3ª. Edição) pp 153-190

QUEIROZ, Maria Isaura P de. “O Partido Republicano Paulista durante o Império”



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

HISTÓRIA REGIONAL DA BAIXADA SANTISTA: DOS PRIMEIROS HABITANTES A CHEGADA DOS EUROPEUS

Rafael da Silva e Silva*

Monica Solange Rodrigues e Silva†

A presente comunicação tem como objetivo apresentar o projeto História Regional da Baixada Santista, realizado pelo Centro de Memória da Educação de Praia Grande com intuito de desenvolver um documentário sobre a História da Baixada Santista para os professores das redes de Educação da Baixada Santista e o público em geral. O projeto prevê a realização de três documentários: o primeiro abordando dos primeiros habitantes aos século XVI, sendo que este já foi lançado e encontra-se disponível para consulta na internet; o segundo sobre a Cultura Caiçara e o terceiro o processo de urbanização, verticalização e emancipações de alguns dos municípios da Baixada Santista no século XX. Foram entrevistados especialistas sobre populações sambaquis, indígenas, chegada dos europeus, mercantilismo etc. Além disso, locais de relevância histórica da região foram visitados e devidamente filmados para o registro no documentário. Além do documentário, o projeto desenvolveu uma plataforma digital e um curso para os professores da rede municipal de Praia Grande totalizando trinta horas de formação. Neste site, além do documentário, os professores e público em geral podem acessar as entrevistas realizadas ao longo do projeto com especialistas na íntegra, além de fotografias e vídeos sobre locais históricos da região. Com isso, o projeto teve como objetivo oferecer material aos professores para que pudessem problematizar a história da Baixada Santista em sala de aula, contextualizando a realidade do aluno e o contexto social da comunidade e da escola. Nesta primeira etapa o trabalho contou com autores como John Manuel Monteiro, que apresenta teorias históricas sobre a ocupação portuguesa no litoral brasileiro no século XVI e as populações indígenas; com os autores Antônio Carlos Diegues e Maria Luiza Marcílio, que trabalham com a questão da cultura caiçara, entre outros. Nesta etapa do projeto, foram disponibilizados materiais sobre a história e a cultura da Baixada Santista aos professores, no entendimento da possibilidade dos professores possibilitarem o contexto de suas disciplinas e suas práticas pedagógicas com a história regional, o local de vivência do aluno, ao contexto cultural do bairro e da escola para que assim o Ensino se torne mais significativo. A próxima etapa do projeto, já em andamento, conta com um subprojeto de história oral caiçara e transformações urbanas, onde as pessoas serão entrevistadas com questionários voltados para histórias de vida para melhor compreensão dos processos históricos da região, pesquisa no Arquivo do Estado de São Paulo, onde estão sendo estudados os recenseamentos da região no séculos XVII, XVIII e XIX, o que ajuda na compreensão das populações presentes no litoral e também o estudo dos processos de urbanização e verticalização do Litoral.

* Professor/pesquisador do Centro de Memória da Educação de Praia Grande. E-mail: seduc.portoaprendiz@praiagrande.sp.gov.br.

† Professor/pesquisador do Centro de Memória da Educação de Praia Grande. E-mail: seduc.portoaprendiz@praiagrande.sp.gov.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

FLORESTAN FERNANDES E O FOLCLORE: UM ESTUDO SOBRE AS SUAS PRIMEIRAS ELABORAÇÕES (1941 - 1962)

Rebeca Carolina da Silva Bandeira*

Esta pesquisa, em nível de mestrado, que se encontra em fase de elaboração da dissertação, consiste em investigar as concepções de cultura, educação e sociedade presentes nos primeiros escritos de Florestan Fernandes. Portanto, o período de sua formação intelectual, algo que coincide com a elaboração de conceitos construídos pelo autor, em seus estudos empíricos e também teóricos, sobre a temática do folclore. O trabalho está analisando as primeiras formulações de Florestan Fernandes, desde o período de ingresso na Universidade de São Paulo (1941) até as últimas formulações do autor (1962), momento em que o já se encontrava consolidado na carreira de sociólogo. Os estudos de Florestan Fernandes foram, em sua maioria, publicados em jornais e revistas da época e, portanto, um outro aspecto da dissertação diz respeito à análise desses suportes comunicativos. Os objetivos principais deste trabalho consistem a) na compreensão dos conceitos formulados pelo autor como cientista social ao analisar o tema do folclore, ou seja, a cultura popular; b) na realização de um mapeamento das publicações de Florestan Fernandes em jornais e revistas; e c) na tentativa de conhecer o ambiente intelectual, por meio dos suportes e revista, no qual Florestan Fernandes estava inserido. Para atingir os objetivos propostos, nos atemos aos textos publicados por Fernandes nos quais é analisada a questão do folclore, tanto nos textos originais - publicados nos suportes comunicativos - quanto os livros onde os textos foram compilados. Além disso, estamos fazendo a consulta no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Estamos, portanto, realizando uma pesquisa científica teórica consultando os materiais e as fontes que se restringe ao nosso escopo. Os resultados preliminares de desta pesquisa demonstram que a escolha, feita por Florestan, pelo tema do folclore está situada em um contexto/ambiente em que os estudos sobre o folclore encontrava seu apogeu com, inclusive, apoio governamental para a realização desses estudos. Além disso, ao pensar as contribuições de Florestan Fernandes a respeito do folclore deve ser levado em consideração os intuitos que o autor tinha para com a científicidade das pesquisas e consolidação das Ciências Sociais brasileira, algo que nos esclarece sobre a polêmica do autor com os folcloristas da época. Outros resultados diz respeito à mudança e/ou transformação dos conceitos/concepções de Florestan Fernandes acerca dos entendimento do que é o folclore ao longo dos anos, algo que deverá ser analisada mais detidamente nos últimos encaminhamentos da pesquisa.

* Faculdade de Educação/UNICAMP. E-mail: rebecacsbandeira@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

VAMOS A VOLVER! REVISÃO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER

Jéssica Mayara de Melo Carvalho*

O paper busca demonstrar o desafio de se pensar a política em termos sociológicos a partir das postulações de Pierre Bourdieu. Considerando as reflexões despertadas na execução da pesquisa doutoral, ainda em andamento, e intitulada “O tornar-se presidenta: As trajetórias de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff”, será mapeado o campo político argentino a fim de evidenciar as dinâmicas específicas desse espaço, e sua respectiva estrutura social. Devido à exigência de empirismo a esse tipo de análise sociológica, tem-se como objetivo demonstrar quais as disposições exigidas socialmente para que as mulheres se constuam como representantes políticas. Nesta apresentação toma-se como estudo de caso a trajetória da ex-presidenta, atual senadora e candidata à vice-presidência, Cristina Elisabet Fernández de Kirchner (2007-2011; 2011-2015) na Argentina.

O caso destacado é promissor ao passado que fornece elementos para compreender as formas de acesso ao poder, e à aplicabilidade da teoria geral dos campos de Bourdieu. Ao cruzar a trajetória da política, espera-se apresentar os nexos, afinidades e instituições presentes na história de vida, identificando os tipos de capitais (familiar, cultural, econômico, etc) e os determinantes como aliança matrimonial e linhagens políticas (seus “padrinhos políticos”, por exemplo). Ou seja, apreender dentro da dinâmica do campo político, que tipo de mulher, nesse contexto, logra inserir-se no poder executivo.

Para subsidiar teoricamente o debate, o conceito de capital erótico esboçado por Catherine Hakim (2013) será fundamental, atuando como marcador de gênero nos cenários políticos-eleitorais ao considerarmos a construção da imagem política feminina, suas repercussões e efeitos no campo do poder. Em síntese, as preocupações presentes do texto priorizarão a discussão sobre o processo de construção de símbolos (alusivos ou não a identidade de gênero) na formação do perfil político, os usos do marketing político e demais fenômenos emergentes do campo político ao longo da carreira pública de Fernández de Kirchner. As fontes selecionadas serão cartazes e fotografias oficiais das campanhas eleitorais e durante o exercício administrativo que integram o ritual da política na construção de uma imagem pública. A justificativa que corrobora para a delimitação dessas fontes é o alcance quase universal da mensagem imagética aos cidadãos, implicando na receptividade de um público heterogêneo, ou seja, de destinação múltipla.

* Pesquisadora na Universidade de São Paulo. E-mail: jessicamelo@usp.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O SINGULAR E O UNIVERSAL NA TEORIA SOCIAL: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS PARA SE PENSAR A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Alessandro Rodrigues Chaves*

A pesquisa analisa as propostas teórico-metodológicas que são referências nas ciências sociais brasileiras contemporâneas. Verificamos acertos e limites de duas abordagens presentes no meio intelectual das ciências sociais atuais do país, a saber, a epistemologia do sul e as referências da modernidade ocidental com pretensões universalistas. Sugerimos, contudo, um caminho teórico-metodológico alternativo para lidar com a particularidade brasileira baseados em estudos consolidados.

São diversos os pressupostos metodológicos para compreender a singularidade brasileira. Contudo, não se pode ignorar a influência decisiva que as teses produzidas no âmbito do pensamento moderno ocidental exercem sobre os estudiosos da sociedade brasileira. O estatuto teórico-metodológico de tal propositura foi/é dominante nas ciências humanas do país. No entanto, há questionamentos. Pensamos, principalmente, nas críticas elaboradas pelas concepções pós-modernas, especificamente, a denominada epistemologia do sul divulgada pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos.

O advento das formulações teórica-metodológicas classificadas como pós-modernas enfatizam a importância de uma nova metodologia, que, entre outros fatores, priorizem a especificidade de cada formação social. Dessa forma, questionam a pretensão universalista da ciência moderna produzida nos grandes centros econômicos.

No entanto, as relações sociais, econômicas e políticas no Brasil possuem estreita relação com os países do centro capitalista, desde os imperativos da colonização, passando pela modernização, até a intensificação da globalização no século XX. Deve-se levar em consideração, portanto, o fato de que há relações sociais internas nos países periféricos que se assemelham ou são explicadas pela dinâmica das tendências dos grandes centros produtores da ciência “consagrada”. Isso significa que a crítica às categorias universalistas não podem assumir uma posição excludente.

Nossa análise demonstra que a epistemologia do sul ao priorizar os aspectos locais e singulares secundariza a articulação que a particularidade possui com concepções mais abrangentes. Já as metodologias que se pautam pelas categorias universalistas da modernidade podem cair no equívoco de enxergar nos processos particulares apenas afinidades ou distanciamentos das referências modernas.

Metodologicamente, portanto, se faz necessária uma coerente articulação entre as categorias universais e as que se referem à singularidade brasileira. Trata-se de um esforço complexo e necessário. Esforço já realizado por parte da intelectualidade brasileira e que pode servir de ponto de partida teórico-metodológico para a reflexão sobre a condição brasileira.

A pesquisa se organiza da seguinte forma: primeiro, esboçamos a crítica feita pelas teses pós-modernas às concepções ocidentais universalistas, em sequência apontamos os elementos característicos da epistemologia do sul e seus limites. Em seguida, demonstramos a recente tentativa de compreensão das relações sociais no país com base nos referenciais teóricos da modernidade, ou seja, de categorias que se pretendem universais, contudo, também apontamos

* Pesquisador/Doutorando na UNESP – Araraquara. E-mail: ale.r.chaves@hotmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

possíveis limites. Por fim, desenvolvemos os estudos que consideramos bem sucedidos em articular de forma teórica e metodológica a ciência universalista com a particularidade brasileira, tratam-se das reflexões e pesquisas de Caio Prado Jr., Antônio Cândido e Francisco de Oliveira. Embora tais autores também tenham seus limites, em nosso entendimento eles servem como o ponto de partida para se formular uma postura metodologia alternativa.

O resultado, ao analisar distintas propostas metodológicas, é o de que os autores que conseguiram alcançar a articulação mencionada se pautaram pela observação do movimento concreto da sociedade e das mudanças sociais no país. Souberam identificar tanto os imperativos externos que condicionam a nossa história quanto as respostas dos agentes internos, que, sem dúvida, foi singular.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O CORDEL NA LITERATURA, NA ACADEMIA E NO PATRIMÔNIO

Yvone Dias Avelino*

A literatura de Cordel é uma das manifestações mais ricas da cultura brasileira. É muito popular nas regiões norte e nordeste brasileiro, especialmente nos estados do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba e Ceará. Pretendemos nesta comunicação discutir a importância e o significado do Cordel ter sido patrimonizado pelo SPHAN. Os folhetos de Cordel eram pendurados em cordéis (barbantes) ou cordas para serem vendidos em feiras. No que se refere ao conteúdo e linguagem o Cordel usa o humor, o sarcasmo e a ironia, além da linguagem coloquial, e tem uma intensa presença na oralidade, nas rimas e na métrica. Seus autores abordam diversos temas tais como: políticos, religiosos, folclóricos, históricos e sociais.

* Docente na PUC-SP. E-mail: yvonediasavelino@uol.com.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

DIÁLOGOS NA HISTÓRIA INTELLECTUAL: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE PIERRE BOURDIEU E RAYMOND WILLIAMS

José Ricardo Beltramini de Melo*

O trabalho tem como objetivo investigar as correspondências trocadas entre dois reconhecidos intelectuais do século XX: Raymond Williams (1921 - 1988) e Pierre Bourdieu (1930 – 2002). A partir do acesso a três cartas escritas por Pierre Bourdieu endereçadas a Raymond Williams, presentes no Richard Burton Archives (Swansea University – País de Gales), torna-se possível fundamentar a afirmação de que os autores possuíam algum vínculo direto, cabendo agora apontar quais foram. A base teórica da pesquisa se fundamenta nas principais obras do autor galês, de seu correspondente francês e os seus comentadores fundamentais, como Maria Elisa Cevasco, Dai Smith, Jogn Higgins e Daniel Williams referentes à Williams e Loïc Wacquant, Gisèle Sapiro, Roger Chartier e Sergio Miceli relativos à Bourdieu, visando a compreensão e aprofundamento dos seus estudos e os desdobramentos que os autores promoveram durante seus escritos e atuações políticas. Enquanto métodos, a pesquisa compreende fundamentalmente a investigação nos arquivos já mencionados e – para compor um fundamento epistemológico sobre os dois autores e parte de suas obras – efetuar uma leitura da teoria elaborada por Raymond Williams a respeito da cultura e da sociologia da cultura realizada por Pierre Bourdieu. A análise adotada para compreender as correspondências existente entre os dois intelectuais se constitui enquanto formas biográficas de suas trajetórias dentro do contexto da história intelectual e cultural do século XX, circunscrevendo o intelectual enquanto categoria social e recuperando o contexto social dos autores. A análise das correspondências busca uma investigação nas formas de escrita das correspondências trocadas, comentários a respeito de suas publicações e sugestões mútuas entre os autores. No material acessado até a data desta comunicação, o que move o contato entre os autores foram planos para realizações de publicações em conjunto e pedidos de cunho editoriais. Partindo desses conteúdos, busca-se por meio de investigações nos arquivos da universidade galesa, assim como nos arquivos pessoais de Pierre Bourdieu, presentes na École Pratique des Hautes Études, um levantamento mais definido do diálogo, que pode possibilitar a verificação dos trabalhos citados nestas correspondências, assim como quais os temas e assuntos que motivaram o contato entre os intelectuais.

* Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Faculdade de Educação/FE. E-mail: jrbeltramini@hotmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

OS DIÁLOGOS TRUCANDOS DE PLATÃO E A ORALIDADE

Ettore Quaranta

A presente pesquisa não é especificamente sobre Filosofia já que tem como fonte histórica *Os diálogos truncados de Platão* que tratam da Atlântida, e o *Timeu e o Critias* que mais se aproximam do mundo mítico - assim parecem - do que de uma realidade histórica e concreta. Englobam mais na questão da Oralidade, com pouquíssimo apoio dos principais historiadores gregos, como Heródoto e Tucídides, em que priorizam os discursos filosóficos. Desde a época platônica os seres humanos têm se encantado com o Continente perdido, levando a sério a sua busca - tanto em tentativas geográficas (América, Oriente, Sardenha, Suécia) quanto na Literatura de Rabelais, Bacon, Swift. Nossa indagação é compreender em que medida tendem a ser históricos, em que base se apoiam o conteúdo das duas fontes, principalmente filosófica e depois histórica. O presente estudo busca demonstrar a importância da oralidade na Antiguidade. Problematiza e exemplifica o Mito da Atlântida, segundo Platão. É um estudo que prioriza a oralidade que era a base da transmissão cultural e da educação na Antiguidade greco-romana. O estudo tem o intuito de colaborar com os estudos sobre a oralidade na atualidade.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Migrações I



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

MIGRAR PARA SER MÃE: IMIGRAÇÃO ANGOLANA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Aline Lima Santos*

Dirce Trevisi Prado Novaes†

Maria de Fátima Guedes Chaves‡

O presente trabalho observa o fluxo de mulheres angolanas que especialmente a partir dos anos 2010 migraram para o Brasil, sobretudo para São Paulo, motivadas pela maternidade, em busca da reprodução assistida, assistência hospitalar ao parto e/ou à procura de assistência à saúde para a mãe e assistência médica à primeira infância. Essa delimitação não é representativa de toda a imigração angolana no país, visto que esse fenômeno acompanha a história de Angola e do Brasil, com distintas fases e movimentos impelidos por diferentes circunstâncias espaço-temporais desde o período colonial. Dito isso, destaca-se que o tema tem despertado interesse de pesquisadores na área de saúde e dos estudos migratórios, aos quais nos somamos. As pesquisas, inclusive esta, assumem caráter exploratório, visando a familiarização com o tema ainda pouco estudado no Brasil. A sua importância reside na promoção da visibilidade dessas mulheres imigrantes e nas oportunidades de discussões e reflexões sobre o que há de inédito e de continuidade na imigração angolana, possibilitando maior compreensão de seu caráter multifacetado e complexo.

Adota-se como fundamento teórico a compreensão histórico-estrutural dos movimentos migratórios. Isto é, assume-se a premissa de que o fenômeno das migrações, em suas variadas vertentes (emigração, imigração, retorno, circularidade, etc.) é constituinte e indissociável de processos de modernização engendrados pelo capital, que alteram significativamente as estruturas sócio-espaciais. Daí resulta uma abordagem que busca contextualizar no tempo e no espaço a migração de mulheres angolanas para o Brasil, considerando a categoria gênero como indispensável à sua compreensão, já que seu caráter transversal às relações sociais, culturais, espaciais, econômicas e políticas é elemento concreto das condições histórico-estruturais.

A contextualização foi feita principalmente com a utilização de dados secundários provenientes do último recenseamento angolano e brasileiro, realizado em 2014 e em 2010, respectivamente. Combinou-se a isso procedimentos de abordagem qualitativa, como entrevistas semi-estruturadas com mulheres imigrantes angolanas e outros atores de interesse. Entre novembro de 2017 a julho de 2018, foram realizadas vinte e duas entrevistas com mulheres imigrantes angolanas que chegaram no Brasil a partir de 2013 e que, além disso, cumpriam pelo menos um dos critérios de seleção: 1) vieram grávidas ou não, mas aqui deram à luz; 2) vieram em busca de tratamento de reprodução assistida. Pelos dados obtidos e observações realizadas, constatou-se que muitas dessas mulheres que migraram para o Brasil são motivadas pelo desejo de cumprir o papel social destinado às mulheres em Angola, onde “ser mulher” se completa com a maternidade. A maioria delas vieram sem seus companheiros, chegaram nos últimos meses de gravidez e usam principalmente serviços públicos de saúde para acompanhamento da fase final de gestação e parto. Há casos de mulheres privilegiadas economicamente que fazem caros

* Pós Doutoranda na Universidade de São Paulo. E-mail: aline.lisan@gmail.com.

† Doutoranda na Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP. E-mail: dirce.trevisi@gmail.com.

‡ Pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo e Cátedra Sérgio Vieira de Melo. E-mail: fachaves54@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

tratamentos de fertilização. Em ambos os casos o visto de turista é o documento de entrada e a seguir elas optam por solicitar status de refúgio. A legislação brasileira possibilita que após o nascimento do bebê haja reunião familiar, estratégia também utilizada para permanência regular no país. Nem sempre a maternidade é um sonho alcançado no Brasil, que, desta forma se constitui em um locus de esperança e frustração da plenitude do “ser mulher”. Espera-se com essa pesquisa instigar a curiosidade e aumentar o interesse que esses movimentos evidenciam nas relações migração-maternidade, migração-desenvolvimento; migração-gênero.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

EDUCAÇÃO MULTICULTURAL E OS RECENTES FLUXOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL

Marinaldo de Almeida Cunha*

Este artigo apresenta o andamento de uma pesquisa de doutoramento que tem como motivação os impactos da recente imigração nas escolas brasileiras. Trata de pensar a educação multicultural como caminho para minimizar os problemas que algumas escolas têm apresentado muitas vezes por ainda não saberem lidar com a chegada de um número expressivo de alunos de origem estrangeira provenientes de novos fluxos migratórios no Brasil vindos, por exemplo, de países como Bolívia, Haiti, Síria, Cabo Verde e Venezuela. Alicerçada sob conceitos de migrações (incluindo o sujeito migrante e suas derivações), multiculturalismo, identidade, educação multicultural, e estimulada pela análise de um mundo líquido, no qual o homem começa a se superar como indivíduo moderno, a pesquisa é composta de análise quantitativa com a apresentação dos dados compilados do Educacenso (censo escolar do INEP) dos anos de 2016 e 2017. Também faz parte da pesquisa uma etapa qualitativa, na qual são apresentados dados coletados em entrevistas semiestruturadas com sujeitos que imigraram no Brasil nos últimos anos e têm filhos matriculados na escola. Os primeiros achados mostram que o país ainda carece de uma orientação no que se refere ao bom acolhimento de alunos imigrantes, posto que se constata que a escola matricula, mas não dá atenção às necessidades particulares apresentadas por essas crianças e jovens, principalmente na inclusão do outsider, sendo a barreira da língua o primeiro fator excludente. O caminho pensado pelo pesquisador aqui em questão como possibilidade de atenuar esse tipo de exclusão é trilhado por meio da Educação Multicultural, a qual, grosso modo, enxerga a heterogeneidade do ambiente escolar com a finalidade de reconhecer as diferenças e oferecer a equidade de oportunidades. Ademais, a pesquisa também constata que alguns dos indivíduos entrevistados não carregam tanto a marca da origem, isto é, apresentam mais o caráter global, fluido, do que uma identidade nacional de origem, o que estimula a continuidade dessa pesquisa focando o olhar sobre as questões que versam sobre a possibilidade de um indivíduo pós-moderno.

* Estudante de Pós-Graduação (Doutorado) na PUC-SP. E-mail: marinaldo.a.cunha@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O FLUXO MIGRATÓRIO CHINÊS NO DISTRITO DA LIBERDADE SOB O CONTEXTO DA HOSPITALIDADE

Cesar Kizaka Umekita*

O tema deste trabalho concentra-se no fluxo migratório de chineses e a sua influência no distrito da Liberdade, em São Paulo, sob a ótica da hospitalidade: o ato de acolher, cuidar e retribuir, no que se refere à relação entre anfitrião e hóspede. A concentração de japoneses no distrito remonta a 1912, quando imigrantes começam a ocupar a rua Conde de Sardezas, uma ladeira íngreme com um riacho e área de várzea, e se expandem para outras ruas da região, que também abriga outras nacionalidades. Atualmente, pessoas vivem como residentes e trabalham nessa localidade. A área recebe também, muitos visitantes e turistas para fins de lazer, fazendo dela um importante ponto turístico da cidade. Atualmente conhecida como uma região de asiáticos, a Liberdade sofre diversas transformações de identidade cultural nas últimas décadas, em virtude da chegada de grupos étnicos, principalmente os provenientes da China, o que resulta em uma ameaça para sua identidade japonesa. Apesar de ainda ser imperceptível, o bairro sofre a influência dos chineses que, gradativamente, causam impactos na alteração da cenografia, nas relações entre anfitrião e hóspede, no comércio local, e como resultado, introduzem seu legado étnico e hospitalidade. O trabalho objetiva verificar como tem-se dado a apropriação do legado étnico chinês e da sua hospitalidade pelo turismo.

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, por apurar fatos históricos, lidar com relações humanas, sentimentos, percepções e intenções. Quanto aos fins, ela é descritiva por expor características dos grupos étnicos chineses e seus fluxos migratórios. Estão sendo realizados estudos e interpretação dos fatos, através de levantamento bibliográfico e da observação participativa. Pode-se verificar dados referentes à imigração de japoneses nesses estudos, mas pouco sobre a imigração chinesa. Pela observação, foi possível notar a presença dos imigrantes chineses de diversas etnias e regiões da China, através de seus dialetos e costumes e a presença de estabelecimentos comerciais, pela sua cenografia interna e externa. As considerações iniciais apontam para a apropriação do legado étnico e da hospitalidade chinesa pela atividade turística, no que diz respeito à oferta de restaurantes, mercearias, lojas e eventos.

* Aluno de Pós Graduação na Universidade Anhembi Morumbi. E-mail: ckidiomas@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

AS FAKE NEWS E O FLUXO DE REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL

Edna Fátima Pereira da Silva*

A condição do sujeito-receptor nas relações das comunicações sofreu profundas mudanças com o avanço das redes sociais digitais. O protagonismo individual e também de grupos, no processo gerador e disseminador de informações é uma realidade propiciada pelo surgimento e avanço dos canais virtuais.

Este artigo traz como objeto de estudo as fake news acerca dos refugiados venezuelanos e como a onda de boatos impactou no imaginário coletivo, provocando reações xenófobas por parte de alguns grupos de brasileiros, a partir de visões distorcidas quanto aos propósitos humanitários de integração dos refugiados venezuelanos no Brasil.

Observa-se ainda neste estudo que à medida que mais pessoas se informam pelas plataformas das redes sociais, mais as fake news avançam como conteúdo a confundir as massas. A xenofobia, por exemplo, passou a fazer parte dos sentimentos de brasileiros contra a presença de venezuelanos no país, motivada pela falta de esclarecimentos oficiais por parte do governo não apenas para informar, mas também como forma de contra-ataque às sensações provocadas pelo imaginário coletivo sobre fake news associadas à entrada de refugiados no Brasil em sua plena crise econômica histórica, que elevou o desemprego a mais de 14 milhões de postos de trabalho. A metodologia de análise utilizou pesquisa de publicações pela imprensa e referências bibliográficas.

O estudo se baseará em autores como Zygmunt Bauman em *Estranhos à sua porta*, obra que traz uma reflexão sobre a crise humanitária, assim como obras com abordagens teoria acerca do imaginário assinadas por autores como Danielle Perin Rocha Pitta, com a obra *Iniciação à Teoria do Imaginário* e Maurício Ribeiro da Silva com o livro *Na órbita do imaginário: comunicação, imagem e os espaços da vida*. A pesquisa é complementada com consulta ao site da Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre políticas migratórias e aos sites Poder360; Boatos.org; Agência Brasil EBC e Direito Eleitoral Info de onde foram extraídos dados que alicerçaram as análises expostos ao longo do artigo.

Palavras-chave: imaginário, fake news, refugiados, crise, venezuela.

* Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: edna.trade@gmail.com



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O IMIGRANTE ÁRABE E SUA COZINHA COMO INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO E IDENTIDADE NA ATUALIDADE

Alfredo Ricardo Abdalla*

Este estudo busca características identitárias contemporâneas para com a comida árabe, dita libanesa, na cidade de São Paulo do século XXI. Partindo do pressuposto firmado por (TRUZZI, 2005, pp. 65,66), no qual os costumes árabes já eram familiares aos brasileiros antes do início da colonização no final do século 19, devido a escravos africanos muçulmanos malê e a dominação árabe na península ibérica. Chegando até nossos dias onde há a singularidade de o Brasil ter absorvido a culinária árabe numa proporção maior a qualquer outro país que recebeu contingentes imigratórios do Levante ou Oriente Médio. Nestes nossos dias, na cidade de São Paulo é importante tentar demarcar as características identitárias da cozinha árabe sob o ponto de vista da população atual, que não percebe o vínculo desta cozinha com o passado histórico de afirmação desta etnia. Esta percepção identitária descaracterizada de suas raízes para com esta cozinha é corroborada pela pesquisa etnográfica e de história oral com representantes da comunidade, descendentes e recém imigrados. Este desenrolar da imigração árabe que começa no final do século XIX, chegando até nossos dias, tem numa das razões de seu sucesso de inserção, a gastronomia. E hoje, esta imigração continua, retomada e intensificada pela Primavera Árabe, diásporas e disputas religiosas e políticas, cada vez mais intensas. Nos levam, a formular pelo tempo de ocorrência no país, esta cozinha árabe, vai se transformando, em parte pela ação do próprio tempo, transformações da sociedade e dos modus operandi, na produção de utensílios e ingredientes e em parte pelos vários tempos necessários à produção do alimento. O tempo necessário a manufatura do alimento, não é mais o mesmo e, o tempo necessário a apreciação do acepipe, acompanhado de seus rituais de comensalidade e degustação também mudou, levando a novas percepções sobre o prato. Em (MARANHÃO, 2009, pp. 31,32), se constata o surgimento de fast foods de comida árabe, populares, com preços bastante acessíveis, onde somente em uma destas empresas chega a vender 50 milhões de esfihas e 30 milhões de quibes ao mês no país. Portanto o transeunte, o trabalhador, o office boy ou mesmo o moto boy, somente para citar alguns dos possíveis clientes, da ampla gama de demanda destas redes de fast food, ao fazer destes quitutes sua refeição ou lanche rápido não tem a mínima percepção histórica ou étnica desta comida. O que permite conjecturar, existe algum significado étnico e identitário, ou mesmo, qual a relação com o passado histórico de um quibe ou qualquer outro acepipe consumido, num fast food, boteco, self service, 'restaurante típico' ou qualquer outro estabelecimento. Uma vez que na modernidade se vive a experiência pela experiência, desvinculada de seu histórico e significados.

* Doutorando na PUC-SP. E-mail: aricardoab@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

MARCADORES IDENTITÁRIOS MATO-GROSSENSES: A COMIDA NOS RASQUEADOS

Regiane Caldeira da Silva*

Maria Inês Rauter Mancuso†

Como expressão cultural e entretenimento, a música configura-se como aparato de estudo e compreensão de espaços e realidades sociais, instrumento para o compartilhamento e exposição de vivências e memórias. Sem pretensão de estudar mudanças sociais como fez Antônio Candido por meio da música-cururu, este estudo busca observar o papel da comida nas letras de rasqueado, estilo musical mato-grossense. Dados foram gerados primeiramente por busca online de trabalhos que versam sobre o rasqueado, depois por músicas e suas letras com as palavras-chave “rasqueado mato-grossense”, o que incluiu vídeos do Youtube. Além disso, foi utilizada a lista de artistas do rasqueado cuiabano compilada por Arruda (2007), dividida em velha guarda e nova geração. Os trabalhos de Ariano (2002), Benites (2010) e Porto *et al* (2005) foram também úteis na identificação de artistas e músicas, assim como para conhecimento do rasqueado. Ao todo foram selecionadas nove músicas. Notou-se que a comida no espaço-música desenvolve o papel de marcador identitário, instrumento representativo da cultura mato-grossense, cantada com alegria, muitas vezes com saudade, nostalgia e crítica. Juntamente com outros elementos, estabelece uma estrutura (dinâmica) que aponta “fazemos e/ou comemos isso/aquilo pois somos cuiabanos e/ou mato-grossenses”, o que corrobora com o que aponta Brillat Savarin (1995, p.21) “dize-me o que comes e te direi quem és”. Logo, comida não serve apenas para encher o estômago, serve para pensar, comunicar e compreender o que nos faz humanos, como destaca Lévi-Strauss (2004).

Palavras-chave: Cultura; Gosto; Música; Típico.

* UNEMAT. E-mail: regianecaldeira@unemat.br.

† - UFSCAr. E-mail: Inesmancuso48@gmail.com



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

TIMBRES EM TRÂNSITO: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADES, NORDESTES E MÚSICA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Lucas Rabello Trindade Pulice*

Este trabalho se desenvolve em torno de dois temas que são eixos centrais para a pesquisa: migração e identidade. Partindo da perspectiva de que vivemos em um contexto pós-moderno, onde os indivíduos mobilizam diversas identidades, o estudo tem o objetivo de entender como musicistas que nasceram em estados do Nordeste conduziram suas carreiras em São José dos Campos (SP), levando em conta a relação ou não com ritmos nordestinos, suas influências musicais ao longo da trajetória, se a identidade nordestina é acionada ou não e em quais momentos isso acontece. Diante da imprecisão do conceito de Nordeste cabe a este trabalho reforçar os debates acerca do tema e problematizar questões relevantes ao assunto. A pesquisa propõe também se aprofundar em discussões importantes no campo da música, o cenário musical no âmbito joseense, questões em torno da música como carreira profissional no Brasil e o mercado de trabalho para musicistas. A metodologia da História Oral foi fundamental para a pesquisa, foram entrevistado(a)s nove musicistas e um radialista da cena musical joseense, nordestino(a)s. Da viola à bateria, do trompete ao baixo elétrico, em diferentes sotaques, os entrevistados e entrevistadas apresentam trajetórias diferentes e suas atuações musicais transitam por diferentes gêneros reafirmando a heterogeneidade e pluralidade dos Nordeste existentes, contrário aos estereótipos e construções imagético-discursivas sedimentadas. O título timbres em trânsito faz referência aos musicistas migrantes que ao migrar transitam entre identidades e também no fazer musical.

* Estudante de Pós Graduação Programa de Estudos Culturais na EACH USP. E-mail: lucas.pulice@usp.br.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Educação



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A METAMOTIVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Oscar Tadeu de Assunção*

Cada vez mais os educadores estão recorrendo a novas estratégias para entender as diferenças individuais de aprendizagem. Hoje, é bastante evidente que os aprendentes se utilizam de variados métodos para suprir suas necessidades cognitivas, fato que gerou o escopo de nossa pesquisa, a qual buscou auferir tais técnicas e, a partir dessas, nortear possíveis caminhos a serem seguidos, por educadores, nos mais variados níveis da educação. Nosso objetivo foi identificar as estratégias, metamotivadoras, utilizadas pelos alunos de escolas públicas e particulares, dos ensinos fundamental, médio, técnico e superior, que estabelecessem uma relação entre o mundo que os cerca e a apreensão de conhecimentos. Além de investigar a relação entre estratégias de aprendizagem e suas variáveis quantitativas, buscamos analisar os padrões cognitivos de diferentes grupos. Nossa amostra abrangeu 458 alunos das redes pública e particular das cidades de Guarujá e Bertioga, além de 58 alunos de cursos técnicos da cidade de Guarujá e 96 alunos do ensino superior da cidade de Bertioga, dos cursos de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Recursos humanos e Direito, além de auferimos a opinião de 18 professores das mais variadas formações. Diferenças no uso de estratégias foram observadas quando agrupamos os participantes de acordo com seus interesses, tipo de programa, idade e nível de notas. Resultados significativos foram alinhados nas análises multivariadas. Usamos um estudo discriminante para auferimos algumas funções significativas. A técnica utilizada foi a das análises diagnóstica e prescritiva, as quais produziram os resultados almejados. Questões acerca do protagonismo, metacognição, indagação, reflexão, avaliação, engajamento e mediação foram vitais para direcionarmos dos resultados de nossas análises e conclusões. Decidimos, ainda, por uma abordagem quantitativa, embora em alguns momentos a pesquisa teve um viés qualitativo, mas não envolvendo o emprego de técnicas sofisticadas. Porém, o principal foco deste estudo é quantitativo, pois visa analisar o problema de modo a compreendê-lo não por meio da qualificação do comportamento do indivíduo dentro de um grupo, mas sim, do grupo e do indivíduo em relação ao grupo por instrumentos estatísticos.

Palavras Chave: Metamotivação, Protagonismo, Metacognição, Indagação, Reflexão, Avaliação, Engajamento e Mediação

* Professor na Faculdade Bertioga/E.M. Primeiro de Maio. E-mail: mestre.oscar@hotmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

SURDOCEGOS E OS DESAFIOS NOS PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS: OS MEDIADORES E A TECNOLOGIA ASSISTIVA

Elaine Gomes Vilela*

O presente trabalho é uma Pesquisa de Mestrado em Educação concluída e aprovada no ano de 2018 e foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) teve por objetivo evidenciar que ao longo da história, muitos surdocegos foram marcados pelas práticas de exclusão que reforçaram a inacessibilidade aos espaços de conhecimento. Nesse contexto, esta pesquisa investigou a trajetória formativa de surdocegos nos diversos níveis de escolarização, explanando os desafios contidos na sociedade em detrimento da exclusão. O objetivo foi compreender o que emergia quando surdocegos refletiam sobre os processos pelos quais passaram, considerando sua singularidade, a partir da aquisição linguística de formas de comunicação desenvolvidas de acordo com suas necessidades, além dos recursos de tecnologia assistiva utilizados. A escola é um local propício de desenvolvimento e traz algumas questões gerativas nesse âmbito dentre elas: Como ocorre a comunicação e a socialização? Quais práticas pedagógicas podem ser utilizadas? Quais recursos de tecnologia assistiva favorecem a promoção de ensino aprendizagem? Qual a importância do mediador na comunicação? Do ponto de vista teórico, algumas referências são primordiais sendo: McInnes e Therffry (1997), Bertoni e Ferioli (1995), Baldwin (1997), Galvão (2010), Maia (2004), Cader-Nascimento (2006) e Watanabe (2017). Esta pesquisa foi fundamentada na abordagem qualitativa de cunho exploratório, na modalidade da pesquisa narrativa desenvolvida por Clandinin e Connelly (2015), na perspectiva autobiográfica a partir das percepções de Ferrarotti (2010), Josso (2010) e Creswell (2010). A investigação apresenta o processo de formação de vínculo da pesquisadora com os participantes da pesquisa a partir de troca de experiências. Também é apontada a trajetória da aquisição de linguagem de Helen Keller, uma surdocega mundialmente conhecida e, um breve recorte da etiologia da surdocegueira. O estudo traz possibilidades de atendimento ao invés de limitações além de citar estratégias e recursos de tecnologia assistiva facilitadores. A pesquisa explana a utilização dos sentidos sensoriais remanescentes, algumas formas de comunicação dentre elas a comunicação social háptica, os mediadores e a atuação da família. Todos esses pressupostos serão evidenciados por meio das narrativas de experiências dos participantes. Os resultados evidenciaram que é necessário um olhar aguçado sobre as necessidades e as possibilidades. Dentre outros aspectos o estudo desvela a escassez de pesquisas na área da surdocegueira no tocante a técnicas de guia-interpretação e utilização da comunicação social háptica, entretanto inicia-se aqui um estudo distinto abrindo fronteiras para futuras discussões, instigando pesquisadores que venham a agregar a este campo de conhecimento.

Palavras-chave: Inclusão. Surdocegueira. Escola. Comunicação.

* Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: nanevilela@hotmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

TRABALHO DOCENTE E RELAÇÕES DE GÊNERO: REPERCUSSÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS (ES) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Mariana Fonte Boa Deodato*

A temática da presente pesquisa se insere no debate sobre as condições de trabalho docente e questões de gênero, sendo foco desta proposta as repercussões das relações de gênero sobre a formação de professoras e professores da rede municipal de ensino de São Paulo (RME/SP). A organização da educação no Brasil passou por constantes mudanças ao longo da sua história. O controle do ensino era dominado pela Igreja até o século XVIII, quando o poder público o assumiu, tendo início o processo de profissionalização docente, com enfoque para a formação de professoras (es). Com a expansão das escolas, parecia vantajoso que as mulheres se tornassem professoras, atendendo aos ideais republicanos de nação e possibilitando o trabalho feminino em uma ocupação adequada às características consideradas exclusivas de mulheres, como maternidade e cuidado, permitindo ainda a conciliação com as tarefas domésticas. Percebe-se que a feminização do magistério ocorreu ao mesmo tempo em que o trabalho docente se tornou mais precarizado e desvalorizado. Nas últimas décadas, a formação de professores passa a ser utilizada para atender à lógica de produtividade e se torna alvo de disputa entre aqueles que defendem uma formação menos teórica e mais prática e aqueles que defendem uma formação teórica sólida aliada à prática. Dados demonstram que as mulheres são a maioria dos profissionais na educação básica brasileira, porém, o mesmo não ocorre de maneira geral no ensino superior, o que denota que o trabalho feminino é considerado de menor valor e prestígio. As principais autoras que darão suporte para as análises como referencial teórico são Joan Scott (1995), Eneida Shiroma (2003) e Dalila Oliveira (2010), entre outras (os). O objetivo deste estudo é investigar as repercussões das relações de gênero relacionadas a formação docente e condições de trabalho, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP), bem como contribuições da literatura da área. Partindo de uma pesquisa de cunho quantitativo, foram levantados dados referentes ao sexo, raça, escolaridade e cargo das servidoras e servidores da SME/SP. Os dados demonstram que cerca de 43% do total de docentes possui pós-graduação lato sensu, enquanto 2% fez mestrado ou doutorado. As mulheres perfazem 86,5% da RME/SP, no entanto, apenas 1,6% destas possuem pós-graduação stricto sensu, ao passo que 5% dos homens fizeram mestrado ou doutorado. Por outro lado, em torno de 44% das mulheres e 33% dos homens possuem pós-graduação lato sensu. Presume-se que este tipo de formação seja mais aproveitado pelas mulheres por ser, em grande parte, a distância, permitindo flexibilidade de tempo de dedicação ao estudo. Pode-se notar que as mulheres enfrentam mais obstáculos para estudar, sobretudo as mulheres pardas e pretas, principalmente para realizar formações fora da rede em que atuam, devido ao acúmulo de jornadas de trabalho e tarefas domésticas.

* Estudante de Pós-Graduação Nível Mestrado na Universidade Federal de São Paulo - Unifesp - Campus Guarulhos. E-mail: mfbdeodato@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

QUINTAL AGROECOLOGICO E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM ESCOLAR

Mariana Leis Balsalobre*

Este trabalho apresenta a conclusão do início de um percurso investigativo sobre a relação entre a paisagem escolar e os processos de aprendizagem, tendo como campo de análise o Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão. Durante o movimento estudantil de 2016 alunas construíram novos trajetos dentro da escola e exploraram áreas não utilizadas no cotidiano escolar, dentre elas a área externa ou quintal da escola e, em conversas, relataram a sensação de que partes da área externa lhes causava má impressão. A partir dessa provocação surgiu a proposta do projeto dessa pesquisa, que foi viabilizada pela aprovação em edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão. A mesma buscou analisar as potencialidades e impactos nos processos de ensino aprendizagem que uma possível mudança na percepção do espaço escolar pelos alunos, a partir da implantação de um quintal Agroecológico no ambiente escolar, pudessem causar. Para isso se elaborou e realizou a aplicação de um método quantitativo/ participativo para captação da percepção dos alunos dos 8º e 9º anos sobre o espaço escolar antes e depois de intervenções agroecológicas. A metodologia consistiu em separar as turmas em grupos, para cada grupo era apresentada uma foto do espaço que deveria ser avaliada e discutida e para todos os alunos do ensino fundamental. Essas ações ocorreram em um intervalo de nove meses. Após esse período, aplicamos novamente a metodologia para captar a percepção do espaço pelos alunos no intuito de averiguar as alterações na percepção do espaço escolar. O resultado nos mostrou que houve uma melhora na percepção desses espaços, as sensações de satisfação foram mais recorrentes na segunda do que na primeira aplicação, embora o tempo para que modificações realmente se revelassem tenha sido curto. Ao aplicarmos a metodologia percebemos a dificuldade dos grupos em chegar a um consenso sobre alguns espaços e, também, que os alunos que se envolveram nas ações agroecológicas no quintal tiveram uma percepção mais positiva do que os que não participaram.

No entanto esses resultados pouco nos dizem sobre os possíveis impactos nos processos de ensino aprendizagem escolar ocasionados pela instalação de um quintal agroecológico. Mas é possível notar que ele passou a fazer parte do trajeto de alunos em horários livres, tanto dos que participaram do curso livre de agroecologia, que por vezes levam colegas para mostrar ou ali vão para lançar suas investidas investigativas espontâneas (construir habitats para minhocas, coletar diferentes insetos, colher flores), como por alguns curiosos ou interessados em mamões e melancias. Esses novos percursos revelam que um quintal agroecológico pode diversificar as formas de convívio, levantar novas reflexões, acionar memórias familiares e comunitárias e trocas entre os alunos.

Teoricamente essa pesquisa, ainda de caráter exploratório, nos permitiu vislumbrar caminhos de análise e reflexão da escola a partir de conceitos e instrumentos de análise geográficos, o que fizemos sob a luz de Milton Santos. Embora a escola possua um sistema de normas, objetos e ações alinhadas à racionalidade dominante, o qual inclusive invisibiliza outras racionalidades, ainda assim é possível apresentar racionalidades concorrentes ou mesmo criar possibilidades para geração de outras racionalidades dentro do espaço escolar. Oportunizar espaço e tempo para que alunos e alunas tenham possibilidade de vivenciar a natureza de forma mais direta e menos mediada pela técnica, parece potencializador para geração de novos horizontes.

* Professora EBTT na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: mariana.balsalobre@ufma.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

LEI BERENICE PIANA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Aluana Xavier de Lima*

Considera-se o Transtorno do Espectro Autista um comprometimento neurológico expresso por aspectos singulares que se orientam por meio da interação social, comunicação e comportamento. Manifesta-se em diferentes graus, desde o nascimento, acometendo habilidades inerentes ao desenvolvimento. Diante do diagnóstico e das características peculiares à síndrome alargou-se movimentos sociais, de famílias com filhos nesta condição originando a Lei 12.764/12, que institui a "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista", mais conhecida como Lei Berenice Piana ou lei do autismo. A promulgação do documento determina diretrizes para proteção de direitos do indivíduo com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especificando medidas obrigatórias para atendimento adequado de pessoas nesta conjuntura, nas esferas da educação, saúde, proteção social e exercício da cidadania. Em um levantamento de análise bibliográfica, explanou-se a referida lei na perspectiva da educação inclusiva, junto a um panorama histórico das políticas públicas provenientes da Educação Especial que precedem a supracitada conquista para pessoas com esta deficiência, bem como as concepções do transtorno. O presente estudo tem como objetivo investigar o impacto desta norma no âmbito da educação, na cultura escolar como processo que transcende a escolarização do aluno com autismo, com o propósito de refletir sobre a relevância desta regulamentação na vida das pessoas com TEA e de suas famílias. Os resultados mostram a importância da lei em relação ao acesso à educação e a organização educacional para a inserção de alunos com TEA no ensino regular e corrobora para a compreensão do fenômeno, em um contexto interdisciplinar, do sujeito diante de uma subjetividade exclusiva.

* Aluna na Universidade Santo Amaro. E-mail: aluana.limawa@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

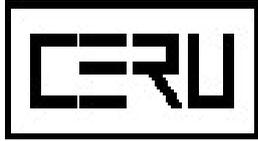
São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O CONCEITO DE SOCIALIZAÇÃO EM DISSERTAÇÕES E TESES: UM ESTUDO SOBRE O CAMPO DA EDUCAÇÃO MUSICAL

Adriana Bozzetto*

O presente trabalho é um recorte da pesquisa de pós-doutorado em andamento que tem como objetivo realizar um levantamento sobre o uso do conceito de socialização nas áreas de Educação e Educação Musical, de 1990 a 2018, na perspectiva de um trabalho documental. No âmbito da pesquisa qualitativa, a análise documental “permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”, além de contribuir para “a observação do processo de maturação ou de evolução” (Cellard, 2008, p. 295). O estudo justifica-se pelo interesse em conhecer e discutir o panorama de trabalhos que abordam o conceito de socialização, entendendo o mesmo enquanto processo educativo em múltiplos espaços presentes na contemporaneidade. Nesta comunicação, serão apresentadas dissertações e teses de Programas de Pós-Graduação em Música reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que têm trabalhado a perspectiva das teorias sociológicas da socialização, buscando desvelar desdobramentos temáticos a partir das categorias analíticas construídas. Dos dezenove programas específicos em Música, cinco estão avaliados com notas 5 a 7. São eles: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), esta com o maior número de trabalhos. A intenção desta comunicação é considerar o potencial analítico do conceito de socialização no campo da Educação Musical e como o mesmo tem sido mobilizado em trabalhos acadêmicos no Brasil, revelando os amplos e difusos espaços em que os indivíduos aprendem e ensinam música, constituindo suas identidades. Para tal, foi a partir do corpus documental constituído que desmembrou-se cinco categorias em que o termo socialização funcionou como operador analítico: 1) socialização musical e profissionalização, 2) socialização musical escolar e não escolar, 3) socialização musical e mídias, 4) socialização musical e família e 5) socialização musical e religião. Na perspectiva das dezoito dissertações e teses reunidas, o estudo contribui para revelar diferentes espaços em que o conhecimento musical é construído. O mundo em que crianças e jovens vivem, hoje, está tomado por distintos “quadros, modalidades, tempos e efeitos” (Lahire, 2015) de experiências de socialização, nas quais estes indivíduos se formam e com as quais se confrontam. Conhecer e refletir sobre processos de socialização musical na contemporaneidade implica o entrelaçamento entre novos temas, novas demandas e desafios nos múltiplos espaços em que se aprende música, seja na escola, através das mídias, da religião, na família ou em outras instâncias capazes de constituir “disposições sociais que fazem com que nunca se chegue totalmente por acaso em um domínio de atividade ou em uma prática” (Lahire, 2015, p. 1399). Para além dos muros escolares, também se aprende música através de uma miríade de experiências e espaços socializadores da vida cotidiana.

* Pós-Doutoranda na Universidade de São Paulo (FEUSP). E-mail: adriana.bozzetto@gmail.com.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Questões Rurais



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O EXTREMO SUL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO COMO ÁREA RURAL E PERIURBANA E OS DESAFIOS PARA SEU ESTUDO E COMPREENSÃO

Angélica Campos Nakamura*

Este resumo traz um dos aspectos desenvolvidos ao longo da pesquisa de mestrado, já apresentada e defendida, sobre o extremo sul do município de São Paulo e a cooperativa de agricultores da região, a Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas). O objetivo é apresentar um pouco mais sobre como é essa região e os desafios de análise e estudo sobre ela, visto que traz uma discussão importante sobre o rural e o urbano, seus limites, suas influências e em como se dá a realidade concreta.

No extremo sul do município de São Paulo, ainda é possível encontrar sítios onde se realizam a agricultura, a qual produz alimento para a cidade, aldeias indígenas, vegetação nativa e nascentes de água. Existem duas áreas de Proteção Ambiental (APA), a APA Capivari-Monos e a Bororé-Colônia, criadas com o intuito de ajudar na conservação e preservação dessa região.

A agricultura ainda se faz presente, mesmo que em relação ao início do século XX tenha diminuído em área e produção. Há tanto agricultores convencionais, que plantam com agrotóxicos e insumos agrícolas, como agricultores que buscam uma produção considerada ambientalmente mais saudável, orgânica, agroecológica e biodinâmica. Parte desses agricultores fazem parte da única cooperativa agrícola do município, a Cooperapas. O grupo produz e comercializa apenas produtos orgânicos e agroecológicos, vendendo para mercados e restaurantes do município de São Paulo.

Desde 2014, essa região é considerada parte da área rural do município, devido ao novo Plano Diretor do município, que orientará o desenvolvimento da cidade até 2030. Com uma finalidade estratégica, o município passou a ser dividido por macrozonas e macroáreas, parte delas voltadas para o rural, com características próprias e objetivos específicos.

O Plano Diretor, ainda que se esforce em definir uma zona rural, não deixa de transparecer que esse rural surge como uma área periurbana, para usufruto do urbano. Essas atividades são vistas como forma de manter a população que ali vive e de ajudar a frear o crescimento desordenado da mancha urbana. Ainda, é importante destacar que essa visão institucional não dá conta de compreender como se dá a complexa relação entre campo e cidade, por tratar o espaço como o lugar da planificação e por seguir uma lógica de crescimento comandada pelo Estado.

Como metodologia desse estudo, foram feitos trabalhos de campo e entrevistas com agricultores, moradores e funcionários da Prefeitura que atuam na região, além de levantamento bibliográfico de autores que trazem essa discussão entre o rural e o urbano e serviram como base teórica, como Henri Lefebvre, Ana Fani Carlos, José Eli da Veiga, José Graziano da Silva, Maria Lúcia Bernardelli, Maria Encarnação Sposito, entre outros.

* Doutoranda em Geografia Humana - FFLCH-USP. E-mail:angelicanakamura.geo@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

OCUPAÇÃO EM TERRAS AGRÍCOLAS DO SEMIÁRIDO NORDESTINO E SUAS IMPLICAÇÕES NO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS

Iaponira Sales de Oliveira*

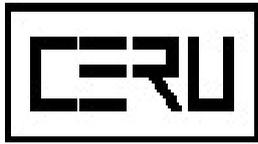
A ocupação populacional da região semiárida brasileira foi bastante tardia em decorrência das inúmeras crises por falta de água para o abastecimento, principalmente nos anos de 1845 a 1876, que somaram 32 anos de secas intensivas. Além da severidade climática, esta região abriga cerca de 18,5 milhões de pessoas, dentre as quais 8,6 milhões vivem na zona rural. No contexto da ocupação do semiárido, estudos possibilitaram constatar que os primeiros habitantes concentravam-se nas áreas mais úmidas, por apresentarem vales de rios perenes e os brejos de altitude. Estes colonizadores tiveram como objetivo realizar as inclusões agrícolas e pecuárias, aproveitando os recursos locais. O Rio São Francisco, por exemplo, foi considerado como avenida principal utilizada para o avanço da colonização na região semiárida do Nordeste brasileiro. Neste contexto se insere o presente estudo, como parte integrante de uma tese de doutorado, a qual foi desenvolvida na região do reservatório de Itaparica, médio Rio São Francisco, entre os anos de 2012 a 2016, teve como um dos seus objetivos caracterizar o processo de ocupação de áreas cultiváveis às margens do Rio São Francisco no Estado de Pernambuco. O Município de Petrolândia contempla o Projeto “Icômandantes”, que foi concebido para reassentar as famílias que tiveram suas terras inundadas durante a construção da Barragem de Itaparica, com suas famílias distribuídas em 16 agrovilas na área rural. Enquanto que Itacuruba/PE apresenta uma população organizada em três assentamentos concedidos pelo INCRA, que possibilitou a reforma agrária nesta região de maneira justa e sistematizada. Apesar das dificuldades postas, estes povos tentam desenvolver suas atividades às margens do Rio São Francisco, de onde retiram água para irrigação, mesmo sem utilizar da tecnologia. Diante desses fatores, o estudo pode concluir que o principal desafio destas comunidades é alcançar um desenvolvimento de forma sustentável, que garanta o suprimento das necessidades básicas das comunidades, como também a adequação de técnicas acessíveis para o pleno desenvolvimento das áreas agrícolas.

Palavras-chave: Semiárido brasileiro; Comunidades locais; Agricultura.

Referências:

- ABÍLIO, F. J. P. (Org.) 2010. Bioma Caatinga: ecologia, biodiversidade, educação ambiental e práticas pedagógicas. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, p. 196.
- ABROL, D.P. 2012. **Pollination Biology: Biodiversity Conservation and Agricultural Production**. Springer, New York, New York, USA.
- AGUIAR, M. I. MAIA, S. M. F. OLIVEIRA, T. S. MENDONÇA, E. S. FILHO, J. A. A. 2006. **Perdas de solo, água e nutrientes em sistemas agroflorestais no município de Sobral, CE.** Soil, water and nutrients losses in the agroforestry systems in Sobral county, Ceará, Brasil. Revista Ciência Agronômica, v.37, n.3, p.270-278, Centro de Ciências Agrárias - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE www.ccarevista.ufc.br
- ALBUQUERQUE, U. P. de. 2006. **Reexamining hypotheses concerning the use and knowledge of medicinal plants: a study in the Caatinga vegetation of NE Brazil** Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine, 2:30.

* Estudante na Universidade Federal do Paraná. E-mail: iapobio@hotmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ALBUQUERQUE, U.P.; ARAÚJO, E.L. (2012) El-Deir, A.C.A. et al. Conservation of an Important Seasonal Dry Forest. *The Scientificworld Journal*. 18 pages.

CALAMIA, M. A. (1999). **A methodology for incorporating traditional ecological knowledge with geographic information systems for marine resource management in the Pacific**. Traditional Marine Resource Management and Knowledge Information Bulletin n.10, p. 2-12.

COMBESSIE, J. C. 2004. **O método em sociologia o que é, como se faz**. São Paulo, Ed. Loyola. COSTA, T.R.N., CARNAVAL, A.C.O.Q., TOLEDO, L.F. (2012) Mudanças climáticas e seus impactos sobre os anfíbios brasileiros. *Revista da Biologia* 8, 33–37.

SAMPAIO, Y. BATISTA, J. E. M. **Desenvolvimento regional e pressões antrópicas no bioma Caatinga**. Livro: Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação/organizadores: – Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente: Universidade Federal de Pernambuco. Pág 311 a 346. 2003.

SPRADLEY, J. P. & McCURDY, D. W. 1972. **The cultural experience: ethnography in complex society**. Tennessee, Kingsport Press of Kingsport.

VIERTLER, R. B. (2002). **Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia**. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Ed.). Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro: Unesp. p. 31-46.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A OCUPAÇÃO DAS TERRAS DE CÓRREGO DAS PEDRAS NO SUDOESTE DE MATO-GROSSENSE

José Pereira Filho*

O presente artigo é resultado da tese, em finalização, intitulada: “Os sitiantes de Córrego das Pedras (MT): trajetórias de vida e memórias da terra de trabalho”. O objetivo é analisar a dinâmica social referente às formas de sobrevivência das famílias que vivem em minis e pequenas propriedades denominadas sítios, na comunidade rural Córrego das Pedras. A metodologia é qualitativa, tendo a história oral como recurso metodológico, sendo a observação direta e as entrevistas semiestruturadas os principais instrumentos de geração de dados. Foram entrevistados sujeitos de três gerações: a primeira, os idosos, os primeiros migrantes, hoje todos com mais de 75 anos; a segunda, formando pelos filhos e filhas da primeira geração, principal força de trabalho; e a terceira, formada por crianças, adolescentes e jovens, netos e netas da primeira geração. Para a presente reflexão, analisar-se-á o processo de ocupação das terras do Município de Tangará da Serra, enfocando a ocupação das terras da comunidade em questão, no contexto de colonização do Estado de Mato Grosso. O campo empírico é um espaço de terras férteis, ocupadas no início da década de 60 por trabalhadores rurais advindos, principalmente, dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Tratavam-se de camponeses do sudeste brasileiro expulsos de suas terras pelo processo de modernização da agricultura iniciada na década de 50. Migraram em direção ao oeste, para o estado de Mato Grosso, com o propósito de conquistar um pedaço de terra para trabalhar. Tratava-se do caipira narrado por Antonio Candido, camponeses que trouxeram consigo uma construção social presente nas relações familiares, hábitos alimentares, manifestações religiosas e as tradicionais festas. São relações sociais permeadas pela tradição e pela modernidade, que convivem em simbiose. Esses camponeses migrantes trouxeram também um saber fazer necessário ao processo inicial de relação com a terra (derrubada da mata, implantação das lavouras brancas e de café). Ao longo do tempo, tiveram que produzir novos saberes para permanecer em suas terras. Estabeleceram formas plurais de se relacionar com a terra, compondo um mundo rural diverso e polissêmico que, ao longo do tempo, constituiu-se como uma forma de resistência, em relação às investidas do agronegócio, predominante na região.

* Doutorando na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: zepereiraunemat@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

HOMENS E MULHERES ELIMINADOS COMO FORÇA DE TRABALHO PELA MODERNIDADE TÉCNICO-CIENTÍFICA NA AGRICULTURA CANAVIEIRA PAULISTA, MACRO-ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO – SP

Rosa Ester Rossini*

O estado de São Paulo é, no Brasil, área de destaque na produção de açúcar e derivados no fim do século XX e início do século XXI. Marcado pelo campo altamente moderno, nota-se especialmente na macro-área de Ribeirão Preto o avanço galopante da reestruturação produtiva e a expansão da presença do capital internacional no setor sucroalcooleiro. O outro lado dessa “moeda” é perverso: o desemprego/desocupação da força de trabalho sem a contrapartida de preparo de homens e mulheres para enfrentar os novos tempos. O trabalho de pesquisa dessa modernização no campo e suas consequências especialmente na macro-área de Ribeirão Preto teve início em 1977. Desde então, como base teórico-metodológica, recorre-se às ideias de Milton Santos que compreende o espaço geográfico como síntese em movimento de sistemas de objetos e de sistemas ações. Esse espaço cristaliza momentos anteriores e oferece as possibilidades futuras, a partir das relações sócio-espaciais do presente. Além disso, o espaço resulta do trabalho humano. Homens e mulheres cumprem distintos papéis na divisão do trabalho, contribuindo diferenciadamente para a constituição dos arranjos espaciais.

Tais premissas teóricas são combinadas com procedimentos metodológicos de abordagem quantitativa e qualitativa. Leitura bibliográfica, dados secundários de instituições diversas sobre produção sucroenergética, população do estado de São Paulo, etc. oferecem o respaldo estatístico para contextualização da realidade estudada. Por sua vez, pesquisas de campo, questionários, entrevistas semi estruturadas, histórias de vida etc. têm oferecido dados primários que possibilitam questionar as estatísticas, os conceitos e categorias de análise adotadas.

O universo contemplado por essa pesquisa tem sido composto por pessoas que pertencem a famílias onde há pelo menos uma mulher trabalhadora na agricultura canavieira. Além disso, outros atores de interesse tem sido considerados, como representantes sindicais, gestores de usinas, prefeitos, agrônomos, médicos, dentre outros. A família tem sido observada, especialmente no que diz respeito à sua organização e às suas condições materiais. Até aqui foram selecionadas seis etapas com pesquisas de campo: 1977, 1985/86, 1995/96, 2003/06, 2010/13 e 2017/18. Os resultados demonstram que a modernização no campo vinculada ao setor sucroenergético gera profundas transformações nas condições de vida das pessoas trabalhadoras e das suas famílias. Há redução drástica do número de pessoas no processo produtivo acompanhada de maior exigência quanto à produtividade das pessoas trabalhadoras: novos turnos laborais foram implantados, já que as usinas e as possantes máquinas cortadeiras de cana funcionam 24h. A mecanização da lavoura está presente em todas as etapas: desde a plantação até a colheita. Cada máquina liquida pelo menos uma centena de pessoas trabalhadoras. As oportunidades de trabalho criadas são sobretudo para os homens, poucas mulheres tornaram-se operadoras de máquinas. Desses trabalhadores, por sua vez, passou-se a exigir novos domínios técnicos, recaindo sobre eles outras modalidades de responsabilidade laboral, entre as quais destacamos certo domínio de informática e sobre softwares especificamente desenvolvidos para o trabalho agrícola modernizado. A modernização no

* Professora Titular na USP. E-mail: rossini@usp.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

campo acirra desigualdades sociais e de gênero, fato que merece ser denunciado e considerado tanto pela sociedade como pelo Estado no desafio da construção de justiça sócio-espacial.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO INTERIOR DA CRISE DA REPRODUÇÃO AMPLIADA: CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E O CRÍTICO TRABALHO DE MULHERES E CRIANÇAS NA COLHEITA DA CASTANHA DE CAJU NO CEARÁ – BRASIL

Ana Cristina Mota Silva*

A pesquisa busca compreender a reprodução social de mulheres e crianças no trabalho da colheita de castanha de caju, particularmente, no interior do Ceará no nordeste brasileiro. Para esta, se utiliza aqui da contribuição de autores com relação ao método de pesquisa. Tanto no que diz respeito à crise da reprodução ampliada (Karl Marx, 1988), como ainda, do movimento do método regressivo-progressivo (Henri Lefebvre, 1974), como momento necessário de análise desse fenômeno. Ademais, a discussão sobre o trabalho como crise de valorização do valor se realiza através da necessidade de compreensão da mobilização da mercadoria – castanha – do campo para o interior da fábrica processadora de castanha – Fortaleza, capital cearense – no instante em que, nesse movimento, se vislumbra como a necessidade de redução dos custos da produção redefine o tempo e formas de trabalho desses grupos na colheita – “catação”/“apanha” -; mediante exigências de melhoria da qualidade do produto – castanha – durante a colheita e o preparo (armazenamento e seleção do produto) para a venda do mesmo. Por outro lado, o acesso ao crédito e, todavia, ao endividamento, também permitiram uma redefinição do trabalho de mulheres e crianças na colheita da castanha.

Essa discussão se utilizou do trabalho de campo e, ainda, das anotações das entrevistas realizadas em seus vários momentos. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender como a diminuição desse trabalho esclarece outras formas de reprodução social no campo cearense - em especial, nos sítios produtores e cultivadores dessa amêndoa. Assim, foi necessário também uma apropriação do método regressivo como caminho importante de desvendamento do contexto histórico dessa produção para se compreender o trabalho das famílias e a produção espacial de cidades e vilas (atuais municípios) no Ceará.

* EX-ALUNA da FFLCH – USP. E-mail: anacrist@usp.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

DE REPENTE, EU SOZINHA: REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E FAMILIARES DO CORTADORES DE CANA ADOECIDOS

Tainá Reis*

O objetivo deste artigo é apresentar o rearranjo das relações de gênero e familiares produzidas a partir do adoecimento no corte de cana. O trabalho no corte de cana é desgastante para o corpo e para a alma, podendo levar ao adoecimento dos trabalhadores e à perda da capacidade laboral. A maioria dos cortadores de cana é migrante e, ao adoecer, alguns retornam permanentemente à região de origem. Desse modo, o campo empírico da pesquisa foi em uma dessas regiões de origem, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Em uma abordagem qualitativa, lá foram entrevistados cortadores de cana adoecidos e descartados, suas mães e esposas, assim como profissionais dos equipamentos públicos que dão atendimento a esse grupo (assistentes sociais, médicos, psicólogos e advogados). A pesquisa revelou que as relações de gênero e familiares eram organizadas no período de trabalho centradas na ausência dos trabalhadores (homens e mulheres), a migração e o trabalho no corte de cana produziram desenraizamento e quebraram os laços afetivos. A volta do trabalhador (a) adoecido e incapacitado para o trabalho não recria as relações familiares - elas foram num longo processo de reificação, fragmentadas, fraturadas -, mas as reorganiza em outros moldes. Durante o período de trabalho, houve um longo processo de apropriação do afeto. Contudo, esse processo não ocorre de maneira linear nem por completo, apesar da fragmentação, há a ação dos sujeitos, que em diferentes estratégias de resistência, reconstituem as relações fragmentadas. Desse modo, propõe-se uma análise que vê no espaço reprodutivo as consequências de relações estabelecidas no espaço produtivo. Essa relação dialética entre espaço produtivo e reprodutivo, entre espaço-tempo de trabalho e adoecimento, entre diferentes sociabilidades que se interconectam, foi chamado de pós/trabalho. Os resultados apresentados são fruto da tese de doutorado intitulada Ceifando a cana... Tecendo a vida. Um estudo sobre o pós/trabalho nos canaviais.

* Pesquisadora na UFSCar. E-mail: tainareisz@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O ABACATE NO ESTADO DE SÃO PAULO: 2009 A 2018

Celma da Silva Lago Baptistella*

Paulo José Coelho†

Como o modismo alimentar pode atuar de forma negativa e positiva em um produto: por décadas o abacate foi combatido por ter excesso de gordura. Atualmente, deixou de ser vilão e passa a ter aspecto mais positivo na opinião dos estudiosos em nutrição, por possuir inúmeros nutrientes importantes para a saúde, como sua gordura de boa qualidade. Influenciado por isso, os hábitos alimentares em mudança têm pautado a expansão da produção de abacate no Estado de São Paulo. No Brasil, em 2017, 18 estados e o Distrito Federal produziram a fruta, sendo o principal o Estado de São Paulo (121.216 t). Os outros principais Estados produtores de abacate em 2017 foram: Minas Gerais (50.751 t), Paraná (20.003 t), Rio Grande do Sul (4.520 t) e Distrito Federal (3.050 t). O valor da produção gerado pelo abacate no Brasil em 2017 foi de R\$245,6 milhões. Três Estados foram responsáveis por 85,7% do total: São Paulo (49,8%), Minas Gerais (25,4%) e Paraná (10,4%). Neste mesmo ano o país exportou para vários países de diferentes continentes um total de 4,5 mil t. A europeu foi o principal destino das exportações atingindo o volume de 4,4 mil t, representando 99,1% do total, com valor FOB de US\$5,19 milhões. Este volume comercializado se deu principalmente por via marítima. Este meio de transporte não prejudica o abacate pois “é uma das únicas frutas que deve ser colhida antes de madura, pois se deixada no pé apodrece antes que chegue ao ponto de consumo” favorecendo, dessa maneira, maior tempo entre a colheita e o consumo. Dos estados brasileiros, São Paulo foi responsável por 89,0% das exportações, atingindo o volume de 4.0 mil t. O cultivo do abacate se espalha por o estado; sendo uma fruta que necessita de cuidados ao ser colhido, cria-se mais uma fonte de ocupação e, conseqüentemente, de renda aos trabalhadores e produtores rurais.

* Efetiva no Instituto de economia Agrícola/SAA. E-mail: celma@iea.sp.gov.br.

† Efetivo no Instituto de economia Agrícola/SAA. E-mail: coelho@iea.sp.gov.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ESTUDO DE CONCEITOS E DE TERMOS DA ÁREA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DE FORMAS E DE SIGNIFICADOS

Fernanda Mello Demai*

Educação do Campo (EC) é o processo direcionado por práticas e por princípios sócio-históricos relacionados ao ensino e à aprendizagem nas zonas rurais, protagonizados por sujeitos políticos inseridos em movimentos sociais em prol dos trabalhadores do campo. O objetivo deste trabalho é demonstrar aspectos da configuração e do significado de termos relacionados a EC, a partir da análise de textos fidedignos exclusivamente escritos, em uma abordagem terminológica. A metodologia a ser utilizada é pautada em análise conceitual e descrição terminológica, a partir da fundamentação teórico-metodológica extraída de teorias da Linguística e da Terminologia que preconizam o estudo de conceitos e de termos conforme suas funções comunicativa, social, cultural e histórica. Sistematizamos um corpus, ou seja, um conjunto organizado de textos para extração e análise lexical. Nosso corpus é multitarefa: caracteriza-se pelas naturezas e pelas destinações pedagógica, acadêmica, de divulgação e de difusão de conceitos e de uma ideologia; esse corpus é constituído por textos legais, textos de divulgação, textos e documentos pedagógicos, dissertações e teses de doutorado; sua periodicidade é de 2000 a 2010, período fortemente marcado pela instauração, difusão e ressignificação de alguns dos mais representativos conceitos relativos à Educação do Campo. Pesquisamos três instituições brasileiras para a coleta de dados terminológicos e conceituais: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar Nacional). Após a extração de termos com maior frequência, serão descritos os conceitos subjacentes, como foco nos processos de formação dos termos (aspecto formal) e nos processos de formação de significados (aspecto semântico). Dos processos ligados à forma, destaca-se a composição sintagmática, ou seja: a formação de termos ou expressões compostas por mais de uma palavra; dos processos ligados à significação, destacam-se metáforas e metonímias. As metáforas e metonímias são recursos de organização de ideias/ conceitos, a partir da utilização de recursos da analogia/ similaridade ou da relação entre conceitos. Esses recursos permitem estruturar um conceito comparando-o a outro, considerando as características de uma dada cultura, de uma sociedade, em um período histórico. As metáforas e metonímias caracterizam muitos discursos, como o literário, o poético, o jornalístico, o humorístico, o publicitário e também os discursos técnicos e/ ou científicos, que trazem os termos técnicos dos diversos campos do saber humano. Da terminologia da área de EC, destacamos algumas unidades para a presente análise: 'concepção de campo'; 'memória da Educação do Campo'; 'escola base'. A título de exemplificação, expomos o termo 'escola base', que é composto por mais de uma palavra, com um significado único e diferenciado para esse conjunto vocabular, visto que designa um conceito particular: 'escola que serve de apoio aos processos de ensino e de aprendizagem, bem como às funções administrativas das escolas itinerantes do campo'; o termo é recorrente com essa formatação e significado nos textos da área e é caracterizado pelo fenômeno da metáfora: a escola é o princípio, o que sustenta, um "apoio", um "alicerce" dos movimentos sociais do campo, principalmente no que concerne às necessidades e objetivos de oferecer ensino e aprendizagem. A escola é, ainda metaforicamente, um "lugar" onde se assentam os princípios do campo e dos Movimentos Sociais do Campo. O subproduto deste trabalho será um modelo para a construção de um glossário temático da área de Educação do

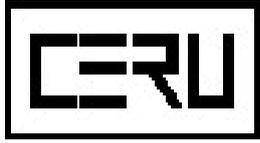
* Professor no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. E-mail: fernanda.demai@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Campo, com a descrição dos significados de alguns dos termos-chave, de modo contextualizado na sociedade, na história e na cultura do Brasil, nos limites do nosso recorte textual e dos nossos objetivos de análise conceitual e descrição terminológica.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Questões Culturais



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

CANTANDO A COMIDA DO MATO GROSSO...

Regiane Caldeira da Silva*
Maria Inês Rauter Mancuso†

Como expressão cultural e entretenimento, a música configura-se como aparato de estudo e compreensão de espaços e realidades sociais, instrumento para o compartilhamento e exposição de vivências e memórias. Sem pretensão de estudar mudanças sociais como fez Antônio Candido por meio da música-cururu, este estudo busca observar o papel da comida nas letras de rasqueado, estilo musical mato-grossense. Dados foram gerados primeiramente por busca online de trabalhos que versam sobre o rasqueado, depois por músicas e suas letras com as palavras-chave “rasqueado mato-grossense”, o que incluiu vídeos do Youtube. Além disso, foi utilizada a lista de artistas do rasqueado cuiabano compilada por Arruda (2007), dividida em velha guarda e nova geração. Os trabalhos de Ariano (2002), Benites (2010) e Porto *et al* (2005) foram também úteis na identificação de artistas e músicas, assim como para conhecimento do rasqueado. Ao todo foram selecionadas nove músicas. Notou-se que a comida no espaço-música desenvolve o papel de marcador identitário, instrumento representativo da cultura mato-grossense, cantada com alegria, muitas vezes com saudade, nostalgia e crítica. Juntamente com outros elementos, estabelece uma estrutura (dinâmica) que aponta “fazemos e/ou comemos isso/aquilo pois somos cuiabanos e/ou mato-grossenses”, o que corrobora com o que aponta Brillat Savarin (1995, p.21) “dize-me o que comes e te direi quem és”. Logo, comida não serve apenas para encher o estômago, serve para pensar, comunicar e compreender o que nos faz humanos, como destaca Lévi-Strauss (2004).

* UNEMAT. E-mail: regianecaldeira@unemat.br.

† UFSCAr. E-mail: Inesmancuso48@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A PROJEÇÃO DA CIDADE DE APARECIDA NA ERA VARGAS E OS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NACIONAL

Ana Maria da Cunha Rosado*

Este trabalho tem por objetivo estudar a memória coletiva entrelaçando-a com a produção dos símbolos nacionais no período de 1930 a 1945 no Brasil. A investigação se concentra no elo entre a igreja e o estado na Era Vargas, que teria projetado a cidade de Aparecida no cenário nacional, sendo Nossa Senhora de Aparecida um símbolo da identidade em construção do país; tal projeção teria impactado diretamente a cidade influenciando na construção da memória e identidade nacional e local dando destaque a cidade em âmbito nacional e despontando no cenário do turismo religioso. A metodologia usa de referências bibliográficas referentes a história de Aparecida e a história do Brasil, usando de autores como Alvarez (2017) e a Coletânea do Padre Julio Brustolini que remontam a história da imagem e da cidade de Aparecida; para dar base as discussões sobre memória no artigo Hillman (1993) e Fortuna (1997) compõe a relação de cidade e memória. Uso de outros artigos para remontar o contexto histórico de forma breve e para dar forças a discussão aqui abordada sobre a Era Vargas Zeferino (2015), Moreira (2017), Silva e Carvalho (2016). Para reforçar a “necessidade” da criação de símbolos nacionais Lilia Schwarcz surge para falar sobre a miscigenação no país e os processos de criação da identidade nacional. Hillman (1993), retrata a memória emocional como sendo relacionada a experiências emotivas e as estruturas físicas da cidade, as construções da cidade (monumentos, prédios, memoriais, estátuas, parques) remetem ao passado e o preservam na memória da sociedade. Fortuna (1997), aborda em sua obra as construções de um tempo que viram monumentos históricos que vão ajudar a remontar a história e a cultura de uma sociedade, o autor diz que “A paisagem cultural pós-modernizante das cidades de hoje está carregada destes lugares de significados contrastantes.” (P. 33, 1997). A imagem da santa que realiza milagres na Era Vargas é usada para atrair a população e criar um vínculo de identidade e nacionalismo, sendo vantajoso para a igreja, que passa a ter destaque em um cenário onde despontam outras religiões e o catolicismo já havia deixado de ser a única religião aceita no país, constituição de 1891, com sua relação com o estado a igreja visava atrair mais fiéis e para o estado que possui agora um forte símbolo popular de “ordem pública e bons costumes”, Zeferino (2015). Forte indício do vínculo igreja e estado são as bandeiras cruzadas do Vaticano e do Brasil no manto de Nossa Senhora e cerimonia que a proclama Padroeira do Brasil no ano de 1931 durante o primeiro mandato de Vargas, onde a imagem é levada para a então capital Rio de Janeiro para realização da proclamação diante do povo, Moreira (2017). A cidade também preserva sua identidade de “Terra da Padroeira” e “Capital da Fé”, se apresentando desta forma aos turistas através do site da prefeitura e dos elementos que compõe a identidade da cidade como bandeira, brasão e hino que levam a imagem da santa em todos. O período do governo de Vargas, conhecido por querer fortalecer os aspectos nacionalistas e a constituir um identidade nacional usando dos aspectos da cultura popular para se aproximar do povo como futebol, arte, musica (samba), o ambiente educacional (uso dos intelectuais), Silva e Carvalho (2016); servindo assim de grande impulso para colocar a imagem de Nossa Senhora Aparecida no cenário nacional e na composição da identidade do país através do catolicismo, como símbolo religioso da moral e dos bons costumes e como elo entre igreja, povo e estado; parcela do povo que vê sua religiosidade fortalecida com a exaltação de Nossa Senhora como Padroeira Nacional e tem no Santuário Nacional a concretização física de todo sua tradição e memória

* Mestranda na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E-mail: anam.rosado@hotmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

coletiva construída em torno da figura que realiza milagres e protege os necessitados, mesma imagem posteriormente atribuída ao presidente Getúlio Vargas como “pai dos pobres”, Moraes (2006).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: EU... WAPIXANA?

Marilda Vinhote Bentes*

O presente artigo, intitulado: Construção identitária: eu... Wapixana?, originou-se a partir da disciplina Linguagem e Identidade, do Curso de Mestrado da Universidade Federal de Roraima – UFRR, tendo como referência a linguagem utilizada nas práticas sociais, meio pelo qual a construção identitária aparece imbricada no uso da língua e o indivíduo, assume posições que variam de acordo com o contexto. Para realização da pesquisa utilizou-se os seguintes subsídios teóricos: A produção social da identidade e da diferença (Woodward, 2000), Identidade e diferença: uma discussão teórica e conceitual (Silva, 2000), A identidade cultural na pós-modernidade (Hall, 2006) e autores como: Xavier & Cortez (2003), César & Cavalcanti (2007), Maher (2007), Freitas (2008), dentre outros relevantes que tratam dos conceitos teóricos pertinentes à temática: construção identitária envolvendo cultura, diferença e o social. A construção dos dados ocorreu a partir de uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa de campo, esta se deu por meio de uma entrevista semi estruturada aberta, com uso do método dialético, sendo ela gravada e transcrita servindo de suporte para a interpretação e escolha dos registros a serem analisados sob uma perspectiva qualitativa interpretativista no campo da Linguística Aplicada. A investigação teve como objetivo principal analisar como se dá a construção identitária de uma falante das línguas Wapixana, inglesa e portuguesa, que reside no município de Boa Vista, em Roraima-RR. Para tanto, buscou-se identificar em que momento cada língua é utilizada pelo sujeito; conhecer o papel das distintas culturas na construção da identidade; relacionar a diferença na construção da identidade; perceber como o social marca o indivíduo; dentre outros aspectos que surgiram durante a entrevista e que permeiam a construção identitária, sob a perspectiva de que o ser humano assume identidades distintas em diferentes situações do cotidiano. Com a pesquisa, várias questões vieram à tona, como exemplo, os vícios de linguagem, as interferências no discurso do bilíngue, mas a que interessa a este artigo é o fato de que cada cultura e língua que Maria (nome fictício da estudante de enfermagem e tradutora, ora entrevistada), falante das línguas Wapixana, inglesa e portuguesa, vivenciou e vivencia, aprendeu e continua aprendendo, sem esquecer o passado, enriquecida com sua vivência, sua experiência, faz surgir uma identidade híbrida capaz de ultrapassar barreiras em nome de seus interesses nos meios sociais. Maria traz consigo culturas e conflitos diversos, pois o uso das línguas faladas por ela são momentos transitórios, mas que retornam em seu convívio continuamente.

Palavras-chave: Identidade; Linguagem; Diferença.

* Professora efetiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. E-mail: marilda.bentes@ifrr.edu.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

AS MOQUECAS BRASILEIRAS E OS *CURRYS* INDIANOS: UMA ANÁLISE DE ORIGEM.

Maria Luiza Bullentini Facury*

Alfredo Ricardo Abdalla†

O estudo tem como objetivo uma análise qualitativa entre a moqueca baiana e a capixaba “brasileira” com o curry indiano, ou caril. A moqueca é um cozido (porque não passa pelo calor seco) de peixe basicamente, ao qual se adicionam diferentes temperos. Oliveira (2013) afirma que existem diferenças entre a moqueca baiana e a capixaba. Câmara Cascudo a definiu como: “em sua receita tradicional, o leite de coco e o azeite de dendê são essenciais para configurar uma moqueca “. Segundo Guta Chaves (1999), a moqueca capixaba, difere da baiana, por não ser preparada com azeite de dendê e leite de coco, e sim com urucum, que lhe dá a cor típica avermelhada. O azeite de dendê é substituído pelo óleo de oliva (azeite doce), sendo que as duas são preparadas na panela de barro, de origem indígena. Lody (2008) ao tratar sobre a culinária da Bahia lembra que o azeite de dendê também é presente nas culinárias do Recôncavo, porém há um forte imaginário de matrizes africanas que identifica o que se come e como se come na Bahia, lembra a mesa lusitana e também o mundo, principalmente o Oriente. Assim, da Índia, da China, da Indonésia, do Ceilão chegaram frutas, especiarias, maneiras de combinar sabores, de manter e de criar receitas. Isto faz lembrar, que tanto o coco, quanto o coentro têm origem asiática, para não acarretar uma discussão, iremos associar a origem do coco à Índia e do coentro ao Japão, pois sabemos que são ingredientes usados milenarmente e que têm origem difusas pela Ásia. O *curry*, ou o caril, para os brasileiros é associado a uma mistura de especiarias e temperos, próximas do massala ou ao garam massala. Porém na Índia, o *curry* é muito mais associado a um cozido, que têm suas características de técnica e ingredientes muito próximas à moqueca. Lembrando que os portugueses trouxeram e levaram influências por navegarem, entre a América, África e Índia. Diante disso, neste estudo, observa-se as semelhanças e as diferenças técnicas e de ingredientes da moqueca brasileira e do curry indiano. Há poucas referências em relação a esses aspectos abordados, porém há muitos pontos em comum, os quais continuarão sendo pesquisados.

* Docente na Faculdade de São Paulo e na Hotec. E-mail: mluizabf@gmail.com.

† Docente na Hotec. Doutorando na PUC-SP. E-mail: aricardoab@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A IMPORTÂNCIA DOS EVENTOS PÚBLICOS PARA A CONSTRUÇÃO DA MARCA SÃO PAULO

William Ladeia de Carvalho*

O objetivo desse estudo é compreender a importância dos eventos públicos Virada Cultural, Parada do Orgulho LGBT e Marcha para Jesus na promoção da marca São Paulo. A metodologia empregada parte do levantamento teórico sobre o tema, entrevistas com os organizadores e público participante. Pretende-se ainda analisar as notícias vinculadas na mídia sobre o impacto desses acontecimentos na cidade, capazes de gerar empregos diretos e indiretos e de evidenciar a imagem de São Paulo junto ao grande público. O estado da arte obedece os seguintes temas: Sociedade e Comunicação: Barros (2017), Bauman (2007), Bordenave (1982), Debord (1997), Durand (2017); Hospitalidade, Turismo de Negócios, Eventos em São Paulo: Britto e Fontes (2002); Canton e Wada (2009); Castro (2015); Delecourt e Happe Durieux (2012); ABEOC (2016); ICCA (2017), COCAL (2016), Ministério do Turismo (2016); São Paulo Turismo (2017). É sobre o poder de comunicação e marketing dos eventos que surge a problemática dessa pesquisa: De que forma e em que medida os eventos públicos realizados em São Paulo contribuem para o fortalecimento da imagem da cidade como canal de comunicação e marketing turístico?

Uma comunicação dinâmica e participativa possui papel fundamental na atualidade, num momento em que a tecnologia e os meios de comunicação permitem a agilidade da notícia, ajudam também na disseminação e divulgação de atrações que condicionam os indivíduos a participarem cada vez mais de encontros e eventos presenciais, numa sociedade cada vez mais voltada aos espetáculos.

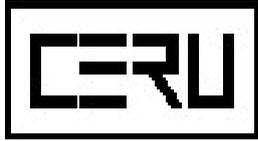
É neste cenário de comunicação que os eventos surgem como ferramenta de marketing com a missão de agregar e reunir pessoas em prol de um mesmo objetivo. O cotidiano humano é ladeado por eventos dos mais variados fins, nos momentos de trabalho ou de lazer, há sempre uma oportunidade para participar de um treinamento ou congresso, assistir a um show, visitar uma exposição ou comemorar um aniversário.

É interessante observar que os meios de comunicação se apropriam dos eventos para alavancar audiências com objetivos institucionais e também comerciais, haja vista os festivais musicais e os jogos de futebol que contam com ampla cobertura midiática em todo país e principalmente na capital paulista.

São Paulo deve às Feiras Comerciais o título de cidade brasileira dos eventos corporativos, mas que também realiza espetáculos de entretenimento como Virada Cultural, Parada do Orgulho LGBT e Marcha para Jesus que arrastam multidões em todas as edições.

De toda sorte, esses eventos têm alcançado números expressivos de expectadores a cada edição, colocando-os entre os maiores eventos brasileiros, gerando visibilidade internacional e contribuindo principalmente para o aumento no número de hospedagens e comércio local. Se os eventos são capazes de alavancar negócios para uma cidade, falhas no seu planejamento ou realização podem representar verdadeiras tragédias como roubos, vandalismos e acúmulo de lixo nas ruas, arranhando a imagem desses acontecimentos e afastando o público e patrocinadores em edições futuras. Cabe salientar que todo evento está sujeito a sucessos e

* Professor na FMU e na Hotec. E-mail: williamcarvalho2003@yahoo.com.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

fracassos, sendo necessária a gestão de riscos que envolvam a iniciativa pública e a privada, em prol do público participante e do fortalecimento do marketing turístico da cidade sede.

Palavras-chave: Comunicação e Marketing turístico. Turismo de Eventos. Eventos públicos. São Paulo.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A CARNE, ROMANCE "PROIBIDO" DE JÚLIO RIBEIRO

Jaqueline Martinho dos Santos*

Publicado em janeiro de 1888, o romance naturalista *A CARNE*, de Júlio Ribeiro, provavelmente foi uma das obras mais polêmicas da literatura brasileira. Críticos literários como José Veríssimo, além de diminuírem o talento literário do autor, definiram sua obra como imoral, depravada, cujo único atrativo aos ignorantes seria o forte erotismo que apresenta. No entanto, uma leitura atenta desse romance revela ser ele muito mais do que uma simples história da relação extraconjugal de um homem de meia idade com uma jovem virgem. Em *A CARNE* são discutidas temáticas até então consideradas tabu para a sociedade oitocentista, como a relação sexual fora do casamento e a emancipação da mulher por meio da educação. Além disso, de maneira bastante explícita, aborda um tema sombrio que já havia sido tratado no conto “*A causa secreta*” (1885), de Machado de Assis: o sadismo e a falta de empatia reinante em uma sociedade onde a escravidão, apesar de prestes a ser abolida, deixaria consequências profundas na estrutura social da nação.

Assim, o objetivo desta comunicação será analisar *A Carne* refletindo, ao mesmo tempo, sobre a sociedade brasileira do século XIX. A recepção negativa do romance após sua publicação revela muito do moralismo presente no Brasil da época, mesmo em cidades grandes como São Paulo que viviam um rápido processo de transformação e de crescimento econômico. Além disso, revelam a resistência à mudança do papel social feminino, embora muitos artigos publicados em jornais oitocentistas defendessem uma nova educação para a mulher, tendo em vista sua autonomia da esfera patriarcal. Para a discussão sobre o romance e reflexão sobre a sociedade da época, serão utilizados tanto os textos críticos divulgados no século XIX quanto obras historiográficas que abordam o período tratado, marcado pela crise do governo imperial. Espera-se que, por meio das discussões propostas, seja possível contribuir para as reflexões sobre a importância da literatura no entendimento da História.

* Estudante de pós-graduação na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: jaquel.martinho@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A CIRCULAÇÃO DE "O CAMPO E A CIDADE" NO BRASIL (1989 – 2019) E O FENÔMENO DE NATUREZA EM RAYMOND WILLIAMS

Hiago Vaccaro Malandrin*

A presente pesquisa, desenvolvida na Faculdade de Educação/FE - UNICAMP e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), tem por finalidade investigar tanto a circulação do livro *O Campo e a Cidade*: na história e na literatura (1973), traduzido pela primeira vez no Brasil em 1989, pela editora Companhia das Letras, quanto refletir sobre os sentidos de natureza na obra do autor galês Raymond Williams (1921-1988) que parecem ter atraído frações de leitores interessados no problema do contraste entre campo e cidade, tema central em estudos brasileiros interessados na obra do autor galês. Esse livro, notadamente e em termos de circulação desta obra no Brasil a partir de sua primeira tradução, é um marco para a possível formação de uma linhagem interpretativa do autor e a construção de um pensamento social no Brasil centrado na perspectiva de natureza a partir de Williams. Partindo de estudos prévios, sabe-se que essa obra teve uma extensa circulação no país, sobretudo em espaços universitários, todavia, ainda é preciso historiar o processo de circulação do livro em solo nacional, graças ao papel das editoras, das bibliotecas universitárias e das pesquisas que se apropriaram de Williams e desse livro; bem como, debater que tipo de ideias foram gestadas por frações intelectuais contando do momento da tradução até nossos dias. Em termos numéricos, constata-se que *O Campo e a Cidade*, dentre as obras de Williams nos acervos consultadas, é o único livro que se faz presente em todos os acervos, sendo também aquele com maior volume de exemplares. A presença do livro nos interessa do ponto de vista da circulação das edições pelas universidades, nos fazendo indagar as razões disso. Nossa hipótese é que a perspectiva da natureza interessa ao público universitário em determinado período, mas para avaliar isso, iremos ter que nos debruçar tanto nas edições em circulação pelas bibliotecas quanto na produção intelectual desse mesmo espaço universitário, buscando artigos, capítulos, livros, teses, dissertações, entre outras produções centradas nessa obra de Williams. Com estes dados, passaremos a sistematizar o número de exemplares de *O Campo e a Cidade* presentes nos acervos universitários brasileiros. Nos debruçaremos majoritariamente nas principais bibliotecas universitárias que apresentem o livro em seus acervos, bem como teses e artigos elaborados nessas, e, a partir dos dados encontrados, pretendemos aquilatar a pesquisa para englobar os dados pertencentes à totalidade nacional que compreendem os espaços de circulação do livro, além de consulta em centros de pesquisa nas agências de fomento que possuem acervo on-line aberto para consulta.

* Faculdade de Educação/ FE – UNICAMP. E-mail: hiago.malandrin@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A IMIGRAÇÃO DE UMA FAMÍLIA ITALIANA VINDA DA REGIÃO DE TREVISO

Maria Aparecida Angelico Cabral

Resumo de Comunicação

- a) Justificativa: Estudo da trajetória de uma família de imigrantes italianos vinda para o Brasil no começo do século XX.
- b) Objetivos: coletar dados, por meio de estudos e pesquisa de campo onde essa família andou e os caminhos que percorreu. Mostrar a história de luta desde a Itália, passando por Piracicaba, até Santo Amaro, e, com poucos recursos, comprar uma padaria.
- c) Marco teórico: dados históricos bibliográficos e pesquisa de campo
- d) Metodologia: pesquisa bibliográfica, voltada à tese de doutorado de Iverson dos Santos e de historiadores que enfocam a imigração italiana no Brasil. Pesquisa de campo, por entrevistas e pesquisas locais em relatos orais.
- e) Resultados: acúmulo dos dados e pesquisas históricas documentadas

A luta dos imigrantes

Quando se volta para o tema imigração, nosso pensamento, alimentado pela cultura em que estamos inseridos, e pelos estudos e pesquisas elaborados, já nos põem diante de uma história de luta.

Enfocaremos a trajetória de uma família da Itália que construiu a vida no trabalho.

Desde o século XIX, São Paulo recebia imigrantes de várias regiões. Os navios traziam sonhos de uma vida melhor.

O grande fluxo migratório começa após a unificação da Itália em 1870. Eram tempos difíceis.

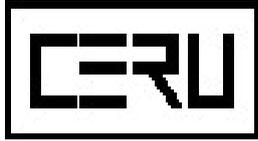
Entre 1876 e 1920, a maior parte dos imigrantes italianos que aportavam por aqui vinha da região do Vêneto, que, até 1866 encontrava-se sob o domínio da Áustria. Viviam-se uma situação preocupante.

A esperança eram outros horizontes. As pessoas vendiam suas terras, animais, móveis para fazer dinheiro, e, assim, alcançar o caminho de outra vida em uma terra nova.

Relataremos a vinda de uma família de imigrantes que vieram para a região de Santo Amaro que era pequena numericamente. Mesmo assim, eles construíram relações importantes na cidade. Estavam instalados em um meio urbano mas que era dependente de um grande centro. Contudo, esses imigrantes ali se fixaram e conseguiram formar seu espaço na sociedade de Santo Amaro, construindo-se como parte da população.

Veremos o caminho da família Angelico em Santo Amaro, que chegam em 1920, vindos de Piracicaba. Suas mãos traziam a esperança, os nove filhos e uma arte: a panificação. Em um tempo pobre de Santo Amaro, repleto de dificuldades, o talento para fazer pão vai auxiliar a família em seu desenvolvimento.

Toda a família trabalhava na padaria. A força do trabalho e a perseverança fizeram com que as mãos que faziam o pão enfim alcançassem o progresso.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

IMIGRAÇÃO AÇORIANA: ESTUDO DE FAMÍLIAS PROVENIENTES DA ILHA DE SÃO MIGUEL PARA O INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Alfredo Soares Cabral Junior

Este estudo é sobre duas famílias açorianas provenientes da ilha de São Miguel- Freguesia de Capelas que migraram no século XIX para o Brasil. Os dados foram coletados através de pesquisa na biblioteca pública e arquivo regional de Ponta Delgada, Ilha São Miguel, Açores e trabalho de campo na região.

Pesquisa no Arquivo do Instituto Genealógico de São Paulo e jornais de época e cartórios cíveis de Mogi Mirim e São João da Boa Vista Estado de São Paulo. Foram realizados estudos da bibliografia selecionada para embasar a compreensão migração dessas famílias para São Paulo que se fixaram na região de São João da Boa Vista/ SP.

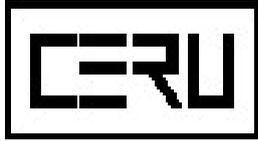
Resultados. Dados e pesquisas históricas documentadas das principais realizações das duas famílias Açorianas.

Resultados:

A família Santos-Malheiros emigrou no final da primeira metade do século XIX e a família Cabral de Vasconcellos após 1850.

Essas famílias casaram-se entre si e foram proprietárias de extensas áreas de cultivo de café em São João da Boa Vista e Municípios vizinhos.

Deixaram valiosas contribuições para a sociedade, como a Santa Casa de Misericórdia Carolina Malheiros e Cemitério criado por José Cabral de Vasconcellos – Bisavó do autor do estudo.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Migrações II



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

IDENTIDADES DIANTE DO QUADRO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES

Célia Toledo Lucena*

A migração internacional contemporânea é vista sob a perspectiva de fenômeno considerado como um conjunto de variáveis relevantes no processo de integração global. Assim, a década de 1990 é apontada como marco para mudança e ampliação dos processos migratórios. O migrante em seu percurso enfrenta questões da partida, do deslocamento e de acomodação no país de destino. Aprende a lidar com duas culturas e transitar em linguagens diferentes. Significa que as identidades são fruto de cruzamentos e hibridismo. A identidade torna-se uma celebração móvel. O migrante assume identidades diferentes em momentos diferentes (HALL, 2003).

Pensar as identidades diante do quadro contemporâneo das imigrações internacionais contemporâneas é necessário levar em conta a presença da tradição cultural. Isso implica apostar no paradigma de uma sociedade multicultural. Trata-se do direito à diferença. A homogeneização trazida pela globalização é acompanhada de *cenários de diferenças e afirmação de etnicidades*. As identidades culturais são aspectos de nossa identidade que surgem no “pertencimento” a culturas étnicas. O grupo étnico se identifica e é identificado por outros como possuidor de uma categoria diferenciável. A diversidade cultural surge da migração individual e familiar (KYMLICKA, 1996). Os migrantes nos países de destino procuram se unir em associações estruturadas com o objetivo de se integrarem, de serem aceitos como membros de pleno direito e de obter reconhecimento de sua identidade étnica.

Existe hoje a emergência de políticas de identidade para incluir aqueles que fazem o trajeto da emigração à imigração, que tanto podem assumir o modelo do multiculturalismo como do transnacionalismo (SEYFERTH, 2007). Transnacional, entende-se o processo pelo qual os migrantes elaboram e sustentam relações multientrelaçadas por meio de políticas dos Estados nacionais com as redes, tendo em vista a construção da cidadania. Transnacionalismo, pode ser entendido como um conjunto de projetos culturais e políticos de Estados nacionais para manter a nacionalidade em diáspora. O multiculturalismo, por sua vez, é o resultado das exigências dos grupos minoritários de reconhecimento em suas identidades e a acomodação de suas diferenças culturais. O enigma do multiculturalismo sugere que pensem algo novo ou formas novas de combinar a diferença e a identidade.

* Pesquisadora do CERU-USP. E-mail: ctlucena@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

MIGRAÇÃO E TRABALHO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017

Geraldo Ribeiro de Sá*

RESUMO: A suposição fundamental deste artigo é de que uma das grandes rupturas provocadas pela Lei nº 13.445/2017, em relação à Lei nº 6.815/1980, denominada Estatuto do Estrangeiro (EE) e outras normas anteriores, ocorre, de maneira muito especial, com a função do imigrante, enquanto força efetiva de trabalho de um empreendimento agrícola, industrial, doméstico, de serviço e outros. Procura-se responder à seguinte pergunta básica: Com a promulgação da LDM, o que muda na figura do imigrante na condição de participante das atividades econômicas, enquanto força de trabalho? Após a leitura de diferentes fontes foram feitas anotações em fichas dos trechos a serem, possivelmente, usados na redação das presentes reflexões. Concluídas as devidas anotações, elas foram tratadas à luz das orientações da técnica de “análise de conteúdo”. Detectaram-se em todos os momentos históricos da migração no Brasil mudanças importantes, mas sempre em ritmo lento. A própria abolição da escravatura, em 1888, foi sucedida por vários movimentos sociopolíticos e legislações distintas até se consumir na Lei Área. Durante a república também se observaram diversas normas jurídicas, desde as mais restritivas como aquelas que fecharam os portos do país para qualquer imigrante procedente da África e da Ásia, denominados índios pelo Decreto nº 528/1890 do governo provisório, até aos ainda restritivos, embora muito mais abertos, produzidos durante o Estado novo. As políticas seletivas ou eugênicas para a entrada de migrantes enceraram com a promulgação da CF de 1967, inclusa a Emenda de 1969, embora o imigrante permanecesse caracterizado como mão-de-obra e força de trabalho e se preocupasse, ainda, com a proteção do trabalhador nacional. Entretanto, aguardava-se ansiosamente por uma legislação específica sobre o imigrante. Essa legislação veio à luz apenas bem mais tarde, através da Lei Nº 6.815/1980, também conhecida como EE. O Estatuto do Estrangeiro garantiu ao imigrante os avanços da constituição de 1967 resguardou os interesses do trabalhador nacional. A preocupação com a segurança nacional fez com que o imigrante fosse percebido como uma possível ameaça à segurança do País, daí a facilidade para incriminá-lo e posteriormente expulsá-lo. O EE de 1980 teve uma vida muito longa, pois ficou em vigor até à vigência da Lei nº 13.445/ 2017, a Lei de Migração. A grande ruptura com o passado em relação ao imigrante, incluindo sua condição de força de trabalho, só acontecerá com a Lei nº 13.445/ 2017, embora a CF de 1988, já tivesse dado o primeiro grande passo nessa direção. A recém-nascida norma jurídica trouxe consigo um longo período de gestação, iniciada já nas décadas de 1980 e 1990. Nesse mesmo período, inicia também a entrada de imigrantes, especialmente de países latino-americanos, conforme já se lembrou. O migrante, enquanto mão-de-obra e força de trabalho, a partir da LDM, adquiriu igualdade efetiva de direitos, inclusive, nas relações laborais, com o trabalhador brasileiro, eis a grande ruptura.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. Imigração. Regulação. Cidadania. Globalização.

* Professor aposentado da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: geralr@terra.com.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

MIGRAÇÕES DO NORDESTE PARA O SUDESTE: ANÁLISE DOS USO DAS ENTREVISTAS NAS PESQUISAS BRASILEIRAS

Valéria Barbosa de Magalhães*

O objetivo da apresentação será discutir os resultados preliminares do projeto NORDESTINOS EM SÃO PAULO E HISTÓRIA ORAL: ABORDAGEM HISTÓRICO-CRÍTICA, financiado pela Fapesp e coordenado por Valéria B. Magalhães, que tem por objetivo investigar a utilização da história oral e de suas técnicas nos diferentes estudos sobre migrações do Nordeste para o Sudeste. Por meio de levantamento bibliográfico extensivo e de entrevistas com pesquisadores, tem sido executada uma análise da produção bibliográfica brasileira neste escopo, relacionada a dois outros projetos conduzidos no GEPHOM/USP e coordenados por Valéria B. Magalhães, um sobre as memórias de nordestinos residentes na Zona Leste da cidade de São Paulo (Fapesp) e outro que realizou um levantamento da produção brasileira de história oral sobre o tema da imigração em geral (CNPq). Nesta etapa do projeto, busca-se especificamente levantar e caracterizar o uso de entrevistas no recorte proposto.

* Docente no GEPHOM/EACH/USP. E-mail: vbmagalhaes@usp.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ABORDAGEM BIOGRÁFICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES DE GIRALDA SEYFERTH E MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ

Zeila de Brito Fabri Demartini*

Nos últimos anos muito tem sido escrito sobre a abordagem biográfica e histórias de vida nas Ciências Sociais, especialmente a partir do início dos anos de 1980. Os mais recentes debates entre pesquisadores que tratam de mudanças nas metodologias sociológicas e suas implicações para as Ciências Sociais no novo milênio mostram a importância da abordagem biográfica na produção desse conhecimento. Esses debates têm tratado de questões sobre como adquirimos conhecimento sobre o mundo social e quais são as responsabilidades daí decorrentes. Nessa comunicação tratamos das contribuições de duas pesquisadoras de destaque para evidenciar a importância dessa abordagem na produção do conhecimento sobre a realidade brasileira em períodos remotos e em anos mais recentes. A antropóloga Giralda Seyferth recorreu a cartas e narrativas de trajetórias individuais sobre o processo migratório de poloneses ocorrido no Sul do Brasil no século XIX. A pesquisa realizada pôs em evidência certos aspectos da imigração e da ocupação territorial, nem sempre disponíveis na documentação e na historiografia da colonização no Sul do Brasil. A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz retomou a discussão sobre a importância das histórias de vida e depoimentos orais em período em que a predominância nas Ciências Sociais era da pesquisa quantitativa. Seus escritos e conceitos são referências até hoje para pesquisadores que trabalham com narrativas orais.

* Pesquisadora do CERU-USP e do CNPq. E-mail: zeila.demartini@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O CAMINHAR GUARANI MBYA: MOBILIDADE E IMIGRAÇÃO

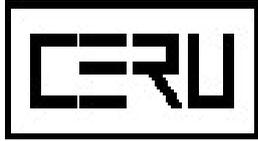
Marília Gomes Ghizzi Godoy*

Raimunda Maria Rodrigues Santos†

A vasta bibliografia sobre o povo Guarani, permite um entendimento da dinâmica de ocupação e mobilidade que acompanha esse povo em sua situação de territorialidade e formação de uma unidade sócio política expressiva de uma “identidade em movimento”. Compreende-se uma realidade pautada na perspectiva de uma “organização nacional” onde a concepção cultural é regida por uma visão de mundo expressa pelo modo de ser através do termo *teko*. *Yvy rupa* representa esta concepção como marca da sua territorialidade que atravessa estados hegemônicos no cone sul da América do Sul: Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. As variadas situações interculturais compreendem as dinâmicas de etnicidade, onde o sub grupo Mbya ganha distintividade ao conduzir o modo de ser de forma exclusiva seguindo uma radicalidade própria. Entre eles a concepção mitológica toma vulto como expressiva de deslocamentos que vêm sendo considerados como representações da sua revitalização e resistência cultural. Constrói-se como desafio desta comunicação o tema sagrado das terras e de espaços a serem conquistados como expressivos da condição de fixação desse povo. Um dilema inquietante origina-se na dinâmica da vida e de ordenação dos valores em uma situação de transitoriedade e passagem. Procura-se identificar o padrão de povoamento como expressão de uma imigração que atravessa as condições de estabilidade e fixação aderindo às situações das políticas públicas estatizadas juridicamente. Os fragmentos expressivos da mobilidade descrita podem ser conhecidos diante de experiências que foram extraídas dos quatro núcleos que se originaram nos últimos cinco anos. Núcleo Itamambuca (Ubatuba), Guyrapaju Kalipety, Brilho do Sol, Tape Porã na Terra Indígena Tenonde Porã (SP). Ao articular situações de entrelaçamento entre a memória, história e destino do povo guarani a comunicação retrata dados de origem etnográfica obtidos pelas pesquisadoras, materiais bibliográficos e documentos diversos. É possível entender nas dinâmicas descritas que os mbya continuam a existir nesta terra pela conquista de condições renovadas em territórios revelados na ordem xamânica com que os acontecimentos são avaliados por esse povo.

* Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP); Mestra em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP); Docente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA); Membro do CERU; Membro do Grupo de Pesquisa Migração e Identidade (CERU-USP) e Professora do Curso de Mestrado em Ciências Humanas da UNISA. E-mail: mgggodoy@yahoo.com.br.

† Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Mestra em Educação, Administração e Comunicação Universidade São Marcos (UNIMARCOS – SP); Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). E-mail: raimundarodrigues@ifrr.edu.br.

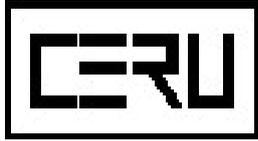


ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Artigos

	Religião, 91
Questões Sociais e de Trabalho, 144	
Teorias e Conceitos, 178	
Migrações, 215	
Educação, 249	
Questões Rurais, 264	
Questões Culturais, 288	



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Religião

Renan B. Dantas, 92

Mariana Fonte Boa Deodato, 100

Lauana Ananias Flor, 118

Margarida Maria Moura, 134



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

PADRES CATÓLICOS E CIRCUITO ALTERNATIVO NEO-ESOTÉRICO

Renan B. Dantas*

Resumo: Este trabalho discute os casos de quatro padres católicos que entrelaçaram suas trajetórias com a prática e a promoção de técnicas e terapias alternativas e orientais, como yoga, reiki e meditação. Argumenta-se neste sentido, a constatação de possíveis entradas e diálogos do catolicismo com o que foi cunhado de “circuito neo-esotérico” (MAGNANI, 1999), ou melhor, “circuito alternativo” (CAROZZI, 2000). Uma rede de circulação e consumo internacional, submergida a partir do movimento social e espiritual Nova Era, formado basicamente por habitantes urbanos, letrados, intercambiando e consumindo uma diversidade de técnicas meditativas, nutricionais, esotéricas, espirituais, corporais, etc. geralmente enquadradas como terapias alternativas e complementares.

Palavras-chave: catolicismo; circuito neo-esotérico; Nova Era

Abstract: This paper discusses the cases of four Catholic priests who have interwoven their trajectories with the practice and promotion of alternative and oriental techniques and therapies, like yoga, reiki and meditation. It's argued in this sense, the confirmation of possible entries and dialogues of Catholicism with what was coined of "neo-esoteric circuit". (MAGNANI, 1999), or rather, "alternative circuit" (CAROZZI, 2000). A network of international circulation and consumption, submerged from the social and spiritual movement New Age, formed basically by urban population, literate, exchanging and consuming a variety of meditative, nutritional, esoteric, spiritual, bodily, and other techniques. generally framed as alternative and complementary therapies.

Key-words: Catholicism; neo-esoteric circuit; New Age;

Introdução

Esta comunicação é resultado de investigações materializadas na pesquisa de iniciação científica “Asanas para Santo Inácio: Padre Haroldo Rahm e a yoga cristã”, que por sua vez primeiro culminou na monografia “Catolicismo, jesuitismo e yoga cristã através da trajetória de padre Haroldo Rahm, SJ” posteriormente em um projeto de mestrado apresentado ao Departamento de Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e financiado pela Capes que investiga interfaces entre o catolicismo e métodos considerados orientais. Pretende-se discutir e argumentar em torno de possíveis entradas do catolicismo, através de alguns de seus profissionais oficiais – em especial padres diocesanos e

* Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestrando em Antropologia Social (UNICAMP.). Pesquisador do Laboratório de Antropologia da Religião – LAR/IFCH). E-mail: renan_dantas28@hotmail.com



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

congregacionais – no que foi chamado de “circuito neo-esotérico” (MAGNANI, 1999) ou “circuito alternativo” (CAROZZI, 2000).

A partir da década de 1970, pesquisadores identificam nos Estados Unidos o surgimento de uma rede de circulação religiosa/espiritual que se expande internacionalmente, costurando contextos urbanos e de classe média econômica, formada por uma variedade de crenças, práticas e vivências místicas, ou esotéricas. Um misto de auto-ajuda, filosofia oriental, ocultismo, práticas psicossomáticas, terapias alternativas, etc. Ações submergidas, segundo estes autores, da chamada Nova Era: movimento religioso/espiritual difuso, pautado na desterritorialização do sagrado, na sacralização do “sincretismo em movimento” (AMARAL, 2000) e no auto aperfeiçoamento enquanto projeto de salvação religiosa.

Devido a suas características intrínsecas, este movimento sofreu oposição direta de setores mais conservadores e tradicionalistas do cristianismo, em especial da Igreja Católica, que o via com desconfiança, geralmente classificando suas práticas e principais ideias como corruptivas, incompatíveis com o cristianismo e satânicas.

Marcelo Camurça (2014) discutiu as condições e os impasses de diálogo entre o cristianismo católico e a Nova Era. Segundo ele, do lado do catolicismo, o diálogo é dificultado devido ao critério católico de dialogar positivamente mais com religiões de identidade histórica – com fundador, doutrina e corpo sacerdotal definido – criticando a Nova Era como: “irreverência espiritual”, “mistura anárquica” – “apropriação indébita (descontextualizada) do cristianismo”

Este trabalho argumenta ser visível uma participação positiva de certas experiências católicas através da circulação de alguns padres que oferecem serviços e enquanto líderes são reconhecidos por entre distintos lugares dentro destes circuitos (escolas filosóficas orientalistas, centros espíritas, centros de yoga, espaços holísticos terapêuticos, retiros espirituais, etc). Citamos o caso de quatro deles que circulam pelo Brasil: o jesuíta Haroldo J. Rahm, criador de uma modalidade de “yoga cristã”, promovida a partir de retiros e cursos. O jesuíta indiano Joe Pereira, que viaja o mundo oferecendo workshops de Iyengar yoga, além de caracterizar Jesus como um “iogue”. O padre Patrick J. Leonard (padre Leonardo), autor do livro “Reiki para Cristãos” e de cursos com o mesmo nome. E por fim, o beneditino inglês Laurence Freeman, diretor da Comunidade para Meditação Cristã e que anualmente vem ao Brasil dar palestras e conduzir retiros espirituais – como por exemplo o realizado em abril de 2019 com o título “Descanso no Ser: meditação e estar em paz consigo”.



Padre Haroldo e a yoga cristã

O primeiro, é um jesuíta norte-americano chamado Haroldo J. Rahm, que vive no Brasil desde 1964, onde fundou movimentos leigos e de juventude como o TLC (Treinamento de Liderança Cristã) e a RCC (Renovação Carismática Católica). Padre Haroldo foi responsável por inovar na reinvenção do catolicismo brasileiro a partir da década de 60, desenvolvendo experiências tipicamente pentecostais de inspiração evangélica, as “Experiências de Oração no Espírito Santo”, germes do que viria a ganhar corpo com a Renovação Carismática Católica (RCC) brasileira. Ao lado de um outro jesuíta, padre Eduardo Dougherty, Haroldo delimita o “marco interpretativo” (CAROZZI, 2000)* do movimento carismático brasileiro. Movimento que ele abandona a partir da segunda metade dos anos 70 – logo após sua institucionalização oficial dentro da Igreja Católica –, por uma série de divergências ideológicas, dentre elas, o fato de que boa parte dos novos líderes passaram a operar numa lógica de “guerra religiosa” (ORO, 1997) e a condenar como demoníacas, yoga e outras filosofias orientais, as enquadrando de forma acusatória como propagadoras da Nova Era, o “demônio moderno” da Igreja Católica (CARRANZA, 2000).

Com uma experiência de aproximadamente cinquenta anos de prática de yoga, Haroldo criou uma modalidade de “yoga cristã” e desde de 2007 promoveu uma série de retiros da prática, agregando em suas programações instrutores de outros estilos de yoga. As incursões etnográficas realizadas durante a pesquisa citada no início da comunicação levaram-nos a constatar a entrada de padre Haroldo e sua yoga cristã em uma rede de circulação cidadina semelhante à descrita pela bibliografia dos “circuitos alternativos”. Isso devido basicamente a três aspectos: O primeiro refere-se a minha própria “entrada” no campo desta pesquisa. Conheci padre Haroldo e sua yoga cristã em um espaço de yoga[†] na cidade de Ribeirão Preto (SP), onde ao lado de diferentes vertentes de yoga como hatha yoga, ashtanga yoga, vinyasa, kundalini yoga, iyengar yoga, etc; é oferecido aulas de yoga cristã baseadas no “método padre Haroldo”.

*Marcos interpretativos seriam esquemas de interpretação de um movimento social elaborados mediante o discurso dos líderes, definindo-se por sua função orientadora e organizadora da experiência (CAROZZI, 2000).

[†] Que, de acordo com o conjunto de serviços e produtos oferecidos em sua programação poderia muito bem ser enquadrado como um “centro integrado”. José Guilherme Magnani, disposto a melhor distinguir os espaços do “circuito neo-esotérico” em São Paulo, os divide em cinco grupos, sendo centros integrados “aqueles que reúnem e organizam, num mesmo espaço, vários serviços e atividades como consultas através de algum dos sistemas oraculares, terapias e técnicas corporais alternativas, palestras e cursos de formação, venda de produtos, vivências coletivas” (MAGNANI, 2000, p. 30).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O instrutor desta prática, um católico praticante*, a assumiu após a instrutora responsável por levar o método para Ribeirão deixar de dar aulas naquela escola. Ela que já era instrutora de yoga antes de conhecer padre Haroldo em um evento de yoga na cidade por volta de 2008, que reuniu professores e praticantes de vários lugares do país e também de fora – como o caso do padre indiano também jesuíta e instrutor de yoga Joe Pereira, de que falaremos adiante.

O segundo seria o de que o padre, levantando a bandeira da yoga cristã, eventualmente oferece retiros, aulas e palestras em outras cidades, em encontros de meditação e yoga, é homenageado por profissionais da yoga e tem uma coluna em um jornal “místico-espiritual” – chamado Jornal Zen. Neste sentido duas incursões a campo foram marcantes: a primeira se refere a uma palestra que tinha como tema o “ecumenismo entre as religiões” oferecida pelo padre em um centro espírita e a segunda seria sua benção e participação na abertura de um festival intitulado e sub-intitulado: “Festival Zen: mais que um evento, uma experiência da Nova Era”, onde haviam práticas de yoga e meditação, leituras de tarô, venda de produtos esotéricos e etc.

O terceiro aspecto referente a análise de Pe. Haroldo e sua yoga cristã como um “espaço” de um certo circuito alternativo seria o de que os próprios retiros oferecidos em seu instituto são um ponto de encontro, ou melhor, uma vivência para uma diversidade de indivíduos: espíritas, católicos, praticantes de yoga, profissionais de yoga e pessoas sem religião definida em busca de uma “transformação espiritual”.

Padre Joe Pereira: “Jesus Cristo iogue”

Chegou-se até padre Joe Pereira como já dito a partir de conexões estabelecidas através das linhas de vida de padre Haroldo. Este jesuíta indiano é um instrutor de yoga, discípulo do grande mestre indiano BKS Iyengar, e também da agora Santa Madre Teresa de Calcutá. Segundo informações colhidas primeiro em campo, através de contatos com a presidente da IYTA (Associação Internacional dos Professores de Yoga) no Brasil – entidade com sede no Canadá, por meio da qual os instrutores de yoga formados no centro de yoga que nos deu acesso a este campo tem sua certificação – padre Joe trabalhava com Madre Teresa numa época em que sofreu um acidente de moto que o deixou de cadeira de rodas. Teria sido nesta mesma

* Maneira “militar” de ser católico (BRANDÃO, 1987), no sentido de disciplinarmente cumprir os rituais coletivos exigidos pela fé católica. Tal instrutor vai à missa todas as semanas, cumprindo inclusive a função de acólito em sua Igreja.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

época que se iniciaria seu envolvimento com BKS Iyengar, que com seu yoga adaptado prometia um tratamento eficaz (vale lembrar que Iyengar quase deu aulas de yoga para o debilitado Papa Paulo VI). Pe. Joe foi então até sua “mestra” pedir permissão para ter aulas com Iyengar. Madre Teresa lhe disse que se era pela causa da saúde que fosse. A revista Vida Simples, por ocasião de sua vinda ao Brasil em fevereiro de 2017, lhe dedicou uma matéria intitulada “O padre iogue” que traz um interessante relato sobre sua relação com madre Teresa:

As primeiras alunas de padre Joe foram as noviças de Madre Teresa, que, intrigada, perguntou: ‘Que ioga é essa que você anda ensinando às minhas freiras?’. Ele explicou que a ioga ajudava a despertar, já que elas andavam cochilando durante as orações. Madre Teresa se convenceu dos poderes terapêuticos da ioga e foi uma figura chave na trajetória de padre Joe. Anos antes, em 1971, ele a havia procurado pensando em deixar a batina. Entre os amigos de seminário, quatro haviam se casado e dois se suicidado. "Madre Teresa me disse: ‘Jesus precisa de você. Tenha paciência, vai demorar um longo tempo, mais ou menos dez anos’. Exatamente dez anos depois, fundei a Kripa", conta ele. Na inauguração, Madre Teresa estava lá. ‘Ela dedicou a vida aos mais pobres dos pobres. Eu dedico a minha aos mais pobres em saúde’, diz ele. (Disponível em: <http://vidasimples.uol.com.br/noticias/experiencia/o-padreioque.phtml#.Wv3dPogvzIU>. Acessado em 31 de maio de 2019).

A Kripa World Foundation, é uma fundação que cuida de dependentes químicos e portadores de HIV, com mais de 70 centros na Índia, a maior ONG voltada para esta causa no país (país que curiosamente é a casa do maior número de jesuítas do mundo, seguido dos Estados Unidos).

Padre Joe vem com frequência ao Brasil oferecer workshops de iyengar yoga em centros de yoga e paróquias, passando por diferentes estados e cidades. A filiação da IYTA brasileira ao padre, legitima seu oferecimento de práticas de “Iyengar yoga”, modalidade de yoga baseada em adaptações. Neste sentido se observa uma disputa no campo do yoga brasileiro, na qual algumas entidades buscam monopolizar legalmente o oferecimento de práticas da modalidade. Aqui temos mais um indicio de entrada católica nos circuitos das terapias alternativas e integrativas.

Uma extensão analógica interessante, realizada por padre Joe, trata-se de sua caracterização de Jesus como um “iogues supremo, pois ele falou sobre se tornar um com Deus”* (tradução nossa). Em sua visão a yoga apreendida com seu mestre Iyengar transcende filosofias

* Disponível em: <<https://scroll.in/article/718719/in-mumbai-a-catholic-priest-yogi-attacks-western-propaganda-against-yoga>>. Acessado em 31 de maio de 2019.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

e ideologias através de sua habilidade de unir pessoas. Neste sentido ele crítica os propagadores católicos de um movimento anti-yoga, não só por desconhecerem os aspectos espirituais do yoga, mas também por falharem do reconhecimento da própria religião, uma vez que a partir do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica oficialmente se abriu a possibilidade de absorver a “espiritualidade de outras religiões”.

Interessante pontuar também que padre Joe também é coordenador nacional da Comunidade para Meditação Cristã nacional na Índia.

Padre Patrick Leonard e o “Reiki para Cristãos”

O contato com padre Pe. Patrick J. Leonard (padre Leonardo como é popularmente conhecido), C.S.Sp, um irlandês, naturalizado no Brasil a cerca de 46 anos e que trabalha com Reiki a cerca de 15 anos, se deu através de um dos membros da comunidade que alimenta a organização dos retiros de yoga cristã realizados no Instituto Padre Haroldo (IPH). Este interlocutor, um dos principais em minha pesquisa prévia, além de acompanhar rotineiramente o padre Haroldo em suas práticas de yoga, é amigo pessoal de padre Leonardo. Tal padre, enquanto mestre reikiano, iniciou muitas pessoas na prática, nos cursos de “Reiki para Cristãos”, que por sua vez viraram um livro de mesmo nome.

O livro é prefaciado por Dom Irineu Danelon, SBD, bispo de Lins e coordenador nacional da Pastoral da Sobriedade da Comissão Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) – o que indica a marcante relação entre terapias alternativas como reiki e a eficácia de cuidados com a dependência química. Nele, padre Leonardo define o reiki e a motivação de seu trabalho como:

“uma terapia reconhecida mundialmente e respeita as regras de todas as terapias holísticas. Como tal, pode ser praticada por adeptos de qualquer religião. A intenção desta publicação é de eliminar dúvidas sobre a origem do REIKI e tirar qualquer medo em relação a seu uso por cristãos. Também queremos encorajar seu uso como uma terapia muito apropriada aos cristãos por causa da prática de Jesus e da missão de cura que ele nos deixou” (LEONARD, 2015, p. 10).

Dom Laurence Freeman e a Comunidade para Meditação Cristã



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Laurence Freeman é um monge beneditino inglês, herdeiro e sucessor do legado deixado por outro beneditino, o também inglês John Main. Main teria se iniciado na meditação muito antes de vir a ser sacerdote católico, por um swami* indiano, “um santo homem de Deus” segundo suas palavras, que lhe ensinou a se utilizar de um mantra para meditar. Anos mais tarde, já dentro da Ordem de São Bento, Main foi advertido e censurado por seus superiores por meditar daquela forma tipicamente “oriental”. Como resposta, o monge encontra nas Conferências de João Cassiano (séc. IV), um dos “Padres do Deserto”, a saída para exercitar sua forma preferencial de oração. Lá em sua 4ª conferência, João Cassiano apregoava “a prática de usar uma frase curta para chegar à tranquilidade necessária à oração” (MAIN, 1987, p. 18), tal como um mantra. A página da Comunidade Mundial para Meditação Cristã na internet, descreve que “a compreensão de John Main era a da unidade essencial que havia por trás do "mantra" do Oriente, da "fórmula" de Cassiano e da "oração monológica" dos primeiros Cristãos” (Comunidade Mundial para Meditação Cristã, 2019

Dando sequência a esta herança, Laurence Freeman fundou em 1991 a Comunidade para Meditação Cristã†. Desde então a comunidade começou a se institucionalizar, sendo que hoje conta com mais de 2000 grupos (oficialmente contabilizados) espalhados em mais de cem países. No Brasil há grupos em 19 estados nacionais e em 18 cidades só no estado de SP, tais como Ribeirão Preto, Santos, Vinhedo, Itu, etc. Estes grupos geralmente são sediados em locais variados, como residências particulares, paróquias, colégios, hospitais, clínicas, prisões, escritórios e capelas.

Laurence Freeman, que praticamente vem todos os anos ao Brasil conduzir retiros espirituais, dar palestras e divulgar a meditação cristã, em seu livro “Jesus: um mestre interior”, traz uma interessante comparação entre o repertório espiritual católico e a filosofia do zen-budismo:

O praticante da doutrina zen aprende que, se encontrar o Buda na estrada, deverá matá-lo. Quando os dois discípulos encontraram Jesus na estrada para Emaús, depois da Ressurreição, não conseguiram reconhecê-lo até que Cristo compartilhasse o pão com eles. Então, na Eucaristia, seus olhos se abriram e eles o reconheceram. Assim, ao encontrar Jesus, o discípulo cristão não o mata. Ele já foi morto. Talvez

* Título honorífico hindu, atribuído a homens e mulheres que “dominaram a si mesmo”, tornaram-se “livres dos sentidos”.

† Em razão de sua popularidade e difusão no Brasil – são cerca de 47 comunidades e centros espalhados em quase todos os estados nacionais – a revista Época lhe rendeu uma matéria intitulada “Catolicismo zen: Resgatada dos primórdios do cristianismo, a meditação à moda oriental cativa fiéis brasileiros”, para a qual o título do presente projeto deve sua inspiração mais direta: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR57698-6014,00.html>. Se estaria diante de uma nova forma de ser católico? Um católico zen?



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

o nosso equivalente da prática budista seja comê-lo. (FREEMAN, 2004, p. 40).

Informado por tais extensões e uma chave universalista e por que não dizer holística – uma das características ligadas as visões de mundo da Nova Era, que já teriam influenciado teólogos católicos como Leonardo Boff (CAMURÇA, 2014) – Dom Laurence Freeman vem ao Brasil praticamente todos os anos a mais ou menos 25 anos. Aqui ele conduz retiros e oferece palestras. Em abril de 2019 por exemplo, estive em São Paulo dando uma palestra e conduzindo a prática da meditação cristã na escola filosófica Palas Athena, que poderia muito bem ser enquadrada como um dos espaços da “mystica urbe” paulistana, tal como descrita por José Guilherme Magnani (1999). Na ocasião em específico, Dom Laurence, dentre outras coisas, defendeu em uma linguagem ecumênica e pluralista a busca por uma “revolução da meditação contemplativa”. Além de em termos de referência transitar entre ciência e teologia escolástica, fazendo paralelo entre Einstein e Santo Agostinho, ambas figuras que teriam chegado a “conclusões semelhantes”.

Considerações finais

Em primeiro lugar, faz-se necessário algumas considerações a respeito do marco teórico seguido pelo trabalho. Boa parte da bibliografia que trata sobre circuito neo-esotérico ou alternativo, está datada entre a segunda metade dos anos 90 e início dos anos 2000. Tendo isso em vista, de lá pra cá muitas coisas mudaram e questões foram feitas. A quase inquestionável associação entre a difusão de terapias alternativas e complementares e o que se convencionou chamar de Nova Era, religiosidade difusa, mutante e sem instituição fixa, por exemplo, já não é tão contundente em alguns contextos. Com a implementação das PICs, práticas integrativas e complementares no SUS (Sistema Único de Saúde), priorizar a Nova Era, no sentido de desinstitucionalização de práticas que entrelaçam “o religioso, o espiritual e o terapêutico” (MALUF, 2003), pode ser uma “cortina de fumaça” (TONIOL, 2016). Assim sendo, consideramos que os campos acionados pelos personagens acompanhados com frequência estão interconectados entre “espiritual”, “terapêutico”, “religioso” e etc.

Entretanto, ainda sobre Nova Era, é incontornável considerar sua agencia, principalmente quando a categoria é utilizada como acusação. Nova Era ainda é um prisma cognitivo, uma leitura do mundo que mobiliza as pessoas de maneira religiosa, política e



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

filosófica. E aí, podemos falar em detratores e apoiadores do que filosófica e materialmente implica a Nova Era. Segundo setores conservadores, fundamentalistas e tradicionalistas do catolicismo, Nova Era é um movimento religioso e cultural “perigoso”, que da preferência as teses e práticas “orientais” geralmente panteístas, ou seja, que levam o indivíduo a se auto considerar uma divindade, ou “semente cósmica” do todo. Suas principais práticas segundo estes setores – todas elas potências no que se refere a capacidade de destruir a fé cristã – seriam “yoga”, “reiki” e “meditação transcendental”. Justamente as práticas que os atores observados acionam e incorporam a suas experiências como católicos. Neste sentido, a dimensão dos conflitos ideológicos é pano de fundo destes encontros entre católicos e os serviços chamados de Nova Era.

Há ainda que se considerar os diferentes níveis de formulação etnográfica e teórica dos agentes analisados, tendo em vista que os três últimos foram encontrados e seguidos a partir de relações estabelecidas direta e indiretamente com o primeiro. Neste sentido, apesar de ter experienciado momentos etnográficos com estes outros três autores, boa parte dessas experiências foram apenas registradas em um caderno de campo, ou simplesmente vividas, faltando ainda desenvolver reflexões teóricas mais concretas sobre estes casos.

Concluindo, a presente comunicação visou ponderar algumas evidências empíricas, tendo em vista a noção de circuito (lugares, trajetos) e a circulação de pessoas e coisas por entre universos classificados como religiosos, esotéricos, espirituais, alternativos e terapêuticos. Algumas características anunciadas pelos analistas como informantes destes circuitos são visíveis nestes casos. Como a circularidade internacional de líderes e o oferecimento de serviços tipicamente orientais, ou versões cristãs de técnicas orientais, promovidas por sacerdotes católicos. Poderíamos citar ainda outros casos, como a lista extensa de padres que escrevem livros de autoajuda por exemplo. Como anunciava Carozzi (2000) no início do milênio, era difícil encontrar um habitante urbano de classe média do mundo ocidental que não houvesse consumido ao menos uma vez algum destes serviços ligados ao circuito alternativo. Parece que já há um bom tempo, alguns membros e líderes da Igreja Católica começaram a perceber e a se posicionar diante destas mudanças na sociedade. Enquanto alguns as combatem, outros as abraçam, absorvem e dialogam como este trabalho procurou apontar.

Bibliografia



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

AMARAL, Leila. Carnaval da alma: comunidade, essência e sincretismo na nova era. Editora Vozes, 2000.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Espiritismo e Nova: Interpelações ao Cristianismo Histórico. Aparecida: Editora Santuário, 2014

CAROZZI, María Julia. Nueva era y terapias alternativas: construyendo significados en el discurso y la interacción. Ediciones de la Universidad Católica Argentina, 2000.

CARRANZA, Brenda. Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências. Editora Santuário, 2000.

DANTAS, Renan B. Catolicismo, jesuitismo e yoga cristã através da trajetória de padre Haroldo J. Rahm, SJ. Monografia em ciências sociais/IFCH. Campinas, 2018.

FREEMAN, Laurence. Jesus, o Mestre Interior. São Paulo: Martins Fontes, 2004

LEONARD, Patrick J. Reiki para cristãos. São Paulo: CCJ, 2015

MAIN, John. Meditação Cristã. Paulus, 1987.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Mystica urbe**. Studio Nobel, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O Brasil da nova era. Zahar, 2000.

MALUF, Sônia Weidner. Os filhos de Aquário no país dos terreiros: novas vivências espirituais no sul do Brasil. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, v. 5, n. 5, p. 153-171, 2003

ORO, Ari Pedro. Neopentecostais e afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra?. Debates do NER, v. 1, n. 1, 1997.

TONIOL, Rodrigo. Cortina de fumaça: terapias alternativas/complementares além da Nova Era. **REVER-Revista de Estudos da Religião**, v. 16, n. 2, p. 31-54, 2016.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

TRABALHO DOCENTE E RELAÇÕES DE GÊNERO: REPERCUSSÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS (ES) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Mariana Fonte Boa Deodato*

Resumo: A temática da presente pesquisa se insere no debate sobre as condições de trabalho docente e questões de gênero, sendo foco desta proposta as repercussões das relações de gênero sobre a formação de professoras e professores da rede municipal de ensino de São Paulo (RME/SP). A organização da educação no Brasil passou por constantes mudanças ao longo da sua história. O controle do ensino era dominado pela Igreja até o século XVIII, quando o poder público o assumiu, tendo início o processo de profissionalização docente, com enfoque para a formação de professoras (es). Com a expansão das escolas, parecia vantajoso que as mulheres se tornassem professoras, atendendo aos ideais republicanos de nação e possibilitando o trabalho feminino em uma ocupação adequada às características consideradas exclusivas de mulheres, como maternidade e cuidado, permitindo ainda a conciliação com as tarefas domésticas. Percebe-se que a feminização do magistério ocorreu ao mesmo tempo em que o trabalho docente se tornou mais precarizado e desvalorizado. Nas últimas décadas, a formação de professoras (es) passa a ser utilizada para atender à lógica de produtividade e se torna alvo de disputa entre aqueles que defendem uma formação menos teórica e mais prática e aqueles que defendem uma formação teórica sólida aliada à prática. Dados demonstram que as mulheres são a maioria dos profissionais na educação básica brasileira, porém, o mesmo não ocorre de maneira geral no ensino superior, o que denota que o trabalho feminino é considerado de menor valor e prestígio. As principais autoras que darão suporte para as análises como referencial teórico são Joan Scott (1995), Eneida Shiroma (2003) e Dalila Oliveira (2003), entre outras (os). O objetivo deste estudo é investigar as repercussões das relações de gênero relacionadas a formação docente e condições de trabalho, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP), bem como contribuições da literatura da área. Partindo de uma pesquisa de cunho quantitativo, foram levantados dados referentes ao sexo, raça, escolaridade e cargo das servidoras e servidores da SME/SP. Os dados demonstram que cerca de 43% do total de docentes possui pós-graduação *lato sensu*, enquanto 2% fizeram mestrado ou doutorado. As mulheres perfazem 86,5% da RME/SP, no entanto, apenas 1,6% destas possuem pós-graduação *stricto sensu*, ao passo que 5% dos homens fizeram mestrado ou doutorado. Por outro lado, em torno de 44% das mulheres e 33% dos homens possuem pós-graduação *lato sensu*. Presume-se que este tipo de formação seja mais aproveitado pelas mulheres por ser, em grande parte, a distância, permitindo flexibilidade de tempo de dedicação ao estudo. Pode-se notar que as mulheres enfrentam mais obstáculos para estudar, sobretudo as mulheres pardas e pretas, principalmente para realizar formações fora da rede em que atuam, devido ao acúmulo de jornadas de trabalho e tarefas domésticas.

Palavras-chave: Trabalho docente. Relações de gênero. Formação docente. Rede municipal de ensino de São Paulo.

Abstract: The present research discusses the conditions of teaching work and gender issues, with a focus on the repercussions of gender relations on the training of teachers in the education

* Professora de Ensino Fundamental II e Médio na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP) e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: mfbdeodato@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

system of the city of São Paulo (RME/SP). The organization of education in Brazil has undergone constant changes throughout its history. Control of education was dominated by the Church until the eighteenth century, when the government took over, starting the teacher professionalization process, focusing on the training of teachers. With the expansion of schools, it seemed advantageous for women to become teachers, attending the republican ideals of the nation and enabling women's work in an occupation appropriate to the characteristics considered exclusive to women, such as maternity and care, also allowing reconciliation with domestic tasks. It is noticed that the feminization of the teaching profession took place while the teacher working became more precarious and devalued. In the last decades, the training of teachers is now used to meet the logic of productivity and becomes the target of dispute between those who defend a less theoretical and more practical training and those who advocate a solid theoretical training coupled with practice. Data show that women are most professionals in Brazilian basic education, however, the same does not occur in general in higher education, which indicates that female work is considered of lesser value and prestige. The main authors who will support the analysis as a theoretical reference are Joan Scott (1995), Eneida Shiroma (2003) and Dalila Oliveira (2003), among others. The aim of this study is to investigate the repercussions of gender relations related to teacher training and working conditions, based on data provided by the Department of Education of the City of São Paulo (SME/SP), as well as contributions from the literature. The data show that about 43 percent of the total number of teachers has a specialization, while 2 percent have a master's or doctoral degree. Women represent 86.5 percent of RME/SP, however, only 1.6 percent of them have a graduate degree, while 5 percent of men have master's or doctoral degrees. On the other hand, around 44 percent of women and 33 percent of men possess specialization. It is presumed that this type of training is more used by women because it is often at a distance, allowing flexibility in the time of dedication to study. It may be noted that women face more obstacles to studying, mainly black women, especially for off-the-job training due to the accumulation of work hours and house chores.

Keywords: Teacher working. Gender relations. Teacher training. Education system of the city of São Paulo.

Introdução

Este trabalho propõe analisar as influências das relações de gênero sobre a formação docente na rede municipal de ensino de São Paulo (RME/SP). Para tanto, apresenta-se um breve histórico acerca do magistério, principalmente após a institucionalização da escola no século XVIII e assunção do poder público em relação a sua organização. A seguir, trata-se do conceito de gênero e de trabalho docente, bem como sobre fatores de precarização do magistério, apresentando os trabalhos que tratam do tema. Por último, faz-se uma análise de dados quantitativos relativos a professoras e professores da RME/SP (administração direta), considerando os fatores que interferem na sua formação, tais como sexo e raça.

A fim de realizar tais análises, foram consultados estudos que abordam temas como história da educação, feminização do magistério, formação de professoras (es), políticas e



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

reformas educacionais, e dados referentes ao sexo, raça, escolaridade e cargo das servidoras e servidores da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP).

O objetivo é investigar as repercussões das relações de gênero relacionadas a formação docente e condições de trabalho, a partir de dados disponibilizados pela SME/SP, bem como contribuições da literatura da área docente e apresentar um panorama que permita a compreensão de que as atuais condições do magistério também se originam de processos anteriores, e não são apenas resultado de políticas recentes de desqualificação e retirada de direitos.

Breve histórico da organização do ensino no Brasil

O exercício do magistério esteve sob domínio da Igreja Católica até o século XVI, quando, para atender maior parte da população, colaboradores leigos foram recrutados, já que o clero não conseguiria atender à nova demanda (HYPÓLITO, 1997). Esta expansão do ensino, no entanto, não deixou de ter influência da Igreja, já que as escolas elementares visavam à leitura de textos religiosos. Ressalta-se que, neste período, o magistério era exercido quase que exclusivamente por homens.

A partir do século XVIII, a ascensão dos ideais liberais/burgueses fomenta um movimento que passa a reivindicar o controle da educação pelo Estado e não mais pela Igreja. Com relação ao ensino, tais ideais se baseiam em uma formação técnico-profissional em oposição ao sacerdócio pregado pela Igreja (NÓVOA, 1991).

A transição do controle da educação da Igreja para o Estado parece, a princípio, trazer maior autonomia para o docente. Contudo, ao se tornar uma profissão regulamentada e assalariada, o magistério sofre a regulação do Estado, o qual passa a controlar o sistema de ensino por meio do currículo e da forma de ingresso/contratação de profissionais. Nesse sentido, quando o professor trabalhava para a comunidade detinha maior controle sobre seu trabalho. Na medida em que se afastava da comunidade, ganhava liberdade da Igreja e se profissionalizava, foi perdendo assim parte de sua autonomia, como ressalta Hypolito (1997):

Em termos de trabalho docente, o movimento histórico de constituição de um sistema de ensino público em expansão, baseado em princípios liberais e laicos, [...] significou, de um lado, a busca de profissionalização dos docentes; de outro, o controle por parte do Estado sobre os profissionais do ensino, com a consolidação do assalariamento e da funcionarização. (HYPOLITO, 1997, p. 26).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A partir da proclamação da independência no Brasil, ainda no Império, houve maior atenção à questão educacional no país, surgindo a necessidade de se organizar o sistema de escolas públicas. Porém, o poder central sempre priorizou o ensino superior, omitindo-se da responsabilidade no que tange à educação básica ao publicar o Ato Adicional de 1834, que transferia a responsabilidade do ensino de primeiras letras para as províncias, fator que demonstra a oficialização da omissão do Estado (SAVIANI, 2014a).

No Brasil, as mulheres só tiveram direito à educação formal a partir de meados do século XIX, pós independência, ainda que excluídas de disciplinas tidas como não apropriadas ao seu intelecto e incentivadas a aprender dotes domésticos referentes ao cuidado com a casa e com a família (DEMARTINI; ANTUNES, 1993).

A formação de professoras (es) sempre sofreu as consequências das precárias condições existentes no ensino. A primeira escola normal foi criada em 1836, no Rio de Janeiro, e durou apenas treze anos. Nos anos seguintes foram instaladas instituições semelhantes em outras províncias, mas estas escolas eram constantemente fechadas e reabertas, devido a diversos fatores, dentre eles as “deficiências didáticas, mas sobretudo a falta de interesse da população pela profissão docente, acarretada pelos míseros atrativos financeiros que o magistério primário oferecia e pelo pouco apreço de que gozava” (TANURI, 2000, p. 65). Ou seja,

Na verdade, em todas as províncias as escolas normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção, para só lograrem algum êxito a partir de 1870, quando se consolidam as idéias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino. (TANURI, 2000, p. 64).

O Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, conhecido como Reforma Couto Ferraz, foi um minucioso documento que tratava do ensino primário e secundário na corte. Um dos cinco capítulos era dedicado à questão dos professores adjuntos, que consistia na ideia de formação na prática, contratando docentes auxiliares por meio de “concurso geral aberto aos discípulos maiores de 12 anos de todas as escolas públicas” (SAVIANI, 2014a). Couto Ferraz fechou a Escola Normal de Niterói, em 1849, pois não acreditava nesse projeto. “Para ele as escolas normais eram muito onerosas, ineficientes quanto à qualidade da formação que ministravam e insignificantes em relação ao número de alunos que nelas se formavam” (SAVIANI, 2014a, p. 20).

A precariedade das condições descendia do Império e foi agravada pela omissão do poder público e pela falta de recursos, dificultando a aplicação das leis e dos métodos (SOUZA,



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

2014). Segundo a autora, ocorria um duplo processo de incorporação e exclusão na apropriação das ideias:

Os intelectuais e educadores evitaram discutir os fundamentos da escola graduada, o que resultaria num debate sobre transformações estruturais de elevado custo financeiro. Preferiram abraçar os *slogans* da renovação educacional inseridos nos processos metodológicos, isto é, conceberam mudanças significativas mais exequíveis, de acordo com suas representações, tendo em vista as condições da instrução pública na época. (SOUZA, 2014, p. 52).

O estado de São Paulo, por deter a hegemonia econômica e política no fim do século XIX, liderou as mudanças nesse período, iniciando as reformas educacionais (SAVIANI, 2014b). O decreto de 12 de março de 1890 estabelecia, entre outras considerações, que “sem professores bem preparados [...] o ensino não pode ser regenerador e eficaz” (REIS FILHO, 1995, p. 50). Pode-se perceber que a formação de professoras (es) já recebia certa atenção e responsabilização pelos resultados, positivos ou negativos, que a escola poderia obter.

Anísio Teixeira, em meados do século XX, já sinalizava em seus escritos a preocupação com a formação e a origem social das (os) professoras (es) que estavam ingressando no magistério naquele momento e que, segundo o autor, dispunham de “menor competência” do que outrora. Em seu texto “*Por que especialistas na educação*”, publicado em 1958, o autor discorre acerca da importância de se ter supervisores, diretores e coordenadores na educação, pois, segundo ele, esses especialistas deveriam auxiliar os docentes em suas atribuições, uma vez que estes já não eram tão capacitados quanto antes. Uma das justificativas para essa queda no rendimento e na qualidade da formação de professoras (es), segundo o autor, devia-se ao fato de as (os) docentes serem cada vez mais egressas (os) das camadas menos favorecidas da sociedade:

Quando a educação escolar e deliberada era necessária apenas para uma minoria e se limitava a uma especialização intelectual, para as letras ou para as ciências, bastariam para ministrá-la eficientemente dois cuidados: rigorosa seleção dos alunos e não menos rigorosa seleção de mestres. Com estas duas seleções, reduzíamos ao mínimo as necessidades de planejamento e de administração [...] Não podemos selecionar os alunos. Temos que educar a todos. Não podemos selecionar os mestres. Temos de escolhê-los em camadas cada vez mais comuns. Com alunos comuns e mestres comuns, cresceram as necessidades de planejamento, as necessidades de supervisão e as necessidades de administração. (TEIXEIRA, 1958, p. 1).

Como demonstrado acima, para Anísio Teixeira, a partir do momento em que a escola passou a ter seu acesso estendido às camadas mais pobres, isso já comprometeria o processo de ensino aprendizagem, sendo que mestres e alunos não poderiam mais ser “selecionados”. Na



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

sua compreensão, a origem social de alunas (os) e professoras (es) terminava por interferir na qualidade da educação. O autor destaca ainda a necessidade de especialistas para auxiliar esse docente, que já não mais se assemelha com de outrora, oriundo das camadas mais favorecidas do ponto de vista do capital cultural e econômico:

O professor administra a sua classe, ensina a seus alunos e os orienta na vida e nos estudos. Hoje ainda faz tudo isto, mas, como não pode ser tão selecionado, nem os estudos tão suficientemente simples, temos de ajudá-lo com especialistas de administração, de planejamento, de currículo, de supervisão e de orientação. (TEIXEIRA, 1958, p. 2).

Anísio Teixeira ressalta que os egressos das camadas mais pobres não teriam, sozinhos, condições de acompanhar e assumir todas as suas atribuições em sala de aula. Dessa forma, para evitar erros ou mesmo a não concretização do trabalho da (o) docente, esta (e) deveria receber “ajuda”. Diante do exposto, percebe-se que o discurso de responsabilização e desqualificação do trabalho e formação docente foi se engendrando e esteve presente durante todo o processo em que os docentes passam a se profissionalizar sob a regulação do Estado.

Feminização e Precarização do magistério

Juntamente com o processo de funcionarização do trabalho docente ocorreu a expansão e feminização da carreira. No Brasil, no início do século XX, o ingresso de mulheres professoras nas escolas aumentou. Com a república, vem à tona a ideia de que a educação seria responsável pelo progresso da nação (ALMEIDA, 2014). A tentativa de massificar o ensino trouxe a necessidade de ampliação do número de escolas e, conseqüentemente, do número de docentes. As mulheres foram as profissionais que permitiram essa expansão, sendo que o magistério era uma das poucas profissões consideradas apropriadas ao sexo feminino, na medida em que havia a associação da atividade com o exercício da maternidade, a naturalização de habilidades femininas com o cuidado de crianças, flexibilidade de horários que poderiam proporcionar melhor compatibilidade com o trabalho doméstico e cuidado da família, possibilidade de equiparação salarial com os homens (FERNANDEZ ENGUITA, 1991).

Todavia, a feminização do magistério não ocorreu apenas devido ao aumento do número de mulheres que foram empregadas como professoras, mas pode ser compreendida “também como estabelecimento de características de gênero feminino para a ocupação” (CARVALHO, 1999, p. 71).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Pode-se afirmar que a precarização e a desvalorização do trabalho docente são fenômenos atrelados a esse processo de feminização, já que em uma "[...] sociedade patriarcal o trabalho feminino é sempre considerado de menor prestígio, menos profissional" (HYPOLITO, 1997). Apple (1986) também afirma que o prestígio do trabalho feminino é menor, o que favorece a proletarização e redução da autonomia.

Entende-se que a desvalorização do trabalho docente não foi uma consequência apenas do aumento do número de mulheres atuando como professoras, haja vista que a profissão não usufruía de prestígio nos séculos anteriores. Para Fernandez Enguita (1991), os baixos salários afastaram os homens do magistério, já que para eles havia mais opções de emprego em outros setores. O autor considera que esta causa se desdobrou em consequência, tendo em vista a concepção de que o salário feminino é apenas um complemento da renda familiar, não há necessidade de se remunerar melhor ou conceder autonomia a uma profissão majoritariamente constituída por mulheres (FERNANDEZ ENGUITA, 1991).

Apple e Teitelbaun (1991) exemplificam dois agravantes do processo de perda de autonomia que ocorreram na indústria: a separação entre concepção e execução e a desqualificação. Estas condições não se limitam às fábricas e estão cada vez mais presentes no âmbito educacional. Segundo os autores, o controle do ensino move-se, ao mesmo tempo, para dentro e para fora:

O controle externo do conteúdo e dos processos de sala de aula movem-se cada vez mais diretamente para dentro do edifício escolar, atravessa os corredores e chega às salas de aula. Neste processo, o controle sobre o ensino e o currículo que o professorado tem ganho tão lenta e duramente move-se para fora. É retirado daquelas pessoas que estão dentro das salas de aula e atribuídos uma vez mais a corpos legislativos e administrativos, corpos cada vez mais dispostos a orientar a escola de acordo com as necessidades gerenciais e industriais. Desta forma, isto silenciosamente nos deixa mais perto da situação na qual o professorado se encontrava em períodos anteriores da história da escola. (APPLE; TEITELBAUN, 1991, p. 70).

A partir do trecho acima, pode-se entender que a profissionalização da docência acarretou consequências positivas, como salário e a possibilidade de constituição de uma carreira. No entanto, ao longo do processo, houve medidas que retiraram autonomia das professoras (es), gerando sua desprofissionalização. O controle externo do trabalho (para dentro) aumentou, enquanto o controle sobre os próprios processos de exercício docente (para fora) diminuiu.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Entende-se que o trabalho docente não se refere apenas às práticas realizadas em sala de aula, mas também às expectativas das professoras (es) quanto ao exercício dessa função e às formas como compreendem a docência, que podem decorrer de sua formação e experiências pessoais e profissionais.

O movimento de reformas dos anos 1990 provoca a modificação da natureza do trabalho docente, o qual “não é mais definido apenas como atividade em sala de aula, ele, agora, compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação” (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

Tais reformas atingiram todos os âmbitos da atividade docente, limitando o saber a uma perspectiva instrumental e ampliando as atividades docente à esfera da gestão. Para justificar tais medidas, os “arautos da reforma” apresentam as (os) professoras (es) à sociedade de maneira pejorativa, a fim de prejudicar e enfraquecer a imagem social das (os) profissionais da educação, como destacam as autoras a seguir:

De um lado, argumenta-se que o professor é corporativista, obsessivo por reajustes, descomprometido com a educação dos pobres, um sujeito político do contra. De outro, que é incapaz teórico-metodologicamente, incompetente, responsável pelas falhas na aprendizagem dos alunos, logo – em última instância – por seu desemprego. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2007, p. 536).

Conforme as autoras, nesse movimento incongruente de responsabilizar ao mesmo tempo em que se reconhece o protagonismo docente e sua relevância no desenvolvimento social, o Estado e os “arautos da reforma” vão consolidando uma série de medidas regulatórias sobre o trabalho e a formação docente.

Gênero e formação docente no município de São Paulo

Acredita-se ser de fundamental importância refletir sobre gênero e suas repercussões para o cotidiano escolar, pois, de acordo com Louro (2014), “a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as condições sociais e culturais de masculino e feminino” (LOURO, 2014, p. 93).

Salienta-se o conceito de gênero de Joan Scott, que propõe a categorização de gênero como elemento que constitui as relações sociais, as quais são baseadas em diferenças que são percebidas entre os sexos, e como “forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Segundo a autora, gênero constitui as relações sociais porque implica



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

em *i*) representações simbólicas, que são evocadas em determinados contextos com objetivos específicos, *ii*) conceitos normativos que reprimem e rejeitam possibilidades alternativas à posição considerada dominante e aceitável, *iii*) uma concepção política com referências às instituições e à organização social, como família, economia, mercado de trabalho e educação, e *iv*) identidade subjetiva, pois homens e mulheres nem sempre cumprem literalmente as prescrições da sociedade, levando-se em conta representações sociais históricas (SCOTT, 1995).

Os estudos sobre relações de gênero trazem à tona o caráter social e culturalmente construído do que se espera de um homem e de uma mulher. Refletir acerca destes aspectos não significa a simples inversão de papéis, atribuindo à mulher o que se tinha como característica masculina ou vice-versa, tampouco criar um modelo a ser seguido por todos igualmente, eliminando a diversidade, mas, sim, demonstrar que não existe um comportamento natural para cada sexo e que cada pessoa pode ser livre para agir como quiser.

Segundo o Censo Escolar de 2007, no Brasil, de 1.882.961 docentes atuando na educação básica, 81,6% (1.542.925) são mulheres. A predominância feminina no magistério é muito acentuada na educação infantil (97%) e nos anos iniciais do ensino fundamental (91,2%). No entanto, nas outras etapas do ensino essa diferença vai diminuindo, sendo 74,4% professoras nos anos finais do ensino fundamental, 64,4% no ensino médio e 46,7% no ensino profissionalizante (BRASIL, 2009).

Ainda conforme o Censo de 2007, na educação básica do estado de São Paulo (incluindo as redes públicas e privada) há 361.794 docentes, dos quais 82,85% (299.742) são mulheres, e as professoras continuam sendo a grande maioria de profissionais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, além de possuir ocupação expressiva nas outras etapas de ensino, estando em minoria apenas na educação profissionalizante (BRASIL, 2009).

Quadro 1: Professoras (es) do estado de São Paulo por sexo (em porcentagem).

Etapa/modalidade de ensino	Feminino	Masculino
Educação infantil	97,45	2,55
Ensino fundamental - anos iniciais	92,67	7,33
Ensino fundamental - anos finais	74,92	25,08
Ensino médio	66,80	33,20
Ensino profissionalizante	47,67	52,33

Fonte: Formulado pela autora baseado no Censo do Professor de 2007.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Apesar de se ter passado uma década desde a elaboração deste censo, cujos dados relativos ao estado de São Paulo estão expressos no quadro acima, entende-se importante analisar algumas estatísticas com relação aos docentes da RME/SP. Neste caso, apresenta-se a predominância de dados semelhantes aos já citados em 2007, existindo assim algumas permanências em 2018.

Se as mulheres são maioria na educação básica, no ensino superior essa situação se inverte. De acordo com o censo de 2012, 54,72% de docentes na educação superior são do sexo masculino, enquanto 45,28% são do sexo feminino (FLACSO, 2012). Ao verificar os dados de 2006, quando 55% de docentes na educação eram homens, nota-se que a situação praticamente não se alterou.

Na RME/SP, do total de 59.217 docentes, 86,9% (51.444) são do sexo feminino. O quadro abaixo mostra a distribuição de professoras (es) pelo sexo em cada etapa de ensino.

Quadro 02 - Docentes da rede municipal de São Paulo por sexo.

Etapa de ensino	Feminino		Masculino		Total	
Educação infantil	11.677	98,6%	167	1,4%	11.844	100%
Ensino fundamental – anos iniciais	27.056	97,4%	712	2,6%	27.768	100%
Ensino fundamental – anos finais	12.711	64,9%	6.894	35,1%	19.605	100%
Todas as etapas	51.444	86,9%	7.773	13,1%	59.217	100%

Fonte: Formulado pela autora com base em dados da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/2018*.

Observando os dados, nota-se que as professoras predominam em todas as etapas de ensino, prevalecendo como imensa maioria na educação infantil, onde são mais de 98% dos profissionais. Conforme eleva-se a etapa de ensino, e a idade do público atendido, o número de mulheres diminui, chegando a 64,9% dos docentes nos anos finais do ensino fundamental.

O quadro 03 apresenta os dados sobre a formação de professoras e professores da RME/SP.

* Dados obtidos a partir de informações enviadas por e-mail pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em setembro de 2018, por meio de solicitação no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Quadro 03 – Formação docente da rede municipal de São Paulo.

Magistéri o	Licenciatu ra Curta	Licenciatu ra Plena	Bacharela do	Pós- graduaçã o <i>lato</i> <i>sensu</i>	Mestrado	Doutorado	Total geral
1.354	84	31.302	176	25.196	1.007	98	59.217
2,3%	0,14%	52,9%	0,3%	42,5%	1,7%	0,16%	100%

Fonte: Formulado pela autora com base em dados da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/2018.

Ao analisar os dados acima, é possível verificar a predominância da formação das (os) professoras (es) com graduação, aproximadamente de 53% do total de professoras (es), e pós-graduação *lato sensu*, 42,5%. Também observamos que a pós-graduação *stricto sensu*, nível mestrado e doutorado, atinge menos de 2% do total de docentes da RME/SP.

A LDB n. 9.394/1996 foi influenciada por ideais neoliberais, segundo Alaniz et. al. (2015). De acordo com os autores, a nova LDB possibilitou mudanças no que tange à formação de professoras (es), porém, “os artigos que tratam da matéria caracterizam-se por brechas ou vazios que implicaram na aprovação de decretos e resoluções que, efetivamente, deram orientação acerca da formação de professores”. Ou seja, o texto aprovado, devido às ambiguidades presentes, permitiu maior influência da política vigente e de orientações de organismos internacionais.

Segundo Bello (2014), a LDB/96, ao determinar que professoras (es) de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental deveriam ter formação superior, provocou uma corrida para atender essa demanda. A autora constatou que a medida adotada pelo país foi oferecer um modelo de formação padronizada, massificada e aligeirada, utilizando largamente as Tecnologias da Informação e da Comunicação.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Assim, a LDB/96 possibilitou crescimento de cursos de ensino a distância, e muitas vezes, essa é a alternativa possível para a formação inicial de muitas (os) professoras (es). Tal situação pode reforçar o discurso que apregoa que as (os) docentes são malformadas (os) e implicar a busca pela formação continuada. No entanto, esta também é oferecida, em grande parte, a distância por instituições privadas, que em geral, atendem a uma lógica de mercado e não necessariamente à qualidade da educação.

No debate que envolve a formação inicial de professoras (es), duas perspectivas se confrontam: a do Ministério da Educação, por um lado, visando uma formação mais prática, técnica e menos teórica; de outro, a de entidades docentes, que defendem uma formação universitária com sólida base teórica articulada à prática (SHIROMA, 2003).

Entende-se que a maior valorização da formação técnica é um dos fatores que levam a encontrar-se um número vinte e cinco vezes maior de professoras (es) com pós-graduação na modalidade *lato sensu* do que *stricto sensu*, uma vez que esta exige mais tempo e dedicação e é menos incentivada pelo plano de carreira da RME/SP.

Se as mulheres são 87% do corpo docente da RME/SP, esperar-se-ia que elas também tivessem porcentagens semelhantes em cada grau de formação. No entanto, o quadro 04 demonstra que isso não ocorre no caso do magistério e pós-graduação *lato sensu*, quando elas estão acima dessa porcentagem, e no caso da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), em que as mulheres estão abaixo de 87%. Os professores do sexo masculino, apesar de perfazerem cerca de 13% de docentes, são 38% do total de mestres e doutoras (es) da rede.

Quadro 04 – Formação docente da rede municipal de São Paulo por sexo.

Escolaridade	Sexo				Total	
	Feminino		Masculino			
Magistério	1.308	96,6%	46	3,4%	1.354	100%
Bacharelado	157	89,2%	19	10,8%	176	100%
Licenciatura curta	61	72,6%	23	27,4%	84	100%
Licenciatura plena	26.416	84,4%	4.886	15,6%	31.302	100%
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	22.751	90,3%	2.445	9,7%	25.196	100%
Mestrado	693	68,8%	314	32,2%	1.007	100%
Doutorado	59	60,2%	39	39,8%	98	100%
Total	51.444	100%	7.773	100%	59.217	100%



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Fonte: Formulado pela autora com base em dados da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/2018.

Do total de mulheres da RME/SP, apenas 1,6% destas possuem pós-graduação *stricto sensu*, ao passo que 5% dos homens fizeram mestrado ou doutorado. Por outro lado, em torno de 44% das mulheres e 33% dos homens possuem pós-graduação *lato sensu*. Parte-se do entendimento que a pós-graduação *stricto sensu* exige mais tempo e dedicação aos estudos e, por se ocuparem menos de tarefas domésticas e cuidados com a família, os homens encontram menos dificuldades para esta formação.

Entre as pessoas que se declararam pretas ou pardas, podemos constatar a piora do quadro no que tange à formação docente.

Quadro 05 – Docentes pretas(os) e pardas(os) da rede municipal de São Paulo por sexo.

Escolaridade	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Magistério	318	14	332
Bacharelado	20	7	27
Licenciatura curta	4	2	6
Licenciatura plena	4.847	663	5.510
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	2.896	288	3.184
Mestrado	65	34	99
Doutorado	4	0	4
Total	8.154	1.071	9.225

Fonte: Formulado pela autora com base em dados da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/2018.

Entre mestres e doutoras (es), somente 103 são pardas (os) ou pretas (os), ou 10% do total. Apesar de não haver nenhum homem preto com doutorado, os números demonstram que as mulheres não estão distribuídas proporcionalmente em cada nível de formação. Novamente elas predominam com a pós-graduação *lato sensu*. Ao analisar o quadro 05, percebe-se que as mulheres são 88,4% do corpo docente, no entanto, são apenas 65% das (os) professoras (es) com mestrado ou doutorado se considerarmos somente pretas (os) e pardas (os).

Diante do exposto, acredita-se que, em uma sociedade patriarcal, a escola, como reprodutora das desigualdades socioculturais (BOURDIEU, 1998), é um ambiente onde práticas machistas e sexistas são reproduzidas e, muitas vezes, naturalizadas. As desigualdades



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

de gênero e raça se fazem presentes em todos os aspectos do cotidiano escolar, atingindo, inclusive, a formação docente.

Considerações finais

Analisando os estudos sobre a história da educação no Brasil podemos perceber que a institucionalização da profissão docente passou por diferentes fases e teve consequências que tanto contribuíram para a profissionalização das (os) professoras (es) quanto apontaram para a direção oposta a este processo.

A desvalorização do magistério vem ocorrendo devido a diversos fatores, não sendo apenas consequência da feminização, como muitos apontam. Na verdade, a feminização foi uma consequência da precarização contínua da docência.

Apesar de ter sido institucionalizada no Brasil desde o século XIX, com as escolas normais, a formação de professoras (es) não teve unidade e foi tratada de maneira superficial pelo Estado, sendo alterada por diversas vezes, com leis, decretos e emendas. Tantas mudanças acabaram por caracterizar em muitos momentos, a dualidade da formação docente no país, provocando um agravante da desqualificação das (os) professoras (es), devido a legislações ambíguas ou inexecutáveis por parte dos governos locais. Este elemento promoveu a descaracterização da profissão da identidade docente, além de prejudicar a qualidade e consistência da formação de professoras (es).

Com a intensificação da precarização das condições de trabalho do magistério, composto majoritariamente por mulheres, observa-se o aumento da regulação sobre o trabalho docente. Dentro do contexto das reformas educacionais, a falta de objetividade e coerência da legislação vigente no Brasil colaborou para a implementação de recomendações de organismos internacionais, facilitando a adoção de métodos e consolidação de discursos.

Percebe-se que, a RME/SP possui muito mais professoras (es) com pós-graduação *lato sensu* que *stricto sensu*, sendo que grande a maioria de docentes com especialização são do sexo feminino. Presume-se que esse tipo de formação seja mais aproveitado pelas mulheres por ser, em grande parte, a distância, permitindo flexibilidade de tempo de dedicação ao estudo. Pode-se notar que as mulheres enfrentam mais obstáculos para estudar, sobretudo as mulheres pardas e pretas, principalmente para realizar formações fora da rede em que atuam, devido ao acúmulo de jornadas de trabalho e tarefas domésticas.



Referências bibliográficas

- ALANIZ, E.P. et. al. O curso de Pedagogia no Brasil e a formação do professor da educação básica: perspectiva histórica. **Educação em Revista**, Marília, v. 16, n. 1, p. 7-20. jan.-jun., 2015.
- ALMEIDA, J.S. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 55-100.
- APPLE, M.W. É impossível entender a escola sem uma teoria da divisão sexual do trabalho. (Entrevista). **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.11, n.2, p.57-68, jul/dez. 1986.
- APPLE, M.W; TEITELBAUN, Kenneth. Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo? **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 62-73, 1991.
- BELLO, I.M. Cursos e programas especiais no mercado da formação docente. In: SOUZA, D. T. R.; SARTI, F. M. (org.). **Mercado de formação docente: constituição, funcionamento e dispositivos**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, p. 113-128, 2014.
- BRASIL. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: Inep, 2009.
- BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs) **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CARVALHO, M.P. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.
- DEMARTINI, Z.B.F.; ANTUNES, F.F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.
- EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E.O. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, set./dez. 2007.
- FERNANDEZ ENGUITA, M. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.
- FLACSO. **Cadernos do GEA**. n. 6, (jul./dez. 2014). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012.
- HYPOLITO, A.L.M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Papyrus, 1997. 120 p.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

- LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 109-139, 1991.
- OLIVEIRA, D.A. (Org.) **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- REIS FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal**. 2. ed. Campinas, Autores Associados, 1995.
- SAVIANI, D. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, D. et al. **O Legado Educacional do Século XIX**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, p. 7-32, 2014a.
- _____. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D. et al. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, p. 7-54, 2014b.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20 (2), p. 71-99, jul./dez., 1995.
- SHIROMA, E.O. Política de profissionalização, aprimoramento ou desintelectualização do professor. **Intermeio: revista do Mestrado em Educação**, Campo Grande, MS, v. 9, n. 17, p. 64-83, 2003.
- SOUZA, R.F. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. et al. **O Legado Educacional do Século XIX**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, p. 33-80, 2014.
- TANURI, L.M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-193, mai./jun./jul./ago., 2000.
- TEIXEIRA, A. Por que especialistas de educação? **Boletim Informativo CAPES**. Rio de Janeiro, n.62, 1958.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

RELIGIÃO E SAÚDE: TEMAS DA CULTURA POPULAR NO BRASIL SÉC. XIX E

XX

Lauana Ananias Flor

Resumo: O objetivo geral deste artigo é colaborar com a atual e pertinente discussão da relação entre religião e saúde como temática da cultura popular, dando ênfase à dimensão religiosa das práticas médicas populares. Essa percepção é aqui evidenciada, como exemplo, a partir de um breve relato histórico-antropológico dos principais monges e suas atuações terapêuticas em meio à cultura sertaneja no contexto da Guerra do Contestado.

Palavras-chave: religião, saúde, cultura, monges, Contestado.

Abstract: This article aims to collaborate with actual and relevant discussion about the relation between Religion and Health as a common-folk culture topic, emphasizing the religious dimension in their medical practices. This perception is highlighted here with an example from a brief historic-anthropologic tale about the most important monks and their therapeutics actions in the middle of “sertanejo” culture in the context of Contestado War.

Keywords: religion, health, culture, monks, Contestado.

Introdução

A descrição das práticas de fé e cura dos monges do Contestado é fator ainda pouco problematizado ou quando se mostra perpassa outros objetos de pesquisa, sendo relacionada num contexto maior, sem grande distinção e exploração. Diante desta problemática e através de alguns indícios, os valores e as crenças relacionados ao ativismo terapêutico dos monges do Contestado serão elucidados para demonstrar a resistência e a permanência das práticas médicas tradicionais e/ou populares em dias atuais.

Nota-se que na discussão entre saúde e religião é possível indicar que o conflito social do Contestado perpassa uma dinâmica maior e complexa, que em consonância com importantes mudanças estruturais em nossa sociedade, como a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da República em 1889, inclui também aquelas que orientaram progressivos movimentos da medicina brasileira, antes campanhista e tema da vigilância policial no Brasil.

Dentre várias lideranças do movimento são três os principais monges do Contestado reconhecidos pela historiografia: João Maria D’Agostini, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho (GALLO, 2008, p.121s). Este último fora responsabilizado pela eclosão da Guerra, entre os anos de 1912 e 1916, e seu demasiado caráter milenarista messiânico, conforme Telmo Marcon (2008, p. 140). O critério de escolha destes personagens se baseia no fato de



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

que, apesar de terem, supõe-se, atuações distintas e entrelaçadas, os monges exprimiam os anseios religiosos e de cuidados com o corpo/saúde dos grupos sociais envolvidos, evidenciados através de constantes diálogos e práticas; cuidados estes que ainda hoje permanecem ativados no imaginário religioso local, conforme alguns vislumbres apontados por Ivone Cecília D'Ávila Gallo (1999; 2008), Telmo Marcon (2008) e Gilberto Tonazi (2005). Não sem razão, sendo um tema presente e de grande aceitação nas classes populares, a relação entre saúde e religião se coloca como uma discussão efervescente englobando distintas áreas do saber social e técnico-científico.

O Contestado em um breve relato

A Guerra do Contestado teve o seu ápice no conflito armado entre os anos de 1912 e 1916 e ficou assim conhecida pois fora palco de uma das mais sangrentas disputas em terras brasileiras. Há menção ao fato de que mais de dez mil pessoas morreram durante a disputa, dentre várias figuras emblemáticas, como o Monge José Maria de Jesus e o comandante das forças de segurança do Paraná, coronel João Gualberto, estes na primeira batalha da guerra, na região de Irani (SC), em 1912.

Em meio a disputas de terras entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e aos interesses proeminentes do coronelismo local, de empresas estrangeiras e dos agentes governamentais figuravam os antigos moradores de terras esquecidas e esparsamente povoadas. Não sem razão, o conflito armado revelou com muita clareza a existência da oposição de forças locais (os grandes proprietários de terra e os vaqueanos civis), estaduais e federais contra os sertanejos da região, associando-os à barbárie e a violência. Não se pode deixar de observar que esta injusta, dinâmica e sangrenta campanha contra os chamados 'fanáticos rebeldes' e seus modos tradicionais de vida possuía também um caráter civilizatório e teve o seu sentido original atrelado à implantação da 'modernidade do capitalismo', assentada no tripé terra, trem e exploração de madeira e erva-mate. Porém, diante de uma comunidade agropastoril sofrida, desprovida do uso das terras e deixada ao acaso, sem acesso a projetos governamentais, a 'ideia fácil' e não concretizada das benesses trazidas junto ao apito do trem e a instalação de madeiras (o que significou também desapropriação de terras, deslocamentos forçados, apagamentos de marcos geográficos e representações tradicionais e etc.) teria o seu maior revés diante da resistência e oposição dos sertanejos da região, legitimados diante de vários



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

agenciamentos religiosos e místicos, dos quais, os monges representavam uma considerada parcela.

Ivone Cecília D'ávila indica de forma bem clara que a insurgência da população não se deu por de fato oposição ao programa de modernização e sim, como refutação ao autoritarismo, exploração do trabalho, violência e à miséria (2008, p. 129). Em uma discussão pormenorizada, Gallo também vai destacar em outras nuances de interpretação este que seria o ponto crucial para esclarecimento do conflito, ao apontar para “a divergência existente entre a racionalidade republicana e o modo de vida caboclo”, questão que desloca a interpretação que dá peso à súbita penetração do capitalismo no sertão para “a medida da incompreensão e do menosprezo das elites com relação aos pobres, coisa que já existia antes da implantação do regime republicano” (1999, p. 22).

Em se tratando da vida cotidiana dos caboclos, a gestação da revolta é localizada de maneira precedente ao movimento de modernização da região, pois mesmo antes da aparição do primeiro monge, no séc. XIX “as questões sociais já se insinuavam como elemento de conflito entre os fazendeiros e os empregados na região de Santa Maria e no Campestre” (GALLO, 2008, p. 123). Além deste elemento e conjuntamente a ele, a influência religiosa popular vigorosamente destacada e fluida também se expressava, com a crescente esperança dos sertanejos à espera do novo milênio. Nesse sentido, a vida comunitária nos ajuntamentos e as práticas de solidariedade se mesclavam aos aspectos já enraizados do messianismo e as pregações apocalípticas, de forma profícua e por tal razão, diz Gallo, os monges foram os instrumentos e não os causadores do conflito (1999, p. 91).

O conflito cujos precedentes históricos são localizados no séc. XIX é marcado pela historiografia oficial de cunho memorialista bem como também, e mais recente, pautado pelas múltiplas pesquisas de ordem acadêmicas, com marcações críticas e esboços teórico-metodológicos refinados*, com constantes releituras, novos apontamentos e aprofundamentos. Há de se destacar que também existem aquelas referências de cunho autodidata, que muitas vezes acrescentam maiores informações, bem como acabam por reproduzir certos apontamentos com nenhum ou quase nenhum apuramento crítico (TONAZI, 2005, p. 32s; MARCON, 2008, p. 140s). Decorre daí a ideia de que o conflito social do Contestado é um

* Sobre isso ver <https://cpdoc.fgv.br/contestado>. Em lembrança aos 100 anos da Guerra do Contestado, no dossiê há digitalizados o acervo pessoal do Marechal Setembrino de Carvalho e livro do Tenente Demerval Peixoto, além de teses, dissertações e uma vasta bibliografia sobre o tema em questão.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores e fontes que se entrelaçam em ordem social, política, econômica, cultural e religiosa.

Sem dúvida alguma, se supõe, que os três monges tiveram importância fundamental e complexa na gestação da revolta do Contestado em diversos aspectos. No entanto, uma problemática questão envolvendo a ausência de fontes ou a sua fragmentação é registrada por vários pesquisadores e várias pesquisadoras do tema (GALLO, 2008; MARCON, 2008; TONAZI, 2005). Gallo cita que também há dificuldade de se encontrar nas fontes as vozes dos rebeldes, destacando que “eles não desprezavam a sua própria memória, muito pelo contrário, anotavam tudo em cadernos, chamados por eles de ‘arquivo’” mas infelizmente esse tipo de subsídio importante à história “parece ter sido destruído pelos militares em campanha nos incêndios provocados nos acampamentos rebeldes” (1999, p. 24s). Desta maneira, se destaca a impossibilidade de marcações exatas ou melhores esclarecidas sobre os monges e suas atuações. Os indícios e vislumbres do tema ora proposto decorrem de pesquisas prévias, citadas acima, que através da historiografia do tema, repercutem a existência dos três distintos monges do Contestado e suas atuações terapêuticas junto aos sertanejos da região. Com o passar dos tempos, em se ater aos conflituosos apontamentos e perceber a maneira como se dá os assentamentos da memória religiosa local em relação ao conflito é necessário observar algumas variações e marcações importantes para a compreensão do movimento dos monges.

Os monges do Contestado... em diferentes versões

Perpassando a memória religiosa popular, nesse cenário conturbado e múltiplo de interpretações*, alguns apontamentos vão divergir em relação ao grau de importância dos dois primeiros João Maria, dando maior importância ao primeiro ou uma total autonomia ao segundo (TONAZI, 2005, p. 53s). É também, possível averiguar, por exemplo, a imagem dos monges sendo condensada no período predecessor ao conflito armado, por divergências de atuação, viés interpretativo e/ou historiográfico em relação ao monge José Maria. Segundo indica Marcon:

A influência que ainda permanece muito forte no Sul do Brasil provém dos monges que precederam a guerra de 1912 a 1916, ou seja, é oriunda da atuação dos dois primeiros monges. A atuação do contexto imediato da guerra é significativamente distinta daquela que caracteriza a segunda metade do século XIX e os anos iniciais do século XX. A

* Conforme Tonazi (2005, p. 32), a história do Contestado possui escritos de militares, médicos, religiosos, sociólogos, políticos, folcloristas, teólogos, advogados, jornalistas, filósofos, poetas, psicólogos, romancistas entre outros.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

influência que permanece dos monges do Contestado não é a leitura messiânica do fim do mundo, mas aquela dos ensinamentos do bem, do batismo, das curas através de benzimentos, do uso de chás, do “bastão” de São João Maria, etc (2008, p. 139).

Neste contexto, uma seria a religiosidade atrelada aos monges predecessores e outra seria a de vigência após a morte do monge José Maria. É fato considerável a ideia de que somente a partir da atuação do terceiro monge, José Maria de Jesus, e sua consequente morte em batalha sangrenta no início do conflito armado, que os aspectos milenaristas do movimento foram aglutinados e fortalecidos em face à crença na sua ressurreição e através das novas lideranças leigas. É a partir deste episódio trágico, que a análise da religiosidade do Contestado é comumente relacionada às ideias do messianismo milenarista e do fanatismo extremados (TONAZI, 2005, p. 188s).

Outra questão importante diz respeito a não diferenciação dos monges no imaginário coletivo da região do sul do Brasil, condensando simbolicamente os três andarilhos em uma única figura: São João Maria. Segundo Ivone Cecília D’Ávila Gallo (2008, p. 125), “do ponto de vista do imaginário popular, os monges não só se apresentam interligados (são uma mesma pessoa, ou são irmãos), como também tem as suas imagens associadas às imagens dos demais profetas e à imagem do próprio Cristo”. Nesse mesmo sentido, citando Telmo Marcon:

A influência da religiosidade que permanece viva entre os caboclos em algumas regiões do sul do Brasil que pesquisamos está vinculada a dois monges: João Maria de Agostini e João Maria de Jesus. Esses personagens são denominados pela maioria dos caboclos e também por índios Kaingang de São João Maria. Trata-se do santo e não do monge, expressão comumente utilizada pela historiografia (2008, p. 141).

Esta devoção atrelada à imagem simbólica de João Maria é anterior ao conflito armado do Contestado, perpassando-o da mesma maneira em que assimila o fenômeno recorrente do surgimento de outros monges e a religiosidade local, que permanece viva em dias atuais não somente pela atuação dos distintos monges, mas pelo movimento de reverência religiosa que é autônoma, elástica e política.

Monges ou santos? Profetas? Fanáticos e messiânicos? Estas múltiplas categorias usadas sinalizam um problema da utilização destas pela historiografia do tema. É importante observar que mesmo sem nenhuma atitude esboçada em oposição aos poderes instituídos do Contestado, “o simples movimento dos monges em direção aos humildes os torna elementos perigosos às vistas das autoridades, e o caso do Contestado bem representa esses temores, pois desde o primeiro monge João Maria D’Agostini, ficou evidente o incômodo causado por sua permanência junto a população de Santa Maria” (Gallo, 2008, p.129).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Não é sem razão que os dois primeiros monges foram associados em oposição aos princípios da República e o monge José Maria fora considerado inimigo público pelas forças governamentais, que passaram a julgá-lo como o causador da desordem pela leitura da história de Carlos Magno, algo visto pelas lideranças locais como um forte indício para a destruição da ordem estabelecida. De forma geral, vários movimentos rurais no Brasil, apropriaram-se de uma linguagem religiosa, com fortes traços messiânicos e milenaristas. Não sendo autorizados pelo discurso oficial ou membros do poder local, como no caso do Contestado, por exemplo, as concentrações foram alvo de fortes punições da polícia e das Forças Armadas, conforme bem coloca Paulo Pinheiro Machado (2013, p. 71).

Os três monges: breve biografia

Em torno das figuras dos monges, as comunidades sertanejas do Contestado se auto-organizaram e passaram a estabelecer suas próprias regras de convivência baseadas em costumes locais e nos preceitos da palavra revelada, conforme indica Gallo (2008, p. 129). Não sem razão, assumiram os monges um papel de importante sensibilidade com as vivências locais e agruras cotidianas, apropriando eles próprios a cultura local, adaptando-a aos seus itinerários:

No Contestado, a atuação dos monges nos faz compreender que a lei que difundem opõe-se às leis em vigor na medida em que privilegiam a organização social em forma de comunidades de caráter fraternal, de relações de ajuda mútua, de repartição dos bens e de alimento. Para ilustrar, João Maria D'Agostini, que não se dizia profeta, mas era visto como tal por aquelas populações, ao instituir o culto no Campestre, criou, na verdade, entre os pobres, um sistema de ajuda mútua através da esmola, em suma, uma forma de distribuição de renda que impedia ou amenizava a indigência. O segundo monge João Maria declarava-se um defensor dos pobres, e mais do que isto, um crítico do sistema político nos moldes de uma pregação apocalíptica. O terceiro monge, José Maria, persistiu nas críticas levantadas por seu antecessor, mas, ao que tudo indica, tornou-se mais acessível e aderindo com prazer aos folguedos, brincadeiras e comemorações do povo (GALLO, 2008, p. 129)

O primeiro monge que se tem notícia na região é João Maria D'Agostini. Natural de Turim, na Itália, seu nome aparece registrado no livro de estrangeiros do ano de 1844, na prefeitura de Sorocaba-SP*:

* Em relação ao mesmo documento, há uma outra versão de quem seria o primeiro monge João Maria. Para Alexandre Karsburg é provável que seja Giovanni Maria de Agostini, também italiano, natural da região de Piemonte (2013, p. 110). O pesquisador faz menção ao fato, depois de seguir indícios através de uma fotografia e menção nos documentos de um nítido “defeito” nas mãos deste eremita, ou seja, a ausência de alguns dedos. Este teria permanecido no Brasil entre os anos de 1843 e 1852 e teria morrido no México, em 1869. Apesar de certas diferenciações em relação ao nome, as pesquisas conseguem de forma bastante precisa captar a essência desse monge conhecido como João Maria.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

40 anos de idade, esse homem dizia ter chegado para viver como “ermitão solitário”. Possivelmente esteve ligado a alguma ordem religiosa, pois vestia hábito e justificava sua peregrinação como meio de exercício de seu ministério, porém a confirmação de tal hipótese inviabiliza-se pelas análises das fontes disponíveis, pobres em informações dessa natureza. Entretanto, não podemos menosprezar o fato de que, durante a sua estada na Lapa, o monge recebeu autorização do vigário local para pregar na Matriz. Se era de fato um religioso, ninguém ousou afirmar; mas sabe-se que João Maria imitava o estilo de vida dos monges eremitas [...], pois dormia em chão de pedras, sobre taboas, alimentava-se de frutas e dádivas dos moradores. Bebia só água pura e fria, retirada da fonte. Passava longas horas em oração êxtase, fugindo ao convívio dos homens para se aproximar de Deus (GALLO, 1999, p. 71).

Este João Maria “era de rosto claro, cabelos longos e barba grisalha, fazia penitência, submetendo-se às intempéries, pregava a humildade” (GALLO, 1999, p. 72). Diante do registro de seu itinerário, fica evidente para Gallo que o monge João Maria ficou famoso habitando no Campestre, em Santa Maria em

um cerro elevado, em cuja base havia uma fonte de águas cristalinas, consideradas pelo monge de teor curativo” e neste local, “com a ajuda de seguidores e com os fundos provenientes de esmolas, o monge construiu uma ermida no alto do cerro. Ali fora instalada uma imagem de Santo Antão, pertencente aos povos das missões [...]. Em homenagem ao santo, o monge João Maria D’Agostini instituiu um culto, realizado todos os anos no dia 17 de janeiro (GALLO, 1999, p. 73)

Este monge tinha por hábito a constância no cuidado com a saúde e “ensinava à população como utilizar-se de plantas e raízes para a cura dos males, advertindo sempre que a fé em Deus era o complemento necessário para eficácia do remédio” (GALLO, 1999, p. 72).

É importante destacar que nos anos de 1847 e 1848, o monge fora citado por diversos jornais cariocas e de outras capitais por causa de suas águas milagrosas. Não sem razão, cita Alexandre Karsburg o abalo que causou na sociedade da época a notícia veiculada pela imprensa nacional de que o monge João Maria d’Agostini teria tornado milagrosas as águas da fonte no cerro do Campestre, em Santa Maria:

Ao tomar conhecimento do envolvido de um religioso no caso das “Águas Santas”, no interior do Rio Grande do Sul, o ministro da Justiça, Euzébio de Queiroz, coordenou uma investigação a respeito da vida de João Maria de Agostini. Por iniciativa do ministro, articulou-se uma rede de informações que visava esclarecer quem era o “monge milagroso do Rio Grande”, como o chamavam. Desde a corte do Rio Grande do Sul, delegados, subdelegados, inspetores de quartelão, padres, presidentes de província, chefes de Polícia, imigrantes franceses e pessoas anônimas deram depoimentos a respeito do “célebre” monge.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Desse modo, muitos documentos foram produzidos para que o ministro tivesse claro o papel desempenhado pelo italiano no Brasil e a forma de punição a ser aplicada. Com esses documentos formou-se um “dossiê” a respeito do monge, descobrindo-se, por exemplo que o monge era leigo, sem pertencimento as quaisquer ordens monásticas. Portanto, não poderia ser monge. E, como leigo que era, ficou sob a custódia do poder secular do Império, mais precisamente sob o olhar vigilante do chefe de Polícia da Corte (2013, p. 112 s).

Diante deste episódio da fonte e sua crescente fama, em 1849, Agostini fora recebido por Dom Pedro II e este, julga-se, tornou-se o seu benfeitor, chegando mesmo a ser na época inocentado o monge das suspeitas de charlatanismo, exercício ilegal da medicina, falsas promessas de cura e impostura religiosa pelo ministro de Justiça da época, Euzébio de Queiroz (KARSBURG, 2013, p. 144). Devido a sua crescente fama de curandeiro e alheio aos ajuntamentos em seu redor e simultânea desconfiança e perseguição das forças policiais locais se viu na ‘obrigação’ de abandonar a região. Depois de um longo itinerário e passagens por vários lugares entre o sul do Brasil e até mesmo o Rio de Janeiro, retornando a Sorocaba, há relatos de sua morte em 1875 (GALLO, 1999, p.72).

Após um considerável período, há registros da aparição de outro monge, em 1895. Conforme menciona Gallo (1999, p. 75), “esse João Maria de Jesus, ou também João Maria de Santo Agostinho, conhecido também e simplesmente como São João Maria, tinha como nome verdadeiro Anastás (ou Anastasis) Marcaf”. Não se sabe ao certo, mas há registros que dão sua origem como sendo francesa, síria, espanhola, italiana e a confirmação de realmente não ser o primeiro João Maria, pois este lhe faltavam dois dedos em uma de suas mãos. Conforme Gallo:

os seus hábitos alimentares restringiam-se a frutas, queijo e leite, consumidos por ele, quando oferecidos em porções reduzidas. Nunca pedia nada a ninguém, recusando pagamento pelas curas alcançadas e mesmo pousada, preferindo dormir ao relento. Era um ancião de barba e cabelos longos, que além de sua magreza, chamava a atenção pela tristeza no olhar. Cobria-se com vestes pobres; um paletó de riscado de algodão e calças curtas, revelando os cordões da ceroula. Sobre a cabeça usava um gorro de pele, em torno do pescoço um colar de lágrimas de Nossa Senhora da Abadia, protegida em uma caixinha, usada como oratório (1999, p. 77).

Este segundo João Maria, a exemplo do primeiro, se esquivava de companhia, aglomerações e inspirando-se no livro de Apocalipse de São João, difundia uma “pregação apocalíptica, identificando a República com a ordem do Demônio e a Monarquia com a ordem de Deus, advertindo para a proximidade do fim do mundo” (GALLO, 1999, p. 78). Muito provavelmente, e por ter dado relatos sobre o fim do mundo, sua pregação é interpretada como preconizadora da Guerra do Contestado. A imagem que se tinha deste também estava



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

relacionada aos aspectos de cura e saúde, pois como indica Gallo, “os locais onde o monge pernoitava eram considerados sagrados, e o povo se apossava das cinzas de seu fogo, bem como das folhas e cascas de arvores sobre as quais se recostara para fazer remédios geralmente considerados infalíveis” (1999, p. 79). Ele dizia que “quem não sabe ler a natureza é analfabeto de Deus” (PINHEIRO MACHADO, 2013, p75). Por volta de 1908, ele partiu misteriosamente, da mesma maneira como chegou. Deste monge ainda circula nas regiões do Sul uma foto, a única que se tem registro, a qual foi guardado o costume de mantê-la em oratórios juntamente com outras imagens sacras (GALLO, 1999, p. 81).

A representatividade desse segundo João Maria se tornou também tão singular no Contestado, que mediante a aparição de uma outra figura, a de nome José Maria, muitos o confundiram com o profeta anterior. E não somente por tal razão, mas também devido a sua semelhança física com a do monge anterior, pois:

A descrição desse terceiro monge favorecia mesmo esse parentesco: estatura mediana, barba ampla, cabelos caindo sobre os ombros, magro, direito. Era profeta e curandeiro, de mais ou menos 50 anos de idade, e usava sobre a cabeça um gorro de couro de jaguatirica, enfeitado com penachos e fitas. O seu nome verdadeiro parece ter sido Miguel Lucena de Boaventura (GALLO, 1999, p. 85).

O terceiro monge chega a região por volta de 1911 e não se sabe ao certo, mas apesar de dar continuidade ao trabalho dos monges anteriores e ser considerado destes um irmão, chega a ter uma imagem desqualificada. Supõe-se pelo menos quatro motivos: a existência de um processo contra ele, dando conta do rapto de uma mulher em Palmas; a eficácia de seu curandeirismo; a conseqüente aceitação da aglutinação de pessoas em seu redor, fator este que o diferenciava dos monges anteriores e por fim, o fato de terem lhe atribuído a responsabilidade pela eclosão do conflito armado, em 1912. O monge José Maria, durante o período em que ficou com as populações do Contestado:

Planejou fundar a Farmácia do Povo, para fornecer gratuitamente aos pobres os remédios e tratamentos, pagos com o dinheiro cobrado em consultas solicitadas pelos mais ricos. Como sabia ler e escrever, anotava em um caderno as propriedades das ervas da região e costumava receitar “remédio de erva, sendo setecentas gramas de ingredientes, posto tudo a ferver em uma panela grande com bastante água, até ficar em um litro; depois era posto em {ilegível}, seis a nove dias conforme o estado do doente (GALLO, 1999, p. 84).

De fato, a atuação terapêutica do monge José Maria era, supõe-se, a sua principal forma de angariar a simpatia dos sertanejos, pois conforme Gallo (1999, p. 85), sua fama se propagou longe devido a este fator e só após esse seu reconhecimento, o seu discurso foi popularizado.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Por tais benefícios ao agrupamento de Campos Novos e região, fora convidado para participar da organização de um festejo em Taguaruçú, e a esse episódio está atrelado a leitura e teatralização do romance A história do imperador Carlos Magno e os Doze Pares de França (GALLO, 1999, p. 85). Tal atuação o condenou, enchendo-lhe de significados contestatórios da ordem estabelecida. O conflito armado perdurou por quatro anos seguidos.

De médico e louco, todos temos um pouco?

Religião e saúde são temas importantes e comumente relacionados na cultura brasileira. Tal associação não é meritória e exclusiva de nossa cultura. Da mesma maneira, por exemplo, supõe-se, ela não se justifica diante da ausência de um sistema de saúde público ou o fato deste ser precário e disfuncional. As raízes dessa maneira distinta de lidar com as intempéries da vida e do cotidiano relacionadas às questões de saúde, cura e doença são antigas, variadas e ligadas também à nossa ancestralidade indígena e à nossa colonialidade.

Neste sentido, e através de vários indícios, a atuação dos monges perpassa a temática ora proposta e projeta a resistência e a permanência das artes populares de saúde que constantemente se apropriam do reforço e simbologia da religiosidade, pois conforme sugere Alexandre Karsburg:

Em todo o planalto meridional do Brasil, a tradição religiosa centrada no Monge João Maria é muito presente, crença viva e em constante transformação. Fontes d'água, grutas, cavernas, lapas, cruzeiros, capelinhas e imagens do santo estão espalhados de São Paulo ao Rio Grande do Sul, principalmente no interior do Paraná e Santa Catarina, demonstrando a força desta devoção que remonta a um monge andarilho tornado santo pelo povo em meados do século XIX (2014, p. 1036).

Sendo o conflito do Contestado gestado nos idos do séc. XIX é de notar a truculenta luta da classe dos médicos acadêmicos no Brasil em afirmar como sua a exclusividade das artes de cura. Por tal discursão que se apresentava em progressiva efervescência no período, o Código Penal Brasileiro de 1890, defendendo os interesses das classes médicas e os crimes contra a saúde pública sumariamente proibiu as práticas mágicas, o espiritismo, o curandeirismo e a prática ilegal da medicina*, fatores estes de alta subjetividade, ligados às práticas populares de saúde. No início do séc. XX, a cultura médica brasileira paulatinamente recebe forte orientação

* Ver <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>, em Dos crimes contra a saúde pública.

para se integrar ao movimento de institucionalização da medicina científica (modelo biomédico) em oposição ao modelo sanitarista e higienista* e às práticas de saúde populares. Como importante reforço para esse modelo sanitarista e higienista tem-se a imagem do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, que a partir de 1910 passa a ser o ‘garoto propaganda’ dos Laboratórios Fontoura. O Jeca, além da configuração de um tipo social a ser vencido na sociedade brasileira mediante sua ‘pobreza e indolência’, passa agora a ser útil para a campanha de sanitização do Rio de Janeiro, contra a esquistossomose, doença parasitária popularmente conhecida como amarellão.



Almanaque do Biotônico, 1935 (Ilustração: J.U.Campos)[†]

Nesse aspecto, é interessante se ater ao papel desempenhado pela medicina em conjuntura social, pois como sugere André Mota:

A historiografia nas últimas décadas vem incorporando os estudos em torno da medicina e da saúde pública, com a nítida preocupação de desvendar as modalidades assumidas pela interferência estatal na sociedade brasileira, e mostrando que a medicina teve responsabilidade central de domínio social não como um movimento autônomo, mas, ao contrário, como sustentáculo dos interesses dominantes do sistema em que se inseria (2005, p.3).

Nesse aspecto, um esboço da antropologia médica brasileira mesmo mostrando diversificações nas orientações teórico-metodológicas, dá conta de que “o contexto da medicina tradicional se configura, assim, dentro de um discurso ideológico de valoração negativa”, pois

* <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/atesau.html>

[†] <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=1035&sid=7>.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

conforme sugere Martin Alberto Ibáñez-Novión “as crenças e as práticas médicas, em sociedades rurais e urbanas, foram tratadas por folcloristas e aficionados dos temas “curiosos” e relatadas e apresentadas como exemplo de atraso cultural, de ignorância e/ou de “sobrevivência de formas arcaicas de pensar e comportar-se” (2012, p. 72s).

No entanto, é importante atentar ao fato de que mesmo a antropologia clássica dá conta da “importância dos referenciais cosmológicos (e religiosos) para a compreensão da diversidade de situações e mediadores que acabam se transformando em “recursos curativos”, como bem sugere Fátima Regime Gomes Tavares (2016, p.174).

Sem dúvida, outra faceta desta discursão se localiza na forma em que o catolicismo oficial trata a questão das chamadas heterodoxias terapêuticas. Os agentes institucionais do catolicismo propunham novos rumos, voltados para a adequação da fé na modernização dos sistemas sociais brasileiros, inclusive aqueles que poderiam gerir de forma científica as ‘querelas’ do corpo. Ainda em período anterior ao conflito armado, como aponta Paulo Pinheiro Machado “a partir de 1890, o clero católico, que vivia um processo de profunda transformação com a romanização dos sacerdotes, dentro do espírito ultramontano de recuperação da autoridade da hierarquia da Igreja, passa a hostilizar a figura de João Maria, a condenar publicamente suas práticas” (2013, p. 75)

Nesta conjuntura, a negação da magia, pois esta sinônimo de superstição, se instala na medida em que inexistente o apego a uma teologia oficial. Mas no caso do Contestado, “deve-se conferir à magia um papel de fenômeno de força coletiva atuante; a magia, como também a religião, é feita de crenças e ritos, e tem também cerimônias, rituais e sacrifícios; os seres que a magia e o mágico invocam podem ser, ainda que não exclusivamente, da mesma natureza que aqueles que invoca a religião” (MOURA 2013, p. 63). Segundo indica Marcon (2008, p. 140), “os vínculos construídos entre os monges e caboclos, tendo como referência a cultura e a religiosidade” percorre a ideia de uma religiosidade “não como uma manifestação em si, ou seja, uma esfera, mas enquanto dimensão que está profundamente articulada com a cultura e que perpassa a totalidade da realidade e da existência”. Neste sentido é sabido que “os próprios monges reconheceram a cultura cabocla de forma dinâmica e, por isso, foram reconhecidos e aceitos. Ao proporem outra pedagogia que não a do discurso institucionalizado e alheio às agruras cotidianas dos caboclos, os monges estabeleceram relações de afetividade e de empatia com esses sujeitos, reconhecendo e partilhando o sofrimento e as esperanças (ibid., p. 140). Não sem razão acrescenta Tavares que “a proeminência das heterodoxias terapêuticas no contexto das práticas religiosas tem sido associada mais intensamente às crenças religiosas tidas como



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

sincréticas, sendo também historicamente alvo de discriminação e, inclusive, de perseguição policial”, pois:

no caso brasileiro, o imbricamento entre religiões e heterodoxias terapêuticas sempre foi intenso e largamente associado às dificuldades históricas na consolidação da hegemonia do saber médico, por um lado, e pela “persistência” de cosmologias (religiosas ou populares) associadas aos processos problemáticos de modernização da sociedade brasileira, por outro (2016, 175).

Conforme sintetiza Marcon “as práticas de religiosidade popular vinculadas aos ensinamentos dos monges do Contestado se articulam com os modos de vida dos caboclos e são reveladoras de concepções de mundo destes sujeitos” (ibid., p. 139). Nesse sentido, é notório o cuidado que os monges possuíam, envolvendo a complexa questão da corporeidade na cultura sertaneja. E diante do observado também em relação aos outros dois personagens percussores do monge José Maria, “o ritual da cura dá início à confraternização entre os membros de uma comunidade. Parece existir, nestes casos, uma correspondência estreita entre a procura pelo restabelecimento da integridade corporal e o desejo de cristalizar a harmonia social” (GALLO, 1999, p. 84). São marcas de um passado que ainda hoje se apresentam.

Não sem razão, na memória religiosa do sul do país, a adoração a figura do Monge João Maria, que por vezes condensa a figura distinta dos vários eremitas, se configura como uma das mais antigas em solo brasileiro, se estendendo para todos os cantos do nosso país. Ao mesmo tempo, sugere Pinheiro Machado, “a tradição foi se formando não só pela aparição dos monges andarilhos, mas como um conjunto de experiências ligadas aos problemas cotidianos de saúde e subsistência”, pois;

A persistência desses movimentos em toda a região sul do Brasil revela, mais do que as concentrações em si, um ambiente cultural de afirmação de determinados valores tradicionais e de resistência anticapitalista à especulação com terras, políticas modernizadoras, ao recrutamento militar compulsório e ao mandonismo local. Longe de ser um fenômeno do passado, ainda hoje muitas comunidades do planalto possuem como guia e conselheiro diferentes indivíduos que assumem a posição social do profeta São João Maria (2013, p. 85).

Considerações finais

A interpretação rotineira que se dá aos movimentos messiânicos no Brasil perpassando as ideias de fanatismo e loucura são reflexos de estereótipos elitistas e ocidentalizados, ao mesmo tempo em que demonstram a total ignorância dos aspectos religiosos como crítica social



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

e política no contexto da sociedade brasileira. A história do Contestado, perpassada por profundas mudanças, não se mostra diferente.

Em uma visão pormenorizada do tema aqui proposto, o Contestado ainda expressa hoje implicações sociais variadas e pouco assimiladas no contexto da discussão entre saúde e religião. Envolvida em alta subjetividade e carregada de aspectos religiosos, a questão da saúde pode ser recortada e analisada na ótica dos monges como também através das experiências cotidianas dos sertanejos que isolados, buscavam suas próprias formas de manejo da vida. E nesse sentido, as práticas e os discursos religiosos se assentam como esteio da vida. E embora sendo três os monges, e havendo a condensação dos três em uma única imagem, a de João Maria, se questiona o porquê de o Monge José Maria ser “impostor, um espertalhão, um pseudo-asceta”, pois parece ser nele a mais ampla e enfática relação entre religião e saúde. Seria este um aspecto denunciador do quão difícil é para a teologia ocidental cuidar do corpo?

As práticas de religião e saúde vigoram nas artes populares, nos novos movimentos religiosos, nos agrupamentos televisionados dos neopentecostais e etc. Embora deixada de lado anteriormente, é tema também de disciplinas da área de saúde coletiva e entender suas dimensões histórico-sociais é de vital importância para esta discussão.

Referências bibliográficas

Atenção à saúde. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/atesau.html>. Acesso em 09/01/2019

Código Penal Brasileiro de 1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09/01/2019.

Dossiê Guerra do Contestado: 100 anos. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/contestado>. Acesso em 14/01/2019.

IBÁÑES-NOVIÓN, MARTIN. Antropologia e medicina: algumas considerações. In ALBERTOFLEISCHER, Soraya Resende; SAUTCHUK, Carlos Emanuel (Ed.). **Anatomias populares: a antropologia médica de Martín Alberto Ibáñez-Novión**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. P. 61-77.

GALLO, Ivone C. D'Ávila. **O contestado: o sonho do milênio igualitário**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

_____. Profetismo popular na guerra do Contestado". In: M. Espig & P. Machado (orgs.). *A guerra santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: UFSC, 2008

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. João Maria de Agostini: o monge da monarquia brasileira e das repúblicas americanas. In: Arno Wehling; Augusto César Zeferino; Aureliano Pinto de Moura; Gunter Axt. (Org.). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. 1ed.FLORIANOPOLIS: Ministério Público de Santa Catarina, 2013, v. 1, p. 107-124.

_____. Monge João Maria na tradição religiosa popular do Planalto Meridional do Brasil. **Oficina do Historiador**. v. 1, p. 1035-1054, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/31909551/Monge_Jo%C3%A3o_Maria_Na_Tradi%C3%A7%C3%A3o_Religiosa_Popular_Do_Planalto_Meridional_Do_Brasil. Acesso em 08/01/2018.

PINHEIRO MACHADO, Paulo. Uma constelação de concentrações: a tradição de "São João Maria" e movimentos rurais no Sul do Brasil.. In: Arno Wehling; Augusto César Zeferino; Aureliano Pinto de Moura; Gunter Axt. (Org.). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013.

MARCON, Telmo. (2008), "Cultura e religiosidade: a influência dos monges do contestado". In: M. Espig & P. Machado (orgs.). *A guerra santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: UFSC

MARQUES, Luciana Fernandes. Ciência, religião e saúde. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, p. 8-12, mar. 2016. ISSN 2175-5841. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2016v14n41p8>>. Acesso em: 04 jan. 2019. doi:<https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2016v14n41p8>.

Monteiro Lobato e a origem de Jeca Tatu. Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1035&sid=7>. Acesso em 09/01/2019.

MOTA, André. **Tropeços da Medicina Bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920**. São Paulo: EDUSP, 2005.

MOURA, M. M.. Campesinato, magia, religião e movimento social. In: WEHLING, A.; ZEFERINO, A. C.; MOURA, A. P., AXT, G.; SANCHES, H. C.. (Org.). **100 Anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. 1ed.Florianópolis: Memorial Ministério Público de Santa Catarina, 2013



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

TAVARES, Fátima Regina Gomes. Religião e Saúde – Comunicação: Cura religiosa, questões de crença e os limites da pesquisa. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 14, n. 41, p. 173-184, Jan./Mar. 2016

TONON, Eloy. **Os Monges do Contestado**: Permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2008.

TOMAZI, Gilberto. A Mística do Contestado: a mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado e dos seus descendentes. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

FORMAÇÃO DA CLASSE MÉDIA INSTRUÍDA E ABASTADA DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS 1920.

Margarida Maria Moura

Nosso propósito é descrever e analisar o modo de vida de uma posição de classe média instruída e abastada do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Leva-se em consideração o fato de cada classe social ocupa uma posição na estrutura social e que, portanto, ela é afetada por relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura. Trata-se de *propriedades de posição* relativamente independentes das propriedades intrínsecas que possuem, tais como um tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência*.

Há valores que se diferenciam de uma fração média mais dependente da venda da força de trabalho, pois a ênfase nos estudos superiores e na profissionalização das mulheres nas escolas normais, ainda que haja a manutenção de muitas nas “prendas do lar”. Na profissionalização masculina desenvolve-se sempre a noção de carreira, seja ela liberal, no alto funcionalismo público, tais como médicos, advogados, “almotacéis” (conferentes da alfândega), notários, procuradores e professores concursados. Por outro lado, trata-se de uma posição de classe que não depende, pelo menos diretamente da renda da terra para a sua reprodução social. Tem modelos culturais relativos não apenas à vida pública, mas à vida privada, como a religião, a comensalidade, o parentesco e a família. Trata-se de comportamento não só do público e do privado, do sagrado e profano, mas também do permitido e do interdito, que irão dar a estes sujeitos sociais as particularidades já aludidas.

São questões de difícil demarcação já que a posição de classe média instruída e abastada carece de interesse na maior parcela da análise etnográfica que se inclinou preferencialmente às sociedades ameríndias, ao campesinato, à classe operária e a outros contornos identitários que excluem a perspectiva analítica aqui sugerida. Tarefa difícil, mas fascinante porque músicos, literatos, juristas, médicos, militares, pintores, educadores, historiadores e cientistas sociais foram criados em famílias que tinham este modo de vida desde o berço, marcando profundamente a Capital Federal, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro.

* Pierre Bourdieu, “Condition de classe et position de classe”. In: Cornu, Roger; Lagneau, Janina. *Hierarchies et Classes Sociales. Textes*. P. 293.



A Marcação Simbólica do Tempo e do Lugar

O ponto de partida, diz-nos E. R. Leach, é simplesmente que tempo é uma palavra que usamos numa ampla variedade de contextos e que tem um considerável número de sinônimos, embora seja estranhamente difícil de traduzir (no caso da língua inglesa). Nesta palavra primeiramente há a noção de repetição. Sempre que pensamos em medir o tempo nos concentramos em algum tipo de metrônomo; pode ser o tic-tac de um relógio ou a batida no pulso, ou a recorrência dos dias, ou as lunações ou estações do ano, mas sempre há alguma coisa que se repete. Em segundo lugar, há a noção de não-repetição. Estamos cientes de que todas as coisas viventes nascem, crescem e morrem; e que se trata de um processo irreversível*.

Já a Marcação Simbólica do Lugar está bem assinalada nos trabalhos de Emília Pietrafesa de Godoi†. A história do lugar não se encontra na construção mítica puramente, mas na intersecção entre mito e história. Assim pode ela afirmar, inspirada em Marshall Sahlins, que a transformação cultural externamente induzida foi nativamente orquestrada. Isto significa dizer que a cultura é ordenadora do processo histórico ao mesmo tempo em que é por ele ordenada, pois o significado das coisas é avaliado à medida que são sancionados pelos sujeitos.

Do Ano Bom à Páscoa

Esta posição de classe pautava seu calendário por várias marcações entrelaçadas. Seu ano é civil, acadêmico, militar, familiar; mas neste texto privilegia-se o entrelaçamento do tempo familiar e do tempo litúrgico na casa e fora da casa, num contexto epocal delimitado entre o Ano Novo e o Domingo de Páscoa.

Isto implica numa marcação simbólica do tempo diário, semanal, mensal e epocal. O tempo diário inicia-se com orações ao despertar. Vai-se à igreja católica para uma missa matinal, sobretudo as mulheres e há uma consagração à Virgem Maria às 18 horas. A indispensável oração doméstica do *Angelus*, era anunciada impreterivelmente pelos sinos da paróquia mais próxima, seguida pela orações da *Ave-Maria* e *Salve Rainha*. Se a maior parte dos membros femininos da família já se encontrasse em casa, isto é na *residência*, rezava-se o terço em família, também no horário das 18 horas. A oração do Terço, feita num conjunto de

* LEACH, E.R.. *Rethinking Anthropology*. London. University of London, 1961

† GODOI, Emília P.; NIEMEYER, Ana Maria de (org.). *Além dos Territórios*. Campinas, Mercado das Letras, 1998



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

contas das quais pende um crucifixo estampando a figura de Jesus, compõem-se de *Credo, Pai Nosso, Ave-Marias*, e finalmente a já citada *Salve Rainha*. A oração católica circula por todos os membros da família, sendo a presença feminina dominante ou exclusiva, sendo também acompanhadas pelas servidoras da casa. À hora de deitar-se, no salão de estar ou já no aposento de dormir, rezava-se individualmente ou em grupo, as orações *Pai Nosso, Ave-Maria e Glória*, acrescentando-se invocações ao *Sagrado Coração de Jesus* e à *Imaculada Conceição de Maria*. Rezava-se aos santos de devoção da família, da dona e do dono da casa, rogando a sua intercessão para situações potencial ou efetivamente difíceis de resolver, bem como a manutenção da saúde, da cura de membros da família, de parentes, de amigos e de conhecidos. Mãos postas em oração, terços entrelaçados entre os dedos, joelhos no chão ou no genuflexório. Esta cena poderia ser observada também em famílias que dividiam com o Espiritismo Kardecista sua adesão religiosa.

O tempo semanal destacava o domingo como o *Dia de Missa*. Embora as mulheres solteiras e casadas, jovens, maduras ou idosas fossem efetivamente às missas diariamente celebradas nas paróquias de bairro, estas eram missas mais curtas, que vinham acrescidas em certos dias úteis das bênçãos do Santíssimo Sacramento.

O domingo era, portanto, muito especial: horários matinais de missas, que desde muito cedo exigiam o toque dos sinos para despertar. Jejuava-se desde a noite anterior para poder receber a Eucaristia. Um pedaço de pão ligeiramente farinhento que consubstanciava o corpo de Cristo logo de manhã. Missas que, rezadas em latim, exigiam o conhecimento básico deste idioma, não somente ensinado nos seminários de formação religiosa, mas também nos colégios e escolas que estivessem frequentando as crianças, a partir de 10 ou 11 anos. E que seus pais ou tios - médicos, advogados, professores, farmacêuticos ou religiosos -, conheciam frases inteiras, as declinações e expressões típicas da profissão de uso diário em receitas, processos, aulas, textos de autores latinos, que podiam ser leigos ou de uso eclesiástico.

Concluída a cerimônia voltava-se para a casa, geralmente a pé, quando as servidoras que lá tinham permanecido – católicas, umbandistas ou de ambas as religiões – serviam um almoço mais farto e tardio denominado *ajantarado*. Havia homens que não participavam da missa dominical, deixando a participação do rito para as mulheres e crianças da família. Ligados por fortes laços a irmandades, principalmente marianas, como a de Nossa Senhora de Penha de França, a de Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora da Conceição, rezavam diante dos quadros e imagens domésticas, sendo esta manifestação piedosa inteiramente suficiente para as suas necessidades espirituais.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O tempo semanal pode ser visto à luz do trabalho masculino, feminino e do estudo infantil e adolescente. O tempo semanal para os homens, nos dias úteis da semana, exigia suas presenças diárias nos locais de trabalho das profissões já mencionadas. Em quanto isto, as mulheres, solteiras ou casadas, ocupavam-se da seguinte forma: as formadas pela Escola Normal como professoras, exerciam suas atividades inicialmente nos arrabaldes, subúrbios e zonas urbanas nas escolas públicas para as quais eram nomeadas. As de “prendas do lar” dispunham de um tempo vespertino suficiente para as *visitas*, feitas a parentes e amigos e que incluíam merendas, oferecidas pelos anfitriões; as idas à igreja para participar de reuniões de irmandades e congregações, como as *Filhas de Maria*. E, ainda, um encontro espírita específico em casa de uma pessoa amiga ou conhecida para fazer *mesas girantes*. As mesas girantes atividades de grupos de pessoas que invocavam o invisível através de toques ritmados tocados em uma mesa, em torno da qual todos se sentavam e concentravam seus pensamentos em entidades do mundo espiritual.

As crianças e adolescentes, que estudavam em horários matinais em escolas públicas ou confessionais católicas, ficavam sob a guarda vespertina das *amas secas* até a chegada à casa dos pais.

O tempo mensal compunha-se de quatro domingos, mas também de uma sexta-feira especial. Em primeiro lugar, a sexta-feira se destacava por ser o dia em que Jesus Cristo morrera na Cruz e uma veneração especial por este levava muitos à igreja, para rezar e assistir missa. Dava-se destaque às sextas-feiras durante a Quaresma – tempo especial entre o fim do Carnaval e a Semana Santa, em que se acrescia uma veneração por este dia da semana., com o jejum das carnes sanguíneas dos mamíferos e aves, vindos à mesa de refeições exclusivamente o peixe - peixe abundante da Baía de Guanabara e nas enseadas desertas adjacentes, que abastecia os mercados e peixarias ou vendidos de porta em porta, em uma enorme cesta trançada que os peixeiros colocavam sobre a cabeça enquanto bradavam seus pregões característicos. Era esta uma prescrição canônica denominada *abstinência de carne*, associada também aos jejuns, praticados pelas famílias católicas, menos católicas e mesmo aquelas que já frequentavam as reuniões espíritas.

Havia a prática da missa com o ato de comungar, ou seja, a prática da Eucaristia, na primeira sexta-feira do mês. Sexta-feira dedicada à devoção ao Sagrado Coração de Jesus. As nove primeiras sextas-feiras do ano assim vivenciadas ligavam-se às promessas especiais em nove itens ditadas pelo próprio Jesus à recém-canonizada Margarida Maria Alacoque (1920).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Prometia ela a quem comungasse nas nove primeiras sextas-feiras de modo sequencial que a pessoa não morreria sem a assistência da divina pessoa, com perdão e perseverança final.

O ano litúrgico era a marcação do tempo eclesiástico entrelaçado ao tempo familiar e íntimo. Começa em primeiro de janeiro, com a comemoração do *Ano Bom*. Ocasão para a presença de parentes e amigos virem tomar juntos o *ajantarado* com a família anfitriã. O lauto almoço era, via de regra, composto de peito de peru, farofas salgadas e adocicadas com pedaços de ameixa, pernil em fatias, lombo de porco, regados a vinhos, ponches, sucos ou simplesmente águas minerais. As sobremesas incluíam bolos, pudins e cremes frios. Aproveitava-se as mesas de mármore próximas à janela da cozinha, que dão para a vegetação dos quintais, para conservá-las do calor na medida do possível. A tarde festiva se estende até à noite quando voltavam à sala de jantar ou à copa o que havia restado do lauto almoço. Muitos convivas já chegavam de *missa ouvida*, seja à meia-noite do dia 31, missa semelhante à missa do Galo do dia 24 de dezembro, seja na da manhã do dia primeiro na sua paróquia de origem. Um fortíssimo calor fazia suar a todos. Vestidos nos seus melhores trajes, as mulheres exibindo joias de ouro – anéis, pulseiras, colares de pérolas, brincos para orelhas furadas, broches cravejados de pedras preciosas. Retiravam de suas bolsas leques castelhanos e abanavam-se nas salas de visitas em meio à conversação e risadas. Os homens em pé ou sentados em outros sítios: varandas, sacadas, bibliotecas e gabinetes, onde fumavam e bebiam vinho do porto. Afogueados tiravam seus pesados paletós e afrouxavam os coletes para que o algodão da camisa pudesse respirar mais livremente. O piano fazia-se ouvir dedilhado por homem ou mulher: um Steinweg de calda inteira, um Bluthner ou um Pleyel.

Férias obrigatórias em janeiro. Coligando o fechamento das escolas e faculdades, de consultórios médicos, de bancas de advogados, de tribunais, das Três Armas, ainda que com revezamentos necessários para não descontinuar a rotina pública. Férias também femininas de professoras da Escola Normal. Com as férias, as famílias se deslocavam nos dias subsequentes para as chamadas “temporadas de 21 dias”, nas estações de águas de Minas Gerais: Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço, onde ocupavam pensões e hotéis de veraneio – hospedagem em aposentos amplos, com banheiro próprio, ou o banheiro coletivo no final de um comprido corredor; com direto a quatro lautas refeições servidas no salão por garçons e copeiras: café da manhã, almoço, merenda e jantar.

Após a primeira refeição do dia, as famílias se deslocavam quase inteiras em direção ao Parque das Águas - provando com suas canecas de louça, especialmente destinadas para este fim, as águas curativas que brotavam das diversas fontes, por lazer ou prescrição médica.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Sombrinhas abertas debaixo do sol, sombrinhas decorativas para rolar docemente o cabo entre os dedos da mão, sinalizando presença. Uma vez concluídas as fainas hidrominerais ia-se à procura de um barco de passeio no lago, ou em busca de charrete e do cavalo de aluguel para passeios. Fotógrafos profissionais se apoiavam em tripés de metal para fixar momentos especiais. Um pouco antes das doze horas, retorno para o almoço. Depois sesta seguida de merenda. E, após um banho de banheira, um rápido passeio para aguardar o jantar, ao qual compareciam homens, mulheres, crianças, amas; todos vestidos de um modo mais elaborado, mais cuidado e elegante. Na sala de estar próxima um ou uma pianista alegrava o sarau que se seguia. Os hóspedes também são convidados a tocar o piano. Um ambiente de conversação animada de cálida agitação caracteriza a noite.

No estado do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, havia poucas casas de campo serranas. Somente Petrópolis reunia os muito ricos em clima de corte. Teresópolis era uma pequena cidade de vários sítios e algumas fazendas. Amizades fluminenses dos que detinham algum elo de interesse ou poder na Capital Federal suscitava convites para temporadas serranas. Na década seguinte, muitos sitiantes teresopolitanos abriam suas propriedades para férias rurais dos amigos. Férias afetivas simplesmente, ou com ajuda de custo aos anfitriões. Seguia-se para uma temporada de casa e roça, com direito a alimentação, passeios a pé ou a cavalo, visitas a logradouros especialmente belos, como cascatas, cachoeiras e mirantes. O transporte de acesso era o trem:

“Em barcos e trens, a viagem a Teresópolis nos primeiros anos da EFT (Estrada de Ferro de Teresópolis), entre 1886 e 1923 era, antes de tudo um passeio extremamente agradável. Era um atrativo a mais ao visitante na magnífica cidade que se desenvolvia no planalto da Serra dos Órgãos. Mesmo antes dos trilhos, o trecho por mar, os transbordos pelas carruagens e a substituição pelas liteiras no pé da serra. Tudo isso, era motivo para deslumbramento. Passear até Teresópolis encantava os amantes de tudo que era belo e agradável e transformou-se num cartão de visitas para autoridades do mundo inteiro.“ *

O transporte que se iniciava o Cais de Pharoux até o Porto de Piedade, no fundo a Baía de Guanabara, emendava ao da linha férrea de Piedade até Teresópolis, passando por Magé, Guapi, Garrafão e Soberbo. Posteriormente, o trajeto passou a ser feito de trem, saindo da Estação Barão de Mauá para a localidade serrana, com estações no Bairro do Alto e, mais tarde, na Várzea.

* PEREZ, Wanderley. *A Estrada de Ferro Therezopolis*. Rio de Janeiro, Pró Memória, 2009.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Para quem permanecia no Rio de Janeiro - e bastava ter um pouco menos de dinheiro disponível para viagem, para que isto ocorresse -, festejava-se o dia 06 de Janeiro em certas residências como a de “Levantar o Menino Jesus”. Visitantes numerosos acudiam à celebração: casais, mulheres solteiras e “solteironas”, meninos e meninas vinham assistir um ritual doméstico em que o Menino Jesus, ainda deitado na manjedoura, vestindo uma camisolinha com rendas nos punhos e nas barras, tinha a mesma trocada por uma nova e limpa pela dona da casa. Depois de orações por ela conduzidas em horário vespertino já próximo da noite, segurava seus pequenos braços e o colocava em posição sentada. Seguiam-se aplausos e dispersando o aglomerado das pessoas em torno da cena, iniciava-se o serviço de salgadinhos e refrescos.

Em 20 de Janeiro havia procissão de São Sebastião, padroeiro da cidade do Rio de Janeiro. Ela saía da igreja dos capuchinhos na Tijuca e percorria um longo cainho a pé até a missa campal no bairro da Glória. A data evoca a primeira fundação da cidade, em 20 de Janeiro de 1565. O hagiológico católico já consagrava há muito o dia deste santo. São Sebastião é sujeito de veneração em várias localidades fluminenses, mineiras, catarinenses, a ponto de em várias destes só se fazer a retirada dos presépios em 20 de janeiro.

No dia 02 de fevereiro, festejava-se Nossa Senhora da Candelária, também conhecida como Nossa Senhora da Luz e das Candeias. Nesse dia, a fração mais alta da classe média acode à missa solene na igreja de sua devoção no centro da cidade. Esta região ficava então próxima ao mar e também às áreas residenciais das mesmas, como o Morro da Conceição, a Esplanada do Senado, o Castelo, Santa Teresa, Glória e Botafogo.

Em datas móveis, ainda em fevereiro, batalhas de confete precediam o Carnaval, que podiam estar mais próximas ou mais distantes do dois de fevereiro. Carnaval de casas de família, de escapadas à rua, de estações de água e de clubes que ofereciam bailes. Desfilava-se em carros “*décapotables*”, lançando perfumes em quem assistia das calçadas. Grupos homogêneos pela fantasia serpenteavam as ruas do bairro, num acontecimento elitista e restrito: colombinas, pierrôs, arlequins, etnias europeias apresentavam-se em blocos sob os olhares vigilantes dos *mais velhos* – pais, tios, amas de confiança da família, um casal de amigos mais íntimo – mesmo não se sabendo “quem era quem”, devido ao uso de máscaras. As abordagens eróticas não são raras. Dança-se à distância e se combinam prolongamentos do primeiro encontro. Há exceções, exceções tão somente. Estamos longe do “Quem é você” e do “Tou me guardando para quando o carnaval chegar”, imortalizadas nas canções de Chico Buarque de Hollanda cinquenta anos depois. Gestações iniciadas na terça-feira gorda eram frutos de



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

paixões com a moça mais pobre e desconhecida, muito raras no interior das amizades e parentelas de amizade e de “sangue”.

Na Quarta-Feira de Cinzas entra-se no tempo litúrgico da Quaresma, ao qual quase todos e todas aderem, comparecendo á paróquia mais próxima para a imposição das cinzas em formato de cruz na testa ou na coroa da cabeça do fiel pelo oficiante da celebração.

As quaresmeiras roxas floresciam nas matas da Tijuca, do Alto da Boa Vista, do Andaraí, na Serra dos Órgãos – onde muitos voltam a viajar na Semana Santa -, numa sincronia mágica com este tempo litúrgico especial. Todos se recolhem um pouco mais. Abstêm-se das carnes sanguíneas, só se come peixe. Muitos jejuam, repetindo o comportamento do próprio Jesus de privação do alimento para recolher o corpo e adestrar a alma. O tempo corre mais silencioso e desagua nas comemorações da Semana Santa, em fins de março ou no mês de abril.

A Semana Santa, em que a Igreja Católica comemora os episódios públicos de Jesus e sua crucificação, se iniciam no Domingo de Ramos, uma semana antes da Páscoa, com uma grande procissão no centro da cidade. Num relato de pesquisa diz-se: “*Nas paróquias, nos subúrbios, nas ruas do próprio bairro saiam procissões. Da Catedral Metropolitana saía uma grande procissão centralizadora*”. Agitam-se os ramos de palma, benzidos na igreja nas missas matinais. É a representação da cena evangélica da entrada de Cristo em Jerusalém no lombo de um jumento. Na segunda e terça-feira o comparecimento à igreja tende a se avolumar. Muitos homens “arrepentidos” pelas faltas mais variadas juntam-se às numerosas mulheres que se confessam e comungam. Na quarta-feira retomavam-se os jejuns e abstinências; é o dia tradicional das *Procissões do Encontro*: a imagem de Jesus sai de uma igreja carregando a cruz e se encontra com a procissão de Nossa Senhora das Dores, a *Mater Dolorosa*, que sai de outro e, então, se unem.

A Quinta-Feira Santa também é dia de igreja. Comparece toda a família para a cerimônia do “Lavapés”. Um sacerdote, imitando o gesto de Jesus que lavou os pés de seus discípulos nesse dia, lava os pés de doze paroquianos, de pessoas humildes e dos que acorrem à igreja em busca de escolas. É o dia da consagração da crença de que o Cristo se consubstancia na hóstia sagrada, através das comunhões, o recebimento solene na boca da mesma, em distribuição individual a um número incalculável de fiéis. A passagem evangélica que dá suporte a esse rito e celebração é a Santa Ceia, realizada por Jesus para seus doze discípulos, com a partilha do pão e a bebida coletiva do vinho de seu cálice.

O dia mais importante para as famílias é a Sexta-Feira Santa, mesmo para aqueles que não se dispõem a comparecer à missa o ano inteiro e os que não recebem os sacramentos



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

católicos, à exceção dos de tenra idade já batizados, comungantes e crismados, não faltam à visitação do Senhor Morto. Visitação a um caixão aberto na área adjacente ao altar que involucra todas as imagens da igreja – com rosto sangrando pela ferroadada da coroa de espinhos, parte menor de sua morte na cruz. A cena suscita a piedade dos fiéis, que dele se aproximam para beijá-lo, contemplá-lo ou chorar copiosamente diante dele – choro predominantemente feminino-, e deixar uma esmola numa salva de prata.

A procissão que seguia serpenteando as ruas da cidade e que se repetia nos subúrbios e arrabaldes também era sisuda e triste. Trajes escuros para ambos os sexos. Estava lá a Virgem Maria de roxo e azul seguindo desolada o esquife de seu filho assassinado. Estava lá também João Evangelista, o discípulo amado a quem o Cristo entrega sua mãe. Está Simão de Cirene, que carrega a cruz no momento em que o protagonista perde suas forças. Está Verônica, que enxuga o rosto do Nazareno com piedade e recebe por milagre a gravação indelével de seu rosto num pano suado e ensanguentado. O canto triste de Verônica ecoa pelas ruas e ladeiras, cujos balcões apinhados de moradores e o portão apinhado de servidores e agregados, mostram rostos chorosos. A procissão da sexta-feira da Paixão apresentava um homem de carne e osso vestido de Jesus que, tomando uma pesada cruz em seus ombros, por vezes até para pagar uma promessa, percorria as ruas da cidade. Essa encenação ritual e cerimonial se encerrava com uma celebração que facultava às famílias a obtenção da comunhão com hóstias consagradas no dia anterior. Jejum e abstinência de carne continuam obrigatórios, mas também de doces, bebidas e guloseimas, davam o tom mortificador na alimentação da casa.

No sábado rompia-se a Aleluia de manhã, queimando-se o Judas nos postes. Não somente bonecos lembrando Judas Iscariotes, o discípulo traidor do Cristo, mas figuras da política e da sociedade tinham seus rostos representados nos bonecos e antipatizados e odiados, que eram surrados com porretes e paus e depois incendiados. Crianças, adolescentes e adultos de classes subordinadas da cidade eram os atores predominantes da surra. À esta manifestação popular de rua uniam-se por vezes os meninos bem vestidos que contemplavam a cena e até participavam. Chamados para dentro da casa quando se formava a “arruaça” pelos pais e amas, convidando-as para jogar outros jogos, ouvir histórias, rezar, tomar banho e alimentar-se. O Sábado de Aleluia rompia o Domingo de Páscoa precoce. Ceias zelosamente preparadas com pratos variados, eram servidas tarde da noite.

Domingo de Páscoa representava também um retorno à residência como lugar mais importante. Também os clubes e casas étnicas davam bailes a partir da meia-noite. Os sinos das igrejas centrais, subúrbios e arrabaldes soavam estrepitosamente. Para os mais estritos do ponto



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

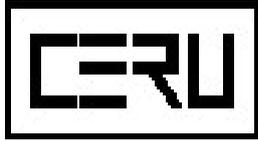
São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

de vista religioso, jejum de véspera para comungar na missa da Páscoa, tão solene ou mais solene que a Missa do Galo, na véspera do dia de Natal.

Os grandes almoços da Páscoa eram “*displays*” impressionantes de iguarias, servidas em louça inglesa: destacavam-se o bacalhau português, servido com os mais variados complementos, as aves desossadas, o arroz colorido com tomate, sobremesas variadas, muitas vezes preparadas pela própria dona da casa em companhia da cozinheira e ajudantes. No final, após o vinho do Porto, os leques voltam a movimentar-se, pois o tempo ainda é quente nos marços e abris da Capital Federal.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Thales. *As Regras do Namoro à Antiga*. São Paulo, Editora Ática, 1986.
- CORNU, Roger; LAGNEAU, Janina (Orgs.). *Hiérarchies et Classes Sociales: Textes*. Paris, Librairie Armand Colin, 1969.
- FREYRE, Gilberto. *Modos de Homem & Modas de Mulher*. Rio de Janeiro, Record, 1986.
- _____. *Sobrados e Mocambos*. 7ª Ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2 Tomos. 1985.
- GODOI, Emilia P.; NIEMEYER, Ana Maria de (Orgs.). *Além dos Territórios*. Campinas, Mercado das Letras, 1998.
- LEACH, Edmund R. *Rethinking Anthropology*. London. University of London, 1961.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: a vida cotidiana no subúrbio da cidade de São Paulo. São Caetano, do fim do Império ao finda República Velha*. São Paulo, HUCITEC/ São Caetano do Sul, Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.
- MAUSS, Marcel. *O Ensaio da Dádiva*. Lisboa, Edições 70, 1997.
- MATTA, Roberto Da. *A Casa & a Rua*. 5ª Ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- PEREZ, Wanderley. *A Estrada de Ferro Therezopolis*. Rio de Janeiro, Pró Memória, 2009.
- SETTE, Mario – *Arruar. História Pitoresca do Recife Antigo*. Rio de Janeiro. Livraria Editora da Casa do Estudante, 1948.



Questões Sociais e de Trabalho

Filipe Augusto Freitas de Melo, 145

Vitor Mateus Oliveira de Menezes, 154



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO NO ABC PAULISTA: ESTUDO DE CASO NA FORD TABOÃO

Filipe Augusto Freitas Melo*

Resumo: Esta comunicação trata a respeito da organização no local de trabalho, por meio de um estudo de caso da Comissão de Fábrica dos Trabalhadores na planta da Ford de São Bernardo do Campo. Tem-se por objetivo abordar as mudanças institucionais e estatutárias nas comissões de fábrica no ABC Paulista, a partir do caso estudado, com vistas a compreender, ao longo do tempo, as mudanças na organização sindical dos metalúrgicos. A pesquisa foi feita com base em entrevistas em profundidade com dirigentes e ex-dirigentes da Comissão de Fábrica na Ford e em documentos produzidos pelo sindicato da categoria e pela própria representação no local de trabalho, como cartilhas para os trabalhadores e acordos coletivos. Observa-se que, a despeito de ter sido fundada enquanto uma Comissão de Fábrica representativa, a instituição flerta, em determinados momentos, com o tipo ideal consultivo. Nota-se que a origem do capital da empresa transnacional é um fator importante para seu padrão de estratégia global, que influencia as relações laborais. Por fim, é notório que a criação dos Comitês Sindicais de Empresa (CSEs) altera a estrutura institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de maneira que a organização de base passa a ser constitutiva da estrutura de poder no âmbito sindical.

Palavras-chave: Sindicalismo. Organização no Local de Trabalho. Comissão de Fábrica.

Abstract: This communication deals with organization in the workplace, through a case study of the Works Council at the Ford plant in São Bernardo do Campo. The objective is to address institutional and statutory changes in works councils in ABC Paulista, based on the case studied, with a view to understanding, over time, changes in the union organization of metallurgists. The research was conducted on the basis of in-depth interviews with executives and former Ford Works Councilors and documents produced by the category union and by the workplace representation itself, such as booklets for workers and collective agreements. It is noted that, despite being founded as a representative Works Council, the institution flirts at certain times with the consultative ideal type. It is noted that the origin of the capital of the transnational company is an important factor for its global strategy standard, which influences labor relations. Finally, it is clear that the creation of the Enterprise Union Committees (CSEs) changes the institutional structure of the ABC Metalworkers' Union, so that the basis organization becomes constitutive of the power structure within the union sphere.

Keywords: Unionism. Workplace Organization. Works Council.

Introdução

O ciclo de greves iniciado em 1978 no ABC Paulista, a partir de uma greve na fábrica da Scania, deu origem a um movimento que ficou conhecido como “novo sindicalismo”. Esse movimento foi responsável por inovações organizativas em relação ao sindicalismo até então predominante

* Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

no País. Como parte dessas inovações está o surgimento das comissões de fábrica no ABC Paulista.

É preciso que se faça um esclarecimento quanto ao caráter inovador dessas comissões. Há registros de comissões de fábrica no Brasil desde a Primeira República e em diferentes momentos ao longo do século XX. Mesmo no ABC pós-1978, houve uma série de experiências do tipo antes de 1981, quando foi conquistada a Comissão de Fábrica dos Trabalhadores na Ford. A diferença qualitativa entre as experiências pré-1981 e a experiência na Ford se deu quanto à institucionalização e reconhecimento por parte da empresa dessa forma organizativa dos trabalhadores enquanto interlocutores legítimos, além da durabilidade temporal.

A experiência na Ford em São Bernardo do Campo se expandiu para outras plantas da Companhia no Brasil e para outras empresas no setor metalúrgico. A Organização no Local de Trabalho se tornou uma bandeira importante do novo sindicalismo e da central sindical que dele resultou, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O movimento foi capaz, inclusive, de fazer com que a Constituição Federal de 1988 tivesse em um dos seus artigos a obrigatoriedade de as empresas com mais de 200 funcionários possuírem comissões de fábrica. A lei só foi regulamentada em 2017, quando foi aprovada uma reforma trabalhista com teor geral de flexibilização das leis do trabalho, que retirou as possibilidades de vinculação sindical dessas comissões.

Desnecessário elencar todas as mudanças importantes pelas quais o capitalismo passou nos últimos 40 anos. Em escala global, os sindicatos perderam poder (RODRIGUES, 1999) e foram observadas, no âmbito do novo sindicalismo, mudanças importantes quanto ao padrão de ação sindical (RODRIGUES, 1997). O objetivo, nesta comunicação, é tratar das mudanças institucionais na OLT no ABC Paulista, tomando por base o caso da Ford, sob o pressuposto de que elas são uma resposta estratégica para o enfrentamento das novas questões que emergem conforme o capitalismo e o setor metalúrgico se modificam.

Toma-se por base pesquisa de mestrado concluída na Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Leonardo Gomes Mello e Silva, intitulada *Representando os trabalhadores: organização no local de trabalho no ABC Paulista* (MELO, 2018). A pesquisa contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A pesquisa procura compreender o significado atual das comissões de fábrica, determinando sua importância real para o campo sindical, já que mudanças no mundo do trabalho impõem questões diferentes daquelas que se apresentavam no momento de surgimento dessas formas



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

organizativas. A pesquisa, de cunho qualitativo, se baseou em vinte e nove entrevistas em profundidade coletadas entre 2014 e 2018, documentos de acesso público ou disponibilizados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, como resoluções de congressos da categoria e da Central Única dos Trabalhadores, estatutos da Comissão de Fábrica, acordos coletivos e cartilhas para os trabalhadores. Outros documentos como o texto da Reforma Trabalhista de 2017 e cartilhas produzidas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) também foram analisados.

Comissão de Fábrica através das décadas

Desde as últimas décadas do século XX, sociólogos do trabalho têm apontado para uma perda do poder sindical. Há um importante debate a respeito de uma suposta crise no sindicalismo, que não se pretende retomar nos limites desta comunicação. Entre os fatores que conduzem a essa perda de poder por parte dos sindicatos, Rodrigues (1999) elenca duas principais causas econômicas: (i) as novas tecnologias e reorganização da produção, que reduzem o número de trabalhadores manuais e produzem desemprego e (ii) a fragmentação dos interesses dos trabalhadores oriunda de fatores como dispersão da produção, redução de dimensão das fábricas, aumento da produção em pequenas empresas, aumento da mobilidade do capital, tendência à formalização de acordos coletivos por empresa ou planta, flexibilização produtiva, surgimento de novas profissões e crescimento de mulheres e imigrantes na composição da classe trabalhadora.

Com vistas a oferecer uma possível resposta a essa perda de poder dos sindicatos, Rogers e Streeck (1995) apostam na organização em comissões de fábrica (*works councils*). Os autores atribuem oito características a esse tipo de organização:

- 1) Representam a totalidade dos trabalhadores num determinado local de trabalho, independentemente de sindicalização ou não, o que tem por consequência a possibilidade de haver diferentes tipos de relação entre comissões de fábrica e sindicatos;
- 2) Não representam um setor industrial ou uma área territorial, de maneira que não negociam com sindicatos patronais ou entidades cuja definição não seja exatamente a de um único empregador;
- 3) Não são sindicatos da companhia;
- 4) Não se devem confundir com estratégias empresariais de incentivo ao envolvimento do trabalhador;



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

- 5) Pode ser de qualquer tipo e originária de qualquer um dos lados a comunicação representativa entre patrões e empregados;
- 6) Comissões de fábrica podem ou não ter status legal;
- 7) A estrutura das comissões tem muitas variações em diferentes países, ou mesmo no interior de um mesmo país;
- 8) Comissão de Fábrica não é o mesmo que representação dos trabalhadores no conselho de administração das empresas.

São três os tipos ideais de comissões de fábrica identificados pelos autores: i) paternalistas, constituídos pelos patrões com o objetivo de enfraquecer o sindicato; ii) consultivas, que se destinam a melhorar a comunicação entre a direção da empresa e os trabalhadores objetivando aumentar a produtividade da empresa ou planta, por meio da garantia da cooperação; iii) representativas, estabelecidas segundo uma *rationale* de democracia industrial. São, em geral, instituídas por meio de acordo coletivo ou lei e garantem aos trabalhadores uma forma de voz institucionalizada em relação à direção, com o objetivo de garantir direitos que os patrões não estariam dispostos a conceder.

Não é possível, ainda segundo Rogers e Streeck (1995), estabelecer qualquer tipo de lei geral sobre as relações entre comissões de fábrica e sindicatos. Historicamente, há diferentes experiências ao redor do mundo de diferentes tipos de relação entre sindicatos e comissões. Nos anos 1980, houve uma discussão importante entre os trabalhadores da Ford Taboão em São Bernardo do Campo, e os da Ford Ipiranga, em São Paulo: enquanto estes defendiam que a Comissão de Fábrica deveria ter total independência do sindicato, aqueles não viam problema numa relação em que a Comissão fosse vista como um braço do sindicato no interior da planta (RODRIGUES, 1990). Isso se explica pelo fato de que o grupo que controlava o sindicato no ABC (os chamados autênticos) esteve por trás da conquista da Comissão de Fábrica. Em São Paulo, os autênticos estavam na oposição à direção do sindicato, vista por eles como “pelega”. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem forte influência do modelo alemão de sindicalismo. É curioso que, na Alemanha, as comissões de fábrica são totalmente apartadas dos sindicatos institucionalmente. É noutros aspectos do sindicalismo alemão, portanto, que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC se inspira.

Há um princípio que garante, na Alemanha, a ingerência dos representantes dos trabalhadores nas questões estratégicas das empresas, chamado de co-determinação. Segundo esse modelo, as comissões de fábrica são também responsáveis pela produtividade e o sucesso econômico das empresas. O sindicalismo metalúrgico do ABC, sobretudo a partir dos anos 1990, procura



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

influenciar as estratégias das empresas. A negociação, no final da década, que levou a linha de caminhões para São Bernardo do Campo é um exemplo disso. Nesse ponto, a ação da Comissão de Fábrica se aproxima do tipo ideal consultivo.

Não se deve, porém, imaginar uma proximidade estática a qualquer um dos tipos ideais de Rogers e Streeck (1995). Predominantemente, a ação da Comissão de Fábrica na Ford Taboão se aproxima do tipo representativo. Nos anos 1980, ela foi conquistada com essa finalidade, como parte da onda democratizante que culminou com a derrubada do Regime Militar.

Como já foi dito anteriormente, a conquista da Comissão de Fábrica na Ford ocorreu em 1981. Num primeiro momento, foi eleita uma comissão provisória, até que fosse elaborado o estatuto, com o auxílio do departamento jurídico do Sindicato. Os estatutos das comissões de fábrica no Brasil são, em geral, negociados entre os empregados e os empregadores e firmados em Acordos Coletivos. Ao término da validade de um Acordo Coletivo, é necessário fazer outro. Isso explica o porquê de haver diversos estatutos para a Comissão de Fábrica na Ford.

Entre 1981 e 1986, foram três os estatutos. Houve poucas mudanças substantivas entre eles. Porém, o período foi de muitos ganhos para os trabalhadores (EULÁLIO; PASSOS, 2016). Tantos foram os ganhos que, em 1986, os recém-empossados membros da Comissão de Fábrica – nesse momento, as eleições eram feitas por seção da fábrica: cada uma tinha direito a eleger um representante – foram quase todos demitidos.

Naquele mesmo ano, ocorreu a criação da *joint venture* Autolatina, fruto da “fusão” da Ford com a Volkswagen na América Latina. Entre 1986 e 1988, a planta da Ford não teve Comissão de Fábrica, a despeito de greves realizadas no período para reaver o órgão representativo. De acordo com Blass (2001), enquanto na Volkswagen os principais temas abordados nas negociações entre representantes patronais e sindicais, a maior parte das paralizações na Ford tinha como pauta o reconhecimento político da representação dos trabalhadores no período.

Em 1988, foi instituído o Sistema Interno de Representação na Ford. O estatuto era uma cópia fiel ao de seu correlato na Volkswagen e trouxe maior campo de ação para os representantes, incluindo o direito a participar do processo de integração de novos empregados e reuniões quadrimestrais com o departamento de Recursos Humanos para discutir temas relativos a reivindicações dos trabalhadores. Os membros da Comissão passaram a ser liberados por mais tempo de suas jornadas de trabalho, garantindo-lhes maior possibilidade de fazer política no interior da fábrica.

Nos anos 1990, as relações entre trabalhadores e empresa se alteraram. Nos anos 1980, os trabalhadores tinham dificuldades de serem encarados enquanto interlocutores válidos (vide a



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

demissão de 1986). Os entrevistados apontam como ponto de viragem a chamada Greve dos Golas Vermelhas. Com duração de 51 dias, o movimento se pôs contrário ao congelamento de salários promovido pelo governo Collor. As relações entre o Sistema Interno de Representação e a empresa ficaram abaladas após uma escalada de violência, com querba-quebra, carros incendiados, ocupação de prédio, destruição de móveis dos prédios, de um lado, e crescente repressão policial, do outro. Porém, com o esfriamento das animosidades, empresa, sindicato e Comissão passaram a ter uma atitude de maior busca pelo diálogo.

Fica clara a mudança no padrão de ação sindical num documento produzido em 1995, a cartilha do Programa de Apoio às Organizações de Base. A cartilha faz uma análise das questões que surgiam à época no mundo do trabalho e elabora propostas de ação para as comissões de fábrica. Defende-se, no documento, uma ação sindical cada vez mais propositiva. Para que isso se concretizasse, seria necessário que se produzisse um novo tipo de militante, com mais conhecimento sobre diversos assuntos. Diz o documento:

A formação, a capacitação, o conhecimento técnico e o acesso à informação devem ser nossas principais ferramentas. Queremos ampliar nossos conhecimentos sobre os diferentes modelos da organização produtiva, superando a superficialidade dos nossos conhecimentos e a precariedade das informações adquiridas no chão da fábrica. Nossos conhecimentos devem ter a sustentação e a legitimidade técnica-científica.

Para isso, as comissões de fábrica e os delegados sindicais devem oferecer ao Sindicato os conhecimentos e as informações adquiridas no chão das fábricas. Em contrapartida, devem receber do mesmo, de forma sistematizada e permanente, todas as informações sobre a empresa a que estão ligados, como o balanço financeiro e situação econômica, participação no mercado e principais fornecedores, os objetivos de produção e política de investimentos, origem, grupo econômico a que está ligada e presença mundial. Entre outras, estas informações podem ser essenciais na mesa de negociação, como podem também contribuir para a definição na forma de luta a ser utilizada em determinado movimento.

Deve ainda fazer parte deste mapeamento das empresas as informações sobre os processos produtivos, incluindo as inovações tecnológicas e organizacionais, além de manter à disposição o registro atualizado das experiências de reações e negociações que ocorreram nas empresas da categoria, como também as mais relevantes no plano nacional e internacional (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC, 1995, p. 18).

A ação sindical volta-se para a aquisição de poder de influência sobre as estratégias das empresas, em congruência com o modelo alemão. Para tanto, é necessário ter conhecimento



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

dessas estratégias. A partir de então, as comissões de fábrica no ABC passam a se organizar de outra forma.

A partir de 1999, a Comissão de Fábrica, que deixara o nome Sistema Interno de Representação quatro anos antes, já no final da experiência da Autolatina, é fundida com a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), formando o Sistema Único de Representação (SUR). Justificou-se a criação desse novo modelo com o argumento de que era preciso mitigar eventuais disputas entre membros da Comissão e da CIPA. A criação do SUR teve como novidade a eleição por chapa: na antiga Comissão de Fábrica, os representantes eram eleitos por seção, o que permitiu, por exemplo, em 1986, a eleição para a Comissão de Fábrica de um representante de uma corrente de oposição à corrente majoritária do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Na eleição por chapa, tende haver maior homogeneidade política entre os membros eleitos para a Comissão.

Desde 1999, os estatutos do SUR não tiveram modificações, o que sugere uma estabilização estatutária da representação. Paralelamente ao SUR, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC criou outra forma de OLT, mas cujos representados se restringem aos trabalhadores sindicalizados – o que não satisfaz, portanto, os requisitos propostos por Rogers e Streeck (1995) para definir as comissões de fábrica. Trata-se dos Comitês Sindicais de Empresa (CSEs). Os CSEs estão previstos no estatuto do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e são braços sindicais no interior das empresas e, ao mesmo tempo, braços de representação no local de trabalho na diretoria do sindicato, maneira que toda a diretoria, para poder ser eleita enquanto diretoria, tem de ser eleita nos locais de trabalho. Para Praun (2012), o modelo dificulta a eleição de chapas de oposição – com efeito, desde a adoção do modelo, as eleições para a direção do sindicato têm sido realizadas com chapa única.

Todavia, esse modelo é uma forma de garantia do enraizamento dos representantes no chão de fábrica. Portanto, não há escolha para uma chapa de oposição que pretenda desafiar a corrente dominante no sindicato senão se organizar nos locais de trabalho.

As entrevistas coletadas apontam que, no cotidiano do chão de fábrica, há pouca distinção na atuação do SUR e do CSE. O dado apenas corrobora o alto grau de proximidade entre sindicato e Comissão de Fábrica.

A reflexão sobre os estatutos da Comissão de Fábrica na Ford leva à discussão de um ponto importante: o fato de o estatuto de 1988 conter uma quantidade significativa de avanços em relação aos anteriores por ter sido resultado de um Acordo Coletivo idêntico ao da Volkswagen, cujo capital tem origem na Alemanha. O modelo dos Estados Unidos de relações de trabalho é



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

muito mais refratário ao diálogo social (ROGERS, 1995). Os informantes entrevistados apontam para o fato de a Ford ter origem estadunidense como o principal responsável pelas dificuldades nas negociações. Mesmo a organização internacional dos trabalhadores na Ford é prejudicada por isso.

Em fevereiro de 2019, a Ford anunciou o fechamento da fábrica Taboão, como parte de uma mudança de estratégia global da empresa, que não mais vai produzir caminhões. O baixo índice de emplacamentos do Fiesta, carro de passeio produzido na planta, também desestimulou a continuidade da produção do veículo.

As últimas notícias dão conta de que há duas empresas interessadas em comprar a fábrica da Ford: uma delas permanece em sigilo, a outra é a CAO A. A compra deverá ocorrer no bojo de um programa de incentivos à indústria lançado pelo Governo do Estado de São Paulo em 2019. O dono da CAO A, Carlos Alberto de Oliveira Andrade, já declarou que, da parte de sua empresa, só haverá possibilidade de compra da planta, se for aprovada a reforma da Previdência Social que está sendo discutida no Congresso Nacional.

A notícia do fechamento da planta da Ford veio semanas depois de a General Motors ameaçar de sair do Brasil. A estratégia da GM obteve efeitos com a assinatura de um Acordo Coletivo em São José dos Campos que satisfaz a uma série de exigências da empresa. Ambas as empresas têm anunciado fechamentos de fábricas e demissões em suas plantas ao redor do mundo.

É preciso que se leve em conta que o setor automotivo está em vias de se transformar. Em entrevista recente*, o presidente da Volkswagen na América Latina afirmou que existe um diagnóstico no setor de que os jovens não estão mais interessados em comprar carros, o que leva à produção de veículos grandes, voltados às famílias. O fato de estar em curso uma nova revolução industrial (a da chamada Indústria 4.0), além das pesquisas sobre o lançamento de carros autônomos, leva a crer que as pesquisas futuras terão uma série de novos problemas para serem incorporados.

Considerações finais

Ao longo das últimas décadas, o sindicalismo metalúrgico no ABC produziu diferentes formas de OLT, com o objetivo de se adaptar às mudanças no mundo do trabalho. O modelo do CSE foi um dos pilares de uma polêmica proposta do Sindicato, a do Acordo Coletivo com Propósito

* Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/03/17/presidente-da-volkswagen-ve-empresa-em-situacao-diferente-da-concorrenca.htm>



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Específico ou Acordo Coletivo Especial (ACE). De acordo com a proposta, categorias com filiação sindical de mais de 50% dos trabalhadores e que se organizassem por meio de CSEs poderiam assinar Acordos Coletivos flexíveis, como uma forma de o negociado valer sobre o legislado. O projeto não caminhou e, em 2017, a reforma trabalhista permitiu, para todas as categorias, a prevalência do negociado sobre o legislado.

A mesma reforma regulamentou o Artigo 11 da Constituição que previa que empresas com mais de 200 funcionários deveriam ter uma comissão de fábrica, porém, com total independência em relação aos sindicatos. Isso representou uma derrota para o modelo do ABC, que tende a ter maiores problemas para se generalizar.

No caso do fechamento da planta da Ford, o SUR e o CSE têm procurado se envolver nas negociações de compra da planta, com vistas a garantir os empregos de quem já era funcionário da Ford. Quanto às formas de OLT, o momento histórico atual parece ser de redefinição de estratégias para enfrentar as novas questões que aparecem.

Referências

BLASS, Leila Maria da Silva. **De volta ao futuro: o discurso empresarial e sindical no fim da Autolatina**. São Paulo: Educ, 2001.

EULÁLIO, Alberto; PASSOS, João Ferreira. **A história de luta dos trabalhadores na Ford**: São Bernardo do Campo, 1981 a 2016. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

MELO, Filipe Augusto Freitas. **Representando os trabalhadores**: organização no local de trabalho no ABC Paulista. 2018. 207f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PRAUN, Luci. Sindicalismo metalúrgico no ABC paulista: da contestação à parceria. In: SOUZA, Davisson Cangussu; TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 109-134.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 1999.

ROGERS, Joel; STREECK, Wolfgang. The Study of Works Councils: Concepts and problems. In: ROGERS, Joel; STREECK, Wolfgang (Eds.). **Works Councils**: Consultation, Representation, and Cooperation in Industrial Relations. Chicago: University of Chicago Press, 1995, p. 3-26.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. **Programa de apoio às Organizações nos Locais de Trabalho**. São Bernardo do Campo: 1995, 30p.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

HABITUS FAMILIAR E GOVERNAMENTALIDADE: REFLEXÕES ACERCA DA MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR

Vitor Matheus Oliveira de Menezes*

Resumo: Este artigo problematiza, por meio de uma discussão teórica, a matricialidade sociofamiliar que serve de base à Política de Assistência Social no Brasil. Para isso, apresento contribuições de Pierre Bourdieu, a partir da introjeção diferencial do *habitus* e da topologia do espaço social, e de Michel Foucault, levando em conta a análise sobre o poder e a racionalização da prática governamental. Tais apontamentos repercutem na análise da demarcação da família enquanto *locus* de intervenção estatal, passível de monitoramento e auxílio contínuos. Da mesma forma, permitem a interface entre duas linhas teóricas fortemente complementares.

Palavras-chave: políticas sociais; Bourdieu; Foucault; Família; Estado.

Abstract: This article problematizes, through a theoretical discussion, the socio-family matrixity that composes the Social Assistance Policy in Brazil. Thus, I present contributions from Pierre Bourdieu, based on the differential introjection of the *habitus* and the topology of social space, and Michel Foucault, taking into account the analysis of power and rationalization of government practice. Such notes have repercussions in the analysis of the family demarcation as a locus of state intervention, which can be monitored and aided continuously. In the same way, the discussion subsidizes the interface between two theoretical lines that are strongly complementary.

Keywords: social policies; Bourdieu; Foucault; Family; State.

Introdução

A Constituição de 1988 representou a consolidação da Política de Assistência Social enquanto política pública não-contributiva, compondo, juntamente à Política de Saúde e à Previdência Social, a Seguridade Social brasileira. Segundo Sposati (2009), este processo trouxe consigo a responsabilização estatal dos direitos sociais, acrescentando na agenda pública um campo de necessidades limitadas até então à esfera individual. No entanto, posteriormente à Constituição, é possível notar dificuldades na implementação das diretrizes aprovadas, cujos princípios terminaram por constituir mais um “vir a ser” do que uma realidade efetiva (SPOSATI, 2009).

Com o objetivo de instrumentalizar o texto constitucional, em 1993 a aprovação da Loas (Lei Orgânica da Assistência Social) regulamentou o artigo 204 da Constituição. A Lei, porém, expressou sérios limites no que diz respeito ao alcance da Assistência Social, evidenciando arranjos organizacionais pouco consistentes e que resultaram na transferência de

* Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do CNPq. E-mail: vitormatheus_ba@hotmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

responsabilidades entre as esferas municipal, estadual e federal (COUTO, 2009). Já em 2004, é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estruturada a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social. Segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2012), a PNAS objetivou, a partir de um pacto federativo, a materialização das diretrizes da Loas e dos princípios estabelecidos pela Constituição de 1988, tendo em vista a atribuição das competências dos três níveis de governo. Seguidamente à PNAS, deu-se o processo de normatização do Sistema Único de Assistência Social (Suas), desenvolvendo uma articulação do território nacional no que diz respeito às responsabilidades e hierarquias do sistema de serviços e benefícios (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012).

Nesse âmbito, o atendimento assistencial divide-se em duas modalidades, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A primeira, alvo deste artigo, deve ser executada diretamente nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), ou de maneira indireta por entidades e organizações no território do Cras sob coordenação do órgão gestor municipal. Através dos Cras, as famílias acessam benefícios, passam por capacitação para o ingresso no mercado de trabalho e são inseridas na rede socioassistencial*. Ademais, as famílias participam de metodologias de trabalho social, organizadas primordialmente em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif). Dentre as principais ações efetivadas pelo Paif, é possível notar o acompanhamento de famílias que não cumprem as condicionalidades do Programa Bolsa Família, seguido pelo encaminhamento dos beneficiários para outros equipamentos sociais e pelo atendimento de demandas emergenciais da população através da busca espontânea por benefícios (SOARES; TROYANO, 2009).

No discurso oficial, o trabalho social realizado no Paif é descrito como um conjunto de procedimentos que visam

contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas [...] com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de

* Segundo Silva, Araújo e Lima (2012), os principais serviços ofertados pelos Cras na modalidade da Proteção Social Básica são, em ordem de quantidade de ocorrência: capacitações para geração de renda; Programa Bolsa Família; Programa Agente Jovem; Benefício de Prestação Continuada; Apoio à Pessoa Idosa; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif); e Benefícios Eventuais.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

vivência (BRASIL, 2012, p. 12).

As ações executadas pela rede socioassistencial, seguindo as diretrizes da PNAS, assumem a matricialidade sociofamiliar como principal eixo norteador. A família passa a ser entendida, a partir da oferta de serviços e benefícios, como o *locus* privilegiado da intervenção estatal, estabelecendo-se a esfera familiar enquanto um agrupamento passível de monitoramento e auxílio contínuos. De maneira mais precisa, a família é entendida como espaço insubstituível de proteção e socialização primárias, um “conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica” (BRASIL, 2009, p. 12).

Debruçado sobre esse contexto, o presente artigo almeja trazer contribuições, em um plano teórico mais geral, à compreensão das interfaces entre família e Estado na gestão da política de assistência social. Para isso, analiso as contribuições de Pierre Bourdieu e Michel Foucault para o estudo da esfera familiar, abordando como os autores, pelos conceitos de *habitus* e governamentalidade, fornecem aportes teóricos significativos para tal empreitada.

Socialização, *habitus* e família

Decerto, uma das contribuições mais relevantes de Bourdieu (1989) traduz-se no conceito de *habitus*, originário do termo aristotélico *hexis*. Por meio dele, o autor afirma que os esquemas de percepção, apreciação e ação manifestos pelos indivíduos derivariam de um conjunto de práticas de aprendizado (BOURDIEU, 2001). Em sua definição mais simples, os *habitus* seriam sistemas de disposições (modos de fazer, pensar e sentir) duráveis e transponíveis, tendendo à conservação e à aplicação adaptativa em diferentes contextos.

Como uma “estrutura estruturada”, os *habitus* devem sua explicação para além da aparição contingencial, uma vez que as disposições que os constituem são fruto de certas experiências históricas e coletivas (BOURDIEU, 2013). Para Bourdieu (2001, p. 72), em trajetórias específicas estas experiências se desenrolam por meio de “transações afetivas com o ambiente social”, inter-relacionando grupos de indivíduos de maneira mais ou menos constante. Por outro lado, como uma “estrutura estruturante”, o *habitus* traz em seu bojo os “princípios geradores e organizadores de práticas e representações” (BOURDIEU, 2013, p.97). Ou seja, a socialização é entendida como responsável por inculcar nos indivíduos determinadas formas de ver e agir no mundo, que passam a servir de modelos para uma consciência prática que antecipa



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

os resultados das ações com base em experiências passadas, da mesma forma que dota o mundo de sentidos, tornando-o passível de compreensão.

Nesse processo, os *habitus* não são necessariamente pautados pela ação consciente dos fins, muito menos pela obediência cega a regras impostas. De maneira especial, o autor chama atenção para as formas particulares com que os *habitus* são inscritos nos corpos pelo aprendizado, representando uma interiorização de estruturas sociais mais amplas. Como sustenta Bourdieu (2001), as disposições constitutivas dos *habitus* vinculam-se à incorporação de formas de ver e agir no mundo por indivíduos que estão imbricados em dada historicidade, definida pelo cruzamento entre a história “tornada coisa” (que se expressa com base em mecanismos estruturais dos campos) e a história individual (a história “encarnada nos corpos”). Em decorrência, o curso da vida é compreendido como a forma particular, associada a experiências específicas, com que se realizam práticas sociais com sustentação, fundamentos e significados históricos. Ao habitar no mundo, o indivíduo existe sob determinadas condições de socialização, que terminam por edificar, como presença ativa de um passado objetivado no presente, formas compartilhadas de ação e pensamento (BOURDIEU, 2013).

Seguindo esse raciocínio, a família é tratada como ambiente primordial de experiência socializadora, propiciando a transmissão dos valores, expectativas e comportamentos que orientam os indivíduos na vida cotidiana. Outrossim, a família ganha relevo como contexto interacional que condiciona as trajetórias individuais, em um processo no qual as distintas esferas de socialização, como a unidade doméstica, a escola e o mercado de trabalho, apresentam relação de sobreposição e complementaridade. Ainda que o autor aponte a existência de conflitos e “desajustes” das disposições constitutivas do *habitus*, ganha preponderância em seus argumentos a forma com que certas práticas reproduzem-se nas trajetórias, como um *continuum* relativamente coerente cujo ponto de partida é a esfera familiar.

De maneira complementar, a família ganha relevo pela sua atuação decisiva na definição da posição do indivíduo em determinado espaço social*. Segundo Bourdieu (2011), esta posição ou “lugar” é definido pelo acesso diferenciado às espécies de capital, material e incorporado, que circulam e são apropriadas em contextos particulares. Nas sociedades capitalistas desenvolvidas, a assunção de posições sociais é especialmente definida por duas espécies de capital (BOURDIEU, 2011): o capital econômico, materializado e definido pela posse de riquezas e pertences; e o capital cultural, relativo ao conhecimento incorporado e à formação com validade institucional. A essas espécies soma-se o capital social, com menor peso relativo (mas não desprezível), que diz respeito aos relacionamentos interpessoais capazes de garantir acesso a oportunidades, influência e reconhecimento.

* Conjunto de posições sociais justapostas e relacionadas, coexistentes e mutuamente excludentes (BOURDIEU, 2013)



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A totalidade desses capitais representa o poder de dispor sobre o produto do trabalho passado que se acumula em determinado campo, sendo esse poder, quando olhado do ponto de vista multidimensional, que demarca uma posição específica.

É fundamentalmente através da esfera familiar que as espécies de capital são acumuladas e transmitidas, conformando horizontes distintos de acesso a recursos materiais e simbólicos. Por outro lado, o acesso diferencial às espécies de capital termina por moldar determinadas “classes de condições de existência”, repercutindo na forma com que as famílias são experimentadas no cotidiano. Representando essa relação dual entre família e espaço social, Bourdieu (2013, p. 80) afirma que as posições no espaço social ganham concretude a partir de “um tipo determinado de estrutura familiar”, merecendo destaque a divisão de tarefas e a satisfação de necessidades na reprodução do *habitus*.

Sob outra perspectiva, Bourdieu (2011) afirma que o que entendemos por família, ou por “família normal”, deriva de disputas direcionadas à categorização. Por meio destas, são projetadas visões de mundo percebidas e assumidas como válidas, o que converte a família em um princípio que não somente descreve, mas também designa uma dada realidade a ser perseguida (BOURDIEU, 2011).

Para que a família ganhe realização prática e faça parte do cotidiano de grupos de indivíduos, é necessário que ocorra o que Bourdieu (2011) entende por “trabalho de instituição”. Por mecanismos rituais e técnicos, tal empreitada visa inculcar nos indivíduos que compõem a esfera familiar o senso de pertencimento a um grupo coeso e com necessidades coletivas, garantindo as condições de integração que asseguram a reprodução do grupo. O trabalho de instituição fortalece os vínculos afetivos e materiais que ajustam a inserção do indivíduo a um corpo social que o transcende, resguardando a integração familiar dos conflitos que são inerentes ao funcionamento dos campos, associados às disputas físicas, econômicas e simbólicas (BOURDIEU, 2011).

Contudo, a naturalização da família como modelo universal de regulação das relações humanas termina por obscurecer as condições sociais necessárias para o funcionamento “normal” da esfera familiar. Como afirma Bourdieu (2011, p. 130), “a família em sua definição legítima é um privilégio instituído como norma universal”, privilégio este que resulta no “lucro simbólico da normalidade”. Os requisitos para o usufruto desta normalidade, como o acesso à moradia e ao trabalho, passam a ser invisibilizados na prescrição da norma universal. O não atendimento a tais requisitos desponta como obstáculo ao acesso a recursos em circulação nos diferentes campos, seja pela insuficiência do volume de capitais disponíveis, seja pelos



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

resultados particulares da socialização familiar*.

Ao se debruçar sobre o paradigma da modernidade, o autor destaca que o Estado emerge como o principal vetor de elaboração das categorias oficiais, prescrevendo um modo de existência específico fundado na organização familiar. Através da classificação e da alocação de recursos, a ação estatal termina por fortalecer uma forma particular de composição da família, estimulando o conformismo lógico e moral pelo investimento em grupos de indivíduos ajustados ao princípio normativo (BOURDIEU, 2011). Nas palavras de Bourdieu (2011, p.135), o Estado

[...] realiza milhares de atos de constituição que constituem a identidade familiar como um dos princípios de percepção mais poderosos do mundo social e uma das unidades sociais mais reais. De fato, bem mais radical do que a crítica etnometodológica, uma história social do processo de institucionalização estatal da família mostraria que a oposição tradicional entre o público e o privado mascara a que ponto o público está presente no privado [...] Sendo produto de um longo trabalho de constituição jurídico-política, do qual a família moderna é o resultado, o privado é um negócio público.

Como é possível notar, este último ponto certamente é o que dialoga mais diretamente com a perspectiva foucaultiana. Em certa medida, o próprio Foucault buscou traçar uma genealogia da família como domínio da esfera pública, preocupação tão cara a Bourdieu. Acompanhando essa trilha, o tópico a seguir almeja traçar o construto teórico foucaultiano a respeito da interface entre governamentalidade e esfera familiar.

Governamentalidade e esfera familiar

Empenhando-se em analisar o exercício do poder, Foucault estabelece um fio condutor que perpassa toda sua obra, interseccionando propostas tão díspares como o estudo sobre o corpo, a loucura e o discurso científico. Nessa empreitada, o autor estabelece certas preocupações teórico-metodológicas fundamentais ao estudo das famílias.

Em primeiro lugar, vale notar que a análise foucaultiana caminha para a compreensão da realização histórica dos mecanismos de poder. A partir do chamado método genealógico[†],

* Para Bourdieu (2011), uma das principais características das famílias “dominantes” seria sua extensividade, somada à sua articulação que repercute na solidariedade de interesses, voltada para o acesso continuado às espécies de capital.

† Para os objetivos deste trabalho, ganha centralidade a contribuição foucaultiana voltada à genealogia do poder. O início dos esforços de Foucault, direcionados à construção de uma “arqueologia do saber”, termina por escapar ao enfoque dado a este tópico.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Foucault (2008, p.157) almeja reconstruir “toda uma rede de alianças, de comunicações, de pontos de apoio” que tornam possível e útil, tanto do ponto de vista político quanto econômico, a emergência de determinado tipo de controle. Os dispositivos* de poder, mobilizados em diferentes ambientes, passam a ganhar ênfase na análise do autor, dedicada a seus mecanismos, efeitos e relações (FOUCAULT, 1977). Vê-se aqui a busca por analisar o exercício do poder em suas “extremidades”, levando em conta as disputas locais e capilares que transcendem o discurso institucional.

De maneira complementar, a contribuição foucaultiana centra esforços em uma análise “ascendente” do poder, partindo de mecanismos particulares em direção a manifestações globais de controle. Assim sendo, em vez de conceber o poder como uma via de mão única que liga seus detentores aos subordinados, a iniciativa converge para a percepção do poder “como algo que circula” e é exercido em rede. Os indivíduos, então, são entendidos por Foucault (1979) como “centros de transmissão”, através dos quais o poder é mobilizado e desenvolvido.

Isto posto, a esfera familiar se apresenta como dimensão significativa para Foucault devido a dois percursos analíticos interligados. Por um lado, é com base nas relações de poder intrafamiliares que certas formas de controle são gestadas e tornadas eficazes. Por outro, a esfera familiar é apresentada como dimensão fundamental para compreendermos as inflexões históricas do ato de governar†, tendo em vista o papel atribuído à família para os dispositivos de regulação estatal. Para dar conta dos dois pontos, os trechos se dedicam aos escritos foucaultianos sobre a França do século XVIII.

No que diz respeito ao primeiro elemento, certas considerações a respeito da política de saúde mostram-se relevantes. Como apresenta Foucault (1977), ganha força a partir do século XVIII a medicina a domicílio associada à assistência familiar, em detrimento da defesa do hospital como único espaço destinado ao tratamento de doenças. Do ponto de vista econômico, tal inflexão seria útil ao Estado, já que mostra-se menos dispendioso manter o doente em seu domicílio, reduzindo assim os custos associados à alimentação e à acomodação de enfermos. Além disso, as famílias possuiriam maiores condições de investir esforços

* Como argumenta Agamben (2005), dispositivo na ótica foucaultiana diz respeito a uma rede que inclui um conjunto plural de elementos, linguísticos e não-linguísticos (tais como discursos, instituições, arquitetura e leis), com uma função estratégica em uma relação de poder.

† Por governamentalidade Foucault (2002) entende o conjunto de práticas administrativas de governo, enquanto instituições, cálculos, táticas, análises, etc. que são direcionadas à população.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

constantes no tratamento dos doentes, ativando uma rede de afetos voltada ao cuidado*. A assistência familiar, por fim, seria proveitosa para a família como um todo, amortecendo os efeitos adversos gerados pela incapacitação de um membro da unidade doméstica.

Contudo, a diluição do tratamento médico, tendo como base o grupo familiar, se deu simultaneamente ao fortalecimento dos mecanismos cotidianos de vigilância e controle (FOUCAULT, 1977). Segundo o autor, para que fosse possível adscrever à organização domiciliar a responsabilidade do tratamento dos doentes fez-se necessária (e útil) a redefinição das obrigações intrafamiliares, principalmente no que diz respeito ao vínculo entre pais e filhos. A família, anteriormente relegada a um estatuto social e à transmissão de bens, passa a ser entendida como teia imediatamente próxima à criança, responsável moralmente por garantir seu crescimento saudável. Além disso, verifica-se o fortalecimento dos vínculos entre medicina e Estado, gestando uma política de alcance nacional pautada em assegurar a racionalização da vigilância epidemiológica. Em linhas gerais, “a medicina da percepção individual, da assistência familiar, dos cuidados a domicílio só pode encontrar apoio em uma estrutura coletivamente controlada e que recobre a totalidade do espaço social” (FOUCAULT, 1977, p.21).

Processo semelhante pode ser observado no tratamento dado à loucura. Para Foucault (1978), até o final do século XVIII o internamento, assim como a força policial que assegurava sua realização, era voltado à garantia da ordem na esfera familiar. A família, reportada como “regra social e norma da razão”, usufruía da prerrogativa de solicitar a retirada do louco do convívio social (FOUCAULT, 1978, p.102). Recorrentemente, a internação (que privava o louco da liberdade, transferindo-o para um simulacro de família) e a interdição eram utilizadas por parentes como mecanismo de controle de comportamentos tidos como indesejáveis à moral e à honra familiar, tais como o descontrole de gastos e o não atendimento de expectativas relativas ao casamento†. Como aponta Foucault (1978), entendia-se a própria família como dotada de prerrogativas jurídicas, capaz de julgar o comportamento de seus membros e garantir, embasada pelo controle institucional, a ordem pública.

De maneira transparente, tais elementos expressam o papel significativo da esfera familiar para o exercício de controle. Como destacado no início deste tópico, o poder, como

* Aos indivíduos desprovidos de vínculos familiares, seriam destinadas “casas comunais de doentes”, espécie de mecanismo substituto da esfera doméstica que, a partir do fortalecimento das relações de reciprocidade, supostamente criaria uma rede afetiva entre os enfermos (FOUCAULT, 1977).

† Somente a partir do século XIX o conflito entre indivíduo e família passa a figurar no âmbito privado (FOUCAULT, 1978).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

algo que funciona em cadeia, se desenrola para Foucault (1979) como uma rede que conecta diversos indivíduos e os submete a um determinado regime disciplinar. Pode-se afirmar, pois, que a família apresenta-se como uma esfera de sociabilidade que condiciona o movimento e o alcance de tais centros, conectando pontos distantes da cadeia. No desenvolvimento da política de saúde, tanto no que diz respeito ao tratamento dado à loucura quanto na internação domiciliar, a família é instrumentalizada como uma esfera que amplia a capilaridade estatal, além de se der dotada, em seu ambiente interno, de cadeias internas de poder, pautadas na desigualdade de gênero e geracional. O ambiente familiar, com sua moralidade própria, suas relações afetivas e de responsabilidade mútua, é produzido historicamente como uma esfera que regula a conduta e o comportamento de seus membros. Assim, é a partir da esfera familiar, situada na “extremidade” dos mecanismos de poder, que ganham realização prática os diferentes processos de gestão dos indivíduos.

A respeito do segundo ponto anteriormente levantado, relativo ao papel conferido à família no ato de governar, Foucault (2008) elabora uma reflexão acerca da racionalização da prática governamental, relativa ao desenvolvimento de práticas associadas à “melhor forma” de governar. Nesse plano, até o final do século XVII, a gestão da família despontava como modelo de bom governo, fundamentado na seguinte indagação: “como introduzir essa atenção, essa meticulosidade, esse tipo de relação do pai de família com sua família na gestão de um Estado?” (FOUCAULT, 2008, p.126). O controle eficaz da esfera privada, centrado na família e no domicílio, era reportado como uma condição necessária à boa gestão do Estado, em um movimento ascendente no qual o governo de si, limitado ao plano individual, servia como subsídio à administração de indivíduos e recursos familiares, embasando, como ressalta Foucault (2008), a gestão da esfera pública. Por um movimento inverso, descrevia-se o bom governo como alicerce à administração da esfera privada pelos pais de família, convertendo as relações familiares em paradigma de racionalização da prática de governar. Da mesma forma, a manutenção da estrutura familiar, trazendo consigo as cadeias de poder internas à família, emergia como objetivo privilegiado do bom governo.

A partir do século XVIII, o papel da família na racionalização da prática governamental sofre uma importante transformação. Desponta nesse período o problema da “população”, ampliando o âmbito da economia (administração de indivíduos e posses) para além da esfera circunscrita da família (FOUCAULT, 1979). Segundo o autor, o desenvolvimento da ciência do governo, essencialmente ancorada na estatística, possibilitou a identificação das regularidades intrínsecas à população, assim como prescreveu um conjunto de técnicas voltadas ao seu acompanhamento. Entretanto, embora tal inflexão histórica tenha representado o enfraquecimento da esfera familiar como modelo de governo, passa a se



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

consolidar a partir daí a percepção da família como segmento interno e constitutivo da população. A família passa de modelo de bom governo para instrumento de intervenção governamental, como apontado por Foucault (1979, p. 288):

Em outras palavras, até o advento da problemática da população, a arte de governar só podia ser pensada a partir do modelo da família, a partir da economia entendida como gestão da família. A partir do momento em que, ao contrário, a população aparece como absolutamente irreduzível à família, esta passa para um plano secundário em relação à população, aparece como elemento interno à população, e portanto não mais como modelo, mas como segmento. E segmento privilegiado, na medida em que, quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. – é pela família que se deverá passar. De modelo, a família vai tornar-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população e não modelo quimérico para o bom governo.

Para o autor, é a partir dessa inflexão histórica que se produziu a governamentalidade como princípio de administração da ordem pública, cabendo ao Estado captar a rede de relações que vincula população, riqueza e território. Assim, por seu papel de ativação e condicionamento dos centros de transmissão de poder, a família irrompe como principal objeto da intervenção estatal. A população passa a ser alvo de uma gestão “minuciosa” e “profunda”, ganhando relevância a aplicação de técnicas de governo voltadas à garantia de disciplina.

As interfaces entre *habitus* familiar e governamentalidade

Em síntese, a contribuição bourdieusiana a respeito do *habitus* familiar pode ser dividida em três percursos intercalados. Em primeiro lugar, a família ganha relevo como principal esfera socializadora, funcionando como contexto interacional fundamentado no acesso às espécies de capital, o que propicia a introjeção de certos *habitus* ajustados à posição familiar no espaço social. Em segundo lugar, a família situa-se na díade corpo-campo: como um campo, a família é atravessada por conflitos associados ao exercício do poder na unidade doméstica. Mas como um corpo, é sustentada pelo trabalho de instituição, fortalecendo os diferentes vínculos entre indivíduo e grupo, demarcando uma experiência coletiva particular. E em terceiro lugar, a família revela-se enquanto uma categoria que prescreve um modo particular de existência, cuja validade é condicionada a um conjunto de disputas simbólicas em dada temporalidade.

Assim compreendido, o *habitus* familiar assume, em Foucault, papel fundamental na gestão dos comportamentos. O advento da governamentalidade como repertório de governo trouxe em seu bojo a assunção da família como esfera privilegiada de intervenção e regulação



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

estatal. Assim, é com base numa particular racionalização da prática governamental que um conjunto de disposições são reconhecidas como úteis e desejáveis, passíveis de introjeção. Se a abordagem bourdieusiana se debruça sobre a compreensão do aprendizado no interior da esfera familiar, Foucault se dedica ao processo histórico de institucionalização estatal da família, lacuna reconhecida pelo próprio Bourdieu. Os dois autores, portanto, convergem para o entendimento do caráter coletivo da experiência familiar, seja pela sua associação a determinantes sociais, seja pelos dispositivos de poder que atravessam as redes de parentesco. Ademais, o trabalho de instituição referido por Bourdieu é tratado por Foucault a partir da constituição de um regime disciplinar no âmbito familiar, pelo qual uma cadeia de poder conecta indivíduos e os converte, de maneira não equânime, em centros de transmissão.

Seguindo esse raciocínio, a intersecção entre *habitus* familiar e governamentalidade fornece importantes subsídios para abordagens que coadunem duas escalas de temporalidade. Por um lado, relativas ao tempo que abrange as relações agonísticas que compõem um espaço social, e por outro, ao tempo que engloba a produção histórica de atribuições e fronteiras das distintas esferas de sociabilidade. Nesse sentido, o “exercício do poder em suas extremidades”, assim como a transmutação da “história tornada coisa” para a “história encarnada nos corpos”, encontram na família um contexto interacional que lhes assegura realização prática.

Estes esforços contribuem para a abertura de um novo flanco de estudos acerca da política socioassistencial. A matricialidade sociofamiliar, a partir do estabelecimento da família como *locus* de acompanhamento e intervenção estatal, passa a ser compreendida como um repertório condizente com a racionalização da prática governamental. Por meio da Vigilância Socioassistencial, objetiva-se a aglutinação de indicadores sociodemográficos, pautados em técnicas estatísticas, que visam apreender as características populacionais em um território. Sendo mais específico, estes mecanismos, com destaque para o monitoramento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (com forte caráter punitivo), estão vinculados à tentativa de aprimorar o conhecimento sobre as classes populares. Este processo desemboca na busca por intervir em problemas experimentados pelas famílias, particularmente associados, na Proteção Social Básica, às dificuldades de inserção laboral e educacional, à insuficiência de infra-estrutura urbana no local de moradia, aos obstáculos para o auxílio de dependentes e à iminência de ruptura dos vínculos familiares. Além disso, por meio dos Planos de Acompanhamento Familiar, o Estado oferece suporte aos beneficiários e suas famílias para a disputa no capitalismo competitivo pelo incremento de capital humano. Em uma assertiva mais abrangente, podemos dizer que este repertório, condizente com os princípios da universalização



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

da política socioassistencial e da responsabilização estatal, basilares na Constituição de 88, terminam por servir como uma técnica de gestão da pobreza, observando as intersecções entre população, riqueza e território, assim como introduzido pela contribuição foucaultiana.

Por outro lado, a perspectiva bourdieusiana nos permite complexificar as trajetórias familiares, inseridas em um plano de análise mais amplo, associado às oportunidades de acesso às espécies de capital. Dessa forma, a Proteção Social Básica, através da oferta de benefícios de transferência de renda e de cursos de capacitação laboral, bem como pelo acompanhamento das famílias e encaminhamento para equipamentos da rede socioassistencial, está voltada à garantia de patamares mínimos de bem-estar, bem como à introjeção de disposições ajustadas à persecução de recursos. Além disso, a intervenção estatal está atrelada a um processo de categorização oficial das famílias, trazendo consigo uma definição “legítima” da esfera familiar. Esta é caracterizada pela função de amortecer riscos e socializar seus componentes, unidos por laços consanguíneos e/ou afetivos. Da mesma forma, o Estado desenvolve um processo de esquadramento das famílias beneficiárias, mapeando suas “potencialidades” e relações constitutivas. Partindo de tal normatização, a Proteção Social Básica visa fortalecer o trabalho de instituição observado na esfera familiar, neutralizando possíveis riscos de ruptura de vínculos. Finalmente, a interpretação das histórias familiares enquanto percursos em dado espaço social anota, em cada caso particular, o “sucesso” da política socioassistencial como condicionado à posição de classe do indivíduo e sua família, permitindo a mobilização de recursos diversos (rendimentos advindos de ocupações remuneradas, somadas aos benefícios), o ingresso em postos de trabalho (condicionado, por um lado, às mediações institucionais, e de outro, à ativação de nós da rede familiar e de suas ramificações no entorno da moradia) e o suporte, tanto econômico quanto afetivo, conferido aos membros da família no cotidiano.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo. *Outra Travessia*, n. 5, p. 9-16, 2005.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 1989.

_____. *O senso prático*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas*



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família*. Brasília, 2012.

COUTO, B. R. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. In: BRASIL. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: MDS, UNESCO, 2009.

COUTO, B.R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A PNAS e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B. R. et al (orgs). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2012.

FOUCAULT, M. *História da loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

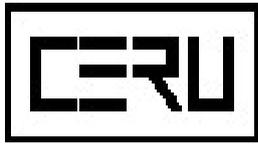
_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SOARES, L. H.; TROYANO, A. A. Estudos quali-quantitativos sobre o programa de atenção integral à família. *Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate*, 2012.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: MDS, UNESCO, 2009.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ESPAÇO, CORPO E IDADE: UMA LEITURA A PARTIR DA GEOGRAFIA DO ENVELHECIMENTO*

Fernando Henrique Ferreira de Oliveira†

Resumo: Esse ensaio teórico é um desdobramento da pesquisa de doutorado (em andamento) e foi construído com objetivo de debater algumas reflexões em relação ao tema da idade, do corpo e do envelhecimento numa perspectiva geográfica. Nele tratamos como o envelhecimento foi pensado na geografia e a sua relação com as dimensões do espaço e território. A partir do referencial teórico da Geografia do Envelhecimento nos propomos a compreender como os conceitos de espaço, território e corpo podem se operacionalizar nas análises sobre idade e geração, além de evidenciar uma geografia relacional, preocupada com os múltiplos sujeitos sociais, para além do mundo dos adultos. Assumimos no texto a relação entre espaço/território e envelhecimento, partindo da ideia de que o envelhecimento é uma experiência espacial heterogênea, que varia de acordo com as posições identitárias (espaço, gênero, sexualidade, raça). A partir dessa perspectiva entendemos o corpo como um componente importante para pensar as experiências espaciais e de envelhecimento. “Corpo como um lócus fundamental dos processos geográficos” (SILVA e ORNAT, 2016). Portanto, essa proposta de artigo tem por objetivo debater o tema do envelhecimento a partir de uma perspectiva geográfica, considerando a questão do espaço, do território e dos sujeitos, para entender os elementos inerentes ao fenômeno de ser “velho” e os seus impactos no sujeito e no espaço/território. Verificamos também que o envelhecimento não é um tema central no campo de estudos da Geografia, por isso, buscamos nesse texto, ampliar a discussão em torno desses conceitos para pensar a relação entre o sujeito com espaço/território e a velhice.

Palavras-chave: Espaço. Território. Corpo. Envelhecimento. Idosas(os).

Abstract: This theoretical essay is an extension of the doctoral research (in progress) and was built with the objective of discussing some reflections regarding the theme of age, body and

* O presente artigo tem seu tema associado à tese em andamento de Fernando Henrique Ferreira de Oliveira, O espaço das memórias na luta pela terra no Pontal do Paranapanema (SP): um estudo sobre o processo de envelhecimento no assentamento Gleba XV de Novembro, no Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente (SP).

† Doutorando em Geografia (FCT/UNESP), Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (UNIARA), Licenciado e Bacharel em Geografia (FCT/UNESP). E-mail: fer_henrique15@hotmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

aging in a geographical perspective. In it we treated how aging was thought of in geography and its relation with the dimensions of space and territory. From the theoretical framework of the Geography of Aging, we propose to understand how the concepts of space, territory and body can be operationalized in the analyzes on age and generation, besides evidencing a relational geography, concerned with the multiple social subjects, beyond the world of adults. We assume in the text the relation between space / territory and aging, starting from the idea that aging is a heterogeneous spatial experience, which varies according to the identitary positions (space, gender, sexuality, race). From this perspective we understand the body as an important component for thinking about spatial and aging experiences. "Body as a fundamental locus of geographic processes" (SILVA and ORNAT, 2016). Therefore, this article proposes to discuss the theme of aging from a geographical perspective, considering the issue of space, territory and subjects, to understand the elements inherent in the phenomenon of being "old" and its impacts on the subject and in the space / territory. We also verified that aging is not a central theme in the field of geography studies, so we seek in this text to broaden the discussion around these concepts to think about the relationship between the subject with space / territory and old age.

Key-words: Space. Territory. Body. Aging. Elderly.

Introdução

O artigo tem por objetivo debater o tema do envelhecimento a partir de uma perspectiva geográfica, considerando a questão do espaço, do território e dos sujeitos, para entender os elementos inerentes ao fenômeno de ser “velho” e os seus impactos no sujeito e no espaço/território. Verificamos que o envelhecimento não é um tema central no campo de estudos da Geografia, por isso, buscamos nesse texto, ampliar a discussão em torno desses conceitos para pensar a relação entre o sujeito com espaço/território e a velhice.

Nesse trabalho realizamos um esforço teórico para contextualizar e aproximar os conceitos de espaço/território, idade e envelhecimento no âmbito da geografia. Portanto, buscamos dar centralidade nas idosas(os), sujeitos sociais ausentes no discurso geográfico. Do ponto de vista teórico optamos por selecionar algumas bibliografias da disciplina relacionando com textos que discutissem sobre as representações sociais da velhice, além de aprofundar no



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

referencial teórico da Geografia do Envelhecimento, campo de estudo amplamente difundido no universo anglo-saxão.

O trabalho está estruturado em duas partes. Na primeira parte apresentamos e discutimos a relação entre espaço e velhice partindo do referencial teórico da Geografia do Envelhecimento. Também apontamos como as experiências de envelhecimento podem produzir espacialidades específicas, se tomarmos como parâmetro questões como mobilidade e acessibilidade. Na terceira parte do texto debatemos as potencialidades do conceito de corpo no âmbito da geografia e defendemos a ideia do corpo enquanto espaço.

Entendemos que a questão da velhice foi encarada de múltiplas formas ao longo da história das sociedades, desde uma realidade incômoda (BEAUVOIR, 1970), até como uma questão social, de conquista de direitos e acesso a melhores condições de sobrevivência. Podemos dizer que a velhice se ressignificou com o tempo e que ser velha(o) na contemporaneidade representa ter acesso a um conjunto de possibilidades, como, um mercado de consumo específico para a terceira idade, ter direitos garantidos pelo Estatuto do Idoso, porém, por se tratar de uma experiência heterogênea, nem todos os sujeitos têm acesso a modelos de envelhecimento mais adequados e saudáveis.

Por fim, produzimos esse texto com a finalidade de compreender como a questão do espaço, do território, do corpo e do envelhecimento podem ser trabalhados e aprofundados de forma relacional dentro do campo de possibilidades da geografia.

Justificativa e relevância do tema

Essa proposta de pesquisa busca analisar o envelhecimento a partir de uma abordagem geográfica, que compreenda as espacialidades e o espaço produzido pelas(os) idosas(os), tendo como foco a mobilidade e o acesso dos sujeitos a essa experiência. Nas últimas décadas verificou-se um intenso processo de envelhecimento populacional no mundo. No Brasil, estima-se que há mais de 20 milhões de idosos, pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. De acordo com o Estatuto do Idoso (2013), “o país está em 6º lugar no ranking de países com maior número de população idosa do mundo” (BRASIL, 2013, p.5).

Portanto, partindo desse universo, em que o número de idosas(os) estão aumentando e ganhando destaque na pirâmide etária, justificamos a necessidade de compreender as múltiplas dimensões do envelhecimento e seus impactos na sociedade atual.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O envelhecer em nossa sociedade possui múltiplos significados, abarcando tanto representações negativas, em que a velhice é entendida como um problema, quanto visões que valorizam essa etapa da vida, em que as pessoas buscam ter um envelhecimento bem-sucedido. Contudo, a velhice ainda é tratada como um problema social (DEBERT, 2004).

Partimos da hipótese de que o envelhecimento não se dá de maneira igual para todos os sujeitos, pois varia de acordo com a renda, gênero e até mesmo o espaço, portanto há experiências heterogêneas de envelhecimento em nossa sociedade.

Geografia e envelhecimento

Nesta seção nos propomos analisar o tema do envelhecimento a partir de uma abordagem geográfica, que compreenda as espacialidades e o espaço/território produzido pelas(os) idosas(os), tendo como foco a mobilidade e o acesso dos sujeitos a essa experiência. Partimos da construção de espaço defendida por Massey (2008; 2009), em que ele é entendido como produto de inter-relações, estando sempre aberto e em processo, onde os sujeitos se inserem e produzem seu espaço a partir das interações. A autora entende o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, onde distintas trajetórias coexistem (MASSEY, 2008).

Dentro da geografia o processo de envelhecimento é analisado a partir de duas perspectivas: pelo viés demográfico e pela Geografia do Envelhecimento. Do ponto de vista demográfico o envelhecimento é entendido a partir de elementos voltados à compreensão da dinâmica da população e à caracterização da velhice como uma etapa da vida cristalizada na forma de pirâmides etárias. Já a abordagem da Geografia do Envelhecimento, estabelecida pelo diálogo entre a Geografia e a Gerontologia Social, busca entender as necessidades reais dos velhos em função do processo de produção e reprodução do espaço (NÓBREGA, 2017).

Ao escrever esse artigo, realizarmos uma busca em periódicos e no banco de dissertações e teses na área de Geografia da Capes, verificamos a ausência de trabalhos vinculados ao campo de estudos da Geografia do Envelhecimento, encontramos apenas um artigo de revisão teórica sobre o tema. Todavia, os estudos que tratam do tema do envelhecimento não explicitam o vínculo teórico com esse campo. No Brasil não há uma tradição de estudar o envelhecimento sob uma perspectiva geográfica (NÓBREGA, 2017).

Segundo o autor não há registros de atividades que estejam relacionadas a uma geografia do envelhecimento no Brasil, Há trabalhos desenvolvidos nas áreas da saúde, da



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

demografia e da gerontologia social. Portanto, não existem muitos estudos que privilegiem uma abordagem geográfica do envelhecimento. O autor destaca que até recentemente, os idosos não eram analisados como centralidade nos estudos sociais brasileiros (NÓBREGA, 2017).

A partir disso, vimos que o envelhecimento vem sendo tratado na geografia a partir de uma perspectiva demográfica, que considera a velhice apenas como uma etapa de vida, porém consideramos necessário avançar no debate sobre as múltiplas experiências de envelhecimento na contemporaneidade, na medida em que a velhice e os idosos não são temas privilegiados nos estudos de abordagem geográfica.

Não há porque não assumir a centralidade desta questão, o debate sobre o envelhecimento e a velhice precisam sair da clandestinidade dos números e dialogar com um universo mais amplo que o demográfico; é urgente tratar dos dramas da vida na velhice, por isso, faz-se fundamental entender qual o sentido da produção(reprodução) humana nesta etapa da vida sem negar que a experiência de viver abarca harmonias, contradições, sincronias, diacrônicas em movimentos positivos e outros que refletem negatividades, por isso, a velhice não é uma ruptura, não é uma condição nova, ela faz parte da totalidade da vida (NÓBREGA, 2017, p.36).

Segundo Nóbrega (2015; 2017), os primeiros estudos relacionados a Geografia do Envelhecimento surgem no início do século XX no contexto da geografia regional, em que questões relacionadas a distribuição e localização no espaço eram o centro das investigações na época. Hardill (2009) e Nóbrega (2017) situam a origem dos estudos da geografia do envelhecimento no universo anglo-saxão.

Hardill (2009) discute sobre as múltiplas abordagens do envelhecimento na geografia, porém privilegia os estudos que focam na relação entre o envelhecimento e o espaço, pois, entende que o envelhecimento é uma experiência produtora e reprodutora de espaço. A autora traz o idoso como sujeito central em suas análises e apresenta alguns exemplos de pesquisas dentro do campo da geografia britânica do envelhecimento, tais como: os estudos sobre as espacialidades do medo para pessoas idosas; sobre as experiências da velhice por meio do uso de espaços de lazer e sobre as relações de gênero e mobilidade na construção espacial (HARDILL, 2009).

Nesse sentido, a autora também destaca como as geografias feministas e pós-coloniais tensionam e questionam as formas sincrônicas de ordenamento geracional que compartimentam os sujeitos sociais a partir da idade, segregando e contrapondo as gerações. Essas correntes discutem como o espaço compõe o processo de ordenamento geracional, pois, em vez de definir a velhice como um descritor cronológico, as geografias feministas e pós-coloniais enfatizam a



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

importância da dimensão espacial nas construções do envelhecimento, tendo em vista que as transformações no espaço demarcam as diferenças geracionais.

Nóbrega (2017) ressalta que a Geografia do Envelhecimento ganhou relevância a partir do século XX em países mais desenvolvidos, pois a realidade apontava para mudanças na pirâmide etária, levando a um aumento da longevidade e a diminuição das taxas de natalidade e de fecundidade. A velhice e suas dimensões passaram a ser um fenômeno importante para a compreensão dos modos de vida dos sujeitos sociais.

Nas décadas de 1950 e 1960 há uma expansão da Geografia do Envelhecimento nos Estados Unidos e na Europa, com estudos voltados para a migração populacional e distribuição de velhos nesses países. No caso estadunidense a divulgação dos censos demográficos possibilitou o desenvolvimento desse campo, pois percebeu-se o impacto do aumento do número de idosos ao longo dos anos. De acordo com o autor, ainda na década de 1960 surgem estudos sobre migração e perspectivas regionais de envelhecimento nas geografias alemã, francesa, espanhola e australiana (NÓBREGA, 2017).

No entanto, somente a partir da década de 1980 que a geografia desenvolve um referencial analítico para tratar do envelhecimento como um fenômeno geográfico. Isso ocorre por meio de uma aproximação entre a geografia e da gerontologia social que entende a transformação da velhice numa questão social relevante, dando a importância de estudar os contextos sociais em que os idosos estão inseridos (NÓBREGA, 2017).

Do ponto de vista metodológico, o autor localiza dois blocos temáticos: os estudos geográficos do envelhecimento demográfico e os estudos geográficos das condições dos velhos e sua relação com o meio. Segundo Nóbrega (2017), a Geografia do Envelhecimento se orientou por meio de três eixos de análise: “as mudanças nas relações com o meio físico e social; a distribuição geográfica do envelhecimento; e a localização de recursos e desenvolvimento dos serviços sociais, sanitários e assistenciais necessários a este grupo populacional” (NÓBREGA, 2017, p.43). Posteriormente, com o desenvolvimento dos estudos, a Geografia do Envelhecimento buscou compreender “a evolução do envelhecimento demográfico e suas implicações globais a longo prazo; as dimensões espaciais em relação à vida dos velhos; e a mudança temporal nas interações entre o meio geográfico e os velhos” (NÓBREGA, 2017, p.43).

Os estudos geográficos sobre as condições de vida dos velhos e a relação com o meio estão centrados na análise das relações entre o espaço, que integra o ser social, e as necessidades pessoais, sociais e assistenciais dos mesmos. Sendo assim, buscamos explicitar uma geografia



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

preocupada com a reprodução da vida que busca compreender a totalidade dos fenômenos sociais e os fenômenos espaciais.

uma geografia do envelhecimento só se sustenta como um conjunto de pesquisas, trabalhos e reflexões se entender a indissociabilidade das questões relacionais às análises espaciais e ao ambiente em que os velhos estão inseridos (NÓBREGA, 2017, p.57).

As questões sociais da velhice e do envelhecimento vem sendo discutida por várias áreas do conhecimento, mas é a gerontologia social, também conhecida como a ciência da velhice, que estuda as questões sociais inerentes ao desenvolvimento humano.

O geógrafo ao estudar o envelhecimento precisa se tornar um profundo conhecedor das relações dos velhos com o espaço geográfico, ou seja, com o lugar de realização da vida cotidiana, ajudando, quando possível, na mediação de conflitos, na solução de problemas espaciais de ordem prática e na superação das fragilidades (NÓBREGA, 2017, p.60).

Portanto, nesse ensaio nos propomos revisitar o referencial da Geografia do Envelhecimento, visando contribuir para o aprofundamento de uma geografia brasileira do envelhecimento.

O corpo como espaço/território: um desafio a análise geográfica

Em nossa pesquisa de doutorado (em andamento) evidenciamos como o espaço e o território em suas dimensões podem compor a vivência e a trajetória de homens e mulheres idosas em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – SP, entre situações de envelhecimento. Nesse sentido, buscamos discutir a relação entre espaço, envelhecimento e classe (campesinato), com o objetivo de compreender as experiências espaciais de pessoas idosas que lutaram pela terra e que atualmente moram no campo.

Entendemos o corpo como um componente importante para pensar as experiências espaciais e de envelhecimento. Nesse sentido, Silva e Ornat (2016) propôs o desafio de pensar a relação entre espaço e o corpo no âmbito da geografia ao trazer a ideia do corpo como espaço na narrativa geográfica brasileira. Baseando-se nas ideias da geógrafa Linda McDowell e pautando nas experiências espaciais de travestis e transsexuais femininas, os autores discutem a relação entre “o corpo e o espaço” e “o corpo como espaço” (SILVA e ORNAT, 2016).

Os autores compreendem o “corpo como um locus fundamental dos processos geográficos” (SILVA e ORNAT, 2016, p.56). Partindo da noção da construção social da escala



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

geográfica os autores definem um caminho para compreender o corpo como espaço. Os autores tensionam a neutralidade e consideram as marcas corpóreas e as diferenças na construção das subjetividades humanas e suas experiências espaciais para pensar a relação entre corpo e espaço e o corpo enquanto espaço (SILVA e ORNAT, 2016).

Ao discutirem sobre a relação entre o corpo e o espaço, Silva e Ornat (2016) demonstram que os estudos estão mais concentrados nas geografias anglófonas, mas há uma expansão dos estudos no Brasil. Introdução do corpo nas análises geográficas é recente na geografia brasileira. O corpo não é uma temática comum dentro da geografia brasileira, mas há uma trajetória de pelo menos, três décadas de abordagem geográfica do corpo (SILVA e ORNAT, 2016).

Entendemos que os corpos fazem diferenças em nossas experiências espaciais. “O tamanho, a forma, a saúde, a aparência, a vestimenta, o comportamento, a sexualidade e as práticas sexuais afetam como nós interpretamos e somos interpretados pelos outros” (SILVA e ORNAT, 2016, p.62). Os autores focam no corpo, nas suas marcas e experiências corpóreas para compreender a relação entre espaço e corpo e o corpo como espaço.

Nos estudos geográficos o corpo jamais pode ser compreendido fora de um determinado espaço e tempo, ele é móvel, fluído, ativo e sua materialidade está em eterna negociação com a exterioridade e, nesse sentido o corpo está posicionado socialmente e geograficamente (SILVA e ORNAT, 2016, p.62). Desse modo, partimos da ideia de que toda experiência humana é corporificada, portanto espacial.

Ao compreender a existência de inúmeros tipos de corpos, os autores argumentam que “o corpo é lugar social, político e geográfico e, além disso, o corpo se constitui na maneira como as pessoas se conectam com outros espaços e experimentam o espaço” (SILVA e ORNAT, 2016, p.63). Os autores partem do princípio que os sujeitos vivem espacialmente por meio de seus corpos. Portanto,

Se sujeitos vivem espacialmente por meio de corpos velhos, jovens, brancos, negros, femininos, masculinos e assim por diante, cada corpo/espaço (ou unidade que separa o eu e o outro) está em constante negociação com outros espaços, cujas significações construídas sobre a idade, gênero, raça são socialmente compartilhadas. Assim, os corpos não estão passivos às significações socialmente construídas (SILVA e ORNAT, 2016, p.64).

Nesse sentido, o corpo como espaço é compreendido a partir da perspectiva escalar (construção social da escala geográfica). Para defender a ideia do corpo como espaço, os autores argumentam que é necessário superar a dicotomia entre o sujeito e espaço, para compreender



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

essa relação a partir do princípio da indissociabilidade. Assim, romper com a ideia de em que “o espaço é visto como algo separado do sujeito ou exterior à ele” (SILVA e ORNAT, 2016, p.64).

No texto é apresentada algumas contribuições para análise do corpo como espaço, Silva e Ornat (2016) evidenciam a escala como socialmente produzida. A escala não é um conceito dado, mas construído socialmente. Desse modo, a escala é uma forma das pessoas lerem o mundo, além de influenciar na realidade socioespacial, sendo uma forma de leitura e interpretação do espaço.

Portanto, os autores pensam o corpo como espaço a partir da escala, pois ela não existe num sentido ontológico, mas é construída socialmente.

Embora socialmente construídas as escalas instituem materialidades na realidade socioespacial e no comportamento humano. As escalas são móveis e mutáveis no tempo e espaço e também articuladas entre si por meio das relações de poder (SILVA e ORNAT, 2016, p.71).

Nesse sentido, os autores argumentam que o corpo é uma escala criada socialmente tal como a escala urbana, regional, nacional ou global. Defendemos nessa seção a ideia do corpo como espaço com intuito de pensar em uma geografia corporificada.

Considerações Finais

Ao longo desse trabalho verificamos que a idade e o envelhecimento não são temas centrais dentro do conhecimento geográfico, quando citados, aparecem sob uma abordagem demográfica e estatística, apresentando a dinâmica populacional de determinado lugar e contexto específico. Entretanto, reconhecemos a necessidade de avançar no debate sobre a Geografia do Envelhecimento, campo de estudos pouco explorado na geografia brasileira, para compreender melhor a relação entre velhice e espaço. Pois, assim como a juventude, entendemos que o envelhecimento também pode se operacionalizar como uma categoria importante dentro da geografia, tendo em vista que essa experiência produz territórios, espaço e espacialidades.

Nas últimas décadas o envelhecer ganhou uma maior visibilidade na mídia, nas ciências e na sociedade em geral, devido os impactos e as consequências desse processo em relação à previdência social, à saúde e ao mercado de trabalho. Também reconhecemos que houve várias conquistas para a velhice nesse período: “em 1996, foi sancionada a Política Nacional do Idoso, e em 2003, foi publicado o Estatuto do Idoso, além de uma série de pequenas



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

conquistas e programas realizados nos níveis nacional, estadual e local” (NÓBREGA, 2015, p. 867). Essas medidas buscavam garantir melhores condições de vida, promovendo um envelhecimento mais sucedido aos idosos, com condições de acesso à saúde, educação, lazer, moradia entre outros.

Acreditamos que o espaço e o território são categorias potentes para a compreensão das experiências de idade, sobretudo o envelhecimento, principalmente quando pensamos nas relações sociais, pois, ele não é um produto dado, mas está em permanente construção, conforme argumenta Massey (2008). Também, demonstramos ao longo do texto as múltiplas possibilidades de compreensão sobre a vivência espacial de idosas(os) a partir dos conceitos da intergeracionalidade, da interseccionalidade e dos cursos de vida, pois o envelhecer produz espacialidades específicas de acordo com o lugar.

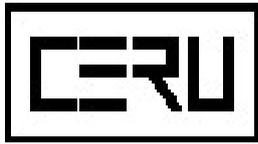
Buscamos nesse texto, construir e ampliar o debate em relação ao tema do envelhecimento partindo das contribuições da Geografia e de seus conceitos e categorias balizadores. Portanto, a partir de uma perspectiva multidimensional do espaço e do território mostramos como o envelhecimento pode se tornar uma categoria de análise geográfica importante para entender as relações e as transformações no/do espaço e na vida de pessoas idosas, em que a dimensão do corpo tem um papel fundamental do ponto de vista da mobilidade e da circulação pelo espaço geográfico.

Evidenciamos a contribuição dos conceitos de intergeracionalidade, interseccionalidade e cursos de vida e a relação entre espaço e velhice para a geografia, na medida em que é uma ciência preocupada com a dimensão espacial dos processos estabelecidos entre a dimensão sociedade e natureza, entendida aqui como o eixo epistemológico da Geografia.

Partindo do envelhecimento como uma experiência espacial heterogênea, que varia de acordo com as posições identitárias (gênero, sexualidade, raça), buscamos apresentar nesse trabalho as múltiplas construções e representações sociais sobre a velhice e dar visibilidade aos homens e as mulheres idosas como sujeitos sociais importantes de serem compreendidos pela Geografia.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice** – a realidade incômoda. Trad. Heloysa de Lima Dantas. 2.^a ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970, v. 1.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

BRASIL – Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso / Ministério da Saúde – 3. ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

DEBERT, Guita Grinn. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

HARDILL, Irene. Introduction: Geographies of Aging. **Journal The Professional Geographer**. Volume 61, 2009.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MASSEY, Doreen. Concepts of space and power in theory and in political practice. **Doc. Anal. Geogr.** 55, pp. 15 – 26, 2009.

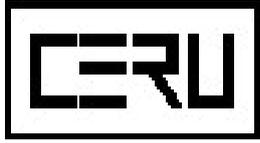
NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Reflexões teóricas sobre o cotidiano e a geografia no envelhecimento humano. **Estudos interdisciplinares de envelhecimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 865-881, 2015

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Revisão e aportes sobre a geografia do envelhecimento. **Revista Formação (ONLINE)** Vol. 1; n. 24, Jan-Abril/2017. p.34-62.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Joseli Maria. Contribuições das geografias feministas nas abordagens das relações entre espaço e diferenças. In: SPÓSITO, Eliseu Savério (orgs). **A diversidade da geografia brasileira**: escalas e dimensões da análise e da ação. 1. ed – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. In: Cláudia Luisa Zeferino Pires; Álvaro Luiz Heidrich; Benhur Pinós da Costa. (Org.). **Plurilocalidade dos sujeitos**. 1ed. Porto Alegre: Compasso, 2016, v. 1, p. 56-75.



Teorias e Conceitos

Rebeca Carolina da Silva Bandeira, 179

Alesandro Rodrigues Chaves, 189

José Ricardo Beltramini de Melo, 203



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

FLORESTAN FERNANDES E O FOLCLORE: UM ESTUDO SOBRE AS SUAS PRIMEIRAS ELABORAÇÕES (1941 - 1962).

Rebeca Carolina da Silva Bandeira

Resumo: Este trabalho (em desenvolvimento), de nível de mestrado, consiste em investigar as concepções de cultura, educação e sociedade presentes nos primeiros escritos de Florestan Fernandes (1920 - 1995). Portanto, o período de sua formação intelectual, algo que coincide com a elaboração de conceitos construídos pelo autor, em seus estudos empíricos, sobre a temática do folclore. Desse modo, este trabalho busca analisar as contribuições teóricas do jovem Florestan Fernandes, no curso entre os anos 1941 a 1962, tendo como foco a interface entre os eixos cultura e educação. Além disso, o trabalho, em elaboração, tem como objetivo conhecer o cenário histórico e intelectual juntamente com a opinião pública do período em que Florestan Fernandes publicou suas reflexões sobre o folclore nos jornais e nas revistas da época, de modo a compreender também esses suportes comunicativos. Para atingir os objetivos propostos está sendo realizada uma pesquisa científica teórica, de modo a consultar os materiais elaborados pelo autor no que tange ao tema do folclore.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Folclore; Cultura; Pensamento Social Brasileiro; Folcloristas; Educação.

Abstract: This master's level work consists of investigating conceptions of culture, education and society in the works of Florestan Fernandes (1920 - 1995). So, the period of his intellectual formation, something that coincides with the elaboration of concepts constructed by the author, in his empirical studies, on the theme of folklore. In this way, this work looks to analyse the theoretical contributions of young Florestan Fernandes, between the years 1941 and 1962, having as I focus the interface between the axles culture and education. Moreover, this work has as objective knows the historical and intellectual scenery together with the public opinion of the period in which Florestan Fernandes published his reflections on the folklore in the newspapers and in the magazines, we also want to understand these communication supports. To reach the proposed objectives, a theoretical scientific investigation is being carried out, consulting the materials elaborated by the author on the subject folklore.

Keywords: Florestan Fernandes; Folklore; Culture; Education; Folklorist.

INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Florestan Fernandes, nascido na cidade de São Paulo no ano de 1920, tornou-se um importante intérprete social no campo das ciências sociais brasileira. De origem humilde, filho de pai desconhecido e mãe portuguesa, Fernandes teve uma dura infância que envolvia pobreza e trabalho desde os primeiros anos de vida. Entretanto, apesar das dificuldades enfrentadas na capital paulista, o autor afirma que diversas fontes de aprendizagem contribuíram para a sua formação humana e intelectual ao assinalar que

se tinha pouco tempo para aproveitar a infância, nem por isso deixava de sofrer o impacto humano da vida nas trocinhas e de ter réstias de luz



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

que vinha pela amizade que se forma através do companheirismo (nos grupos de folguedo, de amigos de vizinhança [...] e por aí afora)*.

Com uma trajetória escolar bastante incomum, onde teve que deixar os estudos formais no terceiro ano do primário e retomou-os somente aos 17 anos de idade, o autor afirma que, ainda assim, não deixou de lado o interesse autodidata pela cultura letrada e “um certo amor pela leitura”. Aos 21 anos, no ano de 1941, ingressou no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo tendo concluído a sua graduação no ano de 1944. Desde seus primeiros momentos na universidade, comprometeu-se fortemente com a reflexão acadêmica e com a consolidação das ciências sociais no Brasil.

Ao analisar a posição tomada pelo autor nos momentos em que discorre sobre a sua própria formação enquanto indivíduo e, fundamentalmente, no que diz respeito às suas inquietações que o formou enquanto intelectual, este demonstra os aspectos que são o escopo do presente projeto de pesquisa que, a saber, é a tentativa de interpretar no curso do tempo entre 1941, ano de ingresso de Florestan na Universidade de São Paulo, até 1960 as contribuições do autor ao pensamento social, tendo em vista as suas concepções acerca da categoria cultura onde o autor produz reflexões sobre a temática do folclore.

A escolha por este recorte temporal se justifica, no presente trabalho, por ser o período em que o autor produziu pesquisas e estudos empíricos e teóricos sobre o tema do folclore que, ao nosso ver, pode se constituir em uma das fontes para se compreender as suas concepções de cultura, sociedade e educação. Vale lembrar que, para o autor, a análise dos códigos, signos e significados daquilo que pertence ao povo perpassa, também, pela análise da questão da cultura. Em outras palavras, a hipótese que está sendo desenvolvida é a de que é por meio da cultura que as relações sociais e educacionais se estabelecem. Para a confirmação desta hipótese estamos investigando os trabalhos em que o autor discorre sobre o folclore.

Além do tema da cultura, a questão educacional é um assunto que permeou diversas análises realizadas por Florestan Fernandes. Débora Mazza, inclusive, entende que “a educação atravessou os trabalhos realizados pelo autor nas décadas entre 40 e 60, passando por metamorfoses e assumindo diferentes conotações sociais”[†], e, nesse sentido, portanto, possui relevância ao se observar a completude da obra do autor.

* FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. In: _____ A sociologia no Brasil : contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 143

[†] MAZZA, D. A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964). n.p.: Campinas, SP, 1997. *Repositório Institucional da Unicamp*.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Em nossa pesquisa, temos percebido que a temática do folclore, na obra de Florestan Fernandes, é um dos objetos menos pesquisados por estudiosos do pensamento social brasileiro que se apoiam na obra do autor, essa primeira percepção é ainda mais sintomática quando se trata de investigar o valor educacional do folclore.

Além disso, vale mencionar, o recorte de tempo que estamos investigando neste trabalho compreende aquele período em que, segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda, “o sociólogo transita da condição de jovem pesquisador, originário das camadas populares, para o de cientista social renomado, catedrático da Universidade de São Paulo e principal artífice do estilo acadêmico de reflexão”*. Todavia, o fato interessante que se apresenta nesta pesquisa é o fato de que quase que na totalidade dos estudos sobre o folclore, realizado por Fernandes, foram publicados em jornais e revistas[†]. Ou seja, em paralelo com o seu comprometimento com a academia e o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, o sociólogo não se eximiu de travar diálogos com o público na medida em que desde o ano de 1943 já publicava artigos próprios em jornais e revistas debatendo questões diversas sobre política, educação, sociedade e, principalmente, sobre o sentido de cultura. Fernandes era um publicista da época. E é justamente essa esfera da vida intelectual de Fernandes que estamos investigando, de modo paralelo com as análises sobre o folclore.

Dado o, já mencionado, contexto, essa pesquisa tem por objetivos fundamentais *a)* a realização de um mapeamento das publicações de Florestan Fernandes em jornais e revistas, *b)* bem como na compreensão dos conceitos formulados pelo autor durante seus anos iniciais como cientista social ao analisar o tema do folclore, ou seja, a cultura popular, e *c)* compreensão dos significados que os estudos sobre o folclore significava para aquele período do pensamento social brasileiro.

Para o desenvolvimento desta pesquisa estamos mobilizando referenciais teóricos que tem nos proporcionado investigar as discussões sobre o tema do folclore, à sombra das obras de Florestan Fernandes produzidas entre os anos de 1941 e 1960. Até então estamos nos concentrando em fontes teóricas e documentos jornalísticos que tem nos possibilitado

* Maria Arminda do Nascimento Arruda, professora titular de sociologia na Universidade de São Paulo, na apresentação da segunda edição, em 2003, do livro “O Folclore em Questão” de Florestan Fernandes que, por sua vez, é uma coletânea de artigos publicados, pelo autor, em jornais e revistas entre os anos de 1944 e 1960, com a temática folclore.

† O acesso a esses materiais será realizado por meio do acesso ao acervo da Hemeroteca Digital. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

compreender as categorias mobilizadas pelo autor em seus estudos. Esta pesquisa, portanto, se realiza por meio da coleta de dados bibliográficos e da consulta ao acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira que, por sua vez, também possibilita o mapeamento do cenário intelectual com o qual Florestan dialoga e também pode contribuir com ferramentas para compreender quais eram periódicos que estavam abertos a “discutir” a cultura dita “popular”.

Delimitando o folclore, o posicionamento de Florestan e os folcloristas

Uma das primeiras orientações que Fernandes proporciona em seus estudos é a de que se faz necessário tomar o folclore como sinônimo da “*folk culture*” - cultura popular - de forma a perceber o folclore como “todos elementos culturais que constituem soluções usual e costumeiramente admitidas e esperadas dos membros de uma sociedade, transmitida de geração a geração por meios informais.”* Algo que de cara nos leva a compreender o valor educativo que a cultura folk conserva em si.

É interessante pontuar que o tema do folclore fez parte do repertório de pesquisa de diversos autores de grande envergadura. O historiador britânico Edward Palmer Thompson (1924-1993), por exemplo, dedicou parte dos seus estudos à investigação dos costumes da população britânica. O seu livro “Costumes em Comum”, publicado pela primeira vez em 1991, é uma coletânea de textos escritos ao longo de 20 anos, fundamentalmente durante a década de 1970, onde autor averigou a cultura popular no século XVIII na Grã-Bretanha observando as manifestações folclóricas da época. O estudo do referido autor se apresenta como uma investigação da história a partir do ponto de vista dos de baixo, ou seja, do povo e daquilo que é popular, algo que o sociólogo brasileiro também buscou realizar.

Vê-se, portanto, que a temática do folclore aparece como uma ferramenta investigativa e, assim, explicativa das relações sociais numa determinada sociedade, de forma que contribui para formular interpretações a respeito da cultura popular, ou seja, permite analisar um todo cultural que envolve modos de vida, questões de classe, gênero, etnia etc. É o que os primeiros estudos de Florestan Fernandes parecem, pelos levantamentos realizados até o presente, buscar compreender à medida que estabelece interpretações e diálogo com os folcloristas.

O que nossa pesquisa tem evidenciado é a importância do diálogo entre Florestan Fernandes e os estudiosos do folclore à época. Nesse primeiro momento é preciso situar qual contexto e a importância dos estudos folclóricos para os denominados folcloristas.

* FERNANDES, Florestan. O folclore em questão. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003. p. 110.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Naquele período, momento em que Florestan Fernandes também constrói assertivas sobre o folclore, os estudos folclóricos eram vistos/entendidos como uma forma para se reconhecer a cultura popular brasileira, havia então a busca por valorizar a cultura nacional como uma estratégia para a unidade nacional*, ou seja, há iniciativas que partem do Estado para que os estudos folclóricos estejam em voga. Todavia, vale pontuar que a essa não é apenas uma proposta do Estado nacional, mas é uma iniciativa/preocupação mundial que no contexto pós-Segunda Grande Guerra, encabeçada pela UNESCO, havia um entendimento de que o folclore poderia ser “um instrumento de compreensão entre os povos [...]”†

No Brasil esse processo se desdobra com a criação da Comissão Nacional do Folclore (1948), com o Movimento Folclórico e com a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958). Essas mobilizações e debates acerca do folclore no Brasil, estavam circunscritos na urgência de se preservar aquilo que é “tradicional”, ou seja, popular que ainda permanece como resquício. Nesse sentido os folcloristas se debruçam sobre a conceituação do folclore com o intuito de difundir a ideia da necessidade e importância de se preservar a cultura popular antes que esta seja perdida tendo em vista o progresso eminente. A título de exemplo, vale mencionar os intentos da Campanha de Defesa do Folclore Brasileira que, segundo Maria Laura Cavalcanti,

[...] traz uma proposta de atuação urgente: no folclore se encontram os elementos culturais autênticos da nação, porém o avanço da industrialização e a modernização da sociedade representam uma séria ameaça. Por essa razão, a cultura folk deve ser intensamente divulgada e preservada.‡

A cultura para entre os estudos sobre o folclore era “entendida como um conjunto de comportamentos (verbais, musicais, rituais, laborais, etc) perceptíveis e documentáveis”§, ou seja, estava circunscrito naquilo que era particular, palpável e que poderia ser preservado, uma vez que fosse reconhecido e entendido como uma pertença da identidade brasileira.

* SILVA, Ana Teles da; CRUZ, Danielle Maia. **Do folclore ao patrimônio imaterial: coleta, seleção e interpretação da cultura popular e identidades**. 2018. Papper apresentado no 42º encontro anual da anpocs - GT 04. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt04-21>. Acesso em: 12 mar 2019

† DE CASTRO CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros e VILHENA, Luís Rodolfo. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. **Revista Estudos Históricos**, v. 3, n. 5, p. 76, 1990.

‡ CAVALCANTI, Maria Laura. Entendendo o folclore. **CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO**, 2002.

§ SILVA, Ana Teles da; CRUZ, Danielle Maia. **Do folclore ao patrimônio imaterial: coleta, seleção e interpretação da cultura popular e identidades**. p. 7 e 8. 2018. Papper apresentado no 42º encontro anual da anpocs - GT 04. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt04-21>. Acesso em: 12 mar 2019.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A essa época, do apogeu dos estudos folclóricos, há também a inauguração dos cursos de pós-graduação onde a escola paulista de sociologia busca disputar seu campo de atuação. ora “o folclore é um dos temas já em voga no país quando se inicia o processo de institucionalização no ensino superior das chamadas ciências sociais.”* Há uma tensão clara entre os folcloristas e a escola paulista de sociologia que, em certa medida, tem como seu principal interlocutor Florestan Fernandes.

A hipótese que temos aventado é a de que o conflito entre o sociólogo brasileiro e os estudiosos do folclore está inserida na concepção distinta em que cada um nutre pelo folclore.

Para os folcloristas, dada as suas preocupações em preservação, como já mencionado anteriormente, com a tentativa de consolidar o seu campo de ação eles partilhavam da ideia de que os estudos folclóricos poderiam se constituir uma ciência objetiva autônoma, com os seus próprios métodos e objetos, ou seja, descolados dos estudos realizados no interior das ciências sociais.

De forma distinta, para Florestan Fernandes é primordial que não se tome o folclore como uma ciência objetiva autônoma, pois o folclore não oferece a primazia do conhecimento da realidade - princípio fundante de qualquer ciência humana -, entretanto, devemos considerar o folclore “como esfera da cultura e fenômeno social”, assim como fez o autor que “não tomou o folclore pelo folclore, mas insere-o na estrutura e na dinâmica social.”† Dessa forma, o sociólogo brasileiro

atribuía importância à pesquisa folclórica como um ramo humanístico do saber, que não poderia ser preenchido pelos instrumentos de investigação sociológica, psicológica ou antropológica. Sua postura, portanto, não é a de depreciar os estudos folclóricos, mas de valorizá-los em sua especificidade‡.

Florestan então via e entendia o folclore como um método de trabalho e não um como uma ciência objetiva autônoma. Visto pelas vias de um método de trabalho poderia acessar e compreender os significados dos fatos folclóricos poderia na organização da dinâmica social. Para Florestan Fernandes conhecer puro e simplesmente os fatos folclóricos não possibilitava apresentar resultados sobre a importância exercida pelo folclore na organização da sociedade,

* DE CASTRO CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. **Revista Estudos Históricos**, v. 3, n. 5, p. 75, 1990.

† MAZZA, Débora. A leitura sociológica do folclore paulistano: a contribuição de Florestan Fernandes. p. 13. 2015. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/08/F-Fernandes-Sobre-Folclore-D-Mazza1.pdf>. Acesso em: 13 mar 2019.

‡ VALENÇA DE AZEVEDO COSTA, Diogo. Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia. 2004.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ou seja, para o autor, ainda que seja relevante fazer a coleta desses materiais é fundamental que paralelamente a isso se possa trabalhar com esses dados e ir mais além na interpretação dos mesmos. * Essa posição assumida ia um pouco contramão aos intentos dos folcloristas, algo que traz elementos para se pensar o conflito em que essas duas figuras, sociólogo e folcloristas, estavam inseridas.

Essa “disputa” é bastante interessante, tendo em vista que nos permite compreender melhor o todo da obra do Florestan. Ainda que o folclore ocupe posição menos privilegiada, em termos dos temas centrais do todo da obra de Fernandes, é possível perceber que a preocupação com o folclore se revela também como um período de formação do sociólogo enquanto pesquisador das ciências sociais. É nesses momentos que Fernandes realiza de fato o trabalho campo que vem a se configurar como uma fonte para o esclarecimento de certos problemas da realidade brasileira. Para o autor “ele - o folclore - permite observar fenômenos que lançam enorme luz sobre o comportamento humano.”[†] Inclusive ao investigar o valor educativo do folclore, tendo como objeto as análises sobre as brincadeiras de roda entre crianças, Fernandes observa que a brincadeira coloca a criança em contato com um mundo simbólico de valores e sentimentos, uma vez que “pelo jogo e pela recreação a criança se prepara para a vida adulta, amadurece para tornar-se um adulto em seu meio social.”[‡]

Em vista disso, Florestan Fernandes ao defender o folclore enquanto uma fonte para se investigar as relações sociais populares abre margens para se questionar a respeito da importância do folclore, na medida em que se este não for objeto das ciências sociais, o povo também não o será, uma vez que o folclore pode ser entendido tanto como uma realidade cultural viva quanto um estudo sobre essa mesma realidade.

Essas são os primeiros passos percorrido por esta pesquisa. Conseguimos observar os propósitos e os intentos que Fernandes tinha ao se debruçar sobre o folclore. Além disso, há que se pontuar, o folclore e os estudos sobre o folclore era um tema em voga, naquele período, e que, naturalmente, mobilizava a opinião pública e as reflexões nos cursos superiores nas áreas de ciências humanas.

* FERNANDES, Florestan. As “trocinhas” do Bom Retiro: contribuições ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. In: _____ Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004. Cap. 2, p. 193-317.

† FERNANDES, Florestan. O folclore em questão. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, p. 107. 2003.

‡ FERNANDES, Florestan. O folclore em questão. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003. p. 66.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Sobre os suportes comunicativos onde Florestan Fernandes publicava

A pesquisa, até o momento, tem evidenciado que Florestan Fernandes publicou reflexões de forma recorrente em diversos jornais e revistas, discutindo temas variados sobre sociologia, política, educação, etc.

Acerca das reflexões sobre o folclore, Fernandes publicou estudos nos jornais *Folha de São Paulo*, *Folha da Manhã*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal de São Paulo*, *Correio Paulistano* e no *Suplemento Literário*. Já as revistas em que Fernandes publicou reflexões sobre o folclore são: *Revista de Filosofia, Ciências e Letras*, *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* e *Revista Anhembi*.

Já conseguimos acessar parcialmente os textos sobre o folclore que Florestan Fernandes escreveu, agora nos resta trabalhar com esses materiais e compreender esses suportes comunicativos, com já mencionado anterior tentaremos entender de que forma as reflexões de Florestan Fernandes eram inseridas nos jornais e revistas, tentando descobrir se havia diálogos entre os temas e os textos publicados.

A título de exemplo, podemos mencionar um dos textos mais significativos do autor à respeito dos temas educação e folclore. Publicado em 20 de agosto de 1960, na primeira página do *Suplemento Literário* do “O Estado de São Paulo”, o artigo denominado “*Educação e Folclore*” ocupa a metade inferior da página e os demais artigos que compõem o todo do caderno de nº 195 tratam de temas como crítica literária, divulgações de peças de teatro e cinema, e, além disso, apresentam resenha bibliográfica, crônica, poesias, conto e ilustrações ao longo de suas seis páginas.* Em suma, esse ambiente é o que queremos, também, conhecer.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento foi possível traçar alguns elementos para se compreender os conceitos formulados por Florestan acerca da cultura - folclore -, educação e sociedade, e o que a figura de Fernandes representava àquela. Naturalmente é preciso entender Fernandes como um

* HEMEROTECA. Suplemento Literário (nº 195) do O Estado de São Paulo. 1960. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098116x&PagFis=1185&Pesq=educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20folclore>>. Acesso em: 14 maio 2018.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

estudioso da época que se preocupava com as temáticas que estavam em evidência no período, ou seja, que sensibilizou forças para compreender os assuntos que estavam na ordem do dia. Além disso, é preciso situar o autor como um sujeito inscrito no período que os cursos superiores em ciências humanas vão ganhando forma, características e cientificidade. Florestan é sujeito que para além das reflexões acerca das questões que pertencem à nação é fruto do período formativo das ciências sociais brasileira. Entendemos que, por isso, a defesa por pesquisas que se apoiem em métodos científicos.

Além disso, nos é fundamental ter conseguido compreender parcialmente o interesse de Fernandes pelos estudos folclóricos, uma vez que essa é uma das portas para se conhecer a cultura popular, logo uma porta para conhecer aquilo que permanece vivo na organização da sociedade. Em suma, é uma forma para se compreender aquele período em que a temática do folclore estava viva e que um dos principais pensadores sociais se dedicava a estudar esse aspecto da sociedade brasileira.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. In: _____ A sociologia no Brasil : contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977. Cap. 8, p. 140-212.

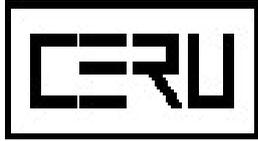
FERNANDES, Florestan. O folclore em questão. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003.

FERNANDES, Florestan. As “trocinhas” do Bom Retiro: contribuições ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. In: _____ Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004. Cap. 2, p. 193-317.

MAZZA, Débora. A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional : uma leitura (1941-1964). Campinas, SP, 1997. Repositório Institucional da Unicamp.

MAZZA, Débora. A leitura sociológica do folclore paulistano: a contribuição de Florestan Fernandes. p. 13. 2015. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/08/F-Fernandes-Sobre-Folclore-D-Mazza1.pdf>. Acesso em: 13 mar 2019.

HEMEROTECA DIGITAL. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> . Acesso em: 12 fev 2019.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Ana Teles da; CRUZ, Danielle Maia. **Do folclore ao patrimônio imaterial: coleta, seleção e interpretação da cultura popular e identidades**. 2018. Papper apresentado no 42º encontro anual da anpocs - GT 04. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt04-21>.

Acesso em: 12 mar 2019

DE CASTRO CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. **Revista Estudos Históricos**, v. 3, n. 5, p. 75-92, 1990.

CAVALCANTI, Maria Laura. Entendendo o folclore. **CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO**, 2002.

VALENÇA DE AZEVEDO COSTA, Diogo. Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia. 2004.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O SINGULAR E O UNIVERSAL NA TEORIA SOCIAL: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS PARA SE PENSAR A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Alessandro Rodrigues Chaves*

Resumo: A pesquisa analisa as propostas teórico-metodológicas que são referências nas ciências sociais brasileiras contemporâneas. Verificamos acertos e limites de duas abordagens presentes no meio intelectual das ciências sociais atuais do país, a saber, a *epistemologia do sul* e as referências da modernidade ocidental com pretensões universalistas. Sugerimos, contudo, um caminho teórico-metodológico alternativo para lidar com a particularidade brasileira baseados em estudos consolidados das ciências humanas brasileiras.

Palavras-chave: *metodologia, modernidade, epistemologia do sul.*

Abstract: The research analyzes the theoretical-methodological proposals that are references in contemporary Brazilian social sciences. We verify the correctness and limits of two approaches present in the intellectual environment of the current social sciences of the country, namely the epistemology of the south and the references of Western modernity with universalist pretensions. We suggest, however, an alternative theoretical-methodological way to deal with the Brazilian particularity based on consolidated studies of the Brazilian humanities

Keywords: methodology, modernity, southern epistemology

Introdução

Este texto traz apontamentos metodológicos para a investigação da particularidade brasileira. Elucidando a possibilidade de se valer tanto das formulações da epistemologia do Sul, quanto da ciência moderna ocidental para se compreender a relação entre particularidade e universalidade presentes no projeto de desenvolvimento e modernização do Brasil.

Partimos da crítica realizada pelos teóricos que defendem a epistemologia do Sul à centralidade da epistemologia moderna ocidental, enfatizando a necessidade de se construir uma metodologia alternativa. Um dos aspectos presentes nesta alternativa epistemológica é a importância de se considerar o local, o singular e não se prender as categorias universais.

Diferente da proposta de uma epistemologia do Sul, o sociólogo Jessé Souza analisa a singularidade brasileira se valendo dos pressupostos da epistemologia ocidental. Mesmo sem esquecer a singularidade e os aspectos *pré-modernos*, Souza defende e elabora uma teoria em que o peso maior está na ausência, no Brasil, das condições que propiciaria a efetiva modernização do país. O resultante dessa ausência seria a permanência de elementos contrários à modernidade, como a subcidadania e a *ralé*.

* Doutorando em Ciências Sociais – UNESP campus Araraquara. O trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 01.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Este texto identifica os limites de ambas as teorias e metodologias. A epistemologia do sul contribui para desvendar a singularidade do local estudado. Contudo, a secundarização das categorias modernas limita tal alternativa epistemológica, na medida em que não consegue estabelecer significativas relações entre o singular e o universal.

Para se pensar uma metodologia que consiga dar o mesmo peso tanto para os aspectos singulares quanto os universais, foi necessário recorrer à pesquisas já consolidadas sobre os aspectos pré-modernos e modernos que configuram a sociedade brasileira. Encontramos em Antonio Candido e Francisco de Oliveira a possibilidade de olhar para o Brasil, em primeiro lugar, sem se referir a uma epistemologia central. Em outras palavras, sem ter *a priori* uma metodologia pronta para ser “aplicada”, mas sim construída no contato com o objeto. Nesses autores também foi possível identificar, em segundo lugar, a preocupação com a singularidade brasileira e o modo como ela efetiva as relações modernas que, de fato, se impõe “de fora para dentro”, mas nem por isso deixa de ter papel decisivo.

1 – A epistemologia do Sul: a ênfase na particularidade

A categoria *epistemologia do Sul* foi formulada por um grupo de intelectuais com estreita relação com o professor Boaventura de Souza Santos. Trata-se de uma proposta metodológica alternativa ao cânone científico moderno europeu:

As Epistemologias do Sul surgem como uma proposta epistemológica subalterna, insurgente, resistente, alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, que continua a ser hoje um paradigma hegemônico. Na sua fundação, encontra-se a ideia-chave de que não há justiça global sem justiça cognitiva global, isto é, as hierarquias do mundo só serão desafiadas quando conhecimentos e experiências do Sul e do Norte puderem ser discutidos a partir de relações horizontais e sem que as narrativas do Sul sejam sempre sujeitas à extenuante posição de reação (a periferia que reage ao centro, o tradicional que reage ao moderno, a alternativa que reage ao cânone) (SANTOS, ARAÚJO, BAUMGARTEN, 2006, p. 17).

A classificação entre uma ciência predominante (moderna e, sobretudo, europeia) e outra praticamente inexistente, leva os promotores da alternativa epistemológica, evidentemente, a optar pela revelação das tramas ocultas dos saberes do sul. Ao dirigir sua crítica aos fundamentos metodológicos produzidos pela modernidade e que pretende ter validade universal, chega-se à eleição do local, singular, particular como objeto de análise, não utilizando as lentes das categorias modernas, mas sim as produzidas pela própria singularidade.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Tal forma de pensar possui estreita relação com a emergência das teses pós-coloniais, que também criticam a validade universal da metodologia em ciências sociais proposta pelos modernos ocidentais. Crítica que ganha vigor, entre outros aspectos, ao questionar se os fundamentos metodológicos produzidos pelos modernos ocidentais encontrariam validade para o sul do mundo, para os países e povos que não compartilharam do desenvolvimento social, político e econômico desfrutado pelos países centrais.

Assim, tanto a metodologia e veracidade do conhecimento, produzidos pelo ocidente, encontrariam significativos limites para a compreensão de realidades sociais que diferem do moderno ocidente, trata-se de uma desdogmatização da ciência (SANTOS, 2000). É neste sentido que verificaremos nos escritos de Caria (2007) e Nunes (2008) elementos que elucidam a crítica à pretensão universalista do ocidente moderno e aspectos que descrevem a nova proposta metodológica, visando incluir – e dar certa primazia, a nosso ver – a especificidade e as vozes que configuram o mundo não ocidental.

Caria (2007) se pauta na crítica ao universalismo de Pierre Bourdieu. Critica a pretensão universalista de uma ciência autônoma proposta pelo sociólogo francês identificada na obra *Science de la science et réflexivité*:

como é possível uma actividade situada historicamente, num tempo e num lugar social particulares, produzir verdade para além de seu local, enquanto conhecimento universal? A resposta, como veremos mais à frente, parte do raciocínio de que uma construção social torna-se realidade, e não é apenas mais uma interpretação, porque é capaz de gerar efeitos sociais de longo prazo (efeitos práticos e históricos) para além desse local e para além de si própria (2007, p. 135).

Não é nosso objetivo validar e discutir a resposta fornecida por Bourdieu, mas tomar como fio condutor desta primeira parte do trabalho a crítica de Caria a universalidade da ciência. A universalidade da ciência, proposta por Bourdieu, é resultante da sua teoria dos *campos*, na qual a ciência deve compor um campo autônomo em relação aos demais, como o econômico, o político, a arte e o filosófico. A teoria dos campos de Bourdieu seria o critério de validação do saber na medida em que é capaz de objetivar o sujeito da objetivação, por isso tal teoria estaria nos marcos da universalidade, uma forma de “etnocentrismo epistemológico” devido à construção de um padrão de validação de outras correntes teóricas.

Para Caria, Bourdieu parte da ciência moderna tal qual ela foi historicamente consolidada nos principais países do sistema capitalista mundial, o que limita sua teoria ao estudo do próprio centro capitalista, seria, portanto, uma *reflexividade científica de centro*. O limite desta concepção é apresentado em seguida por Caria:



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Assim, os modos e as lógicas de funcionamento das ciências em sociedades não centrais e os novos modos e lógicas da ciência global que hoje não passam pela hegemonia das universidades não só não fazem parte do seu objecto de análise como são sempre tomados como práticas exteriores ou parcialmente exteriores ao campo científico, tal como ele é conceptualizado pela teoria dos campos sociais. Explica-se por isso, implicitamente, que todo o uso social da ciência fora deste mundo simbólico de privilegiados é uma forma social incompleta e subdesenvolvida de conhecer que, supõe-se, para ter plena dignidade cultural, terá que replicar o modelo central e universitário de ciência (CARIA, 2007, p. 140)

A proposta analítica que se opõe ao universalismo e ao etnocentrismo é mais evidente no texto de Nunes (2008), autor que compõem o grupo de estudos coordenado por Boaventura de Souza Santos. O autor se vale das críticas feitas à “soberania epistêmica”, para esboçar, com base em alguns pressupostos do pragmatismo filosófico, elementos da *epistemologia do sul*.

Aproveitando o vocabulário de Souza Santos, podemos dividir as propostas metodológicas: *o pensamento abissal* que se refere à ciência moderna ocidental e *o pensamento pós-abissal*, que designará a proposta crítica ao primeiro e formulação de uma *epistemologia do sul global*. Nunes nos indica a definição da postura metodológica que adota:

A epistemologia do Sul, enquanto projecto, significa, ao mesmo tempo, uma descontinuidade radical com o projecto moderno da epistemologia e uma reconstrução da reflexão sobre os saberes que, como veremos, torna reconhecíveis os limites das críticas da epistemologia tal como elas têm emergido num quadro ainda condicionado pela ciência moderna como referência para a crítica de todos os saberes. (Nunes, 2008, p.47).

Nota-se uma pretensão de ruptura com a ciência como pensada pelos modernos ocidentais, e uma proposta alternativa que busca se inserir em marcos distantes do *pensamento abissal* inaugurando o *pensamento pós-abissal*. Para se distanciar da pretensão universalista da ciência moderna, a nova proposta metodológica estabelece como um dos critérios de validação a preocupação com o local, com o contexto específico sobre o qual recai a pesquisa: “Nenhum saber poderá, assim, ser elevado à condição de padrão a partir do qual será aferida a validade dos outros saberes sem considerar as condições situadas da sua produção e mobilização e as suas consequências” (Nunes, 2008, p. 62). Mais a frente:

O projecto de uma epistemologia do Sul é indissociável de um contexto histórico em que emergem com particular visibilidade e vigor novos actores históricos do Sul global, sujeitos colectivos de outras formas de saber e de conhecimento que, a partir do cânone epistemológico ocidental, foram ignorados, silenciados, marginalizados, desqualificados ou simplesmente eliminados, vítimas de epistemicídios



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

tantas vezes perpetrados em nome da Razão, das Luzes e do Progresso. (Nunes, 2008, p. 62)

Fica cada vez mais claro na formulação do *pensamento pós-abissal* a prioridade com o local, o singular. Diante da multiplicidade de saberes, de situações e de atores, conceitos universais e uma epistemologia que se pretende soberana, se tornam cada vez mais vulneráveis. Assim a epistemologia do Sul, se torna, em nosso entendimento, efetivamente uma validação metodológica da particularidade, lhe dando com contextos e atores sociais situados e específicos.

Podemos estar diante de um significativo avanço em termos teóricos e metodológicos que oriente pesquisas. No entanto, notamos que falta à proposta da epistemologia do Sul a ênfase em uma relação entre universalidade e particularidade. Como a ênfase recaí no situado, na particularidade, e na *funcionalidade* própria do objeto estudado, nota-se um déficit de relação do particular com o universal.

2 – Jessé Souza e a primazia da modernidade

Nos textos de Jessé Souza podemos evidenciar a importância da temática desenvolvida até para compreender a especificidade brasileira. Jessé Souza em sua obra *A construção social da subcidadania* (2012) estabelece uma metodologia que supere as ênfases dadas, pelos teóricos tradicionais e predominantes nos dias atuais, aos aspectos pré-modernos ou híbridistas. O primeiro diz respeito ao fato de nossa formação social ter como determinantes os elementos pré-modernos, o segundo evidencia um híbrido no qual ora são os elementos modernos, ora são os pré-modernos que configuram a especificidade da formação social brasileira. Diante do quadro descrito, Souza surge com uma nova proposta metodológica pra estudar as “novas periferias”:

O uso consequente e combinado dessas duas perspectivas [trata-se de seus pressupostos teóricos, fundamentados em Charles Taylor e Pierre Bourdieu] complementares permite pensar o Brasil contemporâneo, primeiramente a partir da inserção do Brasil no contexto do capitalismo mundial, tanto no aspecto “material” e econômico quanto no seu aspecto simbólico não reconhecido pela inteligência brasileira dominante. Afinal, o Brasil não é um “planeta verde-amarelo” sem qualquer conexão com o resto do mundo, como o mito brasileiro e depois a ciência social culturalista dominante entre nós e construída a partir deste mito supõem. (SOUZA, 2012, p. 20)

Nota-se que diferente do que, através da nossa leitura, identificamos nos teórico que criticavam o universalismo científico dos modernos ocidentais e propunham uma epistemologia



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

do Sul que ressaltava os elementos locais e singulares, Souza pretende se valer de categorias universais para compreender a singularidade. A singularidade, no caso a brasileira, deve ser vista em *articulação* com a expansão do capitalismo – tal como pensado por Weber (2006), ou seja, “capitalismo moderno ocidental” – tanto em sua dimensão material quanto simbólica. Contudo, nem por isso Souza deixa de mencionar a singularidade:

A singularidade nacional existe e é fundamental para a compreensão da nossa sociedade, mas desde que seja determinada e limitada pelo contexto simbólico e material maior – precisamente o contexto simbólico inarticulado e opaco que acompanha a expansão do capitalismo mundial – que a determina. Partir da relação contrária é criar, necessariamente, um “conto de fadas” contrabandeado como “ciência”. Foi exatamente ao contrário que procurei fazer. (SOUZA, 2012, p.20).

A proposta de Souza, em nosso entender, marca uma diferença com a proposta dos teóricos que visam superar o pensamento universalista moderno e sua primazia científica, ao compreender que a ciência moderna exerce o papel fundamental e determinante em sua relação com a localidade. Esta passa a ser analisada de acordo e com os olhos da ciência moderna, dos conceitos e até do modo de vida dos indivíduos modernos ocidentais.

A análise de Souza não recaí-ra nas características específicas – pré-modernas – que determinam a singularidade da periferia, mas sim na *ausência* dos pressupostos modernos para se atingir os níveis de sociabilidade dos ocidentais. Vejamos, em poucas linhas, como o autor busca articular singularidade e universalidade para o entendimento da especificidade brasileira.

O autor identifica que o Brasil é “tomado de assalto” pela sociabilidade moderna devido à expansão do capitalismo. Neste sentido enfatiza que os aspectos da modernidade se inserem no país de “fora para dentro”. Assim, os elementos pré-modernos são modificados e se modernizam de acordo com o avanço do capitalismo e sua forma de sociabilidade. Realizando uma leitura atenta de Gilberto Freyre, demonstra que já em finais do século XIX os aspectos modernos eram vistos como positivo por ampla parcela da população brasileira. Percebe, Souza, que a partir deste momento, com a positividade e a busca pela modernização, pela instauração de uma sociabilidade semelhante à ocidental, os elementos pré-modernos não explicariam mais a singularidade brasileira, mas sim a maneira como o Brasil se insere – “de fora para dentro” – na expansão do capitalismo moderno ocidental.

Os elementos modernos estão presentes, no primeiro momento, nos estratos superiores da sociedade, que convivem com os elementos ainda não modernos dos estratos inferiores, assim como em diferentes regiões do país:



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Se no Rio de Janeiro, cidade que recebeu maior impacto modernizador na primeira metade do século XIX, Freyre afirma, como já vimos, que, em 1840, tudo que era burguesamente europeu já era percebido como “absolutamente bom”, enquanto tudo que era português e colonial já era tido “como absolutamente de mal gosto”, nas regiões do interior esse impacto foi, inicialmente, bem menor. Na verdade, o processo de modernização instaura uma *dualidade* marcada precisamente pelo impacto diferencial, nas diversas regiões, do influxo modernizante. (SOUZA, 2012, p.143, grifo nosso).

O que deve ser destacado é que todos os estratos sociais devem se adaptar a forma moderna de sociabilidade. A análise recaí, dessa forma, sobre a maneira pela qual os sujeitos e as instituições irão se configurar diante da emergente modernidade, superando os elementos pré-modernos. O argumento do autor vai na direção de apontar que o que permanece de pré-moderno na sociedade brasileira se deve à *ausência* dos pressupostos que configuram e possibilitam, de forma geral, a sociabilidade moderna, como a questão religiosa, por exemplo, momento de nítida inspiração weberiana:

/.../ a especificidade do processo de modernização de sociedade da “nova periferia”, como a brasileira, tem a ver, antes com a “ausência” do que a “presença” de uma tradição moral ou religiosa que pudesse, efetivamente, “esquematizar” o impacto modernizante das práticas institucionais transplantadas como “artefatos prontos (SOUZA, 2012, p.143).

Como já apontamos, o olhar de Jessé Souza para o processo de modernização da sociedade brasileira está com o que falta e impossibilita a efetivação dos elementos modernos ocidentais e não em compreender a função e o impacto que exerce os elementos pré-modernos. A articulação proposta entre singularidade e universalidade se dá com a segunda determinando e conduzindo a primeira, e não a singularidade exercendo um papel fundamental na configuração de uma sociedade moderna. Isso pode ser exemplificado no trato dado à “ralé”.

Historicamente os tipos que iriam compor esta camada da população, a ralé – que para Jessé Souza se trata de uma classe social – são os negros oriundos do sistema escravocrata, o trabalhador rural do interior e etc., são portanto os sujeitos que compõem os estratos inferiores da sociedade. Assim, a questão para Souza, que visa compreender a especificidade da subcidadania no Brasil, está em identificar que elementos faltaram para que este setor também se modernizasse, ou seja, o que lhe faltou para se inserir efetivamente na sociabilidade capitalista moderna, já que a ralé permanece até os dias atuais (SOUZA, 2009).

Entre diversos aspectos mencionados em sua obra, creio que um pode servir de exemplo para pensarmos a efetividade da metodologia proposta pelo autor. Trata-se da inserção do negro e do mulato na sociedade moderna. Com base na clássica obra de Florestan Fernandes *A*



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

integração do negro na sociedade de classes, Souza identifica que foram esses indivíduos que tiveram “o pior ponto de partida”, devido às condições prévias oriundas do sistema escravocrata:

Para o negro, sem a oportunidade de classificação social burguesa ou proletária, restava os interstícios e as franjas marginais do sistema como forma de preservar a dignidade de homem livre: o mergulho na escória proletária, no ócio dissimulado, ou, ainda, na vagabundagem sistemática e na criminalidade fortuita ou permanente. (SOUZA, 2012, p.155).

Este destino resultante da forma de libertação dos antigos escravos era agravado pela falta de *adaptação*, de pressupostos morais e de vontade para se inserir na nascente sociedade competitiva:

Ele [o negro] não apresentava os pressupostos sociais e psicossociais que são os motivos últimos do sucesso no meio ambiente concorrencial. Faltava-lhe vontade de se ocupar com as funções consideradas degradantes (que lhe lembravam o passado) – pejo que os imigrantes italianos, por exemplo, não tinham –; não eram suficientemente industriais nem poupadores e, acima de tudo, faltava-lhes o aguilhão da ânsia pela riqueza. (SOUZA, 2012, p.155)

Estará aí o ponto central da origem da subcidadania que caracteriza a *ralé* brasileira. Emergia assim um *habitus precário** específico da formação social brasileira. Emergiram indivíduos avessos e inadaptados à sociabilidade capitalista, devido a não ter os pressupostos morais para se inserir na nascente ordem moderna. Tal *habitus* persiste nos dias atuais, na configuração da *ralé*: “Seres humanos a rigor dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e que conseguem sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva” (SOUZA, 2009, p.121).

São indivíduos que estão distantes do *habitus primário* característico das sociedades modernas ocidentais. Contudo há espaço para uma locomoção entre os *habitus*, e conseqüentemente entre as posições sociais, isso na medida em que ocorrem mudanças na estrutura econômico-social†:

Se o *habitus* representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social devem implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças. (SOUZA, 2012, p.166).

* /.../ aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas conseqüências existenciais e políticas. (p.168)

† Mudanças que, segundo o autor, ocorrem no início do século XXI quando parte da *ralé* são promovidos à *batalhadores* (SOUZA, 2012).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A conclusão que gostaríamos de esboçar sobre a obra de Souza é de difícil percepção devido a sutileza em que aparece em seu texto. Em nosso entendimento, por mais que o autor busque na singularidade brasileira as determinações que a façam ser um tipo particular de sociedade, o que prevalece é a determinação exterior e universal. Busca-se na singularidade os elementos que faltam – a ausência – para que compartilhe da universalidade. Assim, secundariza-se uma abordagem como a epistemologia do sul, e o poder que exerce sobre a sociedade os elementos singulares.

No entanto, Souza supre, em relação à epistemologia do Sul, uma grande falha: a de buscar uma articulação entre universalidade e particularidade. Mesmo sendo uma articulação que privilegia um dos lados.

3 – A articulação entre singular e universal

Uma maneira de se analisar a sociedade brasileira considerando tanto os aspectos singulares quanto as referências da ciência moderna é encontrada nas obras de Antônio Cândido (2010) e Francisco de Oliveira (2003). Em diferentes épocas e cada um ao seu modo, todos compartilham alguns elementos comuns: primeiro, os autores não definem nenhuma metodologia que deverá ser *aplicada* de forma apriorística tal como defendida pelas ciências sociais; segundo, todos se debruçam sobre elementos da particularidade brasileira relacionando-a com os aspectos universais, a modernização e o avanço do capitalismo; terceiro, diferente de Souza, a relação encontrada entre singular e universal não se dá priorizando o último, ou buscando ou ressaltando a *ausência* de características modernas, mas evidenciando a determinação própria da singularidade e sua capacidade de exercer significativa influência e modificar os aspectos universais; e por último, ambos se aproximam, em diferentes graus, das teses marxianas*.

* Evidente que este aspecto já seria um motivo para suscitar críticas por parte tanto dos defensores da *epistemologia do Sul* quanto de Jessé Souza, os primeiros na medida em que se toma como parâmetro pressupostos de um autor que produziu sua teoria nos países centrais, portanto estaríamos aqui ainda dentro dos elementos que caracterizam o pensamento moderno eurocêntrico; o segundo na medida em que os aspectos materiais e econômicos seriam privilegiados em detrimento dos culturais e simbólicos. Para o último, a resposta fica por conta da exposição da obra de Cândido que faremos a seguir. Para os primeiros é importante mencionar que diferente de boa parte do pensamento social moderno (pensando aqui principalmente nas obras de Durkheim (1973) e Weber (2001)) Marx não desenvolveu uma obra contendo diretrizes metodológicas ou epistemológicas para servirem de modelo. Pelo contrário, o autor criticou tal postura analítica. Fato que resultou em uma obra com uma interpretação original sobre o pensamento “metodológico” de Marx, que enfatizava o seguinte: “/.../ se por método se entende uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a seu trabalho, então não há método em Marx. Em



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Em *Parceiros do rio bonito*, Antonio Candido também aponta elementos semelhantes, mas diante de uma configuração social muito particular, a cultura caipira paulista. Nesta obra o autor busca compreender as alterações e as permanências da cultura caipira diante da modernização promovida pela efetivação do capitalismo. Um primeiro aspecto a ser ressaltado é que, de forma semelhante à Prado Jr. não há, em Candido, nenhuma preocupação *a priori* com algum método, ou teoria: “o meu ponto de partida é sempre o empírico. /.../ eu nunca leio uma teoria e digo: ‘vou aplicar’ /.../. Minha paixão é pelo concreto, /.../ a teoria é para mim um instrumento, não uma finalidade.” (Candido, apud. Vieira, 2005, p. 421).

Candido descreve como o capitalismo, a modernização do campo, modifica toda a forma de sociabilidade, trata-se de um “desornamento de sua forma de ser social”, dos antigos sitiantes, posseiros e agregados. Estes que antes tinha sua cultura “caracterizada pela auto-suficiência, pelo ‘isolamento, posse da terra, trabalho doméstico, auxílio vicinal, disponibilidade de terra, margem de lazer.” (Vieira, 2005, p.425).

Com a expansão do capitalismo e seu processo de modernização que chega ao campo paulista, o caipira, por não ter a propriedade da terra, é obrigado a se mudar para a cidade. Fato que altera toda a sua forma de vida, a sua rotina, o trato com a terra e os instrumentos de trabalho, não há mais a solidariedade que caracterizava a relação entre os integrantes deste grupo social. A relação com o urbano resulta no desornamento de sua

cultura pela interposição da propriedade nas relações sociais coletivas, *individualizando* os indivíduos, resultando na perda gradativa de sua autonomia em relação ao trabalho, assim como na perda de seus instrumentos, matérias-primas e saberes (tecnologia). Perdem sua autonomia, passam à sujeição ao capital. (Vieira, 2005, p. 426).

É significativa a passagem de José Graziano da Silva citada por Vieira:

No campo não há desempregados: quando o trabalhador rural é dispensado de uma fazenda ou expulso de sua roça e morada, tem que ir para a cidade. E na cidade ele não vai ser metalúrgico, porque há milhares de metalúrgicos desempregados esperando sua vez. Não vai ser bancário, porque há milhares de bancários desempregados esperando serem readmitidos. Ele vai ser mesmo favelado, talvez biscateiro, lavador de carros, jardineiro. (Silva, apud. Vieira, 2005, p. 427)

Nota-se uma maneira diferente de enxergar o mesmo problema que Jessé Souza identificou, a constituição de uma “ralé”. Se para o último o que é determinante tanto para o

adjacência, se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida, que sustente ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento, ou, então, se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade, não há, igualmente, um problema do conhecimento na reflexão marxiana” (Chasin, 2009, p.89)



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

emergir quanto para a continuidade da rale é a falta de um tipo de *habitus*, para Candido se trata do impacto que a modernização causa nos indivíduos, fazendo com o que seu *habitus* – para manter a expressão – próprio tenha obrigatoriamente de ser destruído para ser incorporado outro, o moderno

Contudo, Candido não deixa de evidenciar a permanência da cultura caipira, mesmo que em constante transformação devido às mutações sofridas por este setor:

Candido pondera que, no seio das alterações pelas quais passaram os municípios estudados, evidenciam-se as permanências da cultura tradicional caipira. Permanência que, conforme afirma, convivem com a desorganização de sua vida societária e individual, pois, conforme se desenvolvem os centros urbanos – os circunvizinhos primeiro e os distantes depois –, alteram-se suas necessidades. (Vieira, 2005, p. 428).

Percebe-se no decorrer da obra – o que não será descrito aqui – a identificação tanto dos aspectos modernizantes que alteram radicalmente a cultura e a forma de vida do caipira, quanto a permanência desta cultura dentro da sociabilidade moderna.

Antonio Candido recupera a especificidade desta subordinação na cultura caipira estudada, mostrando, inicialmente a interdependência entre as condições vigentes e a iniciativa dos caipiras e, depois, na transitoriedade de suas formas, os fatores de mudança e de permanência de seus elementos culturais. (Vieira, 2005, p. 429).

Trata-se, evidentemente, a obra de Candido, de uma real articulação entre os elementos singulares e universais, entre *pré-modernidade e modernidade*.

O conjunto da obra de Francisco Oliveira também contribui para o estudo da especificidade brasileira, de um modo que articula os elementos singulares e os universais. Em *Crítica à razão dualista*, Oliveira busca desvendar os limites da tese dualista da Comissão Econômica para a América latina e do Caribe (CEPAL), e de seu principal expoente no Brasil, Celso Furtado. Entre outros aspectos, o dualismo que caracteriza a teoria cepalina se baseia em uma divisão do Brasil entre moderno e atrasado, entre cidade e campo e entre indústria e a economia precária do campo. A teoria cepalina, tinha como proposta uma política econômica que buscava a modernização do país via industrialização. O grande mérito dos teóricos da CEPAL foi o de ter “descoberto” que o subdesenvolvimento do país estava diretamente relacionado com o desenvolvimento de outras nações, as centrais; e tal fato era agravado pela deteriorização dos temas de troca.

Analisando a teoria da Cepal, mesmo sem desenvolvê-la plenamente, é possível verificar que ela guarda semelhanças metodológicas com a proposta de Jessé Souza. Isso na medida em que analisa as características específicas do Brasil pela ausência dos elementos



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

modernos. O que caracteriza o subdesenvolvimento brasileiro são os elementos não modernos. Por isso uma política modernizante de industrialização. Há na teoria cepalina, portanto, a nosso ver, uma primazia do aspecto moderno ocidental em sua relação com a singularidade.

Diferente desta concepção é a crítica feita por Oliveira (2003). O autor identifica, e isso é o fundamental de sua obra, que o “atraso” é funcional ao moderno. São os elementos do “atraso” que possibilitam a modernização do país. Em outros termos, é com base no que foi produzido pelo atraso que emerge o moderno. Nas palavras do autor: “/.../ a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado” /.../” (Oliveira, 2003, p.32).

Trata-se de um novo modo de perceber a dualidade entre desenvolvimento e subdesenvolvimento:

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo. (Oliveira, 2003, p.32)

Na forma de análise desenvolvida por Oliveira o “atrasado”, que configura uma singularidade brasileira, e o “moderno”, que se refere à universalidade são contemporâneos. Não são períodos distintos, mas convivem. Trata-se de uma relação entre singular e universal que ressalta a via de mão dupla pela qual tanto o “atraso” é condição para o “moderno”, quanto aos impactos que o último causa ao primeiro.

Um dos aspectos do “subdesenvolvimento”, do “atraso”, é a condição de marginalidade que envolve grande parte da população brasileira – a *ralé*, nos termos de Jessé Souza e os antigos caipiras, para não esquecer Candido – contudo, Oliveira percebe a funcionalidade que este setor possui para a acumulação de capital no país. Isso por compor um exército de reserva rebaixando os salários, e pela maior parte deste setor se localizar nas funções de serviços, rebaixando o valor de reprodução da força de trabalho. Assim, a *ralé* e os setores marginalizados não são inúteis, como afirma Souza, mas sim funcionais, e é interesse da forma específica de produção capitalista brasileira que ele assim se mantenha.

Pensamos que as contribuições de Oliveira e Candido conseguem, cada um ao seu modo, tratar da singularidade brasileira sem se esquecer dos aspectos universais. Os três não se valem de um *método a priori* defendido pelos ocidentais modernos – como criticado corretamente pela *epistemologia do Sul* – mas, também não se limitam a descrever os aspectos



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

singulares isolando-os de uma configuração mais ampla e universal, que são os aspectos modernos.

4 – Considerações finais

Tentamos construir neste texto, de forma rápida, uma forma de se pensar a particularidade brasileira. Com o intuito de que esse exercício contribua de forma significativa para estudos futuros.

Destacamos as características dos autores que contribuem metodologicamente para se pensar o sul do mundo, em particular o Brasil. Por isso a base para a construção do texto foram os autores da epistemologia do Sul e Jessé Souza. Em ambos encontramos aspectos positivos, mas também seus limites metodológicos.

Como o tema central do texto foi a relação entre singularidade e universalidade – ou uma polarização entre *pré-moderno* e *moderno* – ambas as correntes teóricas apresentaram significativas contribuições: a epistemologia do Sul por ressaltar a importância que têm não tomar como parâmetro único e central a epistemologia moderna, e consequentemente os conceitos elaborados por tais critérios científicos, dessa forma resalta o local, o singular. O seu limite está em secundarizar a ação que os elementos universais exercem sobre os singulares, dando a estes uma nova particularidade.

O que é criticado pela epistemologia do Sul é exatamente o que nos traz Jessé Souza. Este autor destaca os elementos modernos, universais. Analisa a singularidade brasileira buscando a ausência dos pressupostos modernos, e se vale teoricamente tanto dos conceitos quanto da ciência tal qual formulada pelos países centrais. Souza contribui para se pensar o Brasil no marco da expansão do capitalismo, portanto em sua relação com a modernidade. O seu limite está em ressaltar a ausência dos pressupostos modernos, isso por secundarizar – ou rejeitar – a influência e o poder que a singularidade – para ele *pré-moderna* – exerce sobre o moderno (universal) que se singulariza no Brasil.

Bibliografia

- CANDIDO, Antonio. **Parceiros do rio bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul. 2010.
CARIA, Telmo H. **História, reforma e lucidez em ciência: a reflexividade científica segundo Pierre Bourdieu**. in: Revista Crítica de Ciências Sociais, 79. 2007.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

_____. **A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras.** in: CARIA, T. (org.) *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 2003.

CHASIN, José. **Marx: estatuto teórico e resolução metodológica.** São Paulo: Boitempo. 2009.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** in: *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural. 1973.

NUNES, João Arriscado. **O resgate da epistemologia.** in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80. 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo. 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal. 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. **As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa.** In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2012. 2º Ed.

_____. **Ralé Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.

VIEIRA, Vera Lúcia. **Marx n'os parceiros do rio bonito, de Antonio Candido.** in: *Cadernos de Ciências Sociais*. Santo André: Capes; Centro Universitário Fundação Santo André. 2005.

WEBER, Max. **A "objetividade" do conhecimento em Ciências Sociais.** in: COHN, Gabriel (org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática. 2001.

_____. **A gênese do capitalismo moderno.** São Paulo: Ática. 2006.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

DIÁLOGOS NA HISTÓRIA INTELECTUAL: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE PIERRE BOURDIEU E RAYMOND WILLIAMS

José Ricardo Beltramini de Melo *

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo investigar as correspondências trocadas entre dois reconhecidos intelectuais do século XX: Raymond Williams (1921 - 1988) e Pierre Bourdieu (1930 - 2002). Com o acesso de três cartas escritas por Pierre Bourdieu endereçadas a Raymond Williams, presentes no Richard Burton Archives (Swansea University - País de Gales), torna-se possível fundamentar a afirmação de que os autores possuíam algum vínculo direto, cabendo, agora apontar quais foram e estudá-los. No material acessado, o que move o contato entre eles foram planos para realizações de publicações em conjunto e pedidos de cunho editoriais. Partindo desses conteúdos, busca-se por meio de investigações nos arquivos da universidade galesa, assim como nos arquivos pessoais de Pierre Bourdieu, presentes na École Pratique des Hautes Études, um levantamento mais definido do diálogo, que pode possibilitar a verificação dos trabalhos citados nestas correspondências, assim como quais os temas e assuntos que motivaram o contato entre os autores.

Palavras-chave: Raymond Williams; Pierre Bourdieu; Correspondências; História Intelectual;

Abstract: The present research aims to investigate the correspondences exchanged between two acknowledged twentieth-century intellectuals: Raymond Williams (1921-1988) and Pierre Bourdieu (1930 - 2002). With access of three letters written by Pierre Bourdieu addressed to Raymond Williams, present at Richard Burton Archives (Swansea University - Wales), it is possible to substantiate the claim that the authors had some direct bond, that it is important to point them out. In the material accessed, what drives the contact between them were plans for accomplishments of publications and editorial requests. Starting out from these contents we seek out to collect more defined informations about the dialogue between the authors through investigation in the archives of the Welsh university, as well as personal files of Pierre Bourdieu, present at the École Pratique des Hautes Études. This may enable to verificate the works quoted in these correspondences, as well as the themes and subjects that motivated the interchanges of letters between the authors.

Keywords: Raymond Williams; Pierre Bourdieu; Correspondences; Intellectual History;

Introdução

A aproximação entre Raymond Williams e Pierre Bourdieu já foi realizada em outros trabalhos de autores brasileiros de diferentes formas, assim como em diferentes temáticas, indo da sociologia, passando pela comunicação, política, até a literatura. Enquanto comparações entre os dois autores a respeito de suas metodologias de análise da literatura, suas configurações entre uma sociologia da literatura e uma forma de crítica literária, o trabalho realizado por Enio Passiani, em seu artigo *Afinidades seletivas: uma comparação entre as sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams* (PASSIANI 2009) sobre os dois autores, nos coloca um princípio para se pensar suas obras de diferentes nacionalidades e abordagens, mas com

* Mestrando em Educação na área de História Cultural e Educação, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a orientação do professor Doutor Alexandre Paixão.

Email: jrbeltramini@hotmail.com



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

olhares analíticos apontados para uma mesma direção: Williams e Bourdieu, segundo Passiani, estão preocupados com as mudanças ocorridas no âmbito da cultura, cada qual de uma forma específica, decorrente de seus desenvolvimentos intelectuais e das formações dos contextos culturais e políticos que desenrolaram nas formas nacionais.

O trabalho de Passiani concentra nas formulações das reproduções sociais nos autores. Em Williams a discussão se configura na forma de: “[...] processo de mudança social, posição que não deixa de revelar [...] um esforço em mostrar e demonstrar que há uma alternativa à ordem social vigente – que aparece plasmada sob muitas formas, inclusive a de um discurso/texto literário.” (PASSIANI, 2009, p. 296) enquanto para Bourdieu a produção sobre as reproduções sociais busca: “[...] revelar os mecanismos de reprodução da dominação, principalmente as de caráter simbólico, que podem ser encontradas naqueles campos geralmente tidos como espaço exclusivo da liberdade e da transformação, como o educacional e o estético.” (PASSIANI, 2009, p. 296). Também se relacionam à defesa da tese de Williams de que a língua e as palavras não são isentas de embates de forças históricas e são locais de disputas, as quais confluem – como exposto no artigo já citado – para o mesmo caminho da teoria de campos do autor francês.

Não menos importante é a publicação de Heloísa Pontes em que reúne os empenhos metodológicos de Raymond Williams e de Pierre Bourdieu para realizar uma análise sociológica do “grupo Clima” de intelectuais brasileiros. Em seu trabalho, Pontes nos traz a sistematização de Raymond Williams presente na obra *Bloomsbury Group*:

[...] os princípios e os valores que unem seus integrantes não são codificados institucionalmente. Eles estão ancorados num corpo de práticas e de representações e, simultaneamente, na "estrutura de sentimentos" e no "ethos" do grupo. (WILLIAMS Apud PONTES, 1996, p.148).

Nesse trecho, Heloísa Pontes, lendo Williams nos expõe que a análise da cultura moderna deve passar também pelos grupos de intelectuais que contribuíram para a constituição dessa cultura. Aquilo que os une, ou os reúne sobre determinado conhecimento, muitas das vezes não está claro, ou seja, não está definido para o pesquisador ou para aquele que não partilha das mesmas disposições do grupo. Recuperando ambos os autores dessa pesquisa, a antropóloga brasileira utiliza-se de seus movimentos teóricos para marcar “[...] as mediações necessárias para



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

circunscrever os intelectuais como uma categoria social específica, passível, como as demais categorias sociais, de uma análise sociológica.” (PONTES 1996).

Porém, a despeito da importância desses trabalhos para o campo das ciências sociais, não foi realizado até então pesquisas a respeito dos vínculos que existiram ou que viriam a se estabelecer entre os autores a partir de evidências empíricas, como a troca de cartas. Partindo dessa perspectiva, buscaremos entender quais foram os contatos e as relações que de fato se sucederam entre os dois autores de diferentes gerações e espaços intelectuais, com base em correspondências encontradas e previamente analisadas. Pensando, de certa forma, em um pequeno espaço na história intelectual europeia a ser preenchido que permanece no vazio, pois não foi discutida ou mencionada a colaboração entre os autores em parcerias editoriais ou trabalhos conjuntos. Afirmamos isso, lendo as cartas.

Com a escassa produção sobre os dois autores em associação, visto as suas reverberações a níveis globais, a pesquisa se incumbe de propor e despertar o debate sobre os trabalhos que se realizam em conjunto, e também o que há para interligar as perspectivas teóricas que movimentam cada um dos autores que possibilitaram tais atividades. Fundamentalmente o trabalho se assenta na troca de correspondência entre Raymond Williams e Pierre Bourdieu, que compõem um material empírico inédito. Dessas correspondências, foram possíveis o acesso a três cartas endereçadas a Williams escritas pelo pesquisador francês até o momento dessa redação. Essas fontes pertencem ao Richard Burton Archives da Swansea University, e foram reunidas e disponibilizadas para a presente pesquisa, a partir de um auxílio pesquisa fomentado pela Fapesp*. Portanto, essa investigação também faz parte de um projeto mais amplo sobre a vida e obra de Raymond Williams coordenado por Alexandro Paixão, e em desenvolvimento dentro do Laboratório de Estudos de Cultura, História, Educação e Sociologia (LECHES), na Faculdade de Educação da Unicamp, do qual essa pesquisa também faz parte.

Se propõe, então, investigar tudo aquilo que se passa dentro das correspondências, na forma de reconstruir o cenário realizado entre os autores. Para se efetivar a análise de todo o possível material empírico, é necessário as fontes primárias dos documentos, presentes no Richard Burton Archives e examinar também se há respostas de Williams enviadas a Bourdieu,

* Trata-se de um projeto coordenado por Alexandro Henrique Paixão, intitulado: Raymond Williams: crítica e crise como elementos constitutivos de cultura e educação no Pós-guerra (1946-1961), Processo nº 17/02063-0, realizada em janeiro de 2018. Foi Paixão que obteve acesso às cartas e impulsionou a realização deste projeto que está sob sua orientação.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

algo que iremos pesquisar nos arquivos da Fonds Pierre Bourdieu na École Pratique des Hautes Études, em Paris, para comprovar materialmente se de fato há trocas de cartas entre os autores e não apenas uma correspondência em via de mão única.

Correspondências:

As correspondências encontradas foram endereçadas ao autor galês, em dois momentos distintos da carreira universitária de Pierre Bourdieu, sendo possível construir algumas hipóteses iniciais para um possível diálogo entre intelectuais, algo centrado em preocupações teóricas e projetos editoriais. Serão privilegiadas as teorias de Williams em detrimento de Pierre Bourdieu para este escrito, pois as cartas encontradas até o momento são de autoria do intelectual francês. Porém, essa abordagem será superada no decorrer da pesquisa, equilibrando a presença dos dois autores, sem distinções, para que se possa apresentar de fato o diálogo entre eles.

A primeira carta de Bourdieu a Williams data de 22 de dezembro de 1976, com o timbre da École des Hautes Études en Sciences Sociales e do Centre de Sociologie Européenne. Bourdieu expressa que essa primeira carta poderia ser o começo de uma troca de cartas contínuas. Segue relatando que após a leitura do artigo *Developments in the Sociology of Culture*, de Williams, sente que a leitura despertou um sentimento de um encontro de mentes e, para que o outro autor compartilhe dessa ideia, leia o texto *Sociologie des Mythologues et Mytologie des Sociologies*, de Bourdieu. Como pedidos finais, gostaria que fosse viabilizado a publicação de uma parte da obra *Television: Technology and Cultural Form*, em específico o texto intitulado *The Social History of the Use of Television Technology*, dentro da *Actes de la Recherche*.

Em sua segunda correspondência, com data de 7 de setembro de 1977 e os mesmos timbres da primeira carta, Bourdieu menciona um convite de Raymond Williams para a participação no projeto *Human Communication* do autor galês. Também são citados pontos sobre temáticas no trabalho indicado. O único especificado é o ponto 2, que se refere à linguagem. Bourdieu propõe que talvez um de seus textos possa ser usado para o ponto 8: *Un*



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Art Moyen, Essai sur les Usages Sociaux de la Photographie. Bourdieu relata que prefere republicar algum de seus textos que não está em inglês, pois está ocupado redigindo seu livro *La Politique* e gostaria de acabá-lo antes de iniciar um novo trabalho. Como último parágrafo da carta, relata que acabou de ler *Marxism and Literature* e concordou profundamente com o texto. Finaliza dizendo que se sente isolado onde está e que a extensão de suas concordâncias em comum parece algo milagroso.

A terceira e última carta data de 8 de abril de 1987 e contém o timbre do Collège de France e o registro Chaire de Sociologie, o que significa que, passados dez anos desde a última carta, Bourdieu estava em outro local e nova posição intelectual dentro do campo cultural e político na França. Também é importante apontar para o fato de que apenas esta correspondência fora redigida em francês. É a carta mais extensa do conjunto, porém, a escrita de Bourdieu é breve, delimitando a maior parte do conteúdo da carta a proposta da revista literária italiana. Reproduzo a escrita de Bourdieu à Raymond Williams: “Voici l’exposé d’un projet de supplément européen de la revue italienne *Indice*, qui pourrait être le point de départ d’une revue européenne en plusieurs langues. Amitié.” O que compõe o maior segmento do conteúdo da carta se refere à uma proposta da revista italiana *L’Indice De Libri Del Mese*. Esse projeto se baseia em grande parte na ideia da formulação de um suplemento literário dentro da revista que percorreria todo o continente, tomando formas nacionais e internacionais.

As duas primeiras cartas foram escritas com uma diferença de um ano e tratam de trocas de livros, estímulos para publicação e edições dos trabalhos dos autores, enquanto a última carta, na qual queremos nos concentrar mais, trata de um projeto editorial compartilhado, ligado à revista italiana *L’Indice*.

Sobre a revista cabe apenas uma pequena descrição, pois, já adiantando, até pesquisas prévias nos conteúdos disponibilizados pela revista online, não houve participação de Raymond Williams no seu projeto editorial e nos textos enquanto redator, apenas de Pierre Bourdieu*. O projeto da publicação buscava estabelecer edições de um suplemento literário† dentro dessa

* Para as relações estabelecidas entre a revista e seu editor Gian Giacomo Migone: GRENFELL, Michael. *Pierre Bourdieu - Agent Provocateur*. London; New York, NY: Continuum, 2004 e COLLIER, Peter. *Liber: liberty and literature*. French Cultural Studies, 4(12), 291-303, 1993.

† Serão transmitidas aqui as pretensões de tal suplemento, pois, mais tarde, ele é transformado na *Liber*, que será citada na apresentação do autor francês. O projeto, agora inteiramente nas mãos de Bourdieu, caracteriza-se de forma exemplar nos debates teóricos realizados por Williams a respeito das formas que a linguagem e comunicação possam ser transmitidas, no que o autor galês entende enquanto uma forma de experiência comum.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

revista em diferentes nações. Tal ideia se propunha a realizar uma construção de informações unificadas e compreensivas sobre a produção intelectual das diversas nações e disciplinas, partindo das humanidades às ciências exatas. Como característica que a difere dos periódicos americanos e britânicos, seria o fato desta trabalhar com literaturas de todas as nações europeias, tendo também intelectuais de diversas culturas.

A revista teria o intuito de reunir intelectuais europeus discutindo seus trabalhos de maneira agradável para um público amplo. Na apresentação da revista é enfatizada a pretensão de um projeto que compreenda uma concepção ampla de unidade europeia. Cada edição seria composta por tiragens nacionais (na própria língua) e dividida em duas partes: uma específica para cada país e a outra igual para todas as edições, com as críticas e análises de um mesmo livro e abordando questões de interesse geral da Europa.

Como ponto de partida, a revista italiana *L'Indice* publicada desde 1984 representava a forma de publicação pretendida. Também seria ela o veículo para testes preliminares na forma de suplemento, sendo planejado para lançamento um suplemento em outubro de 1987. A partir de 1991 o projeto, já com o nome de *Liber*, passa a ser veiculado pela *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, portanto, ligado a Bourdieu. Instituições como The Maison des Sciences de l'Homme e o Collège de France possibilitariam custos iniciais de tradução, enquanto a revista e ajudas governamentais de cada país ficariam responsáveis pelas impressões. A apresentação da revista se encerra com um recado para os seus convidados: buscam sugestões de ideias e temas para o seu início, assim como disposição para colaborar com o projeto. Após o encerramento da apresentação do projeto editorial da revista, é pedida a resposta para dois destinatários: Pierre Bourdieu (endereçada ao Collège de France) e para Gian Giacomo Migone (endereçada à *L'Indice*).

Similaridades x distinções

É significativo ressaltar características temporais e até biográficas dos autores para estabelecer afinidades dentro da história intelectual do século XX. Portanto, uma breve



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

explicação sobre quem era Raymond Williams e Pierre Bourdieu até o momento em que as cartas francesas foram enviadas, se faz necessária.

De origens marginalizadas, ambos os autores convergem para uma ascensão até o ápice do prestígio acadêmico em seus respectivos campos intelectuais. Enquanto Williams, descendente de uma família operária das regiões rurais galesas, atinge a posição de docente na University of Cambridge, através dos seus méritos escolares e uma via periférica que fora o trabalho de educação de adultos que realizou no Departamento extramuros da Oxford University, em parceria com a Workers' Educational Association (WEA) (PAIXÃO 2018), Pierre Bourdieu realiza um crescimento dentro da academia francesa de forma semelhante. Filho de um carteiro, proveniente do interior da França, foi através de destaques escolares que o permitem ingressar na École Normale Supérieure. Com um movimento da antropologia para a sociologia, inicia suas produções em uma disciplina na qual ajudou a revitalizar e renovar (WACQUANT 2002) com seus trabalhos e métodos próprios.

A produção de ambos os autores perpassa temáticas dos desdobramentos da cultura, como nacionalidade, linguagem e identidade. Apontam em suas obras necessidades de se pensar o que ocorre com o espaço que é delimitado como cultura. Dentro de suas respectivas problemáticas e objetos, assim como cada qual em diálogo com suas referências teóricas em partes distintas, convergem a um determinado limiar da noção de cultura: uma forma ampla, com implicações nos outros diversos campos sociais, que não está isenta de disputas. Williams está concebendo a cultura como todo um modo de vida, de preenchimento completo da vida social. Bourdieu a entende como um dos campos sob disputa de poder que compreendem a vida social.

Na biografia de Raymond Williams *A Warrior's Tale* (SMITH 2008), que abrange um estudo sobre sua vida, obra e atuações sociais e políticas até inícios da década de 1960, não há menções a Pierre Bourdieu. Em outros estudos sobre sua vida e obra como *Raymond Williams: Writings, Culture, Politics* (O'CONNOR 1989) também não há a presença das conexões com autor francês, todavia, sabemos pelas cartas que essas conexões existem.

Algumas hipóteses sobre os interesses envolvidos nas correspondências enviadas por Bourdieu. Se tomarmos como dado que Williams é internacionalmente conhecido, pois seus livros foram traduzindo para diversos idiomas, inclusive, o japonês (WILLIAMS 2011), desde



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

os primeiros momentos de publicação, refiro-me ao *Cultura e Sociedade* (1958), e obras posteriores como *Marxismo e Literatura* (1977) para o coreano, por exemplo. Compõe um dos principais nomes da primeira geração do grupo denominado *New Left* e esteve à frente de uma das maiores e importantes revistas intelectuais e políticas do século XX - a *New Left Review*, do início da década de 1960.

No final do ano de 1961, Raymond Williams inicia suas atividades como professor na University of Cambridge, podendo ser estendida sua importância – não somente pela posição alcançada na universidade – para um lugar distinto na história cultural e intelectual do século XX, sobretudo no Reino Unido, considerando a repercussão de suas obras a níveis mundiais. Como exemplo, novamente, *Cultura e Sociedade* alcançar a marca de 250.000 exemplares vendidos ao final da década de 1960 (O’CONNOR, 1989).

Suas relações com a *New Left Review* e sua orientação para o marxismo com a publicação de *Marxism and Literature*, em 1977, até então não oficializada, indicam características importantes para precisar sobre quais circunstâncias e o que significou para o pesquisador francês pretextos para estabelecer o contato inicial, visto que a estrutura da academia francesa na qual Bourdieu estava inserido dialogava principalmente com abordagens estruturalistas da antropologia e das ciências sociais. O autor galês também foi responsável pelo *May Day Manifesto* (1966) que juntamente com Stuart Hall e Eduard Thompson, promoveu uma projeção internacional para eles, conforme o próprio Williams nos chama atenção em seu prefácio da edição 1968 da publicação citada acima.

Pierre Bourdieu acumula títulos e realizações acadêmicas que dispensam maiores enunciados. Porém, serão concentrados períodos e produções importantes próximos a data de início das correspondências endereçadas ao autor galês. Um desses elementos foi o momento em que se torna diretor de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales, na década de 1960, assim como sua associação – e posterior posição de secretário – no Centre de Sociologie Européenne, em 1968.

Durante a sua atuação no Centre de Sociologie Européenne Bourdieu compõe o grupo *Actes de la Recherche* – que é mencionado na primeira carta do nosso material inicial para Williams – e inicia suas atividades em 1975, data muito próxima a primeira carta endereçada



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ao autor galês. Cabe precisar que ele dirigiu a série *Le sens commun* pela Éditions de Minuit, editora que também fora citada no decorrer de suas correspondências.

Sua ascensão à cátedra de sociologia no Collège de France se realiza em 1981, permanecendo nesse posto até seu falecimento em 2001. Cabe a menção sobre seu destaque acadêmico, pois nas correspondências encontradas é apenas na terceira, com data de 1987, que o autor ocupa tal cargo. Suas outras cartas são enviadas através de suas funções enquanto docente na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Como último ponto a ser levantado das atividades do autor francês, está a realização do projeto editorial *Liber*, resultado da proposta apresentada a Raymond Williams na terceira carta das quais tivemos acesso. Bourdieu inicia a direção da revista a partir de 1989 e uma mesma edição chegou a ser publicada em até nove línguas. Destaco esse projeto em específico dentro dos muitos executados por ele, pois nos atentaremos sobre sua iniciativa em produzir uma proposta extranacional de divulgação e publicação literária, especialmente pensando quais são os significados de um trabalho com tais configurações dentro de seu projeto teórico e político.

Considerações finais

Através da leitura e análise prévia de materiais dos autores, juntamente com as correspondências encontradas no arquivo galês, se buscou investigar quais foram os desdobramentos provenientes do intercâmbio de ideias entre os autores: tanto para casos de produção ou publicação de material em forma colaborativa quanto a presença que os pontos trabalhados por mensagens tenham exercido nas obras dos autores, nos debruçando principalmente sobre a obra de Bourdieu, uma vez que o autor se encontra em um percurso de ascensão dentro do espaço acadêmico no período das correspondências. Outro aspecto fundamental é examinar quais foram as implicâncias do projeto da revista de crítica literária apresentado obteve na relação entre os autores.

A leitura de todo os materiais mencionados nas correspondências não foi realizada até o momento, devido a dificuldades de localização de algumas delas. Porém, foi evidenciado o material citado nas correspondências com pretensões de colaboração de ambos os autores. O



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

projeto editorial de Williams *Humman Communications*, porém, não obteve a participação de Pierre Bourdieu. Esperamos que a investigação nos arquivos também nos responda a sua ausência na publicação.

Bibliografia consultada

BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. 3ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v.1).

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, SP; Porto Alegre, RS: Edusp: Zouk, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de Auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2001.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

COLLIER, Peter. *Liber: liberty and literature*. *French Cultural Studies*, 4(12), 291–303, 1993

FILMER, P. *Structures of feeling and socio-cultural formations: the significance of literature and experience to Raymond Williams's sociology of culture*. *The British Journal of Sociology*, 54: 199–219, 2003.

FREIRE, Rosano. *Nas sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams, que espaço há para a análise do objeto artístico?*. *Revista Brasileira de Sociologia - RBS*. 3. 10.20336/rbs.121, 2016

MULHERN, Francis. *Culture and Society Then and Now*. *New Left Review* nº 55, January-February 2009. Disponível: <https://newleftreview.org/II/55/francis-mulhern-culture-and-society-then-and-now> .

O'CONNOR, Alan. *Raymond Williams, Writing, Culture, Politics*. U.K.: Blackwell Pub, 1989.

PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Leitores de tinta e papel: elementos constitutivos para o estudo do público literário no século XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

PASSIANI, Enio. *Afinidades seletivas: uma comparação entre as sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams*. *Estudos de Sociologia, Araraquara*. v13, nº27: 285-299, 2009.

PONTES, Heloisa. (1997), *Círculo de Intelectuais e Experiência Social*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, nº 34, pp. 57-69.

Setton, M. da G. (2001). *Indústria cultural: Bourdieu e a teoria clássica*. *Comunicação & Educação*, (22), 26-36, 2001.

SMITH, Dai. *Raymond Williams: a warrior's tale*. Cardigan. U.K.: Parthian, 2008

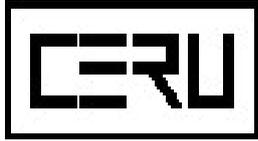
WACQUANT, Loïc J. D. *O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal*. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nº19, p.95-110 novembro 2002.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

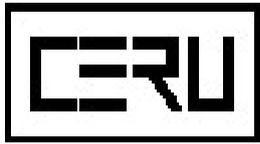
- WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo, SP: Editora UNESP; 2015
- WILLIAMS, Raymond. *A política e as letras: entrevistas da New Left Review*. Tradução André Glaser. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2013.
- WILLIAMS, Raymond. *Lectura y crítica*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Godot, 2013.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo, SP: Boitempo; 2007.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. *The long revolution*. Middlesex: Penguin, 1984.
- BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. *LIBER 1*. São Paulo, SP: Edusp, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Coautoria de Renato Ortiz. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero, 1983.
- CATANI, Afranio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (Org). *Vocabulário Bourdieu*. Autêntica Editora, 2017.
- CHARTIER, Roger. *Intellectual History or Sociocultural History? The French Trajectories*. In: LACAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven L. (Orgs.). *Modern European Intellectual History: Reappraisals and New Perspectives*. Ithaca: Cornell University Press, 1982.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.
- GRENFELL, Michael. *Pierre Bourdieu: agent provocateur*. London; New York, NY: Continuum, 2004
- HALL, Stuart. *Only connect: the life of Raymond Williams*. New Statesman, 25 de fevereiro de 2008. Acesso em: <https://www.newstatesman.com/society/2008/02/work-life-williams-english>
- HEILBRON, Johan et al. *Pour une histoire des sciences sociales: hommage a Pierre Bourdieu*. Paris: Fayard, 2004.
- HIGGINS, John. *Raymond Williams: Literature, Marxism and Cultural Materialism*. U.K.: Routledge, 1999
- RIVIÈRE, Marie-Christine (colab.). *Pierre Bourdieu, sociólogo*. Coautoria de Louis Pinto, Gisele Sapiro, Patrick Champagne; Tradução de Emilio Bernini. Buenos Aires: Nueva Vision, 2007.
- SUSEN & TURNER. *The legacy of Pierre Bourdieu: critical essays*. London: Anthem Press, 2011.
- SWARTZ & ZOLBERG. *After Bourdieu: influence, critique, elaboration*. New York: Kluwer Academic, 2005.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

WILLIAMS, Raymond. *Drama em cena*. São Paulo, SP: CosacNaify, 2010.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Migrações

Regiane Caldeira da Silva; Maria Inês Mancuso, 216
Cesar Kizako Umkita, 242



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O BOLO DE ARROZ: QUITUTE DE MÚLTIPLAS PERTENÇAS E REPRESENTAÇÕES

Regiane Caldeira da Silva – UNEMAT
Regianecaldeira@unemat.br

Maria Inês Rauter Mancuso –UFSCar
inesmancuso48@gmail.com

Resumo: Esta apresentação é resultado de pesquisas documental e bibliográfica realizadas com o objetivo de trabalhar significado cultural e social do bolo de arroz, quitute considerado típico do Mato Grosso. O bolo de arroz como comida representativa do Estado de Mato Grosso não é exclusivo deste território. Tal quitute existe com essa denominação em diferentes partes do Brasil e do mundo. Os ingredientes podem ser os mesmos ou bastantes similares, mas o que diferencia um bolo de arroz do outro são as maneiras como os indivíduos se apropriaram destes elementos (materiais e imateriais) e os transformaram em comida. Por esta razão, pode ser classificado como um quitute de múltiplas pertencas e representações. Pertencer é fazer parte de algo maior do que o próprio ser ou objeto que pertence. Trata-se de integrar em um sistema maior, no qual informações são captadas, aceitas e operacionalizadas no cotidiano. O sentimento de pertencimento coloca o indivíduo em contato com o que aceita continuar sendo. Ajah Bailey (2017), em *The migrant suitcase: food, belonging and commensality among Indian migrants in The Netherlands*, menciona a língua como dimensão primordial do sentimento de pertencer. A palavra pertença remete ao “estar em casa” (a origem), mesmo não estando; é cercar-se de familiaridades, de segurança e conforto, a fim de evitar o estado de *homesickness* (HEDETOFT; HJORT, 2002), que pode ser traduzido como um vazio, tristeza, solidão e saudade de casa. Neste contexto, a comida e o comer são veículos capazes de amenizar os muros construídos entre diferentes. Com a migração e a comunicação, intensificados na Modernidade, a comida do outro deixa de ser apenas do outro e passa a ser incorporado nos momentos ordinários e/ou extraordinários dos comedores. O fazer a comida do “diferente” envolve ainda a incorporação de novos modos de fazer, a fim de estabelecer pontes. Um exemplo é a inserção, retirada ou redução de determinados ingredientes, no intuito de agradar o paladar não socializado nos costumes do grupo ou pelo fato de não se encontrar os ingredientes da origem e ter que os substituir por similares. Forma-se, assim, um novo grupo que come algo reconfigurado a partir da união de gostos ou das possibilidades de execução. A comida é elemento central da vida humana. É essencial ao sustento físico, estabelece formas de relação de produção e de consumo e estabelece formas pelas quais se expressam identidades, portanto expressa quem somos e como queremos ser vistos.

.***

O bolo de arroz como comida representativa do Estado de Mato Grosso não é exclusivo deste território. Tal quitute existe com essa denominação em diferentes partes do Brasil e do mundo. Os ingredientes podem ser os mesmos ou bastantes similares, mas o que diferencia um



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

bolo de arroz do outro são as maneiras como os indivíduos se apropriaram destes elementos (materiais e imateriais) e os transformaram em comida. Por esta razão, pode ser classificado como um quitute de múltiplas pertencas e representações.

No Japão, China, Tailândia, Filipinas, Korea, Vietnã, Portugal, Bolívia, Brasil, entre tantos outros países*, produzem-se e consomem-se bolos de arroz. Em alguns destes lugares esta comida recebe maior destaque do que em outras. A questão é: a exclusividade só existe em termos de saberes e técnicas de preparo, não por meio da denominação como no caso da bebida champanhe†, cuja denominação e origem marcam sua exclusividade em termos de *terroir*.

No Japão, o bolo de arroz é parte do cotidiano, rituais e crenças. Um dos mais famosos é o chamado moti ou mochi (foto xx). Trata-se de arroz cozido e socado no pilão, por duas pessoas intercalando as batidas (formato tradicional) (foto xx).

FOTO XX: SOVA DO MOCHI



Fonte:Wikipedia, s/d.

FOTO XX: MOCHI MOLDADO



Fonte:Wikipedia, s/d.

O jornalista e artista visual Roberto Maxwell, brasileiro, vive no Japão desde 2005 e relata que acompanhou (um ano após a ocorrência do tsunami e terremoto no Japão em 2011) a preparação, em formato tradicional‡, do mochi que seria parte de um festival dedicado às meninas, chamando Hina Matsuri.

* Estes foram escolhidos como exemplos dada a disponibilidade de informações na internet, em especial blogs identificados por meio de busca no Google imagens.

† Champanhe é um nome com denominação de origem controlada (AOC), classificada como a mais rigorosa utilizada em França, equivale à DOC utilizada em Portugal. Indicar nos rótulos que o vinho possui "AOC" é dispensável, já que de acordo com a legislação todos os vinhos com o nome original "Champagne" são produzidos naquela região (RUSSO, 2005). A UNESCO, em sua 39.ª sessão em 2015, classificou as Encostas, caves e lojas de Champagne como Património da Humanidade (UNESCO,2015).

‡ Existem máquinas tanto para uso doméstico quanto industrial que são utilizadas para produção modernizada do mochi.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Para fazer o mochi, o arroz precisa ser preparado lentamente numa espécie de fogareiro. Cozido, o arroz é levado para um pilão grande onde é socado por duas pessoas, com a ajuda de uma terceira que revolve a massa. Os demais comensais ficam em volta do pilão, marcando o ritmo e preparando-se para a sua vez de bater a massa que, ao chegar no ponto, vai para uma mesa onde é dividida em bolinhos e servida com o molho. Todos participam e todos compartilham o prato. Naquele dia, percebi o quanto um simples bolinho de arroz grudento e sem tempero dizia muito sobre o Japão, um país que convive com a tragédia e com a necessidade de se reconstruir a cada geração. Engana-se quem pensa que, neste caso, a tecnologia de reconstrução é o mais importante. O preparo do mochi me ensinou que nada, nada mesmo, tem mais valor do que a organização comunitária (MAXWELL, 2014, p.1).

A organização comunitária, neste caso, não apenas significa força para construir e reconstruir elementos físicos, mas, como bem destaca Maxwell, é força que mantém a comunidade unida, “grudados”, assim como os grãos de arroz após serem pilados, passando a formar uma massa única e consistente.

Apesar de estar relacionado à época de festividades, o mochi é um alimento consumido durante o ano inteiro. [...]. Além de servir de oferenda aos deuses, existem aqueles que acreditam que comer mochi no primeiro dia do ano funciona como uma simpatia para fortalecer os laços familiares. Porque diferente de um onigiri (bolinho de arroz) que se desmonta quando jogado na água, no mochi, os grãos foram sovados e por isso se mantêm unidos – da mesma forma que uma família se mantém, enfrentando desavenças e dificuldades juntos (TAKAHASHI, 2012, p.1).

A massa do mochi é, ainda, base para outros preparos como sorvetes, sopas e diferentes tipos de doces.

Além do mochi, o onigiri (fotos xx e xx) é bastante popular no Japão. Faz parte do dia a dia, diferente do mochi que, em sua maioria, é reservado para celebrações como Ano Novo, festivais, entre outras. O onigiri é apreciado por pessoas de todas as idades e compõe não apenas as matulas dos trabalhadores, como também as lancheiras escolares. Comida versátil, aceita vários tipos de recheios e molhos, pois o arroz não recebe temperos. Pode ser adquirido com facilidade em mercados e conveniências no Japão. No Brasil, pode ser encontrado em restaurantes japoneses e lojas especializadas.

O formato tradicional é o triangular, mas o redondo também existe. “Por ser um alimento prático, era levado pelos samurais em suas viagens de guerra. Nessa época, os bolinhos de arroz eram enrolados em folhas de bambu” (KAWANAMI, 2016). Destaca-se não apenas a praticidade mas a substância promovida pelo bolo em tempos difíceis. “O onigiri mais antigo do Japão foi encontrado em 1987, na cidade de Rokuseimachi, província de Ishikawa, e supõe-se que ele seja da Era Yayoi (300 a.C.–300 d.C.)” (NIPPOBRASIL, 2004).

FOTO XX: ONIGIRI



Fonte: #Hashtag, 2015.

FOTO XX: ONIGIRI INDUSTRIALIZADO



Fonte: Lelong.my, s/d.

Na China, um dos bolos de arroz mais famosos é o *nian gao*, bolo de ano novo chinês, considerado uma comida que traz sorte e boas energias para o ano que começa. Geralmente é preparado com arroz glutinoso* e açúcar. Tradicionalmente o preparo demora de 12 a 20 horas, pois requer fazer a farinha de arroz. Versões mais rápidas são hoje utilizadas, reduzindo para duas horas esse tempo. O bolo pode ser cozido no vapor ou frito. As fotos xxx e xxx mostram as diferenças não apenas no formato, mas também na forma de apresentação, sabores e modos de fazer.

A foto xxx apresenta um bolo cozido no vapor e preparado apenas com três ingredientes (água, açúcar e farinha de arroz), tendo como embalagem folha de bananeira. A primeira imagem (esquerda para direita) apresenta a incorporação de outros ingredientes: à base, elaborada com farinha de arroz glutinosa, farinha de arroz, açúcar, leite, manteiga, fermento, ovos, sal, outros ingredientes podem ser adicionados conforme as versões/sabores desejadas. O bolo foi assado no forno a gás, em formas descartáveis de alumínio em formato redondo, por 30 minutos. No vídeo de Mrs Lins†, disponível no Youtube, intitulado *how to make baked chinese new year cake* (como fazer bolo de ano novo assado), demonstra-se o preparo deste bolo, com cinco variações (pina colada, chocolate, cacau, feijões vermelhos e uva passa). A sra. Lins destaca que os chineses comem este bolo especialmente nas festividades de Ano Novo pois acreditam que assim atrairão sorte para as

* Espécie *Oryza glutinosa*. É um tipo de arroz de grão curto, oriundo da Ásia, que se torna particularmente pegajoso após a cozedura.

† O canal de Mrs Lins disponibiliza diversos vídeos sobre culinária japonesa, significados, modos de fazer, comer e também sobre utensílios utilizados. Alguns de seus vídeos chegam a ter 195.000 visualizações. Possui 7.900 inscritos.

ações que realizarem no ano que começa. Além disso, é alimento que renova laços entre as pessoas, já que é consumido com outros, especialmente familiares.

FOTO: XX, NIAN GAO CARAMELO



Fonte: Mykitchen101en, 2017.

FOTO: XX, NIAN GAO-VARIAÇÕES



Fonte: MrsLinskitchen, 2018.

Na Tailândia, o bolo de arroz é chamado *khao tom mat*. É uma sobremesa feita de arroz, com recheios doces ou salgados, embalados em folha de bananeira. Bolos bastante similares a este podem ser encontrados nas Filipinas e Indonésia, denominados *suman* e *lepet* respectivamente.

Entre os muitos blogs de viagem que compartilham informações sobre a Tailândia, o blog *Thai Blogs: stories and fotos about life and culture in Thailand*, apresenta um texto, bastante detalhado, especificamente sobre o *khao tom mat* (fotos xx e xx), intitulado *sticky rice with bananas*, escrito por Richard Barrow (2005). Os blogs são hoje os diários-manuscritos de antes. Os viajantes compartilham suas experiências, fazem recomendações e trocam ideias com os que moram nos lugares em questão, com os que já tiveram tais vivências e com os que pretendem ter. É uma forma bastante rápida, prática e praticamente ilimitada em termos de divulgação da cultura, história, estrutura física, entre outros aspectos, do local.

Para fazer *khao tom mat* você primeiro deve dissolver um pouco de açúcar e sal em uma panela com leite de coco. Em seguida, adicione o arroz e mexa lentamente em fogo baixo até o líquido se dissolver. Em seguida, você precisa rasgar algumas folhas de banana com cerca de 8 centímetros de comprimento. Espalhe um pouco da mistura de arroz pegajoso no meio e coloque a banana cortada ao meio por cima. Complete o sanduíche com outra camada de arroz e pressione em alguns feijões pretos. Amarre as folhas de bananeira com uma longa tira de bambu. Em seguida, coloque-o em um vaporizador, cozinhe por cerca de uma hora.

FOTO XX: COCCÃO DO *KHAO TOM MAT* FOTO XX: *KHAO TOM MAT*



Fonte: Barrow, 2005.



Fonte: Barrow, 2005.

Nas Filipinas, o bolo de arroz chamado *biko* é parte da alimentação cotidiana da população. É classificado como uma sobremesa, preparado com arroz glutinoso, açúcar mascavo, sal e leite de coco. O arroz deve ser deixado de molho durante a noite, para que absorva água e amoleça. Após este processo o arroz é cozido em leite de coco, adicionando açúcar mascavo e o sal. Esta mistura deve ser então colocada em uma forma untada. Um caramelo é preparado com leite de coco e açúcar mascavo para cobrir o bolo o qual é levado ao forno por aproximadamente uma hora para reduzir o líquido e dourar. Este bolo é bastante similar ao arroz doce brasileiro, contudo mais enxuto para que possa ser cortado em pedaços. De acordo com uma produtora que disponibilizou em seu blog sua receita,

Fazemos biko para todos os tipos de ocasiões e feriados, especialmente para o Natal, para o tradicional lanche depois de *Simbang Gabi* (Missa da Meia Noite). Como as outras receitas da minha série merendas, como Bibingka Galapong e Puto Cheese, o bolo é vendido fora da igreja logo após a missa para saborear com café, chá ou suco (SAVVY NANA'S, 2016, tradução nossa).

Uma pessoa que passou a produzir este bolo de arroz, antes desfrutado dos realizados por sua mãe, compartilhou suas memórias e práticas sobre tal comida em seu blog *Liz and Sara: two friends creating, doing, sharing the simple things* :

Se você ainda não sabe, eu sou meio filipina. Eu nasci em Cebu, Filipinas, me mudei para os Estados Unidos quando tinha 3 anos e voltei para visitar as Filipinas 3 vezes. Toda vez que volto tenho comer biko. Biko é uma sobremesa filipina com uma textura pegajosa, mastigável e macia. São literalmente 3 ingredientes, mais a água e o sal. Minha mãe faz biko. Mas agora, como adulta tenho que me virar sozinha. Tive desejos insaciáveis por biko e liguei para minha mãe pedindo a receita e fiz o meu próprio. Sua receita é muito semelhante a esta (LIZ, 2014, tradução nossa).

FOTO XX: BIKO



Fonte: Savvy Nana's, 2016.

FOTO XX: BIKO PREPARADO POR LIZ



Fonte: Liz, 2014.

Um dos tipos de bolo de arroz produzidos na Korea do Sul é chamado tteok (foto xx), feito com farinha de arroz glutinoso ou não glutinoso. Outros tipos de grãos podem também fazer parte do preparo. Existem variações do bolo em termos de textura, cores, formatos, fragrâncias e formas de cocção. A farinha cozida no vapor pode ser moldada, frita ou socada. Na versão tradicional o arroz é socado no jeolgu, uma espécie de pilão coreano. Ingredientes como frutas, nozes, ervas, pimentas, podem ser adicionados para conferir sabores diferenciados ao bolo. Como adoçante são utilizados o mel e o açúcar.

Tteok é geralmente feito amassando o pó de arroz com água e, em seguida, vaporizando ou moldando-o. Existem vários tipos de acordo com diferentes receitas e ingredientes. É o alimento indispensável em muitos eventos e festas tradicionais coreanas, como feriados, casamentos, cerimônias fúnebres e rituais ancestrais (VANK-Voluntary Agency Network of Korea, s/d, tradução nossa).

Para se ter ideia da importância desta comida para os coreanos, em Jongno-gu, distrito de Seul, está localizado o Museu do tteok (foto xx), onde cinquenta diferentes tipos de tteok são expostos, como também utensílios utilizados na preparação dos quitutes.

O consumo de tteok pode ser rastreado até a Idade do Bronze por volta de 850 a.C. Durante o período dos Três Reinos, o prato se desenvolveu mais e se espalhou pela península coreana. Durante o período de Goryeo (Koryo) (918-1392), o tteok tornou-se popular não apenas entre os ricos e aristocratas, mas também com os plebeus. O prato tornou-se parte da vida diária, incluindo casamentos, funerais e outras reuniões e cerimônias durante a dinastia Joseon, como Chilseok (Festival Tradicional) e Seollal (Ano Novo Lunar).

FOTO XX: TIPOS DE TTEOK



Fonte: VANK, s/d.

FOTO XX: MUSEU DO TTEOK



Fonte: The Seul guide, s/d.

No Vietnã, entre os muitos bolos de arroz, destacam-se dois, chamados bánh tet (fotos xx e xx) e bánh chung (fotos xx e xx). A palavra bánh (vietnamita) significa bolo. Os dois tipos são preparados e consumidos em especial durante a celebração do ano novo lunar. Os ingredientes são simples, mas a preparação é trabalhosa.

No blog *Delightful plate: asian flavours and beyond*, Shophia compartilha o que denomina uma comida vietnamita autêntica, apresentando receitas que aprendeu em seu grupo familiar ao longo dos anos. Shophia destaca que tradicionalmente estes bolos são colocados em grandes caçarolas com água e são cozidos por até dez horas, no fogão a lenha. Depois de cozidos, os bolos são retirados e passam por um processo de prensa, a fim de remover o excesso de água, algo similar ao cozimento da pamonha no Brasil, excetuando-se o último passo: no Brasil, as pamonhas são geralmente colocadas sobre uma peneira/escorredor para remover o excesso de água, e não prensados. Estes bolos podem ser comidos cozidos, fritos e até grelhados, especialmente se não são frescos, assim como a pamonha.

FOTOXX: EMBALAGEM DO BANH TET



Fonte: Dyen, 2019.

FOTO: BANH TET



Fonte: Anna1702, 2017.

FOTO XX: EMBALAGEM DO BÁNH CHONG FOTO XX: COCÇÃO DO BÁNH CHONG



Fonte: aMeovat.com, s/d.



Fonte: aMeovat.com, s/d.

Bolo de arroz glutinoso quadrado é popular no Vietnã do Norte enquanto bolo de arroz glutinoso cilíndrico é favorito das pessoas no Vietnã do Sul. Bánh tet é envolto em folhas de bananeira e tem formato cilíndrico. As pessoas no Vietnã do Sul usam arroz glutinoso, creme de coco para fazer bánh tet. De modo que banh tet é mais suculento e mais gorduroso que bánh chung. Também pode ser adicionado suco de folhas de pandan* para fazer o bolo verde, ou suco de plantas magenta para torna-lo roxo. Existem vários tipos de recheios, como banana, doce de pasta de feijão verde, barriga de porco. Como bánh chung e bánh tet são cozidos por cerca de 10 horas. Cortado em círculo de 3 centímetros, bánh tet está pronto para servir (DO, 2016).

Além de comida de festa, comida de rua e de restaurante, comida de casa, o bolo de arroz é também comida para presentear. No site da TripAdvisor, um dos maiores sites de viagens do mundo no qual os viajantes podem deixar suas avaliações sobre os destinos e

* Pandan (Nome Científico: Pandanus, também conhecido como parafuso-pinho ou palmeiral) é uma planta tropical herbácea que cresce em Sudeste Asiático. Em chinês, é conhecida como "planta perfumada" por causa de seu aroma único e doce. A planta possui folhas verdes brilhantes e verticais, desejadas para cozinhar muitos pratos tailandeses e do sudeste asiático. As folhas de Pandan podem ser compradas frescas ou congeladas em algumas lojas asiáticas de alimentos. Podem também ser encomendados online : Pandan Leaves Online (NcToDo.com, 2018).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

serviços utilizados, o bolo de arroz ganha destaque em uma das avaliações (foto xx): a hóspede (de São Paulo) destaca como se sentiu bem vinda, abraçada e que, entre tantos agradados, recebeu um bolo de arroz do tipo bánh côm (foto xx) como presente. Junto ao bolo de arroz, havia a seguinte mensagem:

Querido hóspede, gostaríamos de convidá-lo a experimentar um bolo bastante especial e tradicional bolo de Hanói : “BÁNH CÔM”. Conhecidos como uma civilização de agricultores, nós vietnamitas, acreditamos que o arroz molhado (irrigado) é o espírito da Nação. “BÁNH CÔM” (bolo de arroz verde) é feito de arroz jovem glutinoso com feijão verde, misturados a um pouco de açúcar, óleo de flores de pomelo e coco (TRIPADVISOR-HANOI MERACUS HOTEL, 2014).

FOTO XX: BÁNH CÔM



Fonte: TripAdvisor-Hanoi Meracus Hotel, 2014.

FOTO XX: PRODUÇÃO DE BÁNH CÔM



Fonte: HÁNG, Cua, 2017.

Em Portugal, o bolo de arroz (fotos xx e xx) também faz parte da alimentação cotidiana da população. Muitos sites fazem referência ao bolo como uma comida de fácil acesso nos cafés e pastelarias portuguesas. No blog de Luís Pontes, de Lisboa, uma receita de bolo de arroz é compartilhada sob o destaque da tradição, somada a uma crítica à industrialização:

Quando há tempos vos falei da receita perdida dos queques de outrora, prometi-vos também que em breve ressuscitaria essa outra de um bolo emblemático da nossa memória colectiva, o bolo de arroz, entretanto perdido para o facilitismo químico que assolou e tomou conta da indústria da pastelaria e panificação, hoje totalmente entregue aos multinacionais cuidados dos melhorantes, conservantes, humectantes, correctores de acidez que fazem da receita de um simples bolo de arroz um compêndio de química. Desse livro de 1933, tão actual e tão injustamente esquecido, “A Cozinha Ideal “*, de mestre Manuel Ferreira, saiu esta receita que aqui vos deixo, do tempo em que um bolo de arroz não era essa massa fofa e gordurosa, igual às outras todas e que faz com que hoje, um bolo de arroz se diferencie de um queque, principalmente, por não ter bicos e ser enrolado numa tira de papel vegetal (PONTES, 2012).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

FOTOXX: BOLO DE ARROZ



Fonte: Pontes, 2012.

FOTO XX: BOLO DE ARROZ ARTESANAL



Fonte: TripAdvisor, 2019.

A receita citada por Pontes, retirada do livro “A cozinha ideal” de Ferreira (1933), encontrava-se em sua 14ª edição em 2003, sendo bastante similar às receitas de bolo de arroz presentes no livro “Real confeitiro português e brasileiro” de Sophia de Souza (1904), publicado em Lisboa. Nesta obra, a autora apresenta algumas receitas de bolo de arroz. Inicia com uma verdadeira aula sobre os instrumentos e utensílios necessários à produção das receitas organizadas em ordem alfabética. Não apresenta sumário e as receitas são descritas em um formato quase de conversa, diferentemente das fichas técnicas hoje utilizadas que listam primeiramente o nome da receita, geralmente o número de porções e tempo de preparo, lista de ingredientes, quantidades e então o modo de fazer. A apresentação de receitas, portanto, também passaram por um processo de racionalização. Três tipos de bolo de arroz são apresentados, sob as denominações: “bolo d’arroz, bolos de arroz -1ª receita e bolos de arroz-2ª receita, sendo duas doces e uma salgada.

Nesta matéria, Pontes recebe 32 comentários que, em linhas gerais, destacam a saudade que sentem de comer bolos de arroz em seu formato tradicional, dado que praticamente os bolos industrializados dominaram os espaços como pastelarias e cafés. Um dos indivíduos que comentou a matéria questionou: “talvez foi da maneira que eu fiz, mas ficou um pouco seco. Aconteceu a mais alguém? Verdade seja dita, os bolos de arroz que tenho comido nas pastelarias são demasiado gordurosos, portanto até gostei de como saiu”. Obteve a seguinte resposta de outra pessoa:

essa é mesmo a característica do verdadeiro bolo de arroz... são sequinhos e muito gostosos... nada têm a ver com os gordurosos "crediqueque" que se vendem nas confeitarias a metro de hoje em dia. Se lhe saíram sequinhos então acertou na receita à primeira. Se soubesse as saudades que tenho desses bolinhos... Comprei hoje a farinha e este próximo fim de semana ninguém me tira da cozinha!

Outra questão pontuada nas postagens foi o utensílio utilizado chamado “aros”, que são as formas. Muitos não encontraram a recomendada para comprar, sendo até sugerido por



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

alguns usar latas como forma de substituição. Outra pessoa questiona ainda, “por que chama-se bolo de arroz se é usado mais farinha de trigo que arroz?” e ainda “há muito tempo que desisti dos bolos ‘de arroz’ das pastelarias”.^{*} O uso da lata para cocção dos bolos de arroz brasileiros foi e ainda é utilizada em muitos casos.

O ato de desistir de buscar bolos de arroz “verdadeiros” revela a desilusão com os novos formatos de preparo e estimula a nostalgia ligada aos tempos em que era possível comer um bolo de arroz “autêntico”, conforme destaca um comedor de bolo: “Hoje, 3 de dezembro de 2018, acabei de comer um ‘bolo de arroz’ mas senti saudades do bolo que comia na praia da Póvoa de Varzim nos anos 60 e 70...” Esse relato não pode ser tomado como algo generalizado certamente, mas expressa o significado e o sentido que o bolo de arroz possui para estes indivíduos: antes uma comida de fácil acesso, parte de seus costumes alimentares, hoje, algo que, quando ingerido, não causa mais os sentimentos de encantamento de antes.

Em outro blog (português) chamado “Doces Regionais – cozinha tradicional”, o bolo de arroz é caracterizado como parte da memória de infância, o que o liga ao conceito de *comfort food*[†]. Expressam-se, na matéria, aspectos semelhantes aos contidos no blog imediatamente acima mencionado como a nostalgia e a crítica aos formatos industrializados:

Os bolos de arroz caracterizam-se pelo seu formato peculiar, envoltos numa tira de papel, e pela sua massa seca, mas fofa. São uma das receitas tradicionais que fazem parte da nossa memória de infância – quem não se lembra dos papeis brancos a dizer “Bolo de Arroz – Fabrico Especial desta Casa”?...Hoje em dia, infelizmente, nas pastelarias, nem sempre é fácil encontrar estes bolos tal como nós saboreávamos em crianças. Os bolos agora assemelham-se muito aos queques, cobertos de gordura, o que os torna muito enjoativos. Por isso, nada melhor do que fazer a receita caseira, muito simples e rápida, para voltar a sentir o verdadeiro sabor de um dos bolos mais característicos dos nossos tempos de infância (DOCES REGIONAIS-COZINHA TRADICIONAL, 2018).

Nos dois espaços a receita utiliza ingredientes similares – farinha de arroz, farinha de trigo, açúcar, ovos, leite, manteiga, fermento, casca de laranja ou limão. O modo de fazer tradicional é praticamente idêntico.

A Itália também possui sua versão de bolo de arroz, chamado *torta degli addobbi e também torta di riso, classificado como sobremesa. Originalmente era preparado para a Festa degli addobbi. considerada a festa mais característica da cidade*

^{*} Essas questões estabelecem ligações com experiências brasileiras pois eu mesma já havia pensado “por que bolo de arroz se a massa leva mais mandioca que arroz”;

[†] *Comfort food* pode ser entendida como um dos esforços que buscam trabalhar com as memórias gustativas ligadas ao contexto familiar e bem-estar. Destaca a importância das memórias gustativas na vida dos indivíduos e grupos. Este conceito -*comfort food*- pode ser considerado um tanto quanto novo no Brasil. Em uma tradução livre pode-se considerar *comfort food* como aquele tipo de comida que desperta sensações agradáveis, prazer, bem-estar ligado à infância, amizades e história de vida dos que comem (CALDEIRA; FAVA, 2016).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

[...] foi estabelecido em 1567 pelo cardeal Gabriele Paleotti, o primeiro arcebispo de Bolonha, em homenagem ao Santíssimo Sacramento. Geralmente acontece aos domingos, em junho, em uma paróquia diferente todos os domingos: a mesma paróquia só a repete após 10 anos, de modo que o festival também é chamado de "Década Eucarística". Nesta ocasião é costume recolher ofertas para restaurar a Igreja, para renovar o mobiliário sagrado. As casas são reparadas e limpas. Para a ocasião, todas as ruas são decoradas com cortinas de tecidos multicoloridos, arcos e lâmpadas; pequenos altares se erguem sob as arcadas e nas galerias dos palácios. A Domenica dei Addobbi forma uma longa procissão até a igreja paroquial. Depois dos ritos religiosos a festa assume um aspecto mais popular: nas ruas e nas praças as bandas fazem shows; as pessoas enchem as ruas. Algumas barracas vendem os tradicionais bolos de arroz: cada fatia em forma de losango é oferecida no palito de dente. Infelizmente, a tradição perdeu um pouco: acima de tudo, não é mais uma oportunidade de limpar e manter as fachadas dos edifícios. Aos domingos, trocávamos visitas e sempre íamos àqueles que "tinham as decorações" para ouvir o show da banda e comer o bolo de arroz (GALLINI, s/d).

Atualmente, o bolo é servido cotidianamente, não apenas em momentos específicos do ano, em várias partes da Itália. O arroz é cozido lentamente no leite aromatizado com baunilha e cascas de limão, açúcar e sal. Amêndoas, ovos e licor são adicionados após o cozimento. Bolachinhas de Amaretto e frutas cristalizadas podem também ser adicionadas. O tempo de preparo é de aproximadamente uma hora. A fim de criar uma cobertura "grudenta", essencial ao bolo, é preciso pincelar licor sobre ele ainda quente (TRAPELLA, 2016). Outras receitas utilizam, ainda, nata e/ou ricota.

FOTOXX: BOLO DE ARROZ



Fonte: Gallini, s/d

FOTO XX: BOLO DE ARROZ



Fonte: Trapella, 2016.

Na Bolívia, o bolo de arroz é similar ao bolo brasileiro, especialmente no que se refere à base – mandioca e arroz. No blog de Lizet Flores de Bowen – Chipa by the dozen, a receita do bolo de arroz boliviano é compartilhada. A autora do blog destaca que são receitas apreciadas por sua família e amigos.

Os principais ingredientes deste pão são purê de mandioca, farinha de arroz e queijo. Geralmente eles são assados em folhas de bananeira em um forno de tijolos. Mas também pode ser feito em uma bandeja untada e em um forno de cozinha. Mas se você puder pegar as folhas de bananeira, eu recomendo que você as use, isso adiciona um sabor agradável. A massa deste pão boliviano sem glúten precisa descansar a noite toda à temperatura ambiente. Ou pelo menos 4 horas. Isso ajuda a massa a fermentar

um pouco, dando-lhe um sabor único e azedo. A massa de pan de arroz é espessa e, uma vez assada, é um pão esponjoso. Este pão de arroz é acompanhado com uma xícara de café quente ou chocolate quente, para lanche da tarde ou para o café da manhã. A massa pode ser congelada por até 3 meses. Eu costumo fazer uma grande quantidade, e depois dividir a massa em sacos diferentes e depois congelar. Na noite anterior ao uso, retiro-o do congelador e deixo-o à temperatura ambiente (BOWEN, 2018).

FOTO XX: PAN DE ARROZ



Fonte: Olmos, s/d.

FOTOXX: PAN DE ARROZ



Fonte: Bowen, 2018.

Em um vídeo disponibilizado no YouTube pela BoliviaWebTv sobre o *pan de arroz* chamado Sabores y colores de Bolivia – pan y empanada de arroz*, uma senhora chamada Marta Ribeira, produtora tradicional do bolo de arroz e proprietária do *Pan de arroz Doña Marta*, descreve sua trajetória e produção do bolo, algo bastante aproximado das experiências das produtoras de Mato Grosso. O saber fazer do bolo foi herdado de sua sogra que o identificou como uma fonte de renda, pois logo na primeira produção tudo foi vendido. Acorda às cinco da manhã todos os dias para assar os quitutes em forno a lenha. Serve na própria casa, onde um espaço foi criado para receber os comedores. Compartilha emocionada que tem uma netinha (10 anos de idade) que um dia lhe disse: “vovó, quando você se for, deixe para mim suas coisas, pois vou continuar fazendo bolo e ganhando dinheiro”. O vídeo possuía, até 01/03/19, 81.239 visualizações, com 57 comentários que, na maioria, pontuam a nostalgia em relação ao bolo e ressaltam a autenticidade. “*me dio tanta nostalgia, me hizo viajar por un momento a mi querido montero, es una pena estar tan lejos sin poder disfrutar de lo nuestro.*”. Outro comentário: *auténtica original así es como se hace el verdadero sabor del pan de arroz y los pan de arroz es la unica que hace como lo hacia mi madre*”. Além de como fazer o bolo, Dona Marta reaviva sentimentos como a saudade, nostalgia, pertença e admiração. Não é apenas produtora de bolo

* Ver https://youtu.be/s0G_E69D4pU



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

de arroz: é construtora da cultura alimentar boliviana que, por meio de um quitute “simples”, apresenta variadas faces de sua vida e da vida em sociedade.

No Brasil, o bolo de arroz pode ser encontrado de forma mais consistente em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. As formas de fazer são diferenciadas tanto entre estados quanto dentro de cada um deles.

O bolo de arroz, como comida de sustança, inicia seu caminho no ambiente doméstico, como café da manhã e merenda: café para os que saem para trabalhar, estudar e também para as que ficam em casa, geralmente mulheres, desenvolvendo as tarefas que dão suporte ao viver familiar. Preparo de baixo custo, é farto em termos de satisfação da fome. O bolo se faz muito apropriado, especialmente nos ambientes mais pobres.

O saber fazer do bolo de arroz é compartilhado não apenas entre familiares, mas entre vizinhas e desconhecidas, que, por meio dele, se tornam conhecidas. O bolo atua como liga entre essas mulheres que buscam formas de sustentar sua casa, não apenas enchendo os estômagos, mas ofertando algo que marca, de sabores e cheiros, a memória dos que o fazem e dos que o comem. Essas mulheres são verdadeiras construtoras de uma cultura familiar e comunitária, cultura essa que ganha toques de criatividade e sentimentos que, ao mesmo tempo, as diferenciam e as unem.

Como todo agir humano, essas tarefas femininas dependem da ordem cultural: diferem, de uma sociedade à outra, sua hierarquia interna e seus modos de proceder; de uma geração à outra, numa mesma sociedade e de uma classe social à outra, transformam-se as técnicas que presidem estas tarefas, como também as regras de ação e os modelos de comportamento que dizem respeito a elas. Cada mulher pode criar para si um estilo próprio, imprimir um toque especial, acentuando um determinado elemento de uma prática, aplicando-se a um outro, inventando uma maneira pessoal de caminhar através do recebido, do admitido e do já feito. Deste modo apropriando-se do “saber-fazer” comum, cada “fada do lar” adquire finalmente um modo próprio de fazer intervir, umas sobre as outras, as sequências cronológicas e de compor, sobre temas obrigatórios, *ne varietur*, uma música de variações jamais fixas numa forma estável (GIARD, 2013, p.218).

A comida “de casa” como o bolo de arroz geralmente inicia seu caminho, transpõe os limites do doméstico, contagia outros espaços domésticos e segue atingindo outros espaços. É comida geralmente certa nas festas de santos (em Mato Grosso), especialmente na baixada cuiabana, Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade. Em sua maioria, os bolos para essas festas são preparados por mulheres, com auxílio de homens em alguns casos. O bolo é comida de oferenda e de comunhão, comunhão entre os devotos e destes para com seus santos de

proteção. Há tempos a comida em festas de santo era compartilhada sem custos para os comedores; hoje, além de oferenda e comunhão, passa a ser também fonte de renda para realização de trabalhos da própria instituição. Existem formatos em que os ingredientes são doados pela comunidade e o trabalho doado pelos que sabem fazer a comida, podendo então ser compartilhados gratuitamente ou comercializados para manutenção das atividades da instituição. Outras experiências são compostas por pessoas e/ou empresas que já trabalham com tais produtos e pagam à instituição religiosa pelo espaço de venda.

Em Cuiabá, por exemplo, a festa de São Benedito, o santo cozinheiro, é recheada de comes e bebes, sendo o bolo de arroz um dos elementos chave de comensalidade. Em Vila Bela, na Festança, o bolo compõe a mesa, entre tantas outras comidas símbolo da festa, como o biscoito de ramo por exemplo. Nestas festas, há porções compartilhadas gratuitamente e, na primeira festa, também comidas comercializadas.

FOTO XX: OFERENDA MISSA
FESTA DE SÃO BENEDITO



Fonte: Festa de São Benedito Cuiabá, 2016

FOTO XX: LANCHE OFERTADO AOS
PARTICIPANTES-FESTA DE SÃO BENEDITO



Fonte: Festa de São Benedito Cuiabá, 2016.

FOTO XX: QUITUTEIRAS DA FESTA



Fonte: Toledo Notícias, 2018

FOTO XX: O CONGO NAS RUAS



Fonte: Projeto Paralelo 15, 2011.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Em seu formato tradicional de preparo, utilizando pilão, forno a lenha, arroz dormido, e, algumas vezes, leite de babaçu, a demora e o trabalho da preparação estimularam produtores mais habilidosos e corajosos a aumentar sua produção a fim de ultrapassar a barreira de seus lares, atingindo assim outros grupos que não o familiar. Ocorre, assim, uma ampliação do espaço de ocorrência do bolo, antes limitado às casas: passa então a ser comida de rua, padaria, feira livre, mercearia e até boteco.

Neste contexto, o bolo passa a ser comida de quase “todo mundo”, de fácil acesso por meio da comercialização.

Nas ruas, o bolo é geralmente comercializado por representantes dos produtores. Desloca-se de várias maneiras em termos de transporte, em especial de bicicleta e a pé. Levados em cesta ou caixinhas térmicas, os vendedores (em sua maioria homens) buscam chamar atenção das pessoas por meio de chamados por eles criados. Quando um cliente chama, o vendedor para, apresenta os bolos, abrindo a caixa ou descobrindo a cesta, e aguarda a escolha do cliente que geralmente pega o bolo com um guardanapo de papel e o come imediatamente; em outros casos, leva mais que um em sacolas plásticas para degustá-los nos ambientes de trabalho ou em casa.

A visibilidade do bolo era papel do homem, pois este cumpria quase que exclusivamente a função de comercializá-lo e, ao mesmo tempo, receber os elogios e o pagamento que, posteriormente, parte dele passava às mãos das produtoras. Com o tempo esta forma de comercialização foi sendo alterada. A mulher, que antes era invisibilizada, pois conhecia-se o sabor de seu trabalho materializado no bolo, mas não sua face, sua voz, suas mãos, passou também a compor a linha de frente em termos de contato com o público consumidor. A mulher do bolo de arroz hoje, em sua maioria, não sai nas ruas, mas atrai seus clientes onde ela está. O interesse em conhecer esta mulher foi despertado e isso valorizou o bolo. Algumas possuem seus próprios cafés, geralmente o prolongamento de suas moradas. Outras vezes, nenhuma estrutura para receber pessoas é criada: os espaços existentes vão sendo utilizados como é possível, uns sentam, outros ficam de pé, outros circulam, enquanto a prosa segue. Nestas moradas-café algo que está sempre presente é o banco de sentar. Geralmente de madeira, seja na frente da casa ou no quintal, próximo dos fornos ou longe, é um elemento presente.

O espaço das ruas é bastante democrático, assim como o bolo de arroz também o é: gente de todas as classes, até mesmo os desprovidos de uma morada e/ou emprego, com algumas moedas (geralmente recebidas como doações) conseguem adquiri-lo. No entanto, quando ganha espaços em outros ambientes como cafés e padarias mais elitizadas, o bolo não



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

tem um preço tão camarada, deixando de ser “comida de todo mundo”. Os valores podem chegar a dobrar, se comparados com os da rua. Outro aspecto é o formato e tamanho: enquanto nas ruas os tamanhos são mais avantajados (foto xx) e nem sempre seguem um formato padrão, nas padarias ou cafés, o tamanho é reduzido (foto xx), o formato padronizado e o valor segue inversamente proporcional ao tamanho. (Verificar peso dos bolos).

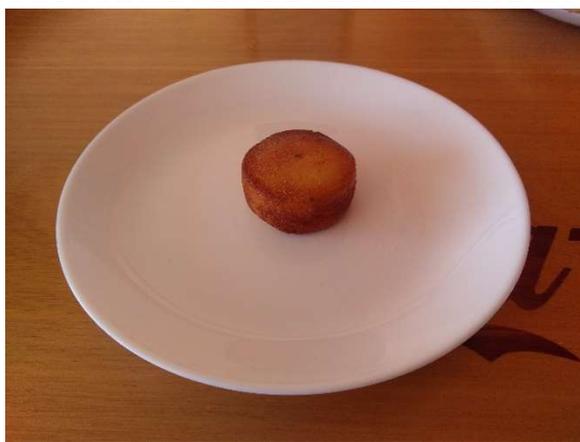
Alguns cafés/padarias destacam sua natureza típica como forma de atrair clientes; nas ruas dizer que é típico é redundância, apenas se for para alguém de fora, como turistas ou recém-chegados. Nos primeiros lugares é uma iguaria, no segundo é “comidão mesmo”, como dizem alguns, é coisa para sustentar até a hora do almoço ou jantar, pode até mesmo ser o único alimento do dia em alguns casos.

FOTO XX: BOLO DE ARROZ – RUA



Fonte: Caldeira, 2017.

FOTO XX: BOLO DE ARROZ PADARIA



Fonte: Caldeira, 2017.

Nas padarias/cafés o bolo pode, em alguns casos, ser consumido no local, mas há os que, além do bolo preparado, comercializam a massa, já embalada e com instruções de como finalizá-la. A massa também é enviada para outros municípios do estado, onde ocorre, na maioria das vezes, o apagamento da história deste bolo. Compartilho aqui uma experiência pessoal, há muitos anos como bolo de uma padaria bastante movimentada no município de Cáceres, sempre acreditei que o bolo comercializado ali era preparado naquele mesmo local, a partir deste estudo descobri que na realidade aquele bolo tinha uma história “mais longa” e não era preparado ali, apenas revendido. A receita é uma herança de família, a avó preparava o bolo, a filha aprendeu, a neta fundou a empresa, que na capital é bastante famosa, chamada Bolo de Arroz e Cia, conta com um quiosque no aeroporto de Várzea Grande, a sede está localizada em Cuiabá. Essa empresa vende a massa para uma produtora de Cáceres, que assa em forno a lenha



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

e repassa para a padaria diariamente. Não há menção sobre isso por parte da padaria quando compramos o bolo, o que desenraiza tal comida de sua história, criando uma nova história.

Alguns supermercados equipados com padarias ofertam bolo de arroz. A produção é em sua maioria realizada por mulheres, enquanto o pão é geralmente produzido por homens, quando preparado no próprio empreendimento*. As receitas são retiradas da internet, de embalagens ou conseguidas por meio de amigos. A partir daí são seguidas à risca diariamente, já que a padronização é algo esperado neste tipo de empreendimento.

Na música mato-grossense, especificamente no rasqueado, o bolo de arroz é cantado como um dos marcadores identitários do estado. A música é fluida, perpassa diferentes ambientes e grupos, carregando nas letras a musicalidade das experiências percebidas e/ou vivenciadas pelos que as escrevem e cantam. As “letras produzem sentido que são apropriados pelos atores e se tornam parte do mundo em que vivem” (FELTRAN, 2013, p.47).

As letras musicais fazem referência a contextos sociais, culturais, espaciais, econômicos e políticos, facilitando a localização do indivíduo ou grupos no mundo e em seus mundos. Trata-se de um “aparato para a leitura do compartilhamento e da construção da memória e dos símbolos neles existentes, estudar a música é estudar o lugar onde ela é produzida e tocada, com seus valores sociais e culturais” (TORRES e KOZEL, 2010, p.128).

As chamadas “linguagens alternativas” (ABUD, 2005) mobilizam uma vasta gama de informações que compõem o mundo social, estejam essas informações presentes ou não na vida cotidiana cantada, pois a presença é destacada, assim como a ausência. Tais elementos representam pontos de referência que, de uma forma ou outra, contribuem para construção e exposição de padrões ligados ao falar, comer, vestir, pensar, agir, etc., assim como a possibilidade de contestação.

Por meio da lei 8.023 de 2004, o rasqueado foi declarado ritmo musical símbolo de Mato Grosso. Esta expressão cultural, além dos espaços de festa e jurídicos, passa a fazer parte também dos ambientes escolares por meio de esforços múltiplos (produção de materiais didáticos, oficinas, palestras, exposições, etc.), provenientes especialmente dos artistas que escrevem, cantam, dançam e promovem o rasqueado.

* a tendência hoje é comprar pães congelados que viajam quilômetros para serem assados e servidos nestes espaços, geralmente preparados por máquinas e aos milhares.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

As letras musicais, o canto e a dança compõem uma forma de salvaguardar e promover as diversas práticas sociais dos envolvidos. No caso do rasqueado, constitui um arquivo da memória cultural mato-grossense. Por conseguinte, evoca identidades historicamente construídas (BENITES, 2010). Essa memória social é formada a partir de investimentos que o grupo faz ao longo do tempo a fim de dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência (POLLAK, 1992), em outras palavras: a coesão tão cara à manutenção de grupos e sociedades (DURKHEIM, 2004).

Duas músicas que incluem o bolo de arroz foram utilizadas aqui. A primeira - Casa de Bem Bem foi escrita por Vera e Zuleica, artistas que, há muitos anos, vêm contribuindo com a produção musical mato-grossense e assinam a composição de mais de 300 músicas (ARRUDA, 2007). Zuleica é mato-grossense e Vera, carioca. Na música “Casa de bem-bem” os marcadores de pertencimento e identidade são o lugar, o lazer e a comida.

Casa de bem-bem

(Vera e Zuleica)

Eu tenho orgulho de ser um cuiabano
De tchapa e cruz com fé senão me engano
Moro na pracinha, ao lado da Prainha
Sento na praça para ver as moreninhas
Gosto de amargo, ventrecha de pacu
mojica de pintado e bagre ensopado
Danço rasqueado na casa de bem-bem
como bolo de arroz e de queijo também.

O saber dançar rasqueado é destacado nas letras como um dos marcadores que distingue os da terra e os de fora. A letra de Casa de Bem-Bem faz referência a um personagem da história de Cuiabá. A casa era conhecida pelos cuiabanos como um lugar alegre e receptivo. Em meados dos anos 70, passou a sediar as tradicionais festas de São Benedito. Constança Figueiredo Palma, "Dona Bem Bem" como era conhecida, foi uma típica cuiabana muito carismática e solidária que nasceu em 1919 e faleceu aos 71 anos, em 1990. A família Palma, proprietária da casa, cedeu plenos direitos ao governo do Estado por meio de comodato, desde 2012. Contudo, a restauração caminha em passos lentos comprometendo ainda mais a estrutura já bastante fragilizada do imóvel (LEMOS, 2017).

A pertença é destaque já no início da letra, utilizando a expressão “tchapa e cruz” que significa “autêntico”. A fé é também uma categoria bastante presente nos rasqueados, até mesmo por fazerem parte das festas de santo em vários lugares do estado. A Prainha é uma avenida da cidade de Cuiabá, trajeto de trânsito pesado do perímetro, que liga o fluxo entre a capital



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

e o município vizinho Várzea Grande. A morena,- mulher de cor preta ou parda, compõe a paisagem musical (como indicado na introdução deste estudo a população de cor preta e parda no estado é de 7,6% e 52,4% respectivamente, segundo o IBGE, 2010), sendo assim forte marcador identitário. A comida e a bebida fecham a canção, como marcadores indispensáveis a esta identidade pensada alegre, colorida e sempre em movimento.

O peixe é bastante cantado nos rasqueados, com destaque para o pintado e pacu, apesar da ampla variedade existente no estado. O bagre, espécie mais comum e considerada menos nobre, é visto muitas vezes com preconceito, especialmente no que diz respeito aos pratos legitimados pelos restaurantes e mídia em termos de tipicidade, fato este que pode ser comprovado por meio da observação dos menus de restaurantes que em especial recebem turistas. Por outro lado, o consumo do bagre é comum na alimentação dos ribeirinhos e grupos chamados de “bugres”*.

Assim como a letra anterior que descreve práticas características de um cuiabano de chapa i cruz, ou seja, um cuiabano verdadeiro, a música “Qué sabe dóutra?” de Moisés Martins faz uso da comida e a dança como forma de construção identitária, sendo o bolo de arroz parte desta representação. A expressão “qué sabe d’outra” quer dizer: “quer saber o que eu penso?” Esta música funciona como uma confirmação de identidade cuiabana, afirmando que realiza vários tipos de atividades que correspondem ao que um cuiabano faz geralmente.

Qué sabe d’outra?

(Moisés Martins)

Tomo banho de corgo,
Como petchê cô maxixê,
Bolo de arroz, arroz cô pequi
Sô larido por lambari,
Pescado lá na Prainha.
Gosto de festa, de procissão,
E bebê água na biquinha.
Rebuço no rasqueado,
Tomo pinga cô raiz.
Não perco uma pescaria.
Meu negócio é alegria,
Quero mesmo é ser feliz!
Qué sabê D’Outra?

* Há indicações que remetem a origem do termo bugre ao Oriente, posteriormente incorporado ao mundo católico. Aos poucos, no Mundo Ocidental, o sentido da palavra bugre vai se transportando de um mundo religioso para um mundo profano, levando consigo a ideia do bugre como o devasso, o sodomita, o pederasta, o infiel em que não se pode confiar, que representa a porção mais baixa da sociedade europeia [...]. Posteriormente este termo vem a ser associado aos índios encontrados na América e, simultaneamente, no Brasil [...]. No convívio diário com a população cacerense, é perceptível o uso frequente do termo “bugre” como desqualificador de uma parcela considerável da população, tanto no ambiente urbano quanto no rural: “bugre é o que vive no mato”; “o bugre é preguiçoso”; “o bugre, você não pode confiar nele, não”; “o bugre é inferior”. O ambiente rural parecia ser o ponto de origem da designação, que se estendia ao centro urbano da cidade. Os bugres eram indivíduos com características indígenas, sugerindo uma origem distante dos centros urbanos (GUISARD, 1999).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Chupo pitomba no Morro da Luz,
Sou devoto de São Benedito,
Sou cuiabano de Chapa i Cruz!

O lambari, peixe citado, é muito consumido como petisco. A expressão “sô larido por lambari” expressa a paixão por esta comida. Muitos a empregam também para indicar uma fome exacerbada. O “petchê cô maxixe”, peixe com maxixe, é tradicional da culinária ribeirinha mas, assim como o bagre anteriormente citado, raramente é encontrado nos restaurantes de Mato-Grosso.

Os lugares citados, a Prainha (comentado anteriormente) e o Morro da Luz*, são pontos de referência para as atividades cotidianas.

Ser devoto de São Benedito é configurado como uma das características do cuiabano. Sendo assim, como um devoto pode estar longe do que este santo tem como elemento de destaque, que é a fartura de comida? São Benedito é o santo cozinheiro, por isso é considerado protetor da cozinha, dos cozinheiros, contra a fome e a falta de alimentos. Quando a comida é preparada, uma oração a ele é endereçada para que o preparo não desande e seja suficiente a todos. Nas festas de São Benedito o bolo de arroz é presença certa!

Apesar da maioria dos rasqueados estudados destacarem as identidades cuiabanas, estas são também identidades que se alastram pelo Estado, cada uma expressando modos de ser locais, mas com raízes quase sempre comuns.

Na internet o bolo de arroz ganha espaço em blogs, Facebook, Youtube, Instagram, entre outros, cada um destacando o “seu jeito próprio” de fazer o bolo, a forma “mais tradicional”, “mais gostosa”, “mais fácil”, “mais prática”, entre tantas outras características. A disseminação de receitas, modos de fazer e histórias dos que fazem e dos que comem ultrapassam barreiras,

* Denominado oficialmente como Parque Antônio Pires de Campos, em homenagem ao filho do Bandeirante Manoel de Campos Bicudo. É uma área verde localizada no centro da capital, tombada como patrimônio histórico municipal pelo Decreto de Lei nº 870 de 13.12.1983. Em 1722, contam os historiadores, que o bandeirante Miguel Sutil, guiado por um índio, tornou-se o primeiro homem branco a chegar ao topo do monte o qual, na época, ficou conhecido como “Lavras do Sutil”, devido ao grande número de pepitas de ouro existente no lugar. Foi o primeiro Parque Urbano do Centro-Oeste Brasileiro, inaugurado em 22 de Maio de 1925, pelo então prefeito Cel. José Antônio Albuquerque. A colina ganhou a denominação de Morro da Luz na década de 40, quando foi instalada no local a empresa de Força, Luz e Água (Efla). Hoje, o Morro da Luz conta com pequenas trilhas e praças e escadaria com 115 degraus que ligam a Avenida Tenente Coronel Duarte (Prainha) ao lado mais elevado da colina, na Rua Manoel Santos Coimbra. Apesar de toda a história e recursos naturais, é um lugar considerado perigoso, uma área de risco, sem qualquer tipo de policiamento onde muitos casos de violência já foram registrados (CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ, 20--).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

chegam aos que sentem saudade como também aos que nunca o comeram. Este espaço, assim como as ruas, é democrático: cada um, a seu modo, compartilha o que sabe, como sabe. Muitas experiências são inseridas na rede pela geração mais jovem. Entre os mais velhos, a oralidade era uma forma usual de compartilhar receitas. Mesmo hoje, há os que não gostam de fotos, de vídeos ou outra forma de compartilhamento pela Internet. A partir disso, é possível encontrar relatos de experiências nos quais quem produz não aparece de forma direta, mas por meio das palavras, clicks e imagens criadas por outros.

Quando a comida é o tema, difícil ficar sem uma imagem. Provavelmente na busca por informações sobre dada comida obtém-se, muitas vezes, mais imagens do que textos. Fotografar comida tornou-se um hábito; publicar a foto, uma forma de promover tal comida e de autopromover-se. Há sempre uma intenção, ou várias, por detrás de uma fotografia de comida. Afirma-se que se come com os olhos, com o cheiro, com o som, antes de se levar a comida à boca. Uma das faces ligadas à imagem da comida tem a ver com status, diferença, abundância, mesmo que a porção seja minúscula. Montanari (2013, p.12) explica sobre nossas escolhas em termos de comida e seu lado exibicionista destacando “somos onívoros, podemos escolher, e essas escolhas que marcam fronteiras e indicam pertencimentos são feitas de forma exibicionista, já que, quase sempre, as refeições são públicas”. Mesmo que a refeição seja realizada de forma solitária, a tecnologia supera isso, pelo mesmo em termos de compartilhamento instantâneo ou posterior do que está para/foi comido.

O bolo de arroz mato-grossense conquistou lugar também no ambiente legislativo. Em 18 de janeiro de 2017 foi sancionada, pelo governador Pedro Taques, a lei número 10.514 que declara o bolo de arroz cuiabano prato típico do estado de Mato Grosso:

Art. 1º Fica declarado o “Bolo de Arroz Cuiabano” como o prato típico do Estado de Mato Grosso. Parágrafo único- Para efeitos desta Lei, entende-se por “Bolo de Arroz Cuiabano” o prato preparado com arroz, mandioca ralada e coco ralado, entre outras, encontrado em feiras regionais (D.O.U 18/01/17).

O projeto de lei elaborado pelo deputado estadual Wancley Carvalho foi protocolado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso em 10 de junho de 2015 sob a seguinte justificativa:

O bolo mais tradicional da baixada cuiabana e do Estado de Mato Grosso. A receita que leva além do arroz, também a mandioca, açúcar, manteiga derretida, coco ralado, e erva doce. O Arroz é deixado na água de um dia para o outro e depois é socado até ficar uma massa. O Bolo recém tirado do forno exala um aroma inconfundível. O bolo de arroz tornou-se um item quase obrigatório na mesa do café da manhã e chá da tarde



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

dos Cuiabanos. Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação deste projeto de lei.

Esta lei configura-se como forma de legislar a representação da identidade gastronômica regional, mecanismo de salvaguarda deste bolo que, ao contrário do que expressa o gentílico “cuiabano”, não se restringe apenas à capital, como bem descreve o texto de justificativa do projeto de lei.

A instituição do bolo de arroz cuiabano como típico mato-grossense causou reações nas rede tanto positivas, quanto negativas. Algumas postagens demonstraram satisfação pelo reconhecimento do bolo de arroz em mais este espaço, outros criticaram, classificando a tal lei como insignificante, dispensável. A matéria “Bolo de arroz cuiabano passa a ser considerado oficialmente ‘prato típico de Mato Grosso’” (MERCURY, 2017) publicada pelo site Olharconceito recebeu diversos comentários, na maioria em tom de crítica:

Caro Deputado um salário astronômico para uma lei patética dessa, o que isso vai melhorar no nosso dia deputado? na saúde, educação, filas do SUS, vamos procurar o que fazer meu caro você ganha bem, para defender interesse da população não para esse tipo de lei insignificante (DIOGO, 2017).

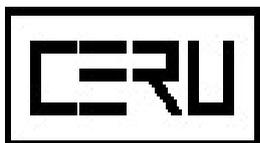
Bolo de Arroz, Maria Izabel, Farofa de Banana... Todos são e sempre foram pratos típicos Cuiabanos. Não precisam de lei (OBSERVADOR, 2017).

Amanhã, o bolo de arroz vai custar 15 reais. Já vai ter bolo de arroz gourmet, bolo de arroz de nutella, mini bolo de arroz para festa kids (CARLOS, 2017).

Relevantes essas leis, não?! Já deu até para sentir a diferença na vida da população...(VIGILANTE, 2017).

Apesar da importância do bolo de arroz como patrimônio cultural de Mato Grosso, muitos não identificam a necessidade de criar uma lei que legitime o que para a população já está legitimado. Por outro lado, nota-se a desinformação em termos de relevância do registro destes bens em todos os espaços possíveis, não apenas na memória e no cotidiano. O ato de registrar o patrimônio é essencial para que este não se perca no tempo, e possa, mesmo que de forma escrita, no caso da lei, ser conhecido pelos que não tiveram a oportunidade de experimentá-lo.

Para o deputado Wancley Carvalho, a lei presta uma grande e merecida homenagem à gastronomia, que segundo ele é um grande bem cultural. "A gastronomia é um tema bem amplo que vai muito além da cozinha e da mesa: é um enorme e fascinante universo, que passa pelos ingredientes, pelos utensílios, equipamentos e saberes humanos, história, geografia e até religião". Ainda segundo o parlamentar, o reconhecimento da gastronomia como parte da história garante o registro histórico, que pode se perder com o tempo. "Fazer o registro apropriado das receitas que criamos e dos métodos que inventamos mantém a perenidade dos ingredientes. Além de ser uma forma de valorizar e desenvolver ainda mais a produção gastronômica, e mostrar ao mundo nossa assinatura gastronômica própria", finalizou (PRIMEIRA HORA, 2017).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

No tocante aos ingredientes utilizados na produção do bolo, a base é mencionada, deixando em aberto a adição de outros elementos a partir da expressão “entre outras”, indicando que não apenas de mandioca, arroz, manteiga, coco, erva-doce, açúcar é feito o bolo, mas que estes são alguns dentre tantos outros ingredientes que podem ser utilizados.

A indicação de onde o bolo pode ser encontrado – feiras regionais – limita em muito a ideia de um quitute de muitos lugares. O bolo pode ser encontrado não apenas nas feiras regionais, mas nas ruas, em festas, nas casas de quem o produz, nas padarias, cafês, supermercados e até no aeroporto de Várzea Grande.

O bolo é considerado, segundo o projeto de lei analisado, como sendo típico de toda a sociedade Mato-grossense, embora o projeto seja intitulado: “ Bolo de arroz cuiabano” e, por conseguinte, a Lei 10.514. Então por que cuiabano e não mato-grossense? Não se pode negar que há diferenças nos saberes e fazeres deste quitute nas mais variadas regiões do estado, sendo facilmente constatável nas receitas disponibilizadas online por quituteiras e/ou comedores do quitute. No entanto, a indignação nas redes se deu, em sua maioria, pelo gentílico “cuiabano”, colocando assim a produção do bolo de Cuiabá como destaque. Constata-se que a pertença aflorou e instigou os ânimos daqueles que passaram a ter conhecimento da lei. Algumas postagens destacavam até mesmo os ingredientes, modos de preparo, assim como, as situações nas quais e para as quais o bolo era/é preparado. Memórias individuais e coletivas, lugar de suas representações, foram ativadas.

No Brasil, muitas são as leis que asseguram o título de típicas às produções culinárias consideradas identitárias de determinados estados, cidades, grupos, etc. Pode-se tomar como exemplo, o cachorrão prensado de Maringá -PR , a alcatra no espeto de Ponta Grossa-PR , o menarosto de Flores da Cunha-RS , a buchada, o chamberí e paçoca de carne seca de Tocantins , o churrasco e o chimarrão-RS , o caldo de jegue de Birigui-SP , entre tantos outros exemplos nacionais. Muitas definem uma cidade como lugar de pertencimento; outras destacam o Estado. As razões pelas quais estes formatos são adotados carecem de investigações mais aprofundadas, especialmente no que se refere a relações de poder.

O bolo de arroz encanta com seus sabores. É cantado na música e nas ruas. Tem seu valor cultural reafirmado por meio da lei, apesar dos olhares que não veem necessidade para tal, já que é sancionado na vida cotidiana.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Muitos são os tipos de bolo que carregam o mesmo nome pelo mundo, sendo as diferenças ainda maiores. Tais diferenças não desvirtuam este ou aquele tipo. Na realidade, apresentam a diversidade de saberes e a criatividade com a qual cada indivíduo ou cada grupo se apropriou do que está disponível. Pertence a muitos, mas é único para cada um que o produz e o come, por criar e avivar sentimentos individuais e coletivos.

Referências

Durkheim, Émile. Da divisão do trabalho social. São Paulo, Martins Fontes, 1999

Durkheim, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo, Editora Nacional, 1963

McKinney, John C. Tipologia constructiva y teoria social. Buenos Aires, Amorroutu. 1968.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

FLUXO MIGRATÓRIO CHINÊS NO DISTRITO DA LIBERDADE SOB O CONTEXTO DA HOSPITALIDADE

Cesar Kizaka Umekita

Resumo: O tema deste trabalho concentra-se no fluxo migratório de chineses e a sua influência no distrito da Liberdade, em São Paulo, sob a ótica da hospitalidade. Conhecida como uma região de asiáticos, a Liberdade sofreu diversas transformações nessa identidade cultural nas últimas décadas, em virtude da chegada de grupos étnicos, principalmente os provenientes da china, o que coloca em risco a sua identidade japonesa. Apesar de ainda ser imperceptível, o bairro sofre a influência dos chineses que, gradativamente, impactam a cenografia, as relações entre anfitrião e hóspede, o comércio local, e como resultado, introduzem seu legado étnico e hospitalidade. o trabalho objetiva verificar como tem-se dado a apropriação do legado étnico chinês e da sua hospitalidade pelo turismo.

Palavras-chave: Imigração chinesa. Legado étnico. Hospitalidade. Turismo.

Abstract: The subject of this work focuses on the migratory flow of Chinese and their influence in the district of Liberdade, in São Paulo, from the perspective of hospitality. Known as a region of Asians, Liberdade has undergone several transformations in its cultural identity in the last decades, due to the arrival of ethnic groups, mainly those coming from China, which puts at risk its Japanese identity. Although still unnoticeable, the neighborhood suffers the influence of the Chinese who gradually impact the scenery, the relations between host and guest, local commerce, and as a result, introduce their ethnic legacy and hospitality. The objective of this work is to verify the appropriation of the Chinese ethnic heritage and its hospitality by the tourism.

Keywords: Chinese immigration. Ethnic legacy. Hospitality. Tourism.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, por apurar fatos históricos, lidar com relações humanas, sentimentos, percepções, intenções e descrever sobre imigração, concentra-se no fluxo migratório de chineses e sua influência no distrito da Liberdade, em São Paulo, sob a ótica da hospitalidade. Quanto aos fins, ela é descritiva por expor características dos grupos étnicos chineses e seus fluxos migratórios.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O Bairro da Liberdade

A Liberdade era conhecida como Bairro da Pólvora, uma referência à Casa da Pólvora, construída em 1754 no Largo da Pólvora. Era uma região considerada de periferia e se localizava no caminho entre o centro de São Paulo e o extinto município de Santo Amaro. No bairro, havia o Largo da Forca, nomeado dessa forma devido à presença de uma forca que era utilizada para a execução da pena de morte até 1870. A partir de então, o largo passou a se chamar Largo da Liberdade, e o nome se estendeu a todo o bairro. (O Estado de S. Paulo, 13 out. 2015)

A concentração de japoneses no distrito remonta a 1912, quando imigrantes começam a ocupar a rua Conde de Sardezas, uma ladeira íngreme com um riacho e área de várzea, e se expandem para outras ruas da região, que também abriga outras nacionalidades. (O Estado de S. Paulo, 13 out. 2015)

Conforme Borges (2015), o ano de 1968 significou o início de mudanças nessa área. A Diagonal Leste-Oeste fez com que o Cine Niterói, marco inicial da prosperidade do bairro, se mudasse para a esquina da Avenida Liberdade com a Rua Barão de Iguape. A Rua Conselheiro Furtado foi alargada, enfraquecendo a força comercial do local. Além disso, com a construção da Estação Metro Liberdade, na década de 1970, alguns estabelecimentos comerciais da Rua Galvão Bueno e da Avenida Liberdade desapareceram.

De acordo com Ide (2014), o bairro se organiza como polo comercial e turístico na década de 1970, por iniciativa de comerciantes locais junto à Prefeitura. Dois marcos dessa iniciativa foram o estabelecimento da Liberdade como bairro oriental e a instalação da decoração oriental predominantemente japonesa. Já nessa época, o viés japonês não reinava absolutamente. Havia a ideia de transformar a área em uma atração turística nos moldes da *Chinatown* de São Francisco e Nova York, entretanto as referências visuais chinesas se perderam com a decoração japonesa adotada.

Ao longo dos anos, o distrito vem sofrendo diversas transformações de identidade cultural nas últimas décadas, em virtude da chegada de grupos étnicos, principalmente os provenientes da China, o que resulta em uma ameaça para sua identidade japonesa. Na década de 1980 o bairro ganhou uma significativa cenografia chinesa, fora do projeto de revitalização.

Apesar de ainda ser um tanto imperceptível, o bairro sofre a influência dos chineses que, gradativamente, causam impactos na alteração da cenografia, nas relações entre anfitrião e hóspede, no comércio local, e como resultado, introduzem seu legado étnico e hospitalidade. O



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

trabalho objetiva verificar como tem-se dado a apropriação do legado étnico chinês e da sua hospitalidade pelo turismo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo adotou como procedimento metodológico, o estudo da bibliografia existente relacionada ao tema, bem como, a observação simples, na qual o pesquisador se inseriu dentro do contexto e da realidade do local pesquisado.

Por meio do levantamento bibliográfico, algumas dissertações de mestrado e teses de doutorado foram selecionadas para servir como referencial teórico, assim como, artigos de jornais e sites de internet também foram utilizados como base teórica.

No que se refere ao estudo empírico, a pesquisa de campo foi adotada, por intermédio da observação simples. Diversas visitas ao bairro foram realizadas, em um período de 01 mês. O distrito foi percorrido por inteiro pelo pesquisador, que registrou vários acontecimentos e situações relacionados ao tema da pesquisa, por meio de anotações e imagens.

Após a coleta de dados, foi realizada a análise de conteúdo temático-categorial.

A PRESENÇA CHINESA NA LIBERDADE

A imigração chinesa no Brasil remonta a 1812, quando Dom João VI trouxe, de Macau, em torno de duzentos chineses para introduzir o cultivo de chá no país. Eles iniciaram seus serviços nas lavouras experimentais do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e na Fazenda Imperial de Santa Cruz, porém o experimento não deu certo e a colônia chinesa desapareceu. (Yin, 2013)

Yin (2013) menciona ainda sobre a primeira entrada oficial de chineses em São Paulo, que ocorreu no dia 15 de agosto do ano de 1900. O grupo era formado por 107 pessoas que, a bordo do Vapor Malange, procedente de Lisboa, desembarcaram no Rio de Janeiro, sendo conduzidos em seguida para a Hospedaria de Imigrantes na cidade de São Paulo.

Entretanto, o fluxo significativo da imigração chinesa se deu na década de 1950. Os principais motivos dessa migração foram as guerras que estavam em curso na China, e que resultavam na falta de alimentos no país. Devido ao início do comunismo, um grande número de chineses mudou-se para Taiwan e, logo em seguida, buscou um novo país no estrangeiro. Parte deles imigrou para o Brasil. (Yin, 2013)



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

De acordo com Ide (2014), o início do fluxo migratório chinês, especificamente na Liberdade, tem início a partir da década de 1960, com a chegada de taiwaneses. Coreanos também começam a se instalar no bairro nesse período. Em 1969, tem-se a informação de várias colônias radicadas no bairro: japoneses, chineses, coreanos e até vietnamitas.

Através da observação, notou-se que os coreanos, atualmente não tem uma presença significativa na área, tendo eles se instalado no distrito do Bom Retiro e Aclimação, sendo a presença chinesa mais visível e aparente.

A China possui diversos povos e etnias, e percebe-se que essa diversidade também se faz presente na Liberdade, nas diferentes associações espalhadas pelo bairro. Os taiwaneses se reúnem no Centro Cultural Chinês e no Centro Cultural de Taipei, os chineses continentais são representados pela Associação Cultural Chinesa do Brasil e os cantoneses se encontram na Associação Geral dos Cantoneses.

Os ideogramas existentes na entrada do prédio da rua São Joaquim, número 460, nos fazem pensar ser um escritório japonês, porém o local, chamado de Hakka (grupo étnico do sul da China), abriga o Escritório Cultural e Econômico de Taipei e o centro de meditação chinesa Fo Guang Shan.

Galvão (2008) cita que, de acordo com o pesquisador japonês Koichi Mori (USP), e o diretor-presidente da Associação Cultural e Assistencial da Liberdade – Acal, Hirofumi Ikesaki, a razão é de teor histórico. Como os japoneses prosperaram e educaram os filhos, que seguiram em outras carreiras, não houve herdeiros para os estabelecimentos.

Ao caminhar pela rua Galvão Bueno, a principal via do bairro, pode-se perceber a presença chinesa em restaurantes e no comércio de artigos importados, inclusive do Japão. Curiosamente, alguns lojistas, embora sejam chineses e vendam produtos tanto da China quanto do Japão, mantêm a cenografia japonesa nas fachadas. Constata-se isso, na loja Lucky Cat (dono e mercadorias chineses e letreiro em japonês); na padaria Itiriki (proprietário taiwanês, nome japonês e cardápio coreano, chinês e japonês), ambos na praça da Liberdade; e na loja Marukai (dono chinês, nome japonês e produtos de origem asiática em geral).

O sinal de que os imigrantes chineses vieram para ficar e se estabelecer, se vê por todo o distrito no atual momento. Na rua da Glória, a escola Yu Çai Xue Yuan é especializada na educação infantil de filhos dos imigrantes chineses nascidos no Brasil.

Localizada na Rua Fagundes, o Colégio Angel se parece com qualquer outra escola brasileira. A diferença é que as salas de aula contam com duas professoras: uma ensina português e a outra, mandarim. Borges (2015) cita que, nessa escola, todas as crianças são



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

chinesas ou descendentes de chineses. Ideogramas e gravuras chinesas decoram as paredes. O material didático incentiva os alunos aprenderem desde cedo as tradições culturais milenares de seus ancestrais.

Ao atravessar a Praça da Liberdade pode-se notar a genuína característica chinesa do bairro. Na mesma calçada, estão os restaurantes Chi Fu e Ban Wa. No Chi Fu as garçonetes usam roupas típicas e falam mandarim. No Ban Wa o dono, que era cozinheiro em Xangai, atrapalha-se com o idioma da clientela, basicamente brasileira. No Chi Fu, verifica-se uma aparente prosperidade, enquanto o Ban Wa batalha para conquistar o mesmo sucesso do vizinho. (Borges, 2015)

Na Livraria Chinesa, localizada à Avenida Liberdade, clássicos da literatura e da poesia, além de dicionários, guias de viagem e livros sobre acupuntura, são oferecidos juntamente com pincéis e material para a prática do *shufa*, técnica de caligrafia originária da China.

Um outro local que atrai a atenção de visitantes é a Sociedade Taoísta do Brasil, que fica no terceiro andar de um prédio próximo à estação Liberdade do metrô.

Embora estejam presentes por toda a região, os comerciantes chineses ainda se concentram em sua maioria, na rua Barão de Iguape. É interessante ver restaurantes e lojas japonesas e chinesas lado a lado, sendo isso, muitas vezes imperceptível aos olhos dos ocidentais. Na Rua Conselheiro Furtado, se encontram as quitandas chinesas, com produtos frescos e peixes vivos e também, lojas de medicina chinesa.

Por fim, é na chegada do ano-novo chinês que se percebe claramente o legado e a hospitalidade chinesa, no distrito. Comemorado oficialmente há dez anos, geralmente no mês de fevereiro, conforme o calendário lunar, o evento é considerado o maior do gênero fora da China. Nos dois dias de festa, mais de 200 mil pessoas lotam as principais ruas da Liberdade. Nessa época, os chineses se cumprimentam desejando em mandarim, Prosperidade (*Gong Xi Fa Cai* - 恭喜发财) e Feliz Ano Novo (*Xin Nian Kuai Le* - 新年快乐).

RESULTADOS

Foram feitos estudos e interpretação dos fatos, através do levantamento bibliográfico nas dissertações de Negawa (2000), Fantin (2013), Ide (2014) e pela observação simples. Através do material bibliográfico, pode-se verificar dados referentes à imigração de japoneses, mas pouco sobre a imigração de chineses no bairro.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Pela observação, ao se inserir no contexto e cotidiano da região, foi possível notar a presença dos imigrantes chineses de diversas etnias e regiões da China, através de seus dialetos e costumes. Também, verificou-se a presença de estabelecimentos culturais e comerciais chineses, pela sua cenografia interna e externa.

Através do estudo bibliográfico e da observação, foi possível obter dados significativos que comprovam os diversos impactos que a chegada dos chineses tem causado na região

CONCLUSÕES

Ao finalizar este artigo, se constata que a influência do fluxo migratório chinês no distrito da Liberdade existe, pelo que se pode averiguar no material bibliográfico existente e por intermédio da observação feita na cenografia externa que, cada vez mais vem sendo evidente nas ruas e avenidas da região.

Conforme Galvão (2008) cita, muitos japoneses que residiam na região, se mudaram para outras localidades da cidade de São Paulo. Seus filhos tomaram novos rumos em termos profissionais, fazendo com que não houvesse sucessores para os estabelecimentos locais. Com a chegada dos chineses, os mesmos acabaram adquirindo parte desses comércios e imóveis, impactando diretamente na cultura e economia do bairro, disseminando seu legado étnico e introduzindo a sua hospitalidade.

Os diversos grupos étnicos chineses se misturam pelas ruas, casas, prédios e estabelecimentos comerciais, expressando-se pelas mais diversas formas, por intermédio de seus dialetos, sua gastronomia, comportamento e por sua hospitalidade, fazendo com que o local seja um ambiente multicultural e diversificado.

Conclui-se que os chineses tem impactado na cenografia interna e externa do bairro, assim como, no que diz respeito às características culturais e comerciais.

Se verifica também a presença de outros grupos étnicos em minoria, como os bolivianos, refugiados de diversas nacionalidades, coreanos e vietnamitas, além de brasileiros de outros estados.

As considerações apontam para as várias mudanças que ocorrem no distrito, devido ao fluxo migratório chinês, bem como a apropriação do legado étnico e da hospitalidade chinesa pela atividade turística, no que diz respeito à oferta de restaurantes, mercearias, lojas e eventos.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FANTIN, J. T. **Os japoneses no bairro da Liberdade – SP na primeira metade do século XX.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP. São Carlos, 2013.

GALVÃO, V. Q. Chineses dividem com os japoneses o bairro da Liberdade. Folha de S. Paulo. São Paulo, 2008.

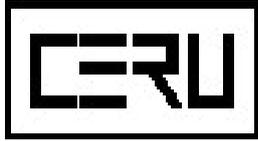
HISTÓRIA da Liberdade vai dos enforcados aos imigrantes. **O Estado de S. Paulo.** São Paulo, 2015.

IDE, D. S. **Perambulações no bairro da Liberdade: Passeios ao vivo e em vídeo com moradores locais.** Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia – USP. São Paulo, 2014.

NEGAWA, S. **Formação e transformação do bairro oriental: um aspecto da história da imigração asiática da cidade de São Paulo, 1915-2000.** Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP. São Paulo, 2000.

Sesc São Paulo, **A Chinatown Brasileira.** Disponível em: <http://sescsp.org.br/online/artigo/9036_A+CHINATOWN+BRASILEIRA>. Acesso em 20/01/2019.

YIN, B. M. **Imigração chinesa em São Paulo e seu português falado: interlíngua e marcadores discursivos.** Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP. São Paulo, 2014.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Educação

Aluana Xavier de Lima, 250



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

LEI BERENICE PIANA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Aluana Xavier de Lima*

Resumo: Considera-se o Transtorno do Espectro Autista um comprometimento neurológico expresso por aspectos singulares que se orientam por meio da interação social, comunicação e comportamento. Manifesta-se em diferentes graus, desde o nascimento, acometendo habilidades inerentes ao desenvolvimento. Diante do diagnóstico e das características peculiares à síndrome alargou-se movimentos sociais, de famílias com filhos nesta condição originando a Lei 12.764/12, que institui a "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista", mais conhecida como Lei Berenice Piana ou lei do autismo. A promulgação do documento determina diretrizes para proteção de direitos do indivíduo com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especificando medidas obrigatórias para atendimento adequado de pessoas nesta conjuntura, nas esferas da educação, saúde, proteção social e exercício da cidadania. Em um levantamento de análise bibliográfica, explanou-se a referida lei na perspectiva da educação inclusiva, junto a um panorama histórico das políticas públicas provenientes da Educação Especial que precedem a supracitada conquista para pessoas com esta deficiência, bem como as concepções do transtorno. O presente estudo tem como objetivo investigar o impacto desta norma no âmbito da educação, na cultura escolar como processo que transcende a escolarização do aluno com autismo, com o propósito de refletir sobre a relevância desta regulamentação na vida das pessoas com TEA e de suas famílias. Os resultados mostram a importância da lei em relação ao acesso à educação e a organização educacional para a inserção de alunos com TEA no ensino regular e corrobora para a compreensão do fenômeno, em um contexto interdisciplinar, do sujeito diante de uma subjetividade exclusiva.

Palavras-chave: Lei Berenice Piana, Educação Inclusiva, Transtorno do Espectro Autista

Abstract: Autism Spectrum Disorder is considered a neurological impairment expressed by singular aspects that are oriented through social interaction, communication and behavior. It manifests itself in different degrees, from birth, affecting inherent developmental abilities. In view of the diagnosis and characteristics peculiar to the syndrome, social movements were expanded, from families with children in this condition, resulting in Law 12.764 / 12, which establishes the "National Policy for the Protection of the Rights of Persons with Autism Spectrum Disorder", better known as Berenice Piana's Law or Autism Law. The enactment of the document establishes guidelines for the protection of the rights of the individual with Autism Spectrum Disorder (TEA), specifying mandatory measures for adequate care of people at this juncture, in the areas of education, health, social protection and citizenship. In a bibliographic analysis research, in an interdisciplinary approach, the aforementioned law was explained in the perspective of inclusive education, together with a historical panorama of the public policies coming from the Special Education that precede the aforementioned achievement for people with this deficiency, as well as the conceptions of the disorder. The purpose of this study is to investigate the impact of this norm in the field of education in school culture as a process that transcends the schooling of the student with autism, with the purpose

* Aluna graduanda em Letras e mestranda do programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

of reflecting on the relevance of this regulation in the lives of people with ASD and their families . The results show the importance of the law in relation to access to education and the educational organization for the insertion of students with ASD in regular education and corroborates the understanding of the phenomenon, in an interdisciplinary context, of the subject before an exclusive subjectivity.

Keywords: Berenice Piana Law, Inclusive Education, Autistic Spectrum Disorder

Introdução

A educação inclusiva é um fenômeno em consonância com a legislação vigente que assegura a oferta de ações com a finalidade de promover a equidade e o respeito à diversidade para todos os alunos da Educação Básica. A Educação Especial como modalidade que permeia entre todos os segmentos da Educação Básica organiza procedimentos para efetivar a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito escolar.

Diante de diversos aparatos legais, que serão detalhados neste trabalho, para garantir a educação das crianças com deficiência na escola e sua inclusão na sociedade, ressalta-se a realidade do aluno com TEA, pois em decorrência da complexidade da síndrome, visto que após o diagnóstico médico o indivíduo com TEA necessita de atendimento multidisciplinar para se desenvolver, a assistência em todos os aspectos para crianças nesta situação era precária. Defronte esta situação, uma mãe chamada Berenice Piana que teve seu filho diagnosticado com autismo aos 4 anos de idade, juntamente com outras famílias, lutou bravamente e não mediu esforços para angariar direitos a todas as crianças autistas, dando origem a Lei Federal 12.764/12, regulamentação que prevê direitos específicos aos indivíduos com TEA, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff no dia 27 de dezembro de 2012.

Neste sentido, o presente estudo visa apresentar a Lei Berenice Piana – como é mais conhecida - na perspectiva da Educação Inclusiva, discutindo sobre aspectos inerentes ao processo histórico do autismo, bem como a visão geral do transtorno, analisando implicações na escolarização de crianças com TEA previstas na Lei 12.764/12.

O Transtorno do Espectro Autista

Socializar, interagir e se comunicar são ações naturais da maioria dos seres humanos. São comportamentos que conferem uma vida em sociedade dentro dos padrões culturais estabelecidos pelo ambiente em que vivemos. Atividades estas consideradas tão simples para a



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

maioria da população, são exercícios de extrema complexidade para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O TEA é um comprometimento neurológico que se compõe, entre aspectos e comorbidades singulares, em uma tríade em diferentes graus acerca da interação social, comunicação e comportamento. Estas características podem estar presentes desde o nascimento da criança e prejudicam habilidades inerentes ao seu desenvolvimento.

Descrito pela primeira vez pelo psiquiatra Eugen Bleuer em 1908, na descrição de isolamento em pessoas com esquizofrenia, o autismo atualmente é caracterizado por três níveis que variam entre leve, moderado e severo. As classificações auxiliam os especialistas e educadores a direcionarem um trabalho individualizado em cada criança, principalmente no processo de aprendizagem, o que não significa uma resposta positiva a cada estímulo oferecido. Contudo, “é preciso muita atenção, pois traços de autismo podem passar por timidez, esquisitices, entre outros, causando o diagnóstico tardio e não recebendo o devido acompanhamento” (FREITAS, 2016).

Leo Kanner, um pediatra e psiquiatra a frente do seu tempo, foi o responsável em definir as primeiras particularidades de forma clínica, dos sujeitos com autismo na década de 40, especificamente em 1943 ao realizar um estudo com onze crianças entre 2 e 4 anos. Os infantes evidenciavam dificuldades no contato afetivo, não se comunicavam por meio da linguagem, mantinham isolamento frequente e tinham uma memória notável.

A partir de 1944 Hans Asperger ampliou os estudos de Kanner caracterizando as altas habilidades também como uma característica do autismo, difundindo uma síndrome com seu nome. Contudo, sua atenção era voltada para a educabilidade. Seu trabalho só foi divulgado e reconhecido na década de 70 em virtude da publicação de trabalhos em alemão até este período. Bosa (2007) descreve diferenças e semelhanças entre as observações de Kanner e Asperger a respeito do autismo:

As descrições de Asperger são, na verdade, mais amplas que as de Kanner, além de incluir casos envolvendo comprometimento orgânico. Ressaltou a questão da dificuldade das crianças que observava em fixar o olhar durante situações sociais, mas também fez ressalvas quanto à presença de olhar periférico e breve; chamou a atenção para as peculiaridades dos gestos – carentes de significado e caracterizados por estereotípias – e da fala, a qual se podia apresentar sem problemas de gramática e com vocabulário variado, porém monótona. Salientou não tanto o extremo retraimento social, tal qual Kanner fizera, mas a forma ingênua e inapropriada de aproximar-se das pessoas (BOSA, 2007, p. 25).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O termo “autismo” foi se modificando ao longo do tempo e atualmente é chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V). Passa a se compor, um ano após a promulgação da Lei Berenice Piana, da seguinte forma:

Fusão de transtorno autista, transtorno de Asperger e transtorno global do desenvolvimento no transtorno do espectro autista. Os sintomas desses transtornos representam um continuum único de prejuízos com intensidades que vão de leve a grave nos domínios de comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos em vez de constituir transtornos distintos. Essa mudança foi implementada para melhorar a sensibilidade e a especificidade dos critérios para o diagnóstico de transtorno do espectro autista e para identificar alvos mais focados de tratamento para os prejuízos específicos observados. (APA, 2014 p. 42).

O diagnóstico do TEA é um procedimento clínico realizado por profissionais da saúde com base nas informações dos pais e análise do comportamento da criança. Os novos critérios do DSM- V auxiliam o diagnóstico precoce, pois caracterizam diferenças individuais dentro do espectro, contribuindo para uma avaliação mais ampla e intervenções dos profissionais envolvidos no acompanhamento dos indivíduos com TEA.

Os pais são os primeiros a perceberem sintomas de alerta para uma futura investigação e, após o diagnóstico, são imprescindíveis para o desenvolvimento da criança.

O indivíduo com TEA tem dificuldades comunicativas, que o impede de realizar ações simples, como escovar os dentes e vestir-se. A dificuldade de ler, escrever e falar também são características encontradas em pessoas com TEA. A intervenção da família se torna fundamental nesses casos, pois o ajudará a desenvolvê-las de maneira organizada, estabelecendo rotinas diárias, como tomar café, almoçar e jantar em horários estabelecidos (SANT’ANA, SANTOS, 2015).

A escola também se faz presente para a formulação de um diagnóstico e parceria com a família após o estabelecimento da condição do transtorno no aluno, pois as informações concedidas pelos profissionais da educação são fundamentais para o trabalho da equipe multidisciplinar e a qualidade de vida das pessoas acometidas pelo TEA. Essas particularidades também podem nortear as intervenções diferenciadas em sala de aula. Segundo Gonzaga e Borges (2018), é imprescindível ouvir os profissionais que acompanham o aluno e a família para iniciar a flexibilização do currículo.

A necessidade de uma lei específica para pessoas com TEA compreende às especificidades e peculiaridades da síndrome em questão, vista como um espectro de um extremo ao outro, atendendo a todos os níveis de autismo. Segundo a Lei 12.764/12:



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

(...) é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012).

O diagnóstico precoce, bem como a atendimento multidisciplinar adequado, também previsto na referida lei no inciso III, Art 3º é fundamental para o desenvolvimento social e cognitivo da criança com TEA, principalmente nos âmbitos de interação social, comunicação e comportamento.

Ainda não há uma conclusão definitiva sobre as causas do autismo, contudo, as pesquisas apontam que os principais fatores que podem desencadear o TEA são de ordem genética, hereditária e ambiental.

Os direitos da Pessoa com deficiência: os percursos recentes da Educação Inclusiva no Brasil

A partir do século XVI as pessoas com deficiência começam a ganhar visibilidade, mas somente no século XX a sociedade inicia ações contra a segregação e discriminação das pessoas com deficiência com movimentos em busca de uma sociedade inclusiva.

Partindo do pressuposto que a Lei 12.764/12 originou-se em decorrência de amparos legais anteriores, signatários de documentos internacionais, construiu-se ao longo da história e antes da promulgação da lei em questão, o conceito de deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2012 p. 26).

A Convenção dos direitos das Pessoas com Deficiências amplia as possibilidades de cidadania e direitos das pessoas dentro do quadro de deficiência descrito, repercutindo em avanços sociais para todos, com uma mudança de paradigma na qual a deficiência passou a ser vista como um modelo social. Neste mesmo documento consolidou-se a não discriminação e



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

direitos voltados à educação, acessibilidade, entre outros. Segundo Habid (2018) “a partir da Lei Brasileira de inclusão, o conceito de deficiência se desloca para a interação entre sujeito e o ambiente”:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, psicossocial, intelectual, comunicativa ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, Art. 2).

Diante de uma demanda democrática brasileira em que se acentuavam movimentos políticos em prol de direitos iguais e justos para todas as pessoas, foi promulgada em 1988 a Constituição Federal que prevê educação como um direito de todos (BRASIL, 1988, Art. 205) impulsionando um movimento de inclusão escolar ao ressaltar que as pessoas com deficiência terão direito ao atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, Art. 208, inciso III).

Baseada na concepção de Direitos Humanos (UNESCO, 1948), a educação inclusiva reporta a ideia de uma transformação estrutural e cultural da escola onde as particularidades de cada aluno podem ser desenvolvidas num contexto que oportunize equidade. A universalização do ensino desencadeou uma mobilização política e social devido a exclusão de sujeitos que apresentavam características distintas, considerados fora dos padrões da escola regular. As conquistas que popularizaram a educação inclusiva como compromisso mundial foram a Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) na cidade de Jomtien, na Tailândia onde vários países formalizaram medidas de igualdade no acesso a educação para as pessoas com deficiências destacando o direito fundamental de todos no sistema de ensino e a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) que declarou princípios norteadores para a construção de uma educação inclusiva:

A educação de alunos com necessidades educativas especiais incorpora os princípios já comprovados de uma pedagogia saudável da qual todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, em vez de ser esta a ter de se adaptar a concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica para todos os alunos e, como consequência, para a sociedade em geral, pois a experiência tem demonstrado que esta pedagogia pode reduzir substancialmente as desistências e as repetições e garantir um êxito escolar médio mais elevado. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 7).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Outras conquistas legais em torno da Educação Especial foram concebidas, entre esses feitos, a que organiza a Educação Básica a LDBEN 9394/96 (BRASIL,1996) especificamente no artigo 19, onde são asseguradas práticas educacionais que atendam as necessidades em detrimento das deficiências entre outras normas que garantem acesso gratuito à Educação Básica e oportunidades educacionais apropriadas. Mais adiante, o Art. 59, inciso I, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê uma adaptação curricular, “métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos” para atender as necessidades dos alunos com deficiência no ambiente escolar. As adaptações podem variar entre muito ou pouco significativa, dependendo do grau e do tipo de deficiência, contudo, a flexibilização requer mudanças nas praticas pedagógicas e objetivos claros do que se pretende alcançar com os alunos. Após a proclamação da LDBEN/96, outros documentos foram regulamentados para viabilizar qualidade da Educação Especial e valorizar a educação inclusiva dos alunos com deficiência.

Quadro 1 – Fundamentação legal que esclarecem direitos das pessoas com deficiência no âmbito da educação em uma perspectiva inclusiva, após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Decreto 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/88.	O Decreto normatiza a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis de ensino regular, da Educação Infantil ao Ensino Superior.
Resolução CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica) nº 2/2001, artigo 2º.	A diretriz assegura educação de qualidade e garantia de matrícula para todos os estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular.
PNE (Plano Nacional de Educação), Lei nº 10.172/2001.	A Lei determina objetivos e metas para melhoria da qualificação docente, acessibilidade física, atendimento educacional especializado, entre outras



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

	intenções que mobilizem o apoio à diversidade humana.
Decreto 3.953/2001	A norma reconhece a exclusão como discriminação e elimina qualquer barreira que impeça o acesso a escolarização.
Resolução CNE/CP (Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno) nº 1/2002.	O Conselho Nacional de Educação designa organização curricular para ensino superior e formação docente visando conhecimento sobre especificidades dos educandos.
Decreto nº 6.094/2007.	O Decreto articula o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), garantindo acessibilidade arquitetônica e permanência dos estudantes com deficiência no ensino regular e a implantação de salas de recursos multifuncionais.
Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto Executivo nº 6949/2009.	Os Estados ficam responsáveis em proporcionar a educação inclusiva garantindo o desenvolvimento social e acadêmico do educando com deficiência.
Decreto nº 6.571/2008, incorporado pelo Decreto nº 7.611/2011.	O Decreto dispõe de normas sobre matrículas de alunos com deficiência no FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e atribui diretrizes para o AEE (Atendimento Educacional Especializado).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Resolução CNE/CEB nº 04/2009.	O Conselho Nacional de Educação organiza normas específicas para o AEE (Atendimento Educacional Especializado) e sua incorporação ao projeto político pedagógico.
Resolução CNE/CEB nº 04/2010.	A Resolução determina que as matrículas dos estudantes com deficiência devem ser efetivadas no ensino regular e AEE da rede pública ou instituições equivalentes.
Decreto nº 7.084/2010.	O Ministério da Educação determina a adoção de material didático designado para a Educação Especial e professores das escolas públicas de educação básica.
Decreto nº 7.612/2011.	Institui-se o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem limite. Com o intuito de articular políticas, programas e ações que efetivem um sistema educacional inclusivo.
Lei nº 12.764/2012.	A sanção consolida direitos baseados em desenvolvimento, saúde, acesso à cultura, lazer e emprego, bem como medidas de punição para descumprimento de efetivação de matrícula das pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista).
PNE Lei nº 13.005/2014.	O Plano Nacional de Educação determina, no parágrafo 1º, inciso III, que Estados e Municípios garantam as necessidades específicas da Educação Especial dentro do sistema de educação inclusiva.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

LBI Lei nº 13.146/2015.	A promulgação institui a Lei Brasileira de Inclusão, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegura direitos e condições de igualdade da pessoa com deficiência visando a inclusão social e cidadania, reafirmando direitos fundamentais em todas as áreas de políticas públicas.
-------------------------	---

Adaptado. Fonte:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192

O Decreto 8368/14 (BRASIL, 2014) especifica as normas descritas na Lei Berenice Piana que institui a política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, esclarecendo aspectos importantes sobre quais Órgãos promovem as ações voltadas para a equidade educacional, entre outras áreas das políticas públicas.

O acesso, a participação e o desenvolvimento social e cognitivo dos alunos com deficiência estão garantidos por lei, contudo a legislação em torno da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva demanda atuação prática mais ativa para que os objetivos legais sejam alcançados em sua totalidade. A Lei 12.764/12 originou-se para reafirmar diretrizes da Educação Especial anteriores e para concretizar normas específicas necessárias para o indivíduo com TEA se desenvolva integralmente.

O impacto da Lei 12.764/12 para a educação

A partir da promulgação da Lei Berenice Piana (BRASIL, 2012), as pessoas com TEA asseguram direitos legais essenciais relacionados a educação, ensino profissionalizante, saúde, moradia, mercado de trabalho, previdência, assistência social, entre outros. No enfoque normativo, o indivíduo com TEA passa a se enquadrar no conceito de deficiência para todos os efeitos legais, conforme descrito pelo § 2º, Art 1º da referida lei. Este dispositivo legal amplia o acompanhamento dos sujeitos com TEA para além do atendimento de transtorno mental como



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

era considerado previamente e passa a ser entendido, a partir da deliberação, como transtorno do desenvolvimento.

O diálogo entre as áreas da saúde, transporte e educação são primordiais para articular e programar novas ações voltadas para educação inclusiva. De acordo com o projeto, a intersetorialidade deve ocorrer de modo que o atendimento ao autista aconteça de forma integral. Esta organização permite que as pessoas com TEA, bem como seus responsáveis consigam gozar do que está proposto na regulamentação mencionada, garantindo acessos aos serviços de todas as áreas.

Outro fator de extrema relevância na Lei Berenice Piana permite a sociedade, em particular os pais, uma participação ativa na formulação de novas políticas públicas, permitindo acompanhamento e avaliação das ações dos interesses das pessoas com TEA.

No que compete a educação, este preceito argumenta expressivamente sobre a prerrogativa de matrícula de pessoas com TEA nas classes regulares de ensino, com atendimento educacional especializado e profissional de apoio, se necessário. O não cumprimento desta norma pode acarretar multa de 3 três a 20 salários mínimos para o gestor escolar ou autoridade competente, de acordo com o Art. 7 da Lei 12.764/12.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) permite ao estudante com TEA intervenções específicas, numa perspectiva inclusiva, com um plano de desenvolvimento individualizado (PDI), contemplando suas necessidades educacionais e potencializando suas habilidades, promovendo a aprendizagem, utilizando-se de recursos multifuncionais de acessibilidade, em espaço adequado. As escolas devem disponibilizar o AEE no contra turno como função complementar ou suplementar na formação do aluno em consonância com o ensino regular. Este atendimento também pode ser oferecido em centros de atendimento educacional públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a secretaria de Educação (BRASIL, 2009, Art. 5º).

Em casos de comprovada necessidade, com base na lei discutida, o aluno com autismo fideliza o direito de contar com um acompanhante especializado em sala regular de ensino que o auxiliará em sua comunicação e interação social, bem como nas atividades escolares. O serviço apoio profissional viabiliza também as necessidades de cuidados pessoais, alimentação, higiene e locomoção.

Outro aspecto significativo é a formação e capacitação de profissionais. Uma das funções do exercício docente consiste em conhecer seus alunos e proporcionar-lhes contextos nos quais os estudantes, com ou sem deficiência, possam vivenciar experiências em espaços



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

coletivos da escola. Em decorrência do pouco conhecimento a respeito da síndrome, alguns professores sentem-se inseguros prejudicando suas práticas docentes, evidenciando o assistencialismo e o foco na deficiência. A mediação pedagógica deve valorizar os progressos do discente, com intervenções específicas e significativas. É importante destacar a necessidade de adaptações curriculares para proporcionar a inclusão efetiva dos alunos com TEA.

Devido à heterogeneidade da condição, os alunos com TEA são muito diferentes entre si, e exigem dos professores que as adaptações ou abordagens de ensino não sejam centradas nas características do transtorno, mas nas habilidades e dificuldades singulares de cada sujeito (KUBASKY, POZZOBON, RODRIGUES 2015).

A Lei 12.764/12 afirma relevante progresso em termos educacionais e amplia a oportunidade de aprendizagem e socialização das crianças com TEA em todos os segmentos da Educação Básica.

Considerações finais

No decorrer das últimas décadas os movimentos em prol da inclusão das pessoas com deficiência estimulou a sociedade a lutar a favor da igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade humana. Tais mobilizações originaram a promulgação da Lei 12.764/12 (Lei Berenice Piana), dando maior visibilidade aos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, garantindo direitos e impulsionando as instituições educacionais a refletirem sobre novas práticas para uma educação inclusiva.

Contudo, os apontamentos mencionados na referida legislação não são suficientes para indicar a prática da inclusão no ensino de classes comum regular, pois a escola ainda enfrenta inúmeros desafios para acolher alunos com deficiência no ambiente escolar. Os direitos existem, mas ainda não foram efetivados em sua totalidade.

Embora a lei seja uma conquista em âmbito federal, a normativa é pouco difundida na população e entre os educadores, dificultando a apropriação das demandas necessárias para que esses direitos sejam garantidos na área da educação.

O fato é que a inclusão é um fenômeno sem volta e o Brasil assumiu o compromisso, a partir da Lei Berenice Piana, de dar às pessoas com TEA, bem como suas famílias, uma vida digna e de qualidade, como um ideal a ser colocado em prática.

Referências



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). *Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais DSM – V*. 5. Ed. Porto Alegre – RS: Artmed, 2014.

BOSA, Cleonice. *Autismo: Atuais interpretações para antigas observações*. In: *Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção de Claudio Roberto Baptista, Cleonice Bosa e colaboradores*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 16 de setembro de 2018.

_____. *Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. 4 ed. Brasília, 2012. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoa scomdeficiencia.pdf>. Acesso em 19.12.2018.

_____. *Decreto 8368/14 de 2 de dezembro de 2014*. Regulamenta a Lei 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8368.htm. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

_____. *Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica*, Modalidade Educação Especial. – MEC; Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica; 2009.

_____. Lei Brasileira de Inclusão. Lei nº 13.145/15 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 10 de outubro de 2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Lei nº. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

_____. Ministério da educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. In: *Marcos Político-Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

_____. Presidência da República. *Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 05. Abr.2018.

FREITAS, Angelica Regina Weeck. *Os caminhos da exclusão no processo de inclusão escolar: um estudo de caso de autismo*. Dissertação (Instituto de Ciências da Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

GONZAGA, Mariana V., BORGES, Adriana A. P. *Tipos de situação de inclusão: uma nova proposta de adaptação curricular para crianças com TEA*. In: *O Aluno com Autismo na escola de Adriana Araújo Pereira Borges e Maria Luísa Magalhães Nogueira (organizadoras)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2018 (p.163 – 186).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

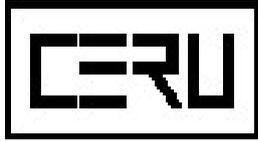
HABID, Cyntia P. A. *As políticas públicas na área da educação para a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA)*. In: O Aluno com Autismo na escola de Adriana Araújo Pereira Borges e Maria Luísa Magalhães Nogueira (organizadoras). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2018 (p.137 – 159).

KUBASKY, Cristiane; POZZOBON, Fabiana M; RODRIGUES, Tatiane P. *Investigando a qualidade da inclusão de alunos com autismo nos anos iniciais*. 37ª Reunião Nacional da ANPED. Florianópolis, 2015.

SANT'ANA, Wallace P.; SANTOS, Cristiane da S. *A Lei Berenice Piana e o Direito à Educação dos Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista No Brasil*. Revista Temporis [Ação] (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 15, n. 02, p. 99-114 de 207, jul./dez., 2015.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. 1990. Disponível em: http://www.unesco.org/education/pdf/JOMTIE_S.PDF. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

UNESCO, *Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU*. 1948. Disponível em https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao/?gclid=EAIaIQobChMI0bKRppuC4AIVh4WRCh10Wg0eEAAYASAAEgLnkPD_BwE. Acesso em 22 de janeiro de 2019.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Questões Rurais

Fernanda Melo Demai, 265
Iaponira Sales de Oliveira, 271



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ESTUDO DE CONCEITOS E DE TERMOS DA ÁREA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DE FORMAS E DE SIGNIFICADOS

Fernanda Mello Demai*

Resumo: Educação do Campo (EC) é o processo direcionado por práticas e por princípios sócio-históricos relacionados ao ensino e à aprendizagem nas zonas rurais, protagonizados por sujeitos políticos inseridos em movimentos sociais em prol dos trabalhadores do campo. O objetivo deste trabalho é demonstrar aspectos da configuração e do significado de termos relacionados a EC, a partir da análise de textos fidedignos exclusivamente escritos, em uma abordagem terminológica. A metodologia a ser utilizada é pautada em análise conceitual e descrição terminológica, a partir da fundamentação teórico-metodológica extraída de teorias da Linguística e da Terminologia que preconizam o estudo de conceitos e de termos conforme suas funções comunicativa, social, cultural e histórica. Sistematizamos um corpus, ou seja, um conjunto organizado de textos para extração e análise lexical, de natureza pedagógica, acadêmica, de divulgação e de difusão de conceitos e de uma ideologia. Da terminologia da área de EC, destacamos algumas unidades para a presente análise: 'concepção de campo'; 'memória da Educação do Campo'; 'escola base'; essas unidades terminológicas possuem características de forma e de significado que as constituem e individualizam no universo discursivo da área – em relação à forma, distinguem-se por serem termos compostos por mais de uma palavra, com um significado único para o novo conjunto vocabular; em relação ao significado, essas unidades terminológicas são marcadas por metáforas e metonímias, como processos de construção e organização do pensamento. O subproduto deste trabalho será um modelo para a construção de um glossário temático da área de Educação do Campo, com a descrição dos significados de alguns dos termos-chave, de modo contextualizado na sociedade, na história e na cultura do Brasil, nos limites do nosso recorte textual e dos nossos objetivos de análise conceitual e descrição terminológica.

Palavras-chave: Educação do Campo; Movimentos Sociais do Campo; Terminologia; Análise Conceitual; formas; significados

Abstract: Field Education (FE) is the process guided by practices and socio-historical principles related to teaching and learning in rural areas, carried out by political subjects inserted in social movements in favor of rural workers. The objective of this work is to demonstrate aspects of the configuration and meaning of terms related to FE, from the analysis of exclusively written reliable texts, in a terminological approach. The methodology to be used is based on conceptual analysis and terminological description, based on the theoretical-methodological basis extracted from theories of Linguistics and Terminology that advocate the study of concepts and terms according to their communicative, social, cultural and historical functions. We systematized a corpus, that is, an organized set of texts for extraction and lexical analysis, pedagogical, academic, dissemination and diffusion of concepts and an ideology. From the terminology of the FE area, we highlight some units for the present analysis: 'conception of field'; 'Memory of the Field Education'; 'base school'; these terminological units have characteristics of form and meaning that constitute them and individualize them in the discursive universe of the area - in relation to form, they are distinguished by being terms composed of more than one word, with a unique meaning for the new vocabulary set; in relation to meaning, these terminological units are marked by metaphors and metonymies, as processes of construction and organization of thought. The by-product of this work will be a model for

* Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. E-mail: fernanda.demai@gmail.com.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

the construction of a thematic glossary of the Field Education area, describing the meanings of some of the key terms, contextualized in society, in Brazilian history and culture, within the limits of our textual clipping and our objectives of conceptual analysis and terminological description.

Keywords: Field Education; Social Movements of the Field; Terminology; Conceptual Analysis; forms; meanings

1. Introdução: a área-tema, objetivos e aparato teórico-metodológico

Educação do Campo (EC) é o processo direcionado por práticas e por princípios sócio-históricos relacionados ao ensino e à aprendizagem nas zonas rurais, protagonizados por sujeitos políticos inseridos em movimentos sociais em prol dos trabalhadores do campo.

O objetivo deste trabalho é demonstrar aspectos da configuração e do significado de termos relacionados a EC, a partir da análise de textos fidedignos exclusivamente escritos, em uma abordagem terminológica.

A metodologia a ser utilizada é pautada em análise conceitual e descrição terminológica, a partir da fundamentação teórico-metodológica extraída de teorias da Linguística e da Terminologia que preconizam o estudo de conceitos e de termos conforme suas funções comunicativa, social, cultural e histórica.

Sistematizamos um corpus, ou seja, um conjunto organizado de textos para extração e análise lexical. Nosso corpus é multitarefa: caracteriza-se pelas naturezas e pelas destinações pedagógica, acadêmica, de divulgação e de difusão de conceitos e de uma ideologia.

Após a extração de termos com maior frequência, serão descritos os conceitos subjacentes, como foco nos processos de formação dos termos (aspecto formal) e nos processos de formação de significados (aspecto semântico).

O subproduto deste trabalho será um modelo para a construção de um glossário temático da área de Educação do Campo, com a descrição dos significados de alguns dos termos-chave, de modo contextualizado na sociedade, na história e na cultura do Brasil, nos limites do nosso recorte textual e dos nossos objetivos de análise conceitual e descrição terminológica.

2. O corpus como fonte de dados conceituais e terminológicos



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Trabalhamos com uma metodologia híbrida, de extração de palavras com a utilização de ferramenta informatizada (programa WordSmith Tools), aliada à extração lexical manual e análise humana (SCOTT, 2017)

Sistematizamos um corpus, ou seja, um conjunto organizado de textos para extração e análise lexical. Nosso corpus é multitarefa: caracteriza-se pelas naturezas e pelas destinações pedagógica, acadêmica, de divulgação e de difusão de conceitos e de uma ideologia. Esse corpus é constituído por textos legais, textos de divulgação, textos e documentos pedagógicos, dissertações e teses de doutorado; sua periodicidade é de 2000 a 2010, período fortemente marcado pela instauração, difusão e ressignificação de alguns dos mais representativos conceitos relativos à Educação do Campo.

Pesquisamos três instituições brasileiras para a coleta de dados terminológicos e conceituais: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar Nacional).

Com a utilização da ferramenta informatizada, extraímos listas de palavras, palavras-chave e concordâncias, ou seja: as frases em que as expressões de destaque ocorrem.

Neste trabalho, apresentaremos a análise de três termos-chave, com a aplicação de critérios utilizados em Linguística e em Terminologia para validar o estatuto de conceito/ termo fixo na sociedade. Juntamente com esse recorte morfológico e sintagmático, analisaremos aspectos dos significados dos termos, especialmente os recursos metafóricos e/ ou metonímicos que constituem o discurso da área.

Para identificação e análise dos processos de lexicalização/ terminologização, adotamos alguns critérios ou combinatória de critérios que avaliam aspectos da configuração morfossintática e semântico-pragmática dos termos, a partir do estudo e sistematização de fatores linguísticos e também de fatores extralinguísticos.

A seguir, citamos o rol de critérios adotados para identificação de sintagmas terminológicos ou termos simples em diferentes estágios de lexicalização/ terminologização, de acordo com as proposições teórico-metodológicas das autoras ALVES (2007), BARBOSA (2007), BARROS (2004) e DEMAI (2014):

- O sintagma/ termo simples designa conceito em particular?
- O sintagma/ termo simples tem forte e comprovada relação com a realidade extralinguística?



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

- O sintagma/ termo simples é combinado com isolamento semântico metafórico e/ ou metonímico?
- O sintagma/ termo simples é categorizável a partir do estudo dos recursos metafóricos e/ ou metonímicos?

Na próxima seção, faremos a análise de formas e de significados, especialmente os que envolvem metáforas e metonímias em terminologias, a fim de subsidiar a análise conceptual-terminológica da área de Educação do Campo.

3. Análise conceitual e descrição terminológica: formas e significados na área de Educação do Campo

Os termos possuem uma função cognitiva e favorecem os processos cognitivos, visto que, com a complexidade dos novos conceitos, em decorrência de novas tecnologias, novas ciências, novas técnicas e novas ideologias, as formas de expressão linguística mais simples, ou unitárias, acabam ficando mais restritas e não são suficientes para manifestar toda a especificidade, cada vez maior, das terminologias.

No corpus em estudo, dos processos ligados à forma, destaca-se a composição sintagmática, ou seja: a formação de termos ou expressões compostas por mais de uma palavra; dos processos ligados à significação, destacam-se metáforas e metonímias.

Para os limites deste trabalho, destacamos sinteticamente alguns pressupostos relacionados a metáfora e a metonímia conceitual (LAKOFF E JOHNSON (2003 [1980])).

A Teoria Cognitiva da Metáfora, proposta por George Lakoff e Mark Johnson em sua obra-marco *Metaphors we live by*, edição original de 1980, fundamenta muitos estudos sobre a natureza, as funções e as características de metáforas (e também de metonímias). Utilizaremos a edição de 2003 dessa obra de Lakoff e Johnson.

Com os estudos cognitivistas, a concepção de metáfora não é mais voltada ao subjetivismo ou a um objetivismo estreito, nem é pensada como aparato estético da linguagem. A metáfora é pensada como uma forma de conceptualizar e de interpretar a realidade, pois cria associações relativas ao homem e sua percepção de si, da sociedade e do “mundo natural” que o cerca.

As metáforas estão presentes na língua comum, nas terminologias e também nas manipulações estilísticas da linguagem.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Conforme Lakoff e Johnson (2003[1980]), pela sistemática da metáfora, compreendemos aspectos de um conceito em termos de outro, ao passo que escondemos certos aspectos dos conceitos e enfocamos outros. (LAKOFF E JOHNSON 2003 [1980]).

Nas terminologias, com a necessidade de mais e mais especificações, as metáforas aparecem ligadas às formações sintagmáticas como um recurso elucidativo, assim como também são relacionadas a termos simples, formados por uma única unidade vocabular.

As metáforas e metonímias são recursos de organização de ideias/ conceitos, a partir da utilização de recursos da analogia/ similaridade ou da relação entre conceitos. Esses recursos permitem estruturar um conceito comparando-o a outro, considerando as características de uma dada cultura, de uma sociedade, em um período histórico.

As metáforas e metonímias caracterizam muitos discursos, como o literário, o poético, o jornalístico, o humorístico, o publicitário e também os discursos técnicos e/ ou científicos, que trazem os termos técnicos dos diversos campos do saber humano.

Da terminologia da área de EC, destacamos algumas unidades para a presente análise: 'concepção de campo'; 'memória da Educação do Campo'; 'escola base'.

3.1 Para um modelo de glossário temático da área de Educação do Campo

Para a construção de um modelo de glossário temático da área de Educação do Campo, a análise e a sistematização de formas (termos simples, formados por apenas uma palavra e termos compostos, formados por mais de uma palavra) e de significados é fundamental, especialmente no que diz respeito a significados diferenciados, específicos, como são acepções técnicas e/ ou científicas.

É indispensável também verificar se os termos são recorrentes em textos da área com a mesma configuração e com o mesmo significado.

Para o presente trabalho, destacamos os recursos metafóricos e metonímicos de alguns termos-chave da área de Educação do Campo; esses recursos de configuração de significados são muito relevantes para as terminologias, a despeito do senso comum de que metáforas e metonímias são restritas a usos poéticos, literários ou estilísticos – ao contrário: além desses usos, metáforas e metonímias são recursos cognitivos, de organização e representação do pensamento em terminologias técnicas e/ ou científicas, a exemplo do conjunto de denominações específicas da área de Educação do Campo.



3.1.1. Análise do termo 'Concepção de campo'

'Concepção de campo' é um termo composto por mais de uma palavra, com um significado único e diferenciado para esse conjunto vocabular, visto que designa um conceito particular: 'conceito de campo como espaço de identidade própria, com valorização positiva de sua cultura, de sua tradição e de suas características'.

O termo é recorrente com essa formatação e significado nos textos da área e é caracterizado pelo fenômeno da metáfora: a concepção é a criação das ideias e dos conceitos de campo. Há transferência do plano concreto da concepção de um ser vivo, pela reprodução a partir do contato físico entre um macho e uma fêmea, para o plano abstrato de "criação de uma ideia, ou de um ideário".

3.1.2 Análise do termo 'Memória da Educação do Campo'

'Memória da Educação do Campo' é um termo composto por mais de uma palavra, com um significado único e diferenciado para esse conjunto vocabular, visto que designa um conceito particular: 'relatos orais e escritos dos acontecimentos relativos à organização e à implantação da Educação do Campo, bem como os princípios e ideologias subjacentes'.

O termo é recorrente com essa formatação e significado nos textos da área e é caracterizado pelo fenômeno da metonímia: há a transposição de abstrato para concreto, como em memória da educação do campo, que representa a "memória das pessoas responsáveis pelas ações da Educação do Campo". Memória é um conceito abstrato, pois representa a capacidade de recordar de algo, ou de armazenar alguma informação. Memória da Educação do Campo é um termo que faz a transposição metonímica entre memória (abstrato) e registro historiográfico (concreto).

3.1.3 Análise do termo 'Escola base'

'Escola base' é um termo composto por mais de uma palavra, com um significado único e diferenciado para esse conjunto vocabular, visto que designa um conceito particular: 'escola que serve de apoio aos processos de ensino e de aprendizagem, bem como às funções administrativas das escolas itinerantes do campo'; o termo é recorrente com essa formatação e significado nos textos da área e é caracterizado pelo fenômeno da metáfora: a escola é o



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

princípio, o que sustenta, um "apoio", um "alicerce" dos movimentos sociais do campo, principalmente no que concerne às necessidades e objetivos de oferecer ensino e aprendizagem. A escola é, ainda metaforicamente, um "lugar" onde se assentam os princípios do campo e dos Movimentos Sociais do Campo.

4 Considerações finais

A Educação do Campo é uma área cuja terminologia está em constituição, assim como a difusão de seus conhecimentos da sociedade brasileira, pois os conceitos estão restritos aos meios de produção acadêmica e aos movimentos sociais do campo – os conceitos são difundidos por meios de comunicação de uma forma “marcada negativamente”, preconceituosa - logo os verdadeiros valores da Educação do Campo, e respectivos termos, ainda são “novidade” para o público em geral.

Utilizamos algumas abordagens teórico-metodológicas da Teoria Comunicativa da Terminologia e da Teoria Sociocognitiva da Terminologia, principalmente no que diz respeito à valorização dos estudos semânticos, pragmáticos e morfossintáticos, considerando o discurso “real”, fidedigno, manifestado e abonadas pelos especialistas e atores sócio-históricos do contexto.

Temos a concepção de que termo é uma unidade de função comunicativa, discursiva e cognitiva; os termos são extraídos de textos reais, que disciplinam e constroem a área discursivamente, por intermédio de sua terminologia.

Na pesquisa, buscamos valorizar os termos como as unidades de conhecimento, a partir de modelos mentais e de formas de pensar, de apreender e de sistematizar a realidade, a exemplo de metáforas e metonímias

A ideologia nas relações entre denominação e significação é presente em todos os campos do saber, em todas as culturas, em toda manifestação humana – a Educação do Campo é somente um exemplo dessa propagação de valores ideológicos e axiológicos.

Creemos que a Terminologia e a Linguística devem contribuir para as Ciências ditas Humanas e Sociais, considerando os valores ideológicos subjacentes à configuração de significados e aos usos de termos e de palavras.

A língua é um instrumento social, para fins sociais, e as Ciências do Léxico, que incluem a Terminologia ou estudo dos termos técnicos e/ ou científicos, devem contribuir para as finalidades sociais, histórica e culturalmente determinadas.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Referências

- ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007. (Princípios, 191).
- BARBOSA, M. A. Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de aplicação. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Org.). *As Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. 3. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007: 433-445.
- BARROS, L. A. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Acadêmica, 54).
- CEETEPS (CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA). Institucional. Disponível: <<https://www.cps.sp.gov.br/>>. Acesso em 23 maio de 2019.
- DEMAI, F. M. *Processos de terminologização: descrição e análise da neologia da área de Educação do Campo*. 2014. 417 f. Tese (Doutorado em Letras: Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde.../2014_FernandaMelloDemai_VOrig.pdf>
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago; London: University of Chicago Press, 2003 [1980].
- MST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA). Institucional. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em 23 maio de 2019
- SCOTT, M. *WordSmith Tools version 7*, Stroud: Lexical Analysis Software. 2017. [versão mais recente consultada]. Disponível em: <http://www.lexically.net/publications/citing_wordsmith.htm>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- SENAR (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL). Institucional. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/senar/>>. Acesso em 23 maio de 2019



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

OCUPAÇÃO EM TERRAS AGRÍCOLAS DO SEMIÁRIDO NORDESTINO E SUAS IMPLICAÇÕES NO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS.

Iaponira Sales de Oliveira

Resumo: A ocupação populacional da região semiárida brasileira foi bastante tardia em decorrência das inúmeras crises por falta de água para o abastecimento, principalmente nos anos de 1845 a 1876, que somaram 32 anos de secas intensivas. Além da severidade climática, esta região abriga cerca de 18,5 milhões de pessoas, dentre as quais 8,6 milhões vivem na zona rural. No contexto da ocupação do semiárido, estudos possibilitaram constatar que os primeiros habitantes concentravam-se nas áreas mais úmidas, por apresentarem vales de rios perenes e os brejos de altitude. Estes colonizadores tiveram como objetivo realizar as inclusões agrícolas e pecuárias, aproveitando os recursos locais. O Rio São Francisco, por exemplo, foi considerado como avenida principal utilizada para o avanço da colonização na região semiárida do Nordeste brasileiro. Neste contexto se insere o presente estudo, como parte integrante de uma tese de doutorado, a qual foi desenvolvida na região do reservatório de Itaparica, médio Rio São Francisco, entre os anos de 2012 a 2016, teve como um dos seus objetivos caracterizar o processo de ocupação de áreas cultiváveis às margens do Rio São Francisco no Estado de Pernambuco. O Município de Petrolândia contempla o Projeto “Icó-mandantes”, que foi concebido para reassentar as famílias que tiveram suas terras inundadas durante a construção da Barragem de Itaparica, com suas famílias distribuídas em 16 agrovilas na área rural. Enquanto que Itacuruba/PE apresenta uma população organizada em três assentamentos concedidos pelo INCRA, que possibilitou a reforma agrária nesta região de maneira justa e sistematizada. Apesar das dificuldades postas, estes povos tentam desenvolver suas atividades às margens do Rio São Francisco, de onde retiram água para irrigação, mesmo sem utilizar da tecnologia. Diante desses fatores, o estudo pode concluir que o principal desafio destas comunidades é alcançar um desenvolvimento de forma sustentável, que garanta o suprimento das necessidades básicas das comunidades, como também a adequação de técnicas acessíveis para o pleno desenvolvimento das áreas agrícolas.

Palavras – chave: Semiárido brasileiro. Comunidades locais. Agricultura.

Abstract: The population occupation of the Brazilian semi-arid region was very late due to the numerous crises due to lack of water for the supply, especially in the years 1845 to 1876, which added 32 years of intensive droughts. In addition to the climatic severity, this region is home to about 18.5 million people, of which 8.6 million live in the countryside. In the context of the occupation of the semiarid, studies made it possible to verify that the first inhabitants were concentrated in the humid areas, because they present valleys of perennial rivers and the heaths of altitude. These colonizers had the objective of realizing the agricultural and livestock inclusions, taking advantage of the local resources. The São Francisco River, for example, was considered as the main avenue used for the advancement of colonization in the semi-arid region of the Brazilian Northeast. In this context, the present study, as an integral part of a golden thesis, was developed in the region of the Itaparica reservoir, Rio San Francisco, between the years of 2012 to 2016. One of its objectives was to characterize the process of occupation of arable areas on the banks of the São Francisco River in the State of Pernambuco. The Municipality of Petrolândia contemplates the "Ico-mandantes" Project, which was designed to resettle families who had their lands flooded during the construction of the Itaparica Dam, with



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

their families distributed in 16 agrovilas in the rural area. While Itacuruba / PE presents a population organized in three settlements granted by the INCRA, that made possible the agrarian reform in this region in a fair and systematized way. Despite the difficulties, these people try to develop their activities on the banks of the São Francisco River, from where they draw water for irrigation, even without using technology. Given these factors, the study can conclude that the main challenge of these communities is to achieve a sustainable development that guarantees the basic needs of communities, as well as the adaptation of techniques accessible to the full development of agricultural areas.

Keywords: Brazilian semi- arid. Local communities. Agriculture.

INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro inclui o Domínio das Caatingas, que ocupa cerca de 12% do território nacional e 60% da região Nordeste; inclui os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte do norte de Minas Gerais (BARBOSA, 2007). Além da severidade climática a que está submetida, esta região abriga cerca de 18,5 milhões de pessoas, dentre as quais 8,6 milhões na zona rural (CIRILO *et al.*, 2007).

A ocupação populacional dessa região semiárida foi bastante tardia em decorrência das inúmeras crises por falta de água para o abastecimento, principalmente no período de 1845 a 1876, que resultou em 32 anos de secas intensivas (CAMPOS & STUDART, 1997). A partir dessa catástrofe, a sociedade brasileira despertou em busca de novas soluções estruturais para esta região (CAMPOS & STUDART, 1997).

Além dos problemas relacionados à falta de água, a ocupação populacional desordenada do semiárido pode ter contribuído para as alterações nas paisagens, caracterizadas pelo processo de expansão agrícola, resultando na presença de espécies de florestas xerófitas em áreas de cerrado e de espécies de florestas tropicais úmidas nas savanas da caatinga (SÁ-NETO *et al.*, 2013). Portanto, na região semiárida é possível observar um mosaico de florestas xerófitas com outros Domínios, o que proporciona discussões sobre a classificação e os limites da Caatinga. Ab'Sáber (2003), por exemplo, classificou a Caatinga como um Domínio, que incluía não só fisionomias xerófitas (Caatinga *stricto sensu*), mas também apresentando o desenvolvimento de ecótonos (Caatinga *lato sensu*).

O desenvolvimento de ecótonos tem contribuído para tornar a paisagem da Caatinga bastante alterada (AB'SÁBER, 2003); uma das principais consequências é a substituição de



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

espécies vegetais nativas pela atividade agrícola e pecuária. Estas ações, que promovem o desmatamento e o mau uso do solo, são responsáveis pela ocorrência de extensas áreas degradadas e núcleos de desertificação, tornando a Caatinga um dos Domínios mais alterados do Brasil (CASTELLETTI *et al.*, 2005; SAMPAIO *et al.*, 2008).

Inversamente proporcional aos valores de destruição, estão os dados relativos à proteção da Caatinga, pois se trata do Domínio brasileiro com o menor percentual de áreas protegidas (7,12%) entre Unidades de Conservação federais, estaduais e privadas, dentre as quais menos de 14% são de proteção integral (HAUFF, 2008; ROSA *et al.*, 2013).

A antropização da Caatinga acontece de forma desordenada; apesar de esta região apresentar um regime de chuvas concentrado em quatro meses (fevereiro a maio) e uma grande variabilidade interanual, a região está submetida a fortes secas que moldam o comportamento das comunidades locais (SILVA *et al.*, 2011).

A variabilidade interanual no Nordeste brasileiro está associada a padrões de variação da mesma escala de tempo nos oceanos Pacífico e Atlântico, como a variabilidade interanual associada a El Niño, Oscilação Sul, ENOS, ou a variabilidade decadal do Pacífico (Pacific Decadal Oscillation - PDO), do Atlântico (North Atlantic Oscillation- NAO) e a variabilidade do Atlântico Tropical e do Atlântico Sul (MARENGO, 2006).

No contexto da ocupação do semiárido, estudo sobre o Domínio das Caatingas possibilitou constatar que os primeiros habitantes concentravam-se nas áreas mais úmidas, por apresentarem vales de rios perenes e os brejos de altitude. Estes colonizadores tiveram como objetivos realizar as inclusões agrícola e pecuária, aproveitando os recursos locais. Para isso, suas atividades concentraram-se principalmente às margens dos rios, que além de fornecer água para o pasto e a irrigação, também foram utilizados como estradas naturais (SAMPALIO, 2003).

Tendo em vista que o semiárido nordestino é uma região pobre em volume de escoamento de água dos rios, as comunidades humanas locais tiveram que se adaptar a este cenário. Esta falta de escoamento pode ser explicada em função da variabilidade temporal das precipitações e das características geológicas dominantes, com solos rasos sobre rochas cristalinas e, conseqüentemente, baixas trocas de água entre o rio e o solo adjacente (CIRILO *et al.*, 2007). O resultado é a existência de densa rede de rios intermitentes, com poucos rios perenes, com destaque para os Rios São Francisco e Parnaíba. O Rio São Francisco, por exemplo, foi considerado como a avenida principal utilizada para o avanço da colonização na região semiárida do Nordeste brasileiro. No entanto, esse processo civilizatório deixou marcas



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

na região, resultando em maior adensamento populacional e exploração da terra (SAMPAIO, 2003).

Contudo, o semiárido brasileiro tem um potencial de área apta para irrigação de mais de 2,4 milhões de hectares, por apresentar áreas que, se trabalhadas com tecnologias adequadas, constituir-se-iam num grande potencial para o agronegócio (CIRILO *et al.*, 2007; MANTOVANI *et al.*, 2007). As principais vantagens da irrigação são o aumento na produtividade e produção de alimentos; geração de emprego e renda de forma consistente e estável; diminuição do êxodo rural; auxílio no desenvolvimento regional, do estado e do país (MANTOVANI *et al.*, 2007).

Diante desses fatores, o principal desafio é alcançar um desenvolvimento de forma sustentável, que garanta o suprimento das necessidades básicas das comunidades, sejam locais ou globais, como também a adequação de técnicas acessíveis a estas comunidades humanas para o pleno desenvolvimento das áreas agrícolas (CERIACO *et al.*, 2010). É provável que nestas áreas muitas comunidades locais utilizem métodos simples para o cultivo, os quais fazem parte das suas tradições culturais. Utilizar os conhecimentos destas comunidades locais sobre o manejo dos recursos naturais, atrelado à inserção de novas tecnologias, pode contribuir para o alcance da sustentabilidade nas áreas agrícolas (ALBUQUERQUE *et al.*, 2006; ALBURQUERQUE *et al.*, 2012; SILVA *et al.*, 2011).

Neste contexto se insere o presente estudo de caracterização de área, o qual foi desenvolvido no âmbito do INNOVATE Project (Interplay between the multiple use of water reservoirs via innovative coupling of substance cycles in aquatic and terrestrial ecosystems), projeto binacional Brasil-Alemanha, especificamente como parte do subprojeto SP-4 - Biodiversidade e Serviços do Ecossistema, na região do reservatório de Itaparica, médio Rio São Francisco, entre os Estados da Bahia e Pernambuco. Dentre estes foram escolhidos para integrar o INNOVATE Project, municípios que desenvolvem atividade agrícola, no Estado de Pernambuco. Esta região do Lago de Itaparica está inserida na Ecorregião Depressão Sertaneja Meridional, que possui como formação geológica básica o embasamento cristalino, com solos rasos, pedregosos e rochosos, com relevo variando de plano a montanhoso. O lençol freático, quando existente, é raso, pouco volumoso e as águas superficiais e subterrâneas muito mineralizadas (VELLOSO *et al.*, 2002).



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

A vegetação da caatinga, com vegetação em geral de pequeno porte, rala, com espécies xerófilas e caducifólias (VELLOSO *et al.*, 2002). A climatologia é caracterizada por temperaturas médias que variam de 23° a 27°C, insolação anual de até 2.800 horas, com altas taxas de evapotranspiração potencial e baixa precipitação, abaixo da média de 448 mm/ano, configurando déficit hídrico na região (MATALLO JR, 2000). As precipitações apresentam irregularidades na distribuição temporal (3 a 4 meses com chuvas) e espacial, com secas periódicas, decorrentes dos movimentos da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e as descargas da Frente Polar Atlântica (FPA) (OLIVEIRA *et al.*, 2000).

Neste cenário estão inseridos os municípios e comunidades estudados, Petrolândia e Itacuruba, ambas situadas às margens do Rio São Francisco no Estado de Pernambuco (Figura 1). O Município de Petrolândia (08°58'45" S e 38°13'10" W) situado em altitude de 282 m, localiza-se às margens do lago e dos riachos do Limão Bravo e Mandantes (afluentes do Rio São Francisco). Contempla o Projeto “Icó-mandantes”, que foi concebido para reassentar as famílias que tiveram suas terras inundadas pelas águas do Rio São Francisco, durante a construção da Barragem de Itaparica. É uma área de 2.600 hectares irrigados, e uma reserva legal de aproximadamente 19.000 hectares com 618 famílias cadastradas (Carvalho, 2009).

O perímetro irrigado do Município de Petrolândia, região do submédio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, faz parte do Sistema Itaparica de Projetos de Irrigação, construído pelo Governo Federal através da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) para compensar as famílias deslocadas pela construção da Usina Hidroelétrica Luiz Gonzaga (Usina de Itaparica), no final da década de 1980. O consumo médio de água pelas comunidades no perímetro irrigado é de 57.000 m³ (Carvalho, 2009).

Com a construção da usina Hidroelétrica de Itaparica, 834 km² de terras foram inundadas, implicando no deslocamento de 5.542 pessoas somente na margem esquerda do Rio São Francisco, no estado de Pernambuco. Em março de 1986 a CHESF iniciou um estudo de viabilidade para o reassentamento das famílias atingidas pela inundação do lago. Hoje estas famílias estão distribuídas em 16 agrovilas na área rural da cidade. Nestas agrovilas as comunidades dispõem de casas de alvenaria, escola, igrejas, quadras e praças.

Inserido no perímetro irrigado do Vale do São Francisco está   região de Icó- Mandantes em Petrolândia/PE, na qual parte deste estudo foi efetuado; a principal atividade econômica da popula o local é a agricultura irrigada, que vem se desenvolvendo, de modo geral, com base



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

na organização familiar (Carvalho, 2009). A agricultura de sequeiro ainda é praticada, mas de forma pouco expressiva. As culturas de maior densidade de renda são hortaliças e fruticultura, mas as culturas de ciclo curto como feijão, melancia, milho, abóbora, amendoim, são as que concentram a preferência dos agricultores dessa região, basicamente pelas facilidades de apropriação e aplicação da tecnologia, e por oferecerem menor risco financeiro na sua comercialização (D'ALPUIM et al., 2012; CARNEIRO *et al.*, 2012). Plantios comerciais de culturas mais rentáveis como cebola, melão, tomate e coentro semente estão crescendo entre os agricultores, especialmente aqueles mais tecnificados. Nesta região também se encontra uma área de vegetação nativa de Caatinga preservada, representada por áreas de mata circunvizinha aos lotes irrigados (CORRÊA *et al.*, 2010).

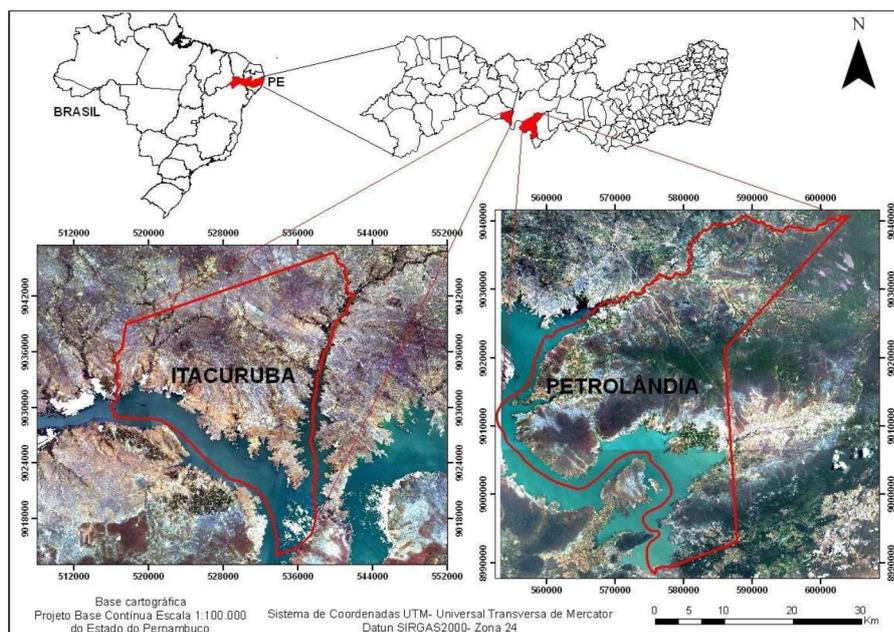
O outro município estudado, Itacuruba (08°43'38"S e 38°41'00"W), situa-se a 292 metros de altitude. Segundo o censo do IBGE de 2010, sua população era de 4.639 habitantes. Suas principais atividades são a agricultura e a pecuária. Apesar das famílias não serem beneficiadas com programas de irrigação, poucas ainda dependem da agricultura, tornando a atividade cada vez menos desenvolvida nesta região. As comunidades agrícolas de Itacuruba/PE estão organizadas em três assentamentos concedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que possibilitou a reforma agrária nesta região de maneira justa e sistematizada, mantendo estas comunidades no cadastro nacional de imóveis rurais, além de identificar e registrar, demarcar e titular terras destinadas a comunidades tradicionais quilombolas aí existentes. Foram identificadas 198 famílias em Itacuruba/PE, as quais desenvolvem agricultura de subsistência; outros agricultores desenvolvem suas atividades em propriedades de grandes fazendeiros da região, em troca de salários e muitas vezes moradia. É notória a diferença entre esta comunidade e a de Petrolândia por não apresentarem recursos para desenvolvimento de agricultura em larga escala, em um sistema de irrigação como nas comunidades rurais de Petrolândia/PE. Mesmo com as dificuldades postas, estas comunidades tentam desenvolver suas atividades às margens do Rio São Francisco, de onde retiram água para irrigação apesar de utilizarem poucas tecnologias.

FIGURA 1: Localização das comunidades agrícolas estudadas nos municípios de Itacuruba e Petrolândia, Pernambuco, às margens do Rio São Francisco, nordeste do Brasil.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019



Fonte: Lucena, M. (2013)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Historicamente, a agricultura praticada na região semiárida é nômade, itinerante ou migratória, onde os agricultores desmatam, queimam e plantam por um curto período (em torno de dois ou três anos) e mudam para outras áreas repetindo a mesma prática, na expectativa de uma recuperação da capacidade produtiva dos solos. Esta prática vem reduzindo consideravelmente a biodiversidade; entretanto, a agricultura constitui a base alimentar e a fonte de matéria-prima para inúmeras atividades de populações locais (KUSTER, 2008).

Nas atividades agrícolas, destacam-se dois modelos de produção: o tradicional e o convencional. No primeiro, as práticas utilizadas pelos agricultores geralmente é sem a utilização de insumos externos, com técnicas mais tradicionais e muitas vezes a utilização de mão-de-obra é de base familiar (MOREIRA, 2004; MENEZES *et al.*, 2011). O segundo modelo se caracteriza por práticas modernas, altamente mecanizadas e com intenso uso de insumos externos, baseado no modelo agroquímico característico da “Revolução Verde” (TAVARES, 2009). No Brasil, a “Revolução Verde” assumiu a forma de uma modernização tecnológica com características socialmente conservadoras, onde os créditos agrícolas altamente subsidiados foram dirigidos às elites do mundo rural (SILVA, 2001). No entanto, os impactos destas práticas agrícolas promoveram altos índices de degradação dos recursos naturais (TAVARES, 2009; MENEZES *et al.*, 2011). Assim, a inadequação do modelo difundido pela “Revolução Verde”, bem como a aceitação e a difusão do conceito de sustentabilidade, têm levado a pesquisa



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

agropecuária a uma crescente busca pelos modelos alternativos e sustentáveis para a agricultura (MARQUES, *et al.*, 2003; TAVARES, 2009; MENEZES *et al.*, 2011).

É nesse contexto que surge o conceito de agroecossistemas, o qual proporciona uma organização estrutural dos sistemas de produção de alimentos, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que os compõem (CAPORAL & COSTABEBER, 2004; GLIESSMAN, 2009). Para Santos (2011), agroecossistemas são sistemas ecológicos alterados, manejados de forma a aumentar a produtividade de um grupo seletivo de produtores e de consumidores, podendo desencadear a retirada de vegetais e animais nativos, substituídos por poucas espécies, mas que transite entre o modelo agroquímico de produção para um modelo de agricultura com princípios, métodos e tecnologias de base ecológica.

Esse novo modelo de organização da atividade agrícola tem como meta a sustentabilidade ambiental para estas áreas que, segundo Ferreira (2008), vai além de um sistema de produção, porque significa manter e prosperar as condições naturais, preservar o meio ambiente e ofertar melhores condições de vida para as comunidades agrícolas.

Este fato é preocupante, especialmente na região semiárida do Nordeste brasileiro, intermitentemente atingida por sucessivas “secas”. Além da possível interferência sobre a fauna, a estiagem promove ações diretas sobre a condição de vida da população, sobretudo nas áreas onde predominam a agricultura e a pecuária extensiva, atividades que, quando desenvolvidas sem planejamento, resultam em problemas ambientais irreversíveis, como a desertificação (LEAL, 2003; SAMPAIO *et al.*, 2008; CERIACO *et al.*, 2010).

Em se tratando de áreas de Caatinga utilizadas para a agricultura e o conhecimento das comunidades locais, encontra-se a região semiárida às margens do reservatório de Itaparica, ao longo do qual se encontram os sistemas agrícolas dos municípios de Petrolândia e Itacuruba, Pernambuco, fronteira com o Estado da Bahia. Sob a influência da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, estas comunidades vivem da agricultura e pecuária como principais atividades econômicas, utilizando a água deste rio para irrigação. No entanto, estes municípios diferem quanto ao sistema de irrigação utilizado, pois Petrolândia possui um sistema irrigado que proporciona cultivo durante todo o ano, enquanto em Itacuruba os agricultores necessitam da água da chuva, por falta de um sistema adequado de irrigação.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento agrícola sustentável visa minimizar os efeitos antrópicos negativos resultantes do manejo inadequado dos recursos naturais (FERREIRA, 2008; SANTOS, 2011). Para isso, o entendimento das atividades humanas torna-se



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

indispensável na compreensão da relação pessoas/recursos biológicos, visto que as atuais formas de usos e aproveitamento dos recursos da Caatinga são bastante precárias e muitas vezes não são conduzidas de forma sustentável, desrespeitando a complexidade presente neste Domínio (SILVA *et al.*, 2014).

Para a obtenção desse novo modelo de desenvolvimento sustentável, o principal desafio é compreender como as comunidades interagem com os recursos, considerando que a maior dificuldade das comunidades agrícolas na região semiárida é a escassez de água. Assim sendo, torna-se necessário aumentar a demanda de ações que viabilizem a expansão das fronteiras agrícolas no domínio da Caatinga e o suprimento extra de água (FERREIRA, 2008; SANTOS, 2011). No entanto, o caráter insuficiente e irregular do regime pluviométrico do Semiárido nordestino induz à adoção de práticas alternativas de suprimento hídrico, quando a irrigação torna-se um fator de grande interesse para os produtores de alimentos, em diversas partes do mundo e na região semiárida do Nordeste brasileiro (MANTOVANI *et al.*, 2007).

Os estudos sobre o impacto da irrigação em zonas semiáridas são ainda incipientes, sendo necessárias investigações mais refinadas sobre o uso da irrigação e quais as mudanças ambientais geradas pela inclusão da técnica de irrigação (FRANCA-ROCHA *et al.*, 2007). Alguns estudos têm demonstrado que a falta de habilidade dos irrigantes no manejo da irrigação, sem levar em consideração as características edafoclimáticas da região, tem contribuído para o processo de degradação dos solos em perímetros irrigados da Região Semiárida do Nordeste brasileiro (FRANCA-ROCHA *et al.*, 2007). Exemplos de fracassos na implantação de perímetros irrigados, principalmente relacionados à falta de planejamento e desperdícios de recursos financeiros, foram constatados nos Estados de Pernambuco, em Moxotó (SAMPAIO *et al.*, 2005), Ibimirim e Serra Talhada (FERNANDES, 2008), nos Perímetros Irrigados de Engenheiro Arcoverde e São Gonçalo, em Condado (LEÃO *et al.*, 2009), e Sergipe, em Canindé do São Francisco (AGUIAR-NETTO *et al.*, 2007).

Em relação ao perímetro irrigado do Vale do São Francisco, este foi implantado a partir da década de 1970 e impulsionou a geração de emprego e renda em vários municípios do Nordeste brasileiro, por meio de empresas agrícolas e assentamentos de famílias de agricultores que, juntos, tornaram a região um dos principais pólos de produção da fruticultura irrigada do país, destacando-se os municípios de Petrolina - PE e Juazeiro - BA (SANTOS, 2010). A irrigação promoveu uma nova dinâmica na região semiárida, principalmente no que se refere à inserção de famílias de baixa renda na produção de frutas e, na agroindústria para consumo



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

interno e exportação (GIONGO, 2011). É nesse perímetro irrigado que se encontra a área de estudo deste trabalho.

No entanto, a sustentabilidade de um perímetro irrigado está condicionada, entre outros aspectos, à manutenção da produtividade dos solos, que dentro dos sistemas de produção sofrem modificações nos seus atributos biológicos, físicos e químicos pela aplicação de fertilizantes e defensivos agrícolas, tráfego de máquinas e alteração do regime hídrico nas bacias hidrográficas (CORRÊA, 2007). Além disso, por ser uma Agricultura com maior necessidade de investimento e conhecimento técnico, a Agricultura Irrigada sofre algumas dificuldades de inclusão de pequenos produtores. Nessa perspectiva, a inclusão da comunidade local atrelada à incorporação inclusiva de novas técnicas, podem ser ferramentas úteis para o alcance da sustentabilidade nos sistemas agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi de fundamental importância o desenvolvimento desta etapa do projeto de tese, como parte do INNOVATE Project, projeto binacional Brasil-Alemanha, especificamente integrando o subprojeto SP-4 - Biodiversidade e Serviços do Ecossistema, na região do reservatório de Itaparica, médio Rio São Francisco, entre os Estados da Bahia e Pernambuco, por possibilitar parceria internacional e uso de alguns dados secundários do Projeto como um todo. Destaca-se ainda a importância registrar o conhecimento local das comunidades agrícolas de Petrolândia e Itacuruba/PE, situadas em área de Caatinga, no Estado de Pernambuco (Itacuruba e Petrolândia), especialmente na região do Lago de Itaparica, Bacia do Rio São Francisco. Estas comunidades inseridas no Domínio da Caatinga desenvolvem a agricultura como a principal atividade de subsistência.

Para esta atividade os agricultores fazem uso das águas do Rio São Francisco, porém Petrolândia se destaca por apresentar sistema de irrigação, e conseqüentemente um maior e lucrativo sistema agrícola, diferentemente de Itacuruba onde as comunidades locais não possuem sistema de irrigação, dificultando a prática da atividade agrícola. No entanto, ambas as comunidades, por estarem inseridas no semiárido nordestino, enfrentam sérios problemas com a estiagem e o desmatamento das áreas de Caatinga para o avanço da agricultura, fatos que os obrigam a utilizar fertilizantes. Além disso, o uso excessivo de agroquímicos tem contribuído para a modificação da paisagem nessa região, tendo em vista que estes tóxicos influenciam diretamente na extinção de espécies da flora e da fauna.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, A.N. 2003. **Os domínios da natureza do Brasil - Potencialidades paisagísticas**. Ateliê, São Paulo.
- ABÍLIO, F. J. P. (Org.) 2010. **Bioma Caatinga: ecologia, biodiversidade, educação ambiental e práticas pedagógicas**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, p. 196.
- ABROL, D.P. 2012. **Pollination Biology: Biodiversity Conservation and Agricultural Production**. Springer, New York, New York, USA.
- AGUIAR-NETTO, A.de O.; GOMES, C.C.S.; LINS, C.C.V.; BARROS, A.C.; CAMPECHE, L.F. de S.M.; BLANCO, F.F. 2007. **Características químicas e salino-sodicidade dos solos do Perímetro Irrigado Califórnia, SE, Brasil**. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.37, n.6, p.1640-1645.
- ALBUQUERQUE, U. P. de. 2006. **Reexamining hypotheses concerning the use and knowledge of medicinal plants: a study in the Caatinga vegetation of NE Brazil** *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 2:30.
- ALBUQUERQUE, U.P.; ARAÚJO, E.L. (2012) El-Deir, A.C.A. et al. Conservation of an Important Seasonal Dry Forest. *The Scientificworld Journal*. 18 pages.
- ALTIERI, M. 1989. **Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/ FASE.
- BARBOSA, F. A. R. 2001. Nova abordagem para a Ecologia e Conservação non Brasil. In: GARAY, Irene & DIAS, Bráulio. **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais**. Petrópolis: Vozes. p. 43-58.
- BAILEY, K. D. 1982. **Methods of social research**. New York, USA: McMillan Publishers, The Free Press. 553p.
- BARROS. S.J. 2005. **Sapos e seres humanos: uma relação de preconceitos? Núcleo de Estudos Integrados Sobre Agricultura Familiar – NEAF**. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas –MAFDS. Universidade Federal do Pará.
- BECKER, C. D. & GHIMIRE, K. 2003. **Synergy between traditional ecological knowledge and conservation science supports forest preservation in Ecuador**. *Conservation Ecology*, 8 (1): 1.
- BRANDT, R. 2012. **Mudanças climáticas e os lagartos brasileiros sob a perspectiva da historia de vida**. *Revista da Biologia* 8, 15–18.
- BRASIL. 2002. **Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Avaliação das águas do Brasil**. Brasília. 86 p.
- CALAMIA, M. A. (1999). **A methodology for incorporating traditional ecological knowledge with geographic information systems for marine resource management in the Pacific**. *Traditional Marine Resource Management and Knowledge Information Bulletin* n.10, p. 2-12.
- CASTELLETTI, C. H. M. SILVA, J.M.C.; TABARELLI, M.; SANTOS, A.M.M. 2005. **Quanto ainda resta da Caatinga? Uma estimativa preliminar**. In: LEAL, Inara R.;



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

TABARELLI, M.; SILVA, J. M.C. (Eds.). *Ecologia e Conservação da Caatinga*. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE. p. 719-734.

CASTRO, E: **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In *Etnoconservação: novo rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Nupaub – USP; 2000::165-182.

COSTA-NETO, E. M. 2000. Conhecimento e usos tradicionais de recursos faunísticos por uma comunidade afrobrasileira. Resultados preliminares. *Interciencia*, 25 (9): 423- 431.

COMBESSIE, J. C. 2004. **O método em sociologia o que é, como se faz**. São Paulo, Ed. Loyola. COSTA, T.R.N., CARNAVAL, A.C.O.Q., TOLEDO, L.F. (2012) Mudanças climáticas e seus impactos sobre os anfíbios brasileiros. *Revista da Biologia* 8, 33–37.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CORRÊA, R. M., FREIRE, M. B. G. S., FERREIRA, R. L., SILVA, J. A. A., PESSOA, L. G., MIRANDA, M. A., & MELO, D. V. M. (2010). Atributos físicos de solos sob diferentes usos com irrigação no semiárido de Pernambuco. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, 14, 358-365.

COSTA, T.R.N., CARNAVAL, A.C.O.Q., TOLEDO, L.F. 2012. **Mudanças climáticas e seus impactos sobre os anfíbios brasileiros**. *Revista da Biologia* 8, 33–37.

D`ALPUIM J. P. A. D`AGORRETA, S. L. P., SANTOS K. F., BILICH, F. B. 2008 **ANÁLISE DO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO VALE DO SÃO FRANCISCO**. II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento-CEURCA, ISSN 2316-3089. Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-Ceará-Brasil.

FERNANDES, J. G. 2008. **Caracterização de águas e solos do Perímetro Irrigado Cachoeira II, Serra Talhada/PE**. 77p. Dissertação (Mestrado em Ciência do Solo) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Agronomia, Recife, PE.

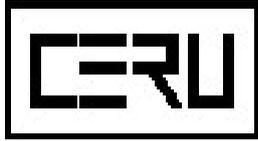
GILMAN, S.E., WETHEY, D.S. E HELMUTH, B. 2006. **Variation in the sensitivity of organismal body temperature to climate change over local and geographic scales**. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 103, 9560–9565.

HANAZAKI, N; ALVES, R & BEGOSSI, A. 2009. **Hunting and use of terrestrial fauna used by Caiçaras from the Atlantic Forest coast (Brazil)**. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine* 5(1): 1-36.

HAUFF, S. N. 2008. **Unidades de Conservação e Terras Indígenas do bioma Caatinga**. The Nature Conservancy e Ministério do Meio Ambiente. Brasília.

HOFFMANN, M., HILTON-TAYLOR, C., ANGULO, A. E COL. (mais de 100 autores). 2010. **Impact of conservation on the status of the world’s vertebrates**. *Science* 330 (6010), 1503-1509.

HEROLD, E. MACHADO, R. A. S. NAZAR, M. L. 2007. **Zoneamento do uso e ocupação territorial como ferramenta de planificação para o desenvolvimento social, econômico e**



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ambiental em municípios de vocação extrativista - O caso de Salinas da Margarida-BA. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril, INPE, p. 3975-3982.

KATZENBERGER, M., TEJEDO, M., DUARTE, H., MARANGONI, F., E BELTRAN, J. F. 2012. **Tolerância e sensibilidade térmica em anfíbios.** Revista da Biologia 8, 25–32.

KAUFFMAN J. B.; SANFORD, R.L.; CUMMINGS, D.L.; SALCEDO, I.H.; SAMPAIO, E.V.S.B. 1993. **Biomass and nutrient dynamics associated with slash fires in neotropical dry forests.** Ecology, v. 74, n. 1, p. 140-151.

KUSTER, A.; MARTÍ, J. F.; MOTA, N. R.; NETO, A.; PEREIRA, I.; MOTA, N. F. 2008. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado. Agroecologia: plante esta ideia.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

LEAL, I.R. TABEPELLI, M. SILVA, J.M.C. 2003 **Ecologia e conservação da Caatinga.** Prefácio de Marcos Luiz Barroso Barros. Recife, Ed. Universitária da UFPE.

LEÃO, A.B.; CHAVES, L.H.G.; CHAVES, I. de B.; GUERRA, GUERRA, H.O.C.; ANDRADE, A.R.S. de. 2009. **Variabilidade espacial da salinidade do solo no Perímetro Irrigado Engenheiro Arcoverde, Condado, PB.** Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal , v. 6, n. 3, p. 404-421.

LÉVIS-STRAUSS C. 1997: **O Pensamento Selvagem.** 2nd edition. Campinas, SP: Papirus.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. 2004. **Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.** PAN Brasil. 213 p

MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. 2007. **Irrigação - Princípios e Métodos.** 2a. Ed. Viçosa: Editora UFV, 358p.

MARQUES, J. F.; et al. 2003. **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas. Jaguariúna, SP:** Embrapa Meio Ambiente.

MARIN, A.A.; OLIVEIRA, H.T.; COMAR, V. 2003. **A educação ambiental num contexto de complexidade do campo teórico da percepção.** Interciencia, v.28, n.10, p.616-9, 2003.

MARENCO, J. A. 2006. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI,** 212 p.: il. color ; 21 cm. (Série Biodiversidade, v. 26), Brasília: MMA.

MONTENEGRO, S. C. S. 2002. **A conexão homem/camarão (Macrobrachium carcinus e M. acanthurus no baixo São Francisco alagoano: uma abordagem etnoecológica.** 2002. 210f. Tese (Doutoramento em Ecologia e Recursos Naturais). Programa de Pós- Graduação em Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

OLIVEIRA, I., & SILVA, M. 2007. **Educação Ambiental em comunidade eclesial de base na cidade de Campina Grande: contribuição para o processo de mobilização social.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, 18, 212-231.

OLIVEIRA, J.A., P.R. Gonçalves & C.R. Bonvicino. 2003. **Mamíferos da Caatinga. In I.R. Leal, M. Tabarelli & J.M.C. Silva (eds.). Ecologia e conservação da Caatinga.** pp. 275-333. Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

- PAILLER, S.; WAGNER, J. E.; MCPEAK, J. G. & FLOYD, D. W. 2009. **Identifying conservation opportunities among Malinké Bushmeat hunters of Guinea, West Africa.** *Human Ecology*, 37: 761-774.
- PEDRINI, A. G. et al. 1997. **Educação Ambiental: Reflexões e práticas contemporâneas.** Petrópolis: Vozes.
- PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. 2010. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação.** *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 37-50, jul./dez. Editora UFPR.
- PEREIRA, E. & QUEIROZ, I. C. F. 2009. **Sistelo: um estudo participativo numa freguesia de montanha.** In: Pereira, H. M.; Domingos, T.; Vicente, L. & Proença, V. (Eds.). *Ecosistemas e Bem-Estar Humano: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment.* Lisboa: Escolar Editora, pp.585-635.
- ROSA, C. M. M. MENDES, C. F. S. 2013. **FLORESTAS DO BRASIL em resumo - dados de 2007-2012.** / Cap. Os Biomas Brasileiros e suas Floresta a Caatinga . pág 56-58. Serviço Florestal Brasileiro. – Brasília: SFB, 20133. 188 p., il.; 2013.
- SAMPAIO, Y. BATISTA, J. E. M. **Desenvolvimento regional e pressões antrópicas no bioma Caatinga.** Livro: Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação/organizadores: – Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente: Universidade Federal de Pernambuco. Pág 311 a 346. 2003.
- SATO, M.; PASSOS, L. A. 2002. **BIORREGIONALISMO: Identidade Histórica e Caminhos para a Cidadania.** In: SATO, Michèle (Coord.). **Sentidos Pantaneiros: Movimentos do Projeto Mimoso.** KCM: Cuiabá. p. 10-33.
- SAUER, C. A 1998. morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Eds). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: Editora UERJ. p. 12 - 74.
- SILVA, J. G. da. 1981. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec.
- SILVA, J. G. da. 2001. **O que é a questão agrária.** São Paulo: Brasiliense.
- SILVA, J. G. da. 2003. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- SOUZA, M. L. 2003. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Eds). **Geografia: Conceitos e Temas.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SOLÓRZANO A.; OLIVEIRA, R. R.; GUEDES-BRUNI, R. R. 2009. **Geography, history and ecology: building bridges to interpret landscape.** *Ambiente & Sociedade.* On- line version ISSN 1809-4422 *Ambient. soc.* vol.12 no.1 Campinas Jan./June.
- SPRADLEY, J. P. & McCURDY, D. W. 1972. **The cultural experience: ethnography in complex society.** Tennessee, Kingsport Press of Kingsport.
- TAVARES, E. D. 2009. **Da agricultura moderna à agroecologia: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Embrapa.
- VASCONCELOS SOBRINHO, J. 1982. **Processos de desertificação ocorrentes no Nordeste do Brasil: sua gênese e sua contenção.** Recife: SUDENE – DDL.



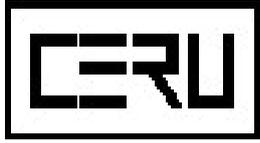
ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

VIANNA, L. P. 2008. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume - Fapesp.

VIERTLER, R. B. (2002). **Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia**. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Ed.). Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro: Unesp. p. 31-46.

WORSTER, D. 1991. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, v. 4, n. 8, p. 198-215.



**ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE
ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Questões Culturais

Marilda Vinhote bentes, 289

Hiago Vaccaro Malandrin, 271



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: EU... WAPIXANA?

Marilda Vinhote Bentes *

Resumo: O presente artigo, intitulado: Construção identitária: eu... Wapixana?, originou-se a partir da disciplina Linguagem e Identidade, do Curso de Mestrado da Universidade Federal de Roraima – UFRR, tendo como referência a linguagem utilizada nas práticas sociais, meio pelo qual a construção identitária aparece imbricada no uso da língua e o indivíduo, assume posições que variam de acordo com o contexto. Para realização da pesquisa utilizou-se os seguintes subsídios teóricos: A produção social da identidade e da diferença (Woodward, 2000), Identidade e diferença: uma discussão teórica e conceitual (Silva, 2000), A identidade cultural na pós-modernidade (Hall, 2006) e autores como: Xavier & Cortez (2003), César & Cavalcanti (2007), Maher (2007), Freitas (2008), dentre outros relevantes que tratam dos conceitos teóricos pertinentes à temática: construção identitária envolvendo cultura, diferença e o social. A construção dos dados ocorreu a partir de uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa de campo, esta se deu por meio de uma entrevista semi estruturada aberta, com uso do método dialético, sendo ela gravada e transcrita servindo de suporte para a interpretação e escolha dos registros a serem analisados sob uma perspectiva qualitativa interpretativista no campo da Linguística Aplicada. A investigação teve como objetivo principal analisar como se dá a construção identitária de uma falante das línguas Wapixana, inglesa e portuguesa, que reside no município de Boa Vista, em Roraima-RR. Para tanto, buscou-se identificar em que momento cada língua é utilizada pelo sujeito; conhecer o papel das distintas culturas na construção da identidade; relacionar a diferença na construção da identidade; perceber como o social marca o indivíduo; dentre outros aspectos que surgiram durante a entrevista e que permeiam a construção identitária, sob a perspectiva de que o ser humano assume identidades distintas em diferentes situações do cotidiano. Com a pesquisa, várias questões vieram à tona, como exemplo, os vícios de linguagem, as interferências no discurso do bilingue, mas a que interessa a este artigo é o fato de que cada cultura e língua que Maria (nome fictício da estudante de enfermagem e tradutora, ora entrevistada), falante das línguas Wapixana, inglesa e portuguesa, vivenciou e vivencia, aprendeu e continua aprendendo, sem esquecer o passado, enriquecida com sua vivência, sua experiência, faz surgir uma identidade híbrida capaz de ultrapassar barreiras em nome de seus interesses nos meios sociais. Maria traz consigo culturas e conflitos diversos, pois o uso das línguas faladas por ela são momentos transitórios, mas que retornam em seu convívio continuamente.

Palavras-chave: Identidade; Linguagem; Diferença.

Abstract: The present article, entitled: Identitary Construction: I... Wapixana?, originated from the discipline Language and Identity, of the Course of Master's degree of the Federal University of Roraima – UFRR, taking as a reference the language used in social practices, a means by which the identitary construction appears overlapped in use of the language and the individual assumes positions that vary according to the context. The following theoretical subsidies were used to perform the research: The social production of the identity and of the difference (Woodward, 2000), Identity and difference: a theoretical and conceptual discussion (Silva,

* Professora Mestra do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR / Campus Boa Vista. marilda.bentes@ifrr.edu.br.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

2000), The cultural identity in post-modernity (Hall, 2006) and authors such as: Xavier & Cortez (2003), César & Cavalcanti (2007), Maher (2007), Freitas (2008), among other relevant ones that deal with the theoretical concepts pertinent to the theme: identity construction involving culture, difference and the social. The construction of the data occurred from a bibliographic research, followed by a field research, this was done through an open semi-structured interview, with the use of the dialectical method, being recorded and transcribed serving as support for the interpretation and choice of records to be analyzed from a qualitative interpretative perspective in the field of Applied Linguistics. The main objective of the investigation was to analyze how the identity construction of a speaker of the languages Wapixana, English and Portuguese, who resides in the municipality of Boa Vista, in Roraima-RR. To do so, we sought to identify at what moment each language is used by the subject; to know the role of different cultures in the construction of identity; relate the difference in the construction of identity; perceive how the social marks the individual; among other aspects that arose during the interview and permeate the identity construction, from the perspective that the human being assumes distinct identities in different situations of daily life. With the research, several questions came to the fore, as an example, the addictions of language, the interferences in the discourse of the bilingual, but the one that interests this article is the fact that each culture and language that Maria (fictitious name of the nursing student and translator, now interviewed), a speaker of the languages Wapixana, English and Portuguese, has experienced and lives, learned and keep on learning, without forgetting the past, enriched by her experience. For this, her experience brings forth a hybrid identity capable of overcoming barriers in the name of their interests in the social media. Maria brings with it different cultures and conflicts, because the use of the languages spoken by it are transient moments, but which return in their conviviality continually.

Key words: Identity; Language; Difference.

Introdução

A presente pesquisa originou-se a partir da disciplina de Linguagem e Identidade no campo da Linguística Aplicada-LA, do Curso de Mestrado da Universidade Federal de Roraima-UFRR. A referida área apresenta que a linguagem analisada é a utilizada nas práticas sociais e ainda, percebida numa perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, partindo de uma problematização na prática, que se direciona a uma teoria e retorna à prática (FREITAS: 2007).

Dentre os temas estudados pela disciplina está a questão da construção identitária imbricada ao uso da língua e a posição do indivíduo em diferentes contextos. Neste cenário e para concluir esta pesquisa, um sujeito é investigado, sendo ele integrante do curso Técnico em Enfermagem do Instituto Federal de Roraima-IFRR, falante das línguas Wapixana*, inglesa e

* “O termo Wapixana, segundo Migliazza (1985, p. 60), é usado para designar, no Brasil e na República Cooperativa da Guiana, os falantes de dois dialetos mutuamente inteligíveis: Wapishana e Atoraí. Outros tantos nomes foram citados na literatura com referência a esse povo: Wapityan, Wapitschana, Matisana, Uapixana, Vapidiana, [...], Vapidiana Verdadeiro, [...] e Wapichiyana. Os nomes variam de autor para autor, algumas vezes



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

portuguesa, e que já ministrou aula de Wapixana no Núcleo de Educação Indígena da Universidade Federal de Roraima, onde, atualmente, trabalha como tradutora da língua Wapixana para o português.

Desta forma, várias frentes poderiam ser analisadas, e a que é proposta nesta pesquisa é a de analisar “Como se dá a construção identitária de uma falante das línguas Wapixana, inglesa e portuguesa, que reside em Boa Vista-RR?”, sob a perspectiva de que “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL: 2006, p. 13), sabendo que vive-se a “[...] subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade” (WOODWARD: 2000, p. 55)

Para tanto, a presente pesquisa apresenta quatro tópicos. O primeiro é intitulado “O eu e a Construção identitária”, que traz uma síntese com embasamento teórico das literaturas trabalhadas em aula, com foco nas obras: A produção social da identidade e da diferença (Woodward: 2000); Identidade e diferença: uma discussão teórica e conceitual (Silva: 2000) e A identidade cultural na pós-modernidade (Hall: 2006) e autores como: Xavier & Cortez (2003), César & Cavalcanti (2007), Maher (2007), Freitas (2008), dentre outros relevantes que tratam dos conceitos teóricos pertinentes à temática: construção identitária envolvendo cultura, diferença e o social.

Assim, o segundo, denominado “Tópico metodológico”, demonstra o processo para alcançar o objetivo. Para tanto, buscou-se identificar em que momento cada língua é utilizada pelo sujeito; conhecer o papel das distintas culturas na construção da identidade; relacionar a diferença na construção da identidade; perceber como o social marca o indivíduo; dentre outras questões que permeiam a construção identitária. Fato que me levou a uma construção de dados por meio de entrevista gravada, que serviu de suporte para análise, atrelada à pesquisa qualitativa, caracterizando alguns aspectos do terceiro tópico, “O Sujeito da Pesquisa”, que trata do perfil do sujeito entrevistado.

No quarto e último tópico, apresento a análise da entrevista, fazendo um *feedback* entre a teoria e o que foi coletado; por fim, tem-se as considerações finais, onde escrevo minhas impressões e posicionamentos acerca da construção identitária da minha entrevistada.

correspondem a meras variações gráficas, outras vezes atendendo a subdivisões dialetais. De minha parte, observo que os membros dessa etnia se autodenominam Wapichan, em que *ch* corresponde à palatal /tʃ/. Termos tais como: Wapishana, Wapixana, Wapixana, Uapixana, entre outros acima, são formas como não-índios os tratam” (SANTOS: 2006, p. 1-2). Assim, utilizando o som mais próximo usa-se a escrita wapixana.



O Eu e a Construção Identitária

A percepção do outro em contraste com si próprio ou com terceiros, permeou uma história contada por Michael Ignatieff, acerca de uma guerra entre sérvios e croatas, apresentada por Woodward (2000), demonstrando que a identidade é relacional, ou seja, depende de outra identidade para existir, de algo fora dela, sendo marcada pela diferença gerada na exclusão de você não ser o que o outro é. Diferença, que de acordo com Hall (2006, p. 17), são características das sociedades da modernidade tardia. Elas são “[...] atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’, isto é identidades [...]”. Entretanto, vale ressaltar que o fato de se ter um passado que envolveu fatos comuns, gerar traços indentitários em comum, não nega a diferença exposta por Hall (2006). Diante disso, Woodward (2000) e Silva (2000) corroboram que as identidades adquirem sentidos por meio da linguagem e dos meios simbólicos, vivenciados ao longo da vida.

Freitas (2008, p. 109), frisa que “[...] é no discurso, e não na língua em si mesma, que o sujeito é construído e partilhado”, sendo correto afirmar que a língua é um traço identitário que deve ser levado em consideração por ter uma funcionalidade simbólica e que, segundo César e Cavalcanti (2007, p.55), “[...] se define nas práticas que se constroem no contato com o outro [...]”, seja ele o índio ou o não-índio. O que se percebe é que ela (a língua) não é a base para definir a construção identitária, mesmo porque, Freitas (2008), apresenta como espaço de construção identitária, o discurso.

De acordo com Silva (2000, p. 77), a linguagem “[...] é, fundamentalmente, um sistema de diferenças. [...] ‘ser isto’ significa ‘não ser isto’[...]”. Hall (2006, p. 40), complementa expondo que “Eu sei quem ‘eu’ sou em relação com o outro”. Porém, devido a linguagem vacilar, uma vez que é marcada pela indeterminação e instabilidade, envolve uma relação de poder e, por isso, são impostas e disputadas.

Nesse processo do uso da linguagem, Freitas (2008) discorre que as marcas simbólicas são usadas no discurso quando há interesse de um dos interlocutores, pois cada indivíduo, dependendo do contexto e das pessoas envolvidas, escolhe a identidade que melhor lhe cabe naquela ocasião. Afinal, a identidade é aquilo que eu sou, uma característica independente, um fato autônomo. Já a diferença, é aquilo que o outro é. Ambas têm como referência a si própria. Neste caso, tanto a identidade quanto a diferença (resultado), assim como a linguagem, para



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Silva (2000), são processos de produção social e cultural, por isso envolvem relações de poder, devendo ser continuamente criadas e recriadas.

Cabe ressaltar que a língua aqui é apreendida como parte da cultura, caracterizando tanto o mundo natural quanto o cultural, e cultura é percebida como um “[...] conjunto colidente e conflituoso de práticas simbólicas ligadas a processos de formação e transformação de grupos sociais” (COX; ASSIS-PETERSON: 2007, p. 33). Assim, o uso da língua, por meio da linguagem oral passa a ser um *meio simbólico* das distintas culturas. E a esse respeito, Silva (2000) cita que a linguagem, assim como o processo de produção da identidade, oscila entre o processo que tende a fixá-la e estabilizá-la e o processo que tende a subvertê-la e desestabilizá-la. Por isso, a identidade e a diferença têm que ser representadas, pois somente a partir da representação elas adquirem sentido.

Nesse contexto, Woodward (2000), expõe sobre duas marcas simbólicas: a *história*, pois à medida que se retoma o passado, há fragmentação na identidade reconstruindo-a e gerando novas identidades. Daí tem-se uma construção de identidade tanto simbólica quanto *social* (segunda marca), capaz de gerar conflito, contestação e uma possível crise, pois essa retomada histórica traz uma nova posição-de-sujeito, construída a partir de um processo cultural, seja individualmente ou coletivamente, e de sistemas simbólicos, com que possam se identificar. Assim sendo, ocorre o deslocamento, ou seja, da representação o foco vai para a identidade.

Ressalta-se que o processo cultural tem o poder de incluir e excluir em meio às representações simbólicas e as relações sociais, pois a identidade é moldada a partir do sentido que é dado à experiência ou a opção por qualquer modo específico de subjetividade. Assim, a identidade depende da diferença e, é por isso que, em partes, a diferença simbólica e a social são estabelecidas por sistemas classificatórios, separando uma identidade da outra e produzindo significado.

Para Silva (2000), esse sistema classificatório serve para hierarquizar, atribuindo valores aos grupos classificados. Exemplo: distinção entre sagrado e profano, o limpo e o sujo, o cozido e o cru. Porém não explica sozinho o nível de investimento pessoal na identidade assumida, pois para o autor (p. 96-97) a identidade é uma construção, em processo de produção, um efeito, “[...] uma relação, um ato performativo [...] instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada [...] está ligada a estruturas discursivas e narrativas [...]”.

Então, o contato ocorre e vem influenciando a construção da identidade em cada indivíduo, tornando-se um problema social, pedagógico e curricular, pois o diferente é inevitável, é reforçado e multiplicado. Assim, Silva (2000) expõe que existem estratégias



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

pedagógicas que devem ser levadas em consideração nessa sociedade descentrada e difusa, ou seja, é necessária uma abordagem acerca de uma teoria que descreva e explique o processo da produção da identidade e da diferença, buscando questioná-las. Afinal, cada indivíduo possui identidade híbrida, resultante de uma mistura cultural, pois mesmo que alguns não reconheçam, “[...] *todas* as sociedades são complexas e híbridas” (COSER: 2010, p. 186).

Por outro lado, as estratégias deveriam estimular nos alunos “[...] em matéria de identidade, o impensado, o erro, o inexplorado e o ambíguo” (SILVA: 2000, p. 100), as questões mais subjetivas. Porém, não ocorre, a exemplo tem-se o uso das línguas nas escolas, pois segundo Maher (2007), os alunos índios, surdos, ou imigrantes e seus descendentes, são obrigados a tornarem-se bilíngues para adequarem-se à realidade da língua majoritária.

E ao levar em consideração o contexto global de transformações, que envolve a competição e o conflito entre as diferentes identidades, se tem a chamada “crise de identidade”, que segundo Hall (2006, p. 7), é vista como uma parte mais ampla da mudança, “[...] que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”.

Portanto, essa crise se dá no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas resultantes de fatores como: a globalização, haja vista que dá origem a migração dos trabalhadores; a reconstrução do passado, uma vez que este sofre constante transformação; as mudanças sociais, nas quais um dos centros deslocados foi o da classe social. Com isso, a complexidade da vida moderna nos faz assumir identidades distintas e que entram em conflitos, pois uma interfere na outra.

As diferenças e as identidades são construídas constantemente. Mesmo assim, as identidades ajudam a termos uma compreensão sobre o nosso eu, a nossa subjetividade em meio a um contexto social em que o sujeito é sujeitado ao discurso. Havendo a necessidade de compreender o processo do sujeito em uma identidade.

Tópico metodológico

O marco metodológico desta pesquisa foi tido como um procedimento utilizado para obter respostas relacionadas ao que se pretende estudar, ou seja, é um procedimento “[...] formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. (LAKATOS E MARCONI, 2006: p. 157). Sendo, em relação aos objetivos, de natureza descritiva, pois como



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

ênfatiza Gil (2010), descrever as características de determinado problema é uma finalidade de uma pesquisa.

Diante disso, quanto ao tipo de delineamento foi adotada uma pesquisa de *campo*, na qual se fez uma entrevista aberta, pois esta técnica é elaborada a partir de perguntas chave, elaboradas por meio de um roteiro, que direcionam um diálogo informal, já que com as respostas do entrevistado novas perguntas são realizadas (FREITAS, 2007), sendo ela gravada, com fim de perceber traços de uma construção identitária em um falante das línguas Wapixana, portuguesa e inglesa, bem como sua posição diante de algumas situações vivenciadas, mesmo porque, as entrevistas, segundo Gil (2010: p.37), “[...] possibilitam ter um contato com a realidade vivida pelos atores sociais”.

Após a gravação, ouviu-se atentamente cada fala da entrevistada, para sistematizá-las, facilitando o processo de transcrição das respostas construídas de forma direta e indireta, principalmente as que pareceram mais contundentes para posicionamento teórico. Com a transcrição, fez-se a interpretação e análise à luz da literatura descrita nesta pesquisa. Salienta-se que foi utilizado o Termo do Consentimento Livre Esclarecido – TCLE e a Autorização Gratuita de Entrevista Gravada em Áudio e de uso de Imagens.

Adotou-se também uma pesquisa *bibliográfica*, por meio de resumos, esquemas, resenhas e sumarizações, uma vez que o trabalho de campo da Linguística Aplicada “[...] é feito a partir de leituras teóricas prévias, entretanto as leituras específicas advêm do que for efetivamente problematizado sob o olhar atento e investigativo do pesquisador” (FREITAS, 2007: p. 100).

Como método se utilizou o *dialético*, já que a transcrição da entrevista serviu como meio de interpretação da realidade, haja vista que os fatos foram considerados dentro de um contexto social, político, econômico (LAKATOS E MARCONI, 2006: p.106). Assim, a partir dos dados coletados na entrevista e analisados à luz da literatura trabalhada em aula, a presente pesquisa apresenta foco em uma abordagem *qualitativa*, pois se busca, sem quantificar, explicar os dados construídos, interpretados e analisados com base na dinâmica das relações sociais (GIL, p. 175-178).

O sujeito da Pesquisa

Cox e Assis-Peterson (2007, p. 36), expõem por meio do termo *transculturalidade*, que ao se deslocar, nenhum ser humano apaga seus vínculos e ainda, que jamais tiveram ou terão uma cultura unificada. Fato que demonstra a existência de fluxo na diversidade cultural e



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

linguística capaz de envolver a identidade nesse universo de forma natural. Portanto, as identidades estão subordinadas ao “[...] plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou ‘puras’.” (HALL: 2006, p. 87).

Dessa forma, buscou-se um sujeito que além de já ter vivido em dois países, possui especificidades significativas para o Estado de Roraima, como: ser falante das línguas Wapixana, inglesa e portuguesa, dentre outras características que demonstram a visão de uma identidade construída e reconstruída de acordo com a situação vivenciada. Deste modo, segue abaixo o perfil da entrevistada.

Maria*, 29 anos, solteira, nasceu em uma comunidade Wapixana, na Guyana Inglesa e, por falta de recursos médicos no país de origem, pois sofre de artrite reumatoide†, em 2006, com 21 anos de idade, veio morar em Boa Vista – Roraima-RR, permanecendo até os dias atuais, uma vez que aqui encontrou tratamento para sua enfermidade, meios de qualificar-se nos estudos e oportunidade de emprego.

Maria foi estudante do curso de Enfermagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR e atua profissionalmente no Núcleo de Formação Indígena da Universidade Federal de Roraima – UFRR (Insikiran), como tradutora, usando as línguas Wapixana e portuguesa. Mora no Brasil há oito anos, onde estudou língua portuguesa em uma escola de ensino regular, iniciando na primeira série do Ensino Fundamental. Passou por algumas dificuldades nesse aprendizado, já que, segundo ela, ao chegar em Roraima não sabia “nada” da língua em questão. Entretanto, hoje se considera fluente nas três línguas faladas por ela.

No que diz respeito à língua inglesa, começou a aprender aos cinco anos de idade em unidade de ensino regular na Guyana Inglesa. Todavia, somente na escola estudava o inglês, visto que na comunidade se comunicava em língua Wapixana. Salienta-se que esta, fez parte da aprendizagem oral de Maria, pelo fato de ter nascido em uma comunidade Wapixana, esse conhecimento lhe foi repassado por meio das gerações anteriores, haja vista que não havia escrita wapixana naquela comunidade.

* Maria – nome fictício usado para não ir de encontro com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, assinado pela entrevistada.

† Segundo o dicionário Barsa (2008, p. 93, 997), é uma doença inflamatória crônica que geralmente afeta as pequenas articulações das mãos e dos pés.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Quanto à moradia, atualmente divide um apartamento com dois amigos brasileiros, local onde vivência a fala mais informal possível. Segundo Maria, foram necessárias inúmeras mudanças e aceitações para o convívio brasileiro, porém significativas, pois este é o lar que ela preza, sem esquecer suas raízes indígenas, uma vez que é seu maior orgulho.

Análise dos dados

Eu... wapixana?

Maria nasceu na Guyana Inglesa, mas mora em Boa Vista há onze anos. Foi aluna do curso Técnico em Enfermagem no IFRR e atua profissionalmente no Núcleo de Formação Indígena da UFRR, como tradutora, usando as línguas Wapixana e a portuguesa.

Em suas falas, Maria dá ênfase à memória e a narrativas orais de sua comunidade Wapixana, pois sua língua foi repassada por meio de seus ancestrais, sendo ensinada a todo instante, assim como outros aspectos de sua cultura. A esse respeito Hall (2006, p 50-65) expõe que, a partir de narrativas de uma nação, origem, tradição e mito, se constrói sentidos que identificam o sujeito, retomando ao passado para significar o presente, e isto gera transformação, ou seja, construção e reconstrução de identidades.

Não se trata aqui de uma identidade unificada, mas híbrida. Afinal, “[...] devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para ‘costurar’ as diferenças numa única identidade” (HALL: 2006, p. 65). Em face disto, só o fato de Maria nascer em uma comunidade Wapixana, interagindo socialmente, construindo significados, se envolvendo culturalmente e repetir, basicamente, este mesmo processo de construção e reconstrução em outros ambientes como a escola na Guyana ou o contexto brasileiro, já configura uma mistura cultural, ou seja, um sujeito híbrido.

O híbrido não está convenientemente circunscrito às margens, aos guetos de imigrantes, aos *barrrios*, aos espaços alternativos, ou apenas aos dias atuais. Híbridos não são os *outros*: híbridos somos todos nós, são todas as culturas e todas as histórias. (COSER: 2010, p. 186) Dessa forma, é correto afirmar que o indivíduo entrevistado é possuidor de identidades distintas e para melhor entendimento acerca do processo de construção identitária de Maria, segue um relato sobre alguns pontos significativos para esta pesquisa.

Na entrevista, sem hesitar, Maria relata que sua língua materna é a Wapixana, pois o inglês veio aprender quando começou a frequentar a escola na Guyana, aos cinco anos de idade, que se



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

dava unicamente na escola, uma vez que na comunidade só se falavam em Wapixana. O fato de adentrar em uma escola sendo falante de uma língua que não seja a majoritária do país, Maher (2007, p. 68), chama atenção relatando que “A esse alunado não é dada a opção: ele é obrigado a aprender a língua majoritária do país e a se tornar bilíngue”. O mesmo ocorreu com Maria na Guyana e no Brasil, sendo que neste, aos vinte e um anos de idade, ingressou em uma escola de ensino regular, na primeira série, excluindo o fato de já ter estudado e de ser bilíngue, já que toda aula era ministrada em língua portuguesa, sem referência alguma às outras faladas pela entrevistada.

César e Cavalcanti (2007, p. 50), acrescentam afirmando que “Na área do estudo da linguagem, as práticas pedagógicas refletem o ideal do monolingüismo, sob a égide do português como língua oficial [...]”. Entretanto, segundo Maria, este fato foi bom, haja vista que poderia confundir o inglês com o português, pois são parecidos, possuem muitas regras, embora sua maior dificuldade está na escrita e não na pronúncia. Inclusive, frisa que seus primos a ajudaram durante oito meses, antes de ir à escola, usando a língua portuguesa apontavam para os objetos e faziam-na repetir o nome deles em português. E ainda lembra que, em 2009, com 24 anos de idade, fez um curso na UFRR para aprender a ler e a escrever na língua Wapixana e relata que sentiu muita dificuldade.

Sem perceber, Maria em cada fase de sua vida tomou posição de sujeito distinta, pois lembra fatos culturais, comparando-os com o presente vivenciado para reafirmar sua posição de indígena diante da sociedade brasileira. Em um dado momento na entrevista, diz que se vê como brasileira, por morar no Brasil e praticar a cultura deste país, porém cita que se considera uma indígena.

Muitos brasileiros perguntam se ela é índia, de qual etnia e se pratica sua cultura. Sua resposta é bem direta, é wapixana e pratica sua cultura e vai praticar para a vida toda, não consegue esquecer. Assim, Maria, com base nas exposições de Woodward (2000), tenta defender e afirmar o que é o que sente em relação à sua identidade nacional, retomando ao passado, como parte dessa construção identitária.

A referida autora cita que o indivíduo se apropria de identidades e as reconstrói para seu próprio uso. E o contexto se ocupa em direcionar a *posição-de-sujeito* particular que irá ocupar em determinado momento, ocorrendo um deslocamento, no qual a representação perde seu foco para a identidade. A entrevistada passou por mudança ampla, veio de uma posição estável se deslocando para momentos de dúvidas e de incertezas existentes na sociedade moderna, gerando a chamada crise de identidade.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Associada a essas mudanças, a entrevistada expõe os motivos que a faz permanecer em Boa Vista-RR, citando o tratamento médico, seus estudos e, mais, oportunidades no mercado de trabalho. Afirma que não pretende voltar à Guyana para morar, simplesmente quer ir como visitante. Lá, ela morava na comunidade, não havia estrutura para suas necessidades. Esses foram alguns dos motivos que levaram-na a naturalizar-se como brasileira. Fica evidenciado que em alguns momentos nessa etapa, Maria “é brasileira” e não “guyanense” e nem “Wapixana”, enfatizando, o que Silva (2000) chama de positividade - aquilo que ela é - e diferença – o que ela não é – na identidade.

Ao ser questionada acerca da função social que as línguas faladas por ela exercem em seu cotidiano, respondeu que cada língua tem um papel distinto. Nesse instante, ela as separou dizendo: a inglesa é utilizada para interação com os amigos, a portuguesa faz parte do seu lado profissional, interação em casa, na escola e com os amigos e a Wapixana, também utiliza no trabalho, no Movimento Indígena da Cidade* e com os amigos. Ao falar do grau de importância, Maria cita tanto o inglês quanto Wapixana como representante de sua cultura. Segundo ela, a língua portuguesa terá que continuar falando pelo tempo de permanência no Brasil, pois é a língua que garante seu sustento.

De acordo com seu discurso a língua é o que Geraldi (2001, *apud* XAVIER E CORTEZ: 2003, p. 78) chamou de “[...] produto de um trabalho social e histórico de uma comunidade”, uma vez que prefere utilizar a língua portuguesa por morar no Brasil e a utiliza muito em sua vida social, sem esquecer sua história com a língua Wapixana. E ainda, se coloca como fluente nas três línguas, porém se omite em falar algumas palavras mais complexas somente na língua portuguesa, *com medo de errar*, inclusive ressaltava que em seminários no IFRR, por exemplo, não consegue se expressar, por *medo de errar*, mas nunca houve um momento de não conseguir se comunicar.

Cabe salientar que a entrevistada não se lembra de já ter recebido críticas acerca de sua fala, porém prefere ser silenciada[†] pelo medo, a apropriar-se da palavra, simplesmente, falando. Um exemplo citado por ela foi de uma comparação, na qual disse que a entrevistadora falava bem e ela – entrevistada –, não. Mas que isso ocorre por conta do nervosismo, do sotaque e do medo

* Segundo Maria, esse movimento não possui uma sede própria, mas as pessoas se reúnem em diferentes locais para mostrar as culturas, por meio das danças, por exemplo.

† Ao ficar em silêncio Maria não apropria-se da palavra, “[...] quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio ‘fala’ por elas; elas silenciam” (ORLANDI: 1997, p.14), atitude que a entrevistada assume para não haver mistura de códigos, ou seja, uso alternado ou mistura de duas ou mais línguas em uma mesma fala.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

de misturar as línguas, isso justificado por Woodward (2000), pois a identidade é tida como relacional, em que a diferença se estabelece por marcações simbólicas de outras identidades. Tomou-se aqui o uso da língua portuguesa como marcação simbólica, pois nesse caso, a diferença é estabelecida entre a identidade de Maria e a identidade da entrevistadora, ou seja, em alguns aspectos da fala em língua portuguesa da entrevistada se distinguiu por algo da fala do outro (entrevistadora). Porém, o que chama atenção é que a convivência que Maria tem neste país, fez com que demonstre uso constante de palavras e frases informais como: “tipo assim”, “né”, “não sei não”, expressões que fazem parte da cultura brasileira, logo se tem representação simbólica marcada na linguagem oral. E ainda, citações como: “aquele regra”, “falei os três línguas”, ocorrência que provavelmente é resultado da não marcação de gênero em algumas palavras no inglês, ou deficiência no ensino da língua, ou outro aspecto que necessita de um aprofundamento teórico.

Para Maria, o fato de ser Wapixana e guianense e viver no Brasil, teve aspectos positivos e negativos, pois no que diz respeito ao transporte, na Guyana ela andava muito e aqui utiliza serviço público para se locomover. Já em se tratando da gastronomia, de acordo com ela, não encontra beiju e nem tucupí, por exemplo. Usufrui dos alimentos como feijão, arroz, etc. Essas influências não significam dizer que vão anular os hábitos culturais e históricos de Maria, pelo contrário, faz parte de uma integração cultural. Como exemplo tem-se a questão religiosa, pois frequenta a igreja Católica, sendo a mesma que frequentava na comunidade, inclusive sua mãe a colocou para fazer catequese enquanto criança. Este contexto se torna o elo comum da atualidade com a vida na comunidade vivenciada até aos vinte e um anos de idade.

No que tange à língua, separou da seguinte forma: Wapixana esteve mais presente no âmbito familiar, é o meio de representar sua cultura e que trouxe oportunidade de trabalho. Só falava inglês na escola. E completa salientando que usa mais o português por estar no Brasil e que esta língua abriu portas para se relacionar neste país.

É interessante que para ela a cultura da Guyana Inglesa se resume à língua, já a do Brasil cita que envolve itens da culinária e do transporte. Desta forma, só reforça que a identidade é marcada por posições de sujeito, símbolos, diferenças que acabam gerando crises que estão presentes na construção identitária, partindo de uma visão não-essencialista, já que, segundo Woodward (2000, p. 12), sua perspectiva direciona para “[...] as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas [...]”. Silva (2000), na mesma obra, colabora com a autora afirmando que identidade e diferença fazem parte da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A entrevistada frisa que o diálogo depende da pessoa com quem falará, pois de acordo com o outro, usará uma das três línguas faladas por ela. Destarte, Maria precisa que o outro se identifique por meio da fala para identificar-se. Nesse momento, ela é ou não: brasileira, indígena ou guianense? Inclusive, por exemplo, ao encontrar alguém que assim como ela, é falante das três línguas, Maria falará na língua que o outro falar. E normalmente a língua escolhida é a portuguesa, por isso, quando precisa iniciar uma conversa inicia com uso dela.

Cabe salientar que segundo Freitas (2008), o sujeito usa táticas para usufruir de seus interesses, e é isso, de certa forma, que Maria faz, pois utiliza da língua, dos costumes e de outros aspectos de sua realidade em situações que a convém, em benefício próprio. A exemplo, seu ingresso no IFRR, que se deu por meio de cota.

Ao final da entrevista, Maria diz que existem indígenas que não falam a língua portuguesa muito bem e ela poderia dar aulas em português para ajudá-los. Sobre a língua Wapixana, cita que aqui em Roraima ainda está muito forte nas organizações, pois todos falam Wapixana. Entretanto, ressalta que em Roraima, alguns indígenas tem vergonha, por exemplo, no Insikiran – Núcleo de Educação Indígena da UFRR, muitos se apresentam como wapixana, mas não sabem falar nessa língua, eles vem da comunidade para aprender, ou seja, os pais não ensinavam falando em Wapixana, mas sim em língua portuguesa. E mais, nas escolas existe quem ensine o wapixana, todavia, os professores reclamam sobre a falta de interesse dos alunos em aprender a língua. Finalizando, frisa que os indígenas da Guyana Inglesa dão mais “valor” a cultura indígena deles.

Cabe salientar que observei o uso de inadequações ou vícios na linguagem oral de Maria, como: “tipo assim”, “né”, “aquele regra”, “tava”, “já né”, “eles faz”. Apesar de este aspecto ser indício de uma identidade oscilante, como marca da “diferença” de uma deficiência escolar, ou de não ter vivido sua infância e adolescência no Brasil, e/ou pelo contato na interação, ou outra, é uma questão que, por sua abrangência, fica para outra reflexão, pois cabe um aprofundamento teórico mais direcionado para essas interferências no discurso do bilíngue, ponto não levado em consideração nesta pesquisa, mesmo sabendo que a linguagem produz traços identitários bem peculiares em seus falantes, enquanto construção da identidade.

Considerações finais



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Falar de identidade na atualidade faz-nos remeter a uma mistura constante de cultura que perpassa por transformações significativas, construindo, reconstruindo, deslocando, enfim um hibridismo que marca o diferente, o simbólico, a história e o social dentro de uma única pessoa. Fatos que caracterizam a construção identitária de qualquer sujeito, dependendo de sua posição na sociedade e de seu interesse frente a qualquer contexto vivenciado.

Maria é uma jovem que traz consigo culturas e conflitos diversos, pois o uso das línguas faladas por ela são momentos transitórios, mas que retornam em seu convívio continuamente. Cada cultura vivenciada por ela, forma sua identidade que se juntaram de maneira sutil, outras impostas, porém seguindo seu jogo de interesse. A diferença na identidade da entrevistada é o que causa maior conflito na construção do seu eu, pois se tem como índia wapixana, entretanto, se vê em posições nas quais outras culturas se sobreponham. Não se trata de uma mudança identitária, mas sim de um aglomerado de traços que compõem o eu Maria.

Cada cultura que Maria vivenciou e vivencia, aprendeu e continua aprendendo, sem esquecer o passado, enriquecida com sua vivência, sua experiência, faz surgir uma identidade híbrida capaz de ultrapassar barreiras em nome de seus interesses nos meios sociais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CÉSAR, A. L. & CAVALCANTI, M. C. Do Singular ao multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In M. C. Cavalcanti & S. M. Bortoni-Ricardo (orgs.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

COX, M. I. P. & ASSIS-PETERSON, A. A. de. Transculturalidade e transglossia: para compreender o fenômeno das fricções linguístico-culturais em sociedades contemporâneas sem nostalgia. In M. C. Cavalcanti & S. M. Bortoni-Ricardo (orgs.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

COSER, S. Híbrido, Hibridismo e Hibridização. In Eurídice Figueiredo (org). **Conceitos de Literatura e Cultura**. 2 ed. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFF, 2010.

FREITAS, D. B. A. P. A construção do sujeito nas narrativas orais. In **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica. N. 25-2, 2007. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ªed.reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

MAHER, T. M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. In M. C. Cavalcanti & S. M. Bortoni-Ricardo (orgs.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4 ed. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1997.

POZZOLI, T. C (lexicógrafa resp.). **Dicionário Barsa da Língua Portuguesa**. Barsa Planeta Internacional. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

SANTOS, M. G. dos. **Uma gramática do Wapixana (Aruak)**: aspectos da fonologia, da morfologia e da sintaxe. Tese de Doutorado em Linguística - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas-SP, 2006.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In T. T. da Silva (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma discussão teórica e conceitual. In T. T. da Silva (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

XAVIER, A. C. & CORTEZ, S. (Orgs.). **Conversas com linguistas**: virtudes e controvérsias da linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

AS MOQUECAS BRASILEIRAS E OS *CURRYS* INDIANOS: UMA ANÁLISE DE ORIGEM

Maria Luiza Bullentini Facury

Alfredo Ricardo Abdalla

Resumo: O estudo tem como objetivo uma análise qualitativa entre a moqueca baiana e a capixaba “brasileira” com o curry indiano, ou caril. A moqueca é um cozido (porque não passa pelo calor seco) de peixe basicamente, ao qual se adicionam diferentes temperos. Oliveira (2013) afirma que existem diferenças entre a moqueca baiana e a capixaba. Câmara Cascudo a definiu como: “em sua receita tradicional, o leite de coco e o azeite de dendê são essenciais para configurar uma moqueca “. Segundo Guta Chaves (1999), a moqueca capixaba, difere da baiana, por não ser preparada com azeite de dendê e leite de coco, e sim com urucum, que lhe dá a cor típica avermelhada. O azeite de dendê é substituído pelo óleo de oliva (azeite doce), sendo que as duas são preparadas na panela de barro, de origem indígena. Lody (2008) ao tratar sobre a culinária da Bahia lembra que o azeite de dendê também é presente nas culinárias do Recôncavo, porém há um forte imaginário de matrizes africanas que identifica o que se come e como se come na Bahia, lembra a mesa lusitana e também o mundo, principalmente o Oriente. Assim, da Índia, da China, da Indonésia, do Ceilão chegaram frutas, especiarias, maneiras de combinar sabores, de manter e de criar receitas. Isto faz lembrar, que tanto o coco, quanto o coentro têm origem asiática, para não acarretar uma discussão, iremos associar a origem do coco à Índia e do coentro ao Japão, pois sabemos que são ingredientes usados milenarmente e que têm origem difusas pela Ásia. O *curry*, ou o caril, para os brasileiros é associado a uma mistura de especiarias e temperos, próximas do massala ou ao garam massala. Porém na Índia, o *curry* é muito mais associado a um cozido, que têm suas características de técnica e ingredientes muito próximas à moqueca. Lembrando que os portugueses trouxeram e levaram influências por navegarem, entre a América, África e Índia. Diante disso, neste estudo, observa-se as semelhanças e as diferenças técnicas e de ingredientes da moqueca brasileira e do curry indiano. Há poucas referências em relação a esses aspectos abordados, porém há muitos pontos em comum, os quais continuarão sendo pesquisados.

Moqueca é um refogado, ou guisado de peixe basicamente e, eventualmente acrescido de outros frutos do mar, ao qual se adicionam diferentes temperos. Oliveira (2013) afirma que em princípio, associada à Bahia, mas no Espírito Santo também se prepara, mas com características diversas. Câmara Cascudo a definiu como: “em sua receita tradicional, o leite de coco e o azeite de dendê são essenciais para configurar uma moqueca “. Destaca-se no azeite de dendê, sua cor avermelhada, sabor doce e consistência encorpada. A primeira menção ao nome de moqueca aparece em documento histórico, datado de 1554. Trata-se da carta do padre português Luís de Grã, enviada à Coroa Portuguesa. Nela, o padre afirma que “quando se dispunham a comer carne, os índios assavam-na na labareda, no moqué”. Em 1584, outro



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

padre, Fernão de Cardim, comenta em sua carta que “eram moqueados pelos índios não apenas peixes, mas batata, mangará e carne, entre outros alimentos “.

Segundo Hamilton (2005) há também estudiosos que defendem que o prato é originário da África, usando o nome *mukeka* . Esta palavra é de origem *quimbundo*, um idioma banto de Angola e que teria sido trazido ao país por escravos africanos, sob o nome de “ quimbundo moqueca “ – ou caldo grosso, em seu dialeto natal . Com o passar do tempo, surgiram as mais variadas técnicas e contornos – como a substituição do leite de coco pela água da fruta. Depois de chegar ao Brasil, o termo teve seu uso para designar pratos do tipo ragu. O uso da palavra parece ser mais comum na Bahia e no Espírito Santo. No Pará, poqueca é sinônimo de moqueca , e no Amazonas há peixe moqueado , sendo esse adjetivo derivado do moquém , o nome de um povo já extinto. Em Angola , *mukeka* é um guisado de peixe com fatias de pão torrado.

Canecchio (2001) diz que a moqueca deriva de um prato indígena , o moquiá , em que o peixe fresco era acondicionado em panelas de barro e salgado, para ser conservado. Posteriormente , durante o processo de colonização , foram incorporados novos ingredientes , até chegar a que conhecemos atualmente . O azeite de dendê foi influência dos negros , que trouxeram da África , o costume de extrair do fruto da palmeira o óleo comestível. Os portugueses e espanhóis apreciaram o prato ensopado ao qual acrescentaram alguns alimentos tipicamente europeus, como o tomate e o pimentão.

Fala-se que tanto a moqueca baiana, quanto a capixaba , apresentam a mesma origem . Teriam evoluído de outra receita, mais seca, sem caldo ou molho, envolta em folha de coqueiro ou bananeira , além de assada ao calor das cinzas quentes.

Segundo Guta Chaves (1999) , a moqueca capixaba , difere da baiana, por não ser preparada com azeite de dendê e leite de coco, e sim com urucum. O azeite de dendê é substituído pelo óleo de oliva (azeite doce) . A moqueca também é preparada na panela de barro , de origem indígena . Essas panelas são feitas artesanalmente , moldadas à mão , sem torno, alisadas com pedra de rio , secadas no fogo a lenha , tingidas com um preparo feito da casca da árvore do mangue . Esse processo chama-se “ açoite” , pois elas são açoitadas uma a uma com uma vassoura de arbustos . Em 1952 surgiu o primeiro restaurante do litoral a servir moqueca em panela de barro.

Segundo Canecchio (2001) há uma certa disputa entre as moquecas dos dois Estados, mas ambas são saborosas. A moqueca baiana apresenta um sabor levemente adocicado e de



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

consistência mais encorpada e a capixaba mais leveza e aroma. Diz ainda que fazer e servir a moqueca em panelas e cumbucas de barro preserva a origem tupi e o caráter rústico da moqueca

Apesar de alguns estudiosos afirmarem que o vocábulo moqueca possui raiz africana, na verdade tem ascendência tupi, segundo Câmara Cascudo, na obra História da Alimentação no Brasil.

Os índios chamavam de Pokeka, o assado envolvido em folhas. O nome vinha de pô-qué, que significava “fazer embrulho, feito embrulho, envolvido. Hoje tanto na Bahia como no Espírito Santo, a moqueca assumiu a forma de um guisado de peixes. Antigamente, falava-se também “amoquecado”, significando “amontoado, escolhido, arrumado em pilha”. A primitiva forma do prato era um apanhado de peixes, embrulhado em folhas de bananeiras ou palmas novas, também usado pelos africanos, como os bantos de Luanda (Angola).

Apesar da influência indígena, ela mostra ascendência predominantemente africana. Leva peixe, mariscos ou camarões, coentro, pimenta, pimentão, tomate, cebola, alho, coentro, suco de limão e obrigatoriamente, azeite de dendê e leite de coco.

Os acompanhamentos também são tradicionais: arroz branco e pirão bem mole. Em geral, os peixes pequenos são os mais próprios, pois pegam mais facilmente o gosto e cozinham mais rapidamente. No entanto, não há receita baiana, e possivelmente nacional, que apresente tantas variações quanto a moqueca.

No mesmo livro de Câmara Cascudo, editado na década de 60, já constavam as seguintes variantes de moqueca: de camarões frescos e ostras, de ovos, de carne, de aipim, de miolos, de ovas, de peixe graúdo e postas, de peixe miúdo, de peixe salgado, de repolho, de tomate e de maturi (caju verde), de siri e de camarão.

Na região de Valença, cidade que fica a 300 Km de Salvador, a associação da moqueca com o azeite de dendê é celebrado pela natureza. Ali se encontram as maiores plantações do dendezeiro, a palmeira africana *elais guineenses*, também chamada palmeira-andim, palmeira-do-azeite, palmeira-dendê ou coqueiro-dendê. Ignora-se, porém, qual tenha seu centro de origem. Não se encontram dendezeiros completamente silvestres. Nota-se apenas que, a palmeira predominante na costa ocidental da África, entre Gâmbia e Angola, encontrou condições ideais para se desenvolver no Brasil, sobretudo na Bahia, onde foi introduzida pelos portugueses, fornecendo o óleo alimentício que dá sabor e aroma, além da bela coloração amarelada, não só às moquecas, mas ainda às frituras de peixe, às farofas e aos ensopados da culinária afro-brasileira.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Em Valença, o azeite de dendê é elaborado em engenhos artesanais ou mesmo com processos mais industrializados, e dali enviado para o resto da Bahia e do Brasil. Sai do fruto do dendezeiro. Para colhê-lo, os apanhadores com o auxílio de cabos de aço, sobem em palmeiras que chegam a ter de 8 a 10 metros de altura, cada um com aproximadamente oito cachos. Um homem chega a retirar mil quilos de frutos por dia, durante a safra, que vai de março a maio.

Nos candomblés da Bahia, o fruto do dendezeiro é o fetiche do orixá Ifá, desvendando o futuro.

O processo artesanal da produção do azeite de dendê consiste em deixar de um dia para o outro o fruto fervendo em fogo a lenha. Cozido, ele passa por um moinho e cai num tanque com água, retirando-se então, o bagaço e as impurezas e ficando apenas o coco e o azeite. O coco é utilizado na fabricação de óleo, sabão etc. O azeite é separado e engarrafado. Na indústria, o procedimento é mais complexo, evidentemente se trabalha com a mesma matéria-prima. Limpo e fino, o azeite de dendê é chamado “flor”. O que fica na borra recebe o nome de “bamba”.

Além de não poder faltar na receita da moqueca baiana e de outros pratos afro-brasileiros, o azeite de dendê ainda é empregado na fabricação de graxas, lubrificantes e na indústria siderúrgica para proteger chapas e aços.

Independentemente da forma de preparo, não é possível deixar de celebrar a profusão de cores, sabores e aromas da moqueca. E também a leveza do prato. Sim, quando há o uso equilibrado dos ingredientes, muitos deles donos de forte personalidade, a moqueca perfeita não pesa no corpo nem na alma de ninguém.

Os peixes mais utilizados na moqueca são robalo, linguado ou namorado, porém na Bahia, são utilizados o badejo e o vermelho também.

Um dos segredos é o ponto de cozimento do peixe: firme sem ser rígido e macio sem ficar mole. O caminho para obter essa precisão culinária passa por um ritual por algumas cozinheiras, que marinam o pescado em um molho preparado à base de limão, pimenta do reino e noz moscada. Nele, o peixe descansa por uma hora, antes de ir à panela, o que agrega mais sabor. A panela deve ser de barro, pois segundo Carlos Eduardo de Oliveira (2013), o gosto é outro e muito diferente de outras panelas. Normalmente são feitas camadas sobrepostas, o peixe, as rodela de cebola, os pimentões e tomates. Enche o recipiente até o topo. Após um primeiro leve refogar, rega o prato com leite de coco e o azeite de dendê. Com o dendê, é só não exagerar que tudo fica equilibrado, sem ficar enjoativo. O dendê deverá ser bom e de preferência vindo



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

da Bahia. Outro ponto importante é o caldo, que deverá ser grosso e espesso. Normalmente engrossa-se com amido de milho. Para servir a moqueca, o peixe deverá estar no ponto exato e envolvido por uma combinação perfeita de coentro, leite de coco e dendê

Lody (2008) ao tratar sobre a culinária da Bahia lembra que o azeite de dendê também é presente nas culinárias do Recôncavo , porém há um **forte imaginário de matrizes africanas que identifica o que se come e como se come na Bahia , lembrando ainda a mesa lusitana e também o mundo , principalmente o Oriente . Assim, da Índia, da China , da Indonésia , do Ceilão chegaram frutas , especiarias , maneiras de combinar sabores , de manter e de criar receitas . E veio a cana sacarina e o açúcar.**

HAMILTON, Cherie Yvonne. Os sabores da lusofonia. Encontros de culturas: Angola; Brasil; Cabo Verde ; Goa ; Guiné Bissau ; Macau; Moçambique ; Portugal; Açores e Madeira ; São Tomé e Príncipe ; Timor Leste . São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

LODY, Raul. Brasil bom de boca: temas de antropologia da alimentação . São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

Revista Gula , ano 21, edição 239 , ano de 2013. Carlos Eduardo de Oliveira.

Revista Gula , edição 101, ano de 2001. Otávio Canecchio.

Revista Gula , edição 80, ano de 1999. Guta Chaves.

Revista Gula , edição 76, ano de 1998 . Guta Chaves.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

A CIRCULAÇÃO DE "O CAMPO E A CIDADE" NO BRASIL (1989 – 2019) E O FENÔMENO DE NATUREZA EM RAYMOND WILLIAMS

Hiago Vaccaro Malandrin*

RESUMO: A presente pesquisa, em desenvolvimento na Faculdade de Educação /FE – UNICAMP e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo nº 2019/00323-0, tem como objetivo investigar a circulação transatlântica do livro *O Campo e a Cidade: na história e na literatura* (1973). O livro de Raymond Williams (1921-1988) foi traduzido pela primeira vez no Brasil em 1989, publicado pela Companhia das Letras. Além disso, pretendemos refletir sobre os sentidos da natureza nas obras de Raymond Williams, que parecem ter atraído frações de leitores interessados no problema do contraste entre campo e cidade, tema central nos estudos brasileiros interessados no trabalho do autor galês. Com base em estudos anteriores, sabe-se que este trabalho teve uma extensa circulação no país, especialmente em espaços universitários, no entanto, ainda é necessário historicizar o processo de circulação do livro em solo nacional, graças ao papel dos editores, bibliotecas universitárias e pesquisas que se apropriaram de Williams e deste livro; bem como discutir que tipo de ideias foram geradas por frações intelectuais, contando desde o momento da tradução até os dias atuais. Em termos numéricos, pode-se perceber que *O Campo e a Cidade*, entre os trabalhos de Williams nas coleções consultadas, é o único livro presente em todas as coleções, sendo também o de maior volume de exemplares. Nossa hipótese é que a perspectiva da natureza interessa ao público universitário em determinado período, mas, para avaliar isso, teremos que olhar tanto para as questões que circulam nas bibliotecas quanto para a produção intelectual desse mesmo espaço universitário, em busca de artigos, capítulos, livros, teses, dissertações, entre outras produções focadas neste trabalho de Williams. Precisamos combiná-lo com a questão da natureza, tão cara ao pensamento social no Brasil, como pretendemos demonstrar.

Palavras-chave: Campo, Natureza, Raymond Williams.

ABSTRACT: The present research, in development at the Faculdade de Educação /FE – UNICAMP and funded by the grant #2019/00323-0, São Paulo Research Foundation (FAPESP), has as its purpose to investigate the transatlantic circulation of the book ‘The Country and the City’ (1973). The book by Raymond Williams (1921-1988) was translated for the first time in Brazil in 1989, published by Companhia das Letras. Furthermore, we intent to reflect upon our understanding of nature in William's works, who which seem to have attracted fractions of readers interested in the problem of the contrast between countryside and city, central theme in Brazilian studies centered around the work of the welsh author. Based on previous studies, it is known that this work had an extensive circulation in the country, especially in academic environment, however, it is still necessary to historicize the process of circulation of the book on national soil, thanks to the role of publishers, university libraries and research that appropriated Williams and this book; as well as discuss what kind of ideas were generated by intellectual fractions, counting from the moment of translation to the present day. In numerical terms, it can be seen that *The Country and the City*, among the works of Williams

* Mestrando em Educação na área de Educação e História Cultural, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a orientação do Professor Doutor Alexandro Henrique Paixão



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

in the collections consulted, is the only book that is present in all the collections, being also the one with the largest volume of copies. Our hypothesis is that the perspective of nature interests the university public in a given period, but to evaluate this, we will have to look at both the issues circulating in libraries and the intellectual production of this same academic environment, searching for articles, chapters, books, theses, dissertations, among other productions focused on this work of Williams. We need to combine it with the question of nature, so dear to social thought in Brazil, as we intend to demonstrate.

Keywords: Countryside, Nature, Raymond Williams.

INTRODUÇÃO

Traduzido pela primeira vez no Brasil em 1989, pela editora Companhia das Letras, *O Campo e a Cidade: na história e na literatura* (1973) apresenta-se como uma análise das respostas que a literatura e o pensamento social ingleses deram, ao longo dos séculos, à relação contrastante entre as representações de campo e de cidade. Nos dispomos aqui, tendo esse livro como objeto de pesquisa, a investigar tanto a circulação do mesmo no Brasil, quanto refletir sobre os sentidos de natureza presentes na obra de Raymond Williams (1921–1988), os quais parecem ter atraído frações de leitores interessados na problemática do contraste entre campo e cidade, tema central em alguns estudos brasileiros interessados na obra do autor galês. Conforme tentaremos brevemente explicitar, a ideia de natureza, derivada do contraste o campo e a cidade, tem uma importância decisiva a ponto de se apresentar como uma nova perspectiva. O livro em destaque, como iremos apresentar, notadamente e em termos de circulação desta obra no Brasil, é um marco para a possível formação de uma linhagem interpretativa do autor e a construção de um pensamento social no Brasil centrado na perspectiva de natureza a partir de Williams.

Para além dos sentidos primeiros de natureza contidos na obra referenciada de Raymond Williams, é importante lembrar que o autor, enquanto um dos principais representantes do movimento da história e da sociologia da cultura, teve sua obra servindo de suporte para a fundação e organização de diferentes linhagens interpretativas. No Brasil, segundo as pesquisas em andamento de Alexandro Henrique Paixão, temos conhecimento de três tradições que tiveram destaque na formação do pensamento social brasileiro relacionados à universidade e às humanidades. Vale a pena mencionar que, embora Raymond Williams seja objeto de muitas pesquisas realizadas em solo nacional – com destaque para a pesquisa de Maria Elisa Cevalco e mais coetaneamente a de Alexandro Henrique Paixão –, a temática da natureza ainda carece de ser explorada, observando a circulação do livro pelas bibliotecas universitárias de todo país



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

através dos catálogos on-line e sua presença em teses, artigos, capítulos, livros etc. de professores e pesquisadores que vem se apropriando de Williams e dessa obra desde a sua primeira tradução em 1989 até nossos dias. Nesse sentido, interessa para este projeto aquilo que foi vertido para o vernáculo pelo mercado editorial brasileiro e passou a influenciar gerações de leitores iniciados ou não em Williams, formando linhagens interpretativas. Portanto, é fundamental entender, a princípio, as diferentes linhagens interpretativas da apropriação de Williams no Brasil.

O CAMPO E A CIDADE NO BRASIL

Para que possamos adentrar a discussão referente à circulação d'O Campo e a Cidade no Brasil, iremos nos atentar, à princípio, a um trabalho prévio apresentado por Alexandro Henrique Paixão (2018), de título: *Linhagens interpretativas e cesuras epistemológicas no pensamento social brasileiro sobre Raymond Williams*.^{*} No referido paper, Paixão nos apresenta o processo de tradição seletiva ao qual foi submetido as principais obras de Williams no Brasil, assim com as principais linhagens interpretativas fruto desse processo. Vale lembrar, à caráter de informação, que essas tradições intelectuais são compostas e selecionadas por grupos dados que, segundos seus interesses mais variados – e que escapam da discussão aqui apresentada –, selecionaram e interpretaram aspectos da obra de Williams, sobretudo, ligado aos estudos culturais e ao pensamento social.

Segundo o pesquisador, a primeira linhagem interpretativa tem início com o anseio de Anísio Teixeira em desenvolver, simultaneamente com a tradução e distribuição de *Cultura e Sociedade* – um dos livros capitais de Williams –, uma tradição intelectual brasileira dedicada a estudar as relações entre cultura, sociedade e educação, aquilatando o repertório intelectual universitário brasileiro (PAIXÃO, 2018, p. 06). A segunda tradição, derivando diretamente da primeira, diz respeito ao momento em que as publicações de Williams no Brasil cresceram em volume de tiragem e distribuição por parte de editoras focadas principalmente no público universitário; essa tradição relaciona-se à uma preocupação em iniciar a construção de um modo de produção do saber nacional, particularmente ligado às humanidades de algumas das

^{*} Paper apresentado por Alexandro Henrique Paixão no 42º Encontro anual da Anpocs (2018) no GT23 – Pensamento social no Brasil, sob o título de *Linhagens interpretativas e cesuras epistemológicas no pensamento social brasileiro sobre Raymond Williams*, disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt23-24/11308-linhagens-interpretativas-e-cesuras-epistemologicas-no-pensamento-social-brasileiro-sobre-raymond-williams/file>, consulta em maio de 2019.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

universidades brasileiras (PAIXÃO, 2018, p. 09). Ainda como um desenvolvimento subsequente a Anísio Teixeira, a terceira tradição inaugura-se ligada amplamente à pesquisadora Maria Elisa Cevalco e seu livro *Para ler Raymond Williams* (2000), consolidando uma nova tradição dentro do pensamento social brasileiro no interior das universidades, denominando-a “estudos culturais”, utilizando o autor galês na elaboração de um pensamento social nacional que discute a questão da cultura e da identidade como fatores centrais para formação de uma intelectualidade de esquerda nas humanidades brasileiras.

Embora os estudos de Alexandro Paixão (2018) nos apresentem três tradições dadas, defensoras de uma linha de pensamento ligado às mudanças sociais, que seriam advindas da introdução de novas ideias de cultura e sociedade que impactariam o desenvolvimento das nossas disciplinas de humanidades, como a sociologia da cultura, nos propomos a identificar e construir uma quarta linhagem interpretativa de Williams no Brasil, ligada a segunda tradição seletiva, que é àquela atrelada ao mercado editorial e aos espaços universitários, com destaque para as bibliotecas e seus diferentes acervos. Tal linhagem teria *O Campo e a Cidade* como livro central e difere-se das outras linhagens por não se centrar no desenvolvimento de uma sociologia da cultura propriamente dita, mas por versar sobre a perspectiva da natureza e das interações humanas, algo que produz uma nova visada sobre o mundo rural e urbano. Para tal, expomos inicialmente os dados referentes à circulação de Williams nas universidades brasileiras que mais apresentam livros do autor, tendo, mais uma vez, os trabalhos de Alexandro Paixão como referência (PAIXÃO, 2018, p. 13).

Em termos numéricos, constata-se que *O Campo e a Cidade*, dentre todas as obras de Williams presentes nos acervos consultados, é o único livro que se faz presente em todos os acervos, além de contabilizar 149 exemplares, sendo assim o livro com maior volume nos acervos consultados (PAIXÃO, 2018, p. 13). A forte presença do livro nos é interessante do ponto de vista da circulação das edições pelas universidades, nos fazendo indagar as razões disso. De forma que essas e outras variáveis que poderão ainda ser construídas ao longo da pesquisa serão centrais para pensarmos em que condições Williams circulou no Brasil e como parte de sua obra foi gestada em centros acadêmicos, produzindo tradições seletivas e linhas de pensamento específicas ligadas ao fenômeno da natureza que se refrata na discussão do rural, algo decisivo em determinados momentos para o pensamento social brasileiro, conforme sínteses de Mariana Chaguri e Élide Rugai Bastos (2015).

Nos resta ainda abordar como a temática da natureza – importante para discutirmos termos centrais do *Cultura e Sociedade* – foi separada da interpretação dada aos principais



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

temas de estudo do autor pelo processo de tradição seletiva pelo qual a obra de Williams passou ao longo de sua impressão e distribuição. Pretendemos mostrar assim como a temática da natureza central em *O Campo e a Cidade*, bem como a circulação desse livro, podem ter propiciado a formação de uma linhagem interpretativa que recoloca a natureza como um tema central em Raymond Williams e que foi apropriado por tradições seletivas brasileiras interessadas nesta perspectiva no Brasil, tomando como parâmetro a primeira tradução desse livro de Williams e aquilo que já foi apontado sobre sua circulação.

SOBRE O FENÔMENO DE NATUREZA

Ao mobilizar questões históricas e literárias para evidenciar uma tradição seletiva literária e uma estrutura de sentimento que tem com um dos eixos centrais o sentido de natureza, a forte presença de *O Campo e a Cidade* nas nossas principais bibliotecas poderia indicar um novo campo de debate no cenário intelectual nacional. Ainda que a obra de Williams esteja centrada na cultura, conforme buscamos explicitar, a temática da natureza tem uma centralidade proposta (inclusive para pensar a própria ideia de cultura, uma cultura rural em contraste com a urbana). O número massivo de exemplares de *O Campo e a Cidade* que circulam em diversas universidades nacionais demonstram que, para além da articulação interna entre natureza e cultura na obra de Williams, é essencial lidarmos com a circulação desse livro no Brasil, visto que estes dados colocam em evidência a pergunta: não existiria uma quarta linhagem interpretativa de Williams no Brasil que tenha como foco a perspectiva de natureza, ela mesma refratada na questão do rural?

Mas antes de apresentar algumas proposições relacionadas à essa pergunta, será necessário introduzir e apresentar a temática de natureza para Raymond Williams. A problemática da Natureza nos é apresentada por ele como um “problema comum de sentido e referência” (WILLIAMS, 2011b, p. 89). Isto porque, a palavra natureza, segundo o autor, parece conter dentro de si significados por vezes contrastantes, mas cujo entendimento corresponde à compreensão de uma parte significativa da história humana. De forma que, o que interessa para Williams, assim como para nós,

não é o significado mais adequado, mas a história e a complexidade dos significados: as alterações conscientes ou seus usos conscientemente diversos; e, com a mesma frequência, aquelas mudanças e diferenças que, marcadas por uma continuidade nominal, expressam radicalmente



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

mudanças diversas, muitas vezes despercebidas, em um primeiro momento, na experiência e na história (WILLIAMS, 2011b, p. 90).

Podemos inferir que, para Williams, a ideia de natureza não existe deslocada de uma experiência humana historicamente situada. Isso porque o significado da palavra natureza, seu “sentido”, não pode ser devidamente avaliado sem que se entenda o contexto histórico social ao qual refere, ou seja, a “referência”. Tentaremos estabelecer um vínculo entre os diversos significados de Natureza trabalhados por Williams e as experiências históricas as quais se referem, bem como também com as outras ideias que são fundamentais na obra do autor – tais como as de “Industrialismo” e “Cultura”. Para isso, se faz necessário retomar algumas assertivas do autor quanto à relação entre Campo e Cidade, que irá servir de sustentáculo para que possamos inserir o debate a respeito da Natureza *per si*.

Williams abre o livro *O Campo e a Cidade* referindo-se tanto a campo quanto à cidade, em primeiro lugar, como “palavras muito poderosas” (WILLIAMS, 2000b, p. 11). Isto porque, o objeto de estudo do autor não seria a busca pelos “verdadeiros” campo e cidade, mas sim a “representação” desses contidas, principalmente, no tecido literário. O estudo das representações, nos termos do autor, é central pois, segundo ele, nessas representações estão contidas tanto “imagens e associações” quanto “atitudes emocionais poderosas”, cujo sentido histórico pode ser extraído quando “conectadas à experiência historicamente variada” que deu suporte a tais representações (WILLIAMS, 2000b, pp. 11-12).

Dentre as diversas formas de existência de comunidades rurais e urbanas, Williams identifica algumas representações e atitudes para com o campo e a cidade que, no contexto inglês, devido ao processo de Revolução Industrial, cristalizaram-se de tal forma e “num grau tão acentuado que, sob certos aspectos, não se encontra paralelo” (WILLIAMS, 2000b, p. 12). O campo em sentido positivo relacionava-se à ideia de “paz, inocência e virtude simples” e em sentido negativo a “atraso, ignorância e limitação”. A cidade, por outro lado, quando referida positivamente estava associada a “saber, comunicação, luz” e negativamente a “barulho, mundanidade e ambição” (WILLIAMS, 2000b, pp. 11-13). É do contraste entre tais representações que mapearemos o lugar da ideia de natureza para Williams, afinal, a natureza refere-se não somente à lógica das emoções, mas também dos espaços rurais e urbanos, sendo, portanto, necessário realizar uma “geografia literária” da natureza, tendo como base as análises e trabalhos feitos pelo autor.*

* Referente à geografia literária, a referência é o livro *Atlas do romance europeu – 1800-1900*, de Franco Moretti.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Esse sentido de natureza proveniente do contraste entre campo e cidade é justamente o que vai servir de alicerce para construção do sentido de cultura e industrialismo, essenciais para Williams. À princípio, isto se dá na medida em que, natureza era usado uma qualidade essencial do campo para se contrapor às consequências da civilização tanto em termos aparentemente objetivos e visíveis – na paisagem campestre – como em termos subjetivos na medida em que significa uma qualidade primordial, intrínseca aos seres humanos – a natureza humana. Esta era justamente a expressão de uma “estrutura de sentimento”^{*} do século XVIII, cujos sentido perdura até a contemporaneidade do autor: “A afirmação da natureza em oposição à indústria e da poesia em oposição ao comércio; o isolamento da humanidade e da comunidade na ideia de cultura, em oposição às pressões sociais concretas da época” (WILLIAMS, 2000b, p. 135).

Em seu livro *Cultura e Sociedade*, Raymond Williams estabelece a existência de um mapa semântico do qual é possível examinar as mudanças sociais e culturais que ocorreram na sociedade inglesa desde o processo da Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX. Nesse mapa semântico, cinco são as palavras de destaque para o autor: indústria, cultura, democracia, classe e arte (WILLIAMS, 2011a, p. 15). A temática de natureza, conforme iremos explicitar, ganha importância na medida em que esta funciona como baliza de dois dos termos mais significativos para Williams: indústria e cultura.

Foi em paralelo ao desenvolvimento do sentido de indústria e cultura, durante os séculos XVIII e XIX, que um dos principais sentidos de natureza se fixou, justamente ligado às mudanças nas relações entre campo e cidade, entre o rural e o urbano. Pois, dentro do contexto do século XVIII, as palavras campo e cidade passaram a ser “historicamente” associadas, respectivamente, a uma forma natural de vida e a noção de mundanidade. E, como nos aponta o próprio autor, embora em termos econômicos os vínculos funcionais entre campo e cidade estivessem mantidos, a nível retórico se tem muitas “comparações abstratas” entre “virtude rural” e “ganância urbana” que deixam de lado tal vínculo material (WILLIAMS, 2000b, pp. 85-87). As representações de oposição entre o campo e a cidade, gestadas nesse momento histórico, só foram possíveis graças à construção da oposição entre natureza e civilização nesses mesmos termos. Isso porque ao longo da Revolução Industrial, com o surgimento das cidades, houve-se uma necessidade de se criar, em termos imaginativos, uma contraposição a tudo aquilo que se via de negativo na cidade, e essa criação imagética é o campo – a natureza do homem.

^{*} Menciono também, tendo em vista o espaço limitado de discussão, que a temática da “estrutura de sentimento” utilizada por Williams já foi objeto de estudo no paper “*Raymond Williams: História Intelectual Inglesa, Cultura e Educação De Adultos No Pós-Guerra*”, elaborado por Alexandro Henrique Paixão. 2017.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

O campo passou a ser uma imagem de refúgio para a cidade, em que a natureza virgem, intocada e as paisagens verdes eram justamente o que atribuía esta qualidade de refúgio para o corpo e a alma cidadinas. Natureza, enquanto palavra associada a campo, passou a servir como medida de contraste entre “a pressão agressiva de multidões de desconhecidos” dos centros urbanos e “a felicidade dos vales frescos e isolados” (WILLIAMS, 2000b, pp. 17-18). Deste modo, “a natureza era, nesse novo sentido, [...] tudo que não fora tocado ou estragado pelo homem: a natureza como locais solitários, como selvagem” (WILLIAMS, 2011b, p. 103).

É através deste discurso histórico e literário – “relatos sentimentalizados e intelectualizados” (WILLIAMS, 2000b, p. 25) – que nos apresenta um campo virtuoso e humilde, com pessoas diferentes da cidade, que a temática de natureza ganha centralidade na obra de Williams. As representações campestres, não se tratando estas de “um mundo vivo, e sim de um mundo edulcorado” (WILLIAMS, 2000b, p. 37), só foram possíveis enquanto a figura do trabalhador e das relações de explorações continuaram excluídas. Para que a idealização de campo se sustentasse era necessário um investimento afetivo na construção paralela de uma ideia de natureza. Esta, por sua vez, era a qualidade atribuída ao campo e que o separava do trabalho humano e, portanto, das relações de exploração. O que se vê deste modo é a dissociação entre a representação campestre e a realidade das relações de trabalho existentes no campo. Assim, a função da “ficção de ‘cidade e campo’ era [...] promover comparações superficiais e impedir comparações reais” (WILLIAMS, 2000b, p. 94).

E ao passo que o contraste retórico entre campo e cidade, sobretudo na literatura romântica, se torna mais aparente, a ideia de natureza vai se erguendo como antítese de civilização, aqui identificada com o industrialismo. E, na mesma medida em que a natureza era vista como ausência do homem – e afastamento da civilidade –, esse mesmo homem era caracterizado em um sentido muito específico, associado diretamente à cidade, como civilizado. Esse movimento é fundamental, visto que, segundo Williams, ele foi gestado ao mesmo tempo em que a diferenciação entre cultura e civilização também estava sendo operada:

“Civilização” e “cultura” (especialmente em sua forma comum antiga, de “cultivo”) eram de fato, em fins do século XVIII, termos intercambiáveis. Cada um deles tinha o problemático sentido duplo de um estado realizado e de um estado de desenvolvimento realizado. Sua divergência final teve várias causas. Primeiro, houve o ataque à “civilização” como superficial, um *estado artificial*, em contraposição a um estado “natural”; um cultivo de propriedades “externas” – polidez e luxo – em contraposição a necessidades e impulsos mais “humanos” (WILLIAMS, 1979, p. 20)



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

Deste modo, a diferenciação final, segundo Williams, entre civilização, ligada a industrialismo, e cultura, só foi possível graças ao desenvolvimento paralelo da ideia de natureza. Uma vez dissociada da ideia de civilização, a palavra cultura começa a ter um desenvolvimento particular: ela passa a ser associada ao cultivo íntimo e individual – “cultivo ativo da mente” (WILLIAMS, 2000a, p. 11); com o conjunto de obras produzidas pelo homem – as artes e “o trabalho intelectual do homem” (WILLIAMS, 2000a, p. 12); e, por fim, a todo o modo de vida de uma dada sociedade. Na medida em que cultura passa a equivaler, com um sentido positivo, ao contrário de civilização, ao que desenvolvimento humano, natureza também passa a ser oposição a cultura. De tal forma, quando o sentido de homem for reintegrado, nos séculos posteriores, ao sentido de natureza, o fará justamente preservando o aspecto mais animalesco – selvagem – da natureza. Cito: “a selva social, a corrida dos ratos, os guardiões de território, os macacos nus; foi assim que amargamente a ideia de homem fez parte novamente de natureza” (WILLIAMS, 2011b, p. 100).

É nesse sentido que natureza, cultura e civilização – essa última ligada ao industrialismo – vão estabelecer na obra do autor uma interdependência. Deste mesmo modo, o estudo dos significados de natureza é essencial para entender não só a dissociação entre cultura e civilização, como também para melhor compreendermos o próprio significado de indústria segundo nos apresenta Williams. Nos resta ainda entender como a temática da natureza, importante para discutirmos cultura e indústria – termos centrais do *Cultura e Sociedade*, um dos livros capitais de Williams –, foi separada dos temas centrais do autor pelo processo de tradição seletiva pelo qual a obra de Williams passou ao longo de sua impressão e distribuição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o arrolar da pesquisa, pretendemos mostrar mais a fundo como a temática da natureza, central em *O Campo e a Cidade* e em movimento no Brasil com a circulação desse livro, parece ter propiciado a formação de uma linhagem interpretativa que recoloca a natureza como um tema central na obra de Raymond Williams e que foi apropriado por tradições seletivas brasileiras interessadas nesta perspectiva, tomando como parâmetro a primeira tradução desse livro de Williams e aquilo que foi apontado sobre sua circulação.

Do exposto, surge a hipótese deste trabalho em desenvolvimento, de que a presença de Williams e o fenômeno da natureza – como um problema de *O campo e a cidade* – são centrais para os estudos brasileiros apoiados na dialética do rural e do urbano no país. A partir de uma



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

rápida visada nas pesquisas que incorporaram Williams em seu repertório intelectual, sentimos como as ideias do autor galês se juntam às ideias de alguns pesquisadores brasileiros para pensar nosso problema de campo e cidade na história e na literatura. Enfim, trata-se apenas de uma explicação provisória considerando que Williams tem presença no Brasil, tanto por interesses de um capitalismo editorial quanto por interesses de públicos universitários que parecem reconhecer em parte da obra do autor galês um referencial importante para pensar nossa dialética do rural e do urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Élide Rugai. “Gilberto Freyre e as Ciências Sociais no Brasil”. In: *Estudos de Sociologia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Vol 1 (I), pp. 63-72, 1995.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre os estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAGUI, Mariana; BASTOS, Élide Rugai. “A atualidade do rural”. In: *Lua Nova*, São Paulo, 95:13-26, 2015. <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n95/0102-6445-ln-95-00013.pdf>> Acesso em 15 mai. 2019

MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu – 1800-1900*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

PAIXÃO, Alexandro Henrique. *Linhagens interpretativas e cesuras epistemológicas no pensamento social brasileiro sobre Raymond Williams*. 42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 2018. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt23-24/11308-linhagens-interpretativas-e-cesuras-epistemologicas-no-pensamento-social-brasileiro-sobre-raymond-williams/file>> Acesso em 15 mai. 2019

PAIXÃO, Alexandro Henrique. *Raymond Williams: História Intelectual Inglesa, Cultura e Educação De Adultos No Pós-Guerra*. 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 2017. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt15-26/10732-raymond-williams-historia-intelectual-inglesa-cultura-e-educacao-de-adultos-no-pos-guerra>> Acesso em 15 mai. 2019

Raymond Williams, *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis: Vozes, 2011a.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011b.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhias das Letras, 2000b.

WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.



ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 5 a 7 de junho de 2019

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Mário Antônio Eufrásio
Prof. Dr. Leonardo Gomes Mello e Silva
Profa. Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini
Profa. Dra. Maria Helena Rocha Antuniassi
Profa. Dra. Arlete Assumpção Monteiro
Profa. Dra. Maria Christina Siqueira de Souza Campos
Profa. Dra. Alice Beatriz da Silva Gordo Lang
Profa. Dra. Célia Pereira de Toledo Lucena

EQUIPE TÉCNICA

Lilian Prado Pereira
Jaqueline Martinho dos Santos
Ana Clara de Lima Oliveira

APOIO



REALIZAÇÃO

